

Marcus Vinicius Corrêa Carvalho

Outros Lados
Sergio Buarque de Holanda
crítica literária, história e política
(1920-1940)

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento
de História do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
sob a orientação da Profa. Dra. Silvia Hunold Lara.

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
28 /fevereiro / 2003

Banca Examinadora

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara (orientadora).

Silvia Hunold Lara

Prof. Dr. Pedro Meira Monteiro.

Pedro Meira Monteiro

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço.

Fernando Lourenço

Prof. Dr. Jefferson Cano.

Jefferson Cano

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes.

Robert Wayne Andrew Slenes

Prof. Dr. Michael McDonald Hall (suplente).

Prof. Dr. Iara Lis Franco Schiavinatto (suplente).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Fevereiro, 2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	Unicamp
	C2530
V	EX
TOMBO BC/	59275
PROC.	124103
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	14/10/03
Nº CPD	

CM00186722-7

BIBIT 296351

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C2530 **Carvalho, Marcus Vinicius Corrêa**
Outros lados : Sergio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940) / Marcus Vinicius Corrêa Carvalho.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2003.

Orientador: Silvia Hunold Lara.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Romantismo. 2. Intelectuais. 3. História social. 4. Cultura. 5. Brasil – Historiografia. I. Lara, Silvia Hunold. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Resumo:

O intento de minha pesquisa é contribuir com uma a interpretação da trajetória intelectual de Sergio Buarque de Holanda, observando um período pouco explorado de sua produção, compreendido entre o ano de 1920, quando da publicação de seu primeiro artigo, e, o ano de 1946, em que retornava a São Paulo, depois de viver aqueles anos na capital federal. O meu interesse é sugerir nexos entre sua produção na crítica literária e no jornalismo, sua produção historiográfica coeva e suas atuações em diversas instituições, como professor universitário, editor e administrador, delineando sua trajetória intelectual e política, no processo de sua profissionalização como escritor.

Abstract:

The intention of my research is to contribute toward an interpretation of the intellectual and political trajectory of Sergio Buarque de Holanda, between the decades of 1920 and 1940. My interest is to suggest some connections between his production on literary criticism, journalism, historiography, and his activities at various institutions as professor, editor, and administrator, in order to portray his professional development as a writer.

A empresa deste trabalho
eu dedico àqueles que se
sacrificaram para que eu
pudesse realizá-lo: minha
mãe Maria Celeste e
meu pai Odair,
que me faltam nesta hora,
e aos meus irmãos Martha e
Alexandre.

Agradecimentos.

as coisas
não começam
com um conto
nem acabam
com um •

(Paulo Leminski)

Ana Paula Palamartchuk é uma pessoa sem a qual esse trabalho nunca teria existido. Foi ela quem me apoiou em todo processo de elaboração do projeto deste doutorado, como já o fizera, ao longo de toda a minha pesquisa e preparação da dissertação de mestrado. Muitas de suas idéias, considerações e observações, plenas em fundamentos de especialista, mas, cheias de força, paixão e convicção, fizeram eco na formação de minhas próprias idéias e sentimentos, sobre meu próprio estudo e sobre minha vida. Com ela, aprendi o gosto pela pesquisa histórica, mas principalmente, tive exemplo de grandeza humana, de generosidade, de disposição para a luta, diária e transcendente, de honestidade e de convicção intelectuais. A ela sou grato, ainda mais, por ter me ensinado lições que as universidades não contam em seus currículos. A ela, agradeço com desvelo!

Agradeço também aqueles amigos com quem compartilhei muito de minha vida desde o mestrado: Cristiana Schettini, Elciene Azevedo, Álvaro Nascimento, e Robson Luiz Machado Martins. Da mesma forma, agradeço a Bianca Fanelli Morganti e ao Daniel Rossi Nunes Lopes. Sou grato, de modo especial, a Isadora Travassos, que além de querida amiga, fez a tradução de um inédito, em alemão, de Sergio Buarque, para que fosse utilizado neste trabalho. Para ele, também concorreu de maneira decisiva Conrado Pires Castro, companheiro e amigo, que desde que cheguei em Campinas apoiou meus esforços de todas as formas possíveis: leu, criticou, deu dicas impagáveis, incentivou, e ajudou a dar acabamento a este volume, sem o qual não me seria possível concluí-lo a contento. Com o mesmo afago, tenho que agradecer a dois irmãos de sina, Luis Antonio Freitas Filho e Rodrigo Paulo Ferrari, que livreiros, forneceram boa parte dos livros que usei aqui, sempre com prazos de pagamento, ou mesmo, com brindes inacreditáveis. A eles devo muito mais que livros, devo solidariedade, fraternidade, e uma amizade incontestável.

Em nome de todos os meus amigos e companheiros de Ouro Preto, lembro da amiga Tina. Em nome de meus professores de Ouro Preto, agradeço o Professor Doutor Paulo Alexandre Adler, que acreditou em mim quando nem eu acreditava, a Professora Doutora Andréa Lisly Gonçalves, com quem exerci minha primeira monitoria, e o Professor Doutor Ronald Polito, quem primeiro orientou esse meu estudo, em 1992. Do Rio de Janeiro, abraço, lembrando de todos com carinho, Nora e Dodô, que são meus irmãos, Juliana, Dani, Guida, Renato, Carmen, Soca, Gisele, e, Tino. Célia Rútila Gonçalves Guia Marques, minha doce e querida amiga Tili, me ensinou o valor da delicadeza. Delphine Douyère, companheira de debates e tramas foi referência com idéias densas e generosa amizade. Agradeço a Maria Helena Ferrari e José de Anchieta Leal, sua solidariedade e carinho.

Agradeço a todo pessoal do Sistema de Arquivos da Unicamp, através de Márcia Aparecida Marques Silveira e Neire do Rossio Martins. A Tereza Cristina Oliveira Nonatto de Carvalho, da Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda, da Biblioteca Central da Unicamp, pela sua gentil atenção. Ao pessoal da Biblioteca do IFCH, e ao pessoal da Secretaria de Pós-Graduação, agradeço a presteza no atendimento e o suporte indispensável para meu desenvolvimento acadêmico. Devo agradecer de modo especial a Vera Faillace, uma querida amiga, em nome de todos da Biblioteca Nacional, sobretudo, da Divisão de Manuscritos. Ao pessoal do Proedes, da UFRJ, lembrando a Professora Doutora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero. Na Fundação Casa de Rui Barbosa, agradeço a Professora Doutora Eliane Vasconcellos, e em nome de todos que compartilharam comigo de uma boa camaradagem, lembro de Gleise Andrade Cruz, e de seu irmão Glauber Andrade Cruz. Em nome do pessoal da José Olympio Editora, agradeço ao senhor Sebastião Macieira, e, a Soraia Araújo, a gentileza e o interesse dispensados. Em especial, agradeço ao senhor Geraldo Jordão Pereira a permissão para a realização da pesquisa no acervo de seu pai.

Aos professores que me ensinaram, eu agradeço com estima e respeito: Professor Marco Aurélio Garcia, Professor Doutor Robert Wayne Slenes, Professor Doutor Michael Hall, Professora Doutora Maria Stella Bresciani, Professora Doutora Jeanne Marie Gagnebin, Professor Doutor Antonio Arnoni Prado. Foi um prazer ter participado das discussões da Linha de Pesquisa de História Social da Cultura que, ao congrega diferentes perspectivas num horizonte comum de pesquisa, se tornou minha experiência acadêmica mais rica, e uma oportunidade única para meu aprendizado historiográfico. Em nome

daqueles com quem tanto aprendi, lembro o Professor Doutor Sidney Challoub, e, a Professora Doutora Maria Clementina Pereira Cunha, além dos vários colegas e amigos, como Wlamira de Albuquerque, Isabel Cristina Ferreira dos Reis, Rosimeire, Alexandre, Fernando Mencarelli, Walter... Foi, ainda, decisivo poder partilhar de um projeto historiográfico da dimensão daquele levado a cabo pelo Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, contando também com o apoio sempre atencioso e eficiente de Luciana Barbeiro e Uliana Dias Campos Serlim.

A Professora Doutora Silvia Hunold Lara, que admiro desde que a vi debatendo na Capela do Seminário das mortes, de Mariana, em 1990, sou grato por apostar num projeto de pesquisa que, em vários sentidos, significava um desafio. Sou grato por sua leitura rigorosa e crítica, com sugestões preciosas e esclarecedoras; por seu esforço em me ensinar a pesquisar efetivamente, escolhendo, discernindo, e organizando fontes. Sou grato por sua insistência no valor da disciplina e da sistematização, e a generosidade de partilhar comigo sua argúcia e experiência de pesquisadora. Tudo, que nem sempre fui hábil e maduro para aprender e exercer com plena desenvoltura, tendo a meu favor, nesse sentido, apenas meu respeito por seus conselhos e orientações, a disposição de trabalho e aprendizado, e a paciência de passar horas lendo papéis. A ela sou grato por ter me ensinado história. Mais que isso, eu sou grato por sua solidariedade inabalável desde o primeiro momento em que ela se propôs a orientar esta pesquisa, que passou, desde o nascedouro, por circunstâncias delicadas e decisivas no marejo de minha vida. Tenho a Silvia Hunold Lara na mais alta conta!

De modo todo especial, com carinho, admiração e respeito, agradeço aos que compõem a brigada de elite que terei pela frente, e da qual devo me defender. Ao Professor Doutor Robert Wayne Slenes, que sempre incentivou meu trabalho, sendo um leitor crítico atento a aspectos que levam ao aprofundamento do seu elã histórico. Ao Professor Doutor Jefferson Cano, sou grato pela leitura atenta desde meu primeiro relatório de pesquisa, sempre apontando para os nós, que desatados, poderiam esclarecer minhas próprias idéias. Ao Professor Doutor Fernando Lourenço, agradeço a disponibilidade para debater e contribuir para meu estudo, com sua reconhecida capacidade de ponderação. Ao Professor Doutor Pedro Meira Monteiro, *at last but not least*, eu agradeço a largueza intelectual demonstrada desde o primeiro momento em que nos conhecemos, sempre junto com o

amigo Conrado, se mostrando um leitor crítico, justo, e sagaz, mas sempre, sobretudo, generoso. A ele esse trabalho deve uma influência, por assim não saber dizer, numenal. Por tudo isso, é uma prazer ser argüido por este amigo.

A Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, devo a possibilidade de desenvolver com um suporte adequado uma pesquisa do nível e do porte que essa propunha ser. Fica a esperança de que tal amparo e fomento sigam sendo decisivos, e possam ainda se ampliar, para favorecerem e incentivarem a um número crescente de pesquisadores nas mais diversas áreas de crítica, de desenvolvimento e de aplicação do conhecimento.

A Laura Pronsato agradeço, com carinho, a compreensão amorosa e o incentivo sempre otimista nos momentos mais difíceis, companheira e amiga amantíssima com quem tenho o prazer de compartilhar.

*“E, demais disto, filho meu, atenta:
não há limite para fazer livros,
e o muito estudar é enfado da carne”*
(Eclesiastes, 12, 12)

Índice.

<i>Introdução</i>	1
Capítulo 1 – <i>Romantismo no romantismo</i>	15
<i>Originalidade literária</i>	15
<i>Futurismos e atitudes</i>	40
<i>Batalhas intelectuais, armas intelectuais</i>	54
Capítulo 2 – <i>Na Alemanha, Raízes do Brasil</i>	115
<i>Viagem à Alemanha</i>	115
<i>Raízes do Brasil</i>	145
Capítulo 3 – <i>Sergio Buarque nas instituições de cultura letrada</i>	177
<i>Universidade do Distrito Federal</i>	177
<i>Instituto Nacional do Livro</i>	191
<i>Biblioteca Nacional</i>	220
<i>Associação Brasileira dos Escritores</i>	231
<i>Conclusão</i>	241
<i>Fontes e bibliografia</i>	249

.Introdução.

“Ninguém pode saltar sobre sua sombra”

(Hans-Georg Gadamer)

A imagem de Sergio Buarque de Holanda freqüentemente se apresenta com tintas fortes. Sergio Buarque e sua lâmpada maravilhosa, assim Prudente de Moraes, neto, se referiu ao amigo, em carta para José Olympio, em 1940. No Brasil, era ele o homem que mais amava os livros, que mais religiosamente os lia, que mais vivia no seu contato íntimo, afirmava Múcio Leão, em novembro de 1936. Sergio, um dos nossos maiores em qualquer tempo, definiu Affonso Arinos de Mello Franco, na nona edição do primeiro livro de Buarque de Holanda, comemorativa do seu jubileu de esmeralda, em 1976. Essas são algumas dos qualificativos atribuídos ao historiador paulistano que exprimem o prestígio intelectual angariado por ele ao longo de sua vida. À menções louvaminhas desse teor, somam-se os fatos de que, ainda criança, por volta dos nove anos, tenha publicado uma valsa na revista infantil *Tico-Tico*, e, ao final de sua vida, tenha assinado a ata de fundação do Partido dos Trabalhadores – além de ser pai de Chico Buarque.

Buarque de Holanda escreveu crítica literária e ficção, fez jornalismo, foi tradutor, e historiador, sempre sendo reconhecido por seu talento como escritor e sua capacidade interpretativa. Ele utilizava uma forma quase misteriosa de penetrar no objeto estudado, método que só quem tem genialidade pode usar bem, destacou Antonio Candido. Tudo se ajunta para sugerir uma imagem que marca com intensidade a construção de uma memória em torno da trajetória intelectual desse homem, que atravessou alguns dos momentos mais significativos da história brasileira do século vinte. Tudo isso, favorecendo a mitificação desse sujeito histórico. Esse, talvez, o maior empecilho para aqueles que pretendem estudar a produção intelectual de Buarque de Holanda sem fomentar o mito. Talvez parte de tal construção se deva, também, ao próprio fato de que, apenas muito recentemente, sua obra tenha sido objeto de pesquisas mais sistemáticas, que constituíram publicações que ultrapassam as formas de prefácios, artigos, comentários, crônicas, ou textos de colóquios e encontros. O interesse pelo desenvolvimento de pesquisas sobre Sergio Buarque e sua obra,

parece crescente nos últimos anos, como aponta a recente produção acadêmica que vêm motivando, possibilitando, muitas das vezes, que se relativize esse processo de mitificação¹.

O intento de minha pesquisa é contribuir com uma interpretação da trajetória intelectual de Sergio Buarque, observando um período pouco explorado de sua produção, compreendido entre o ano de 1920, quando da publicação de seu primeiro artigo, e, o ano de 1946, em que retornou a São Paulo, depois de viver vinte e cinco anos na capital federal. O meu interesse é sugerir nexos entre sua produção na crítica literária e no jornalismo, sua produção historiográfica coeva e suas atuações em diversas instituições, como professor universitário, editor e administrador, delineando sua trajetória intelectual e política, no processo de sua profissionalização como escritor. Nesse sentido, minha pretensão é abarcar seus interesses de leitura, suas idéias inscritas em sua produção coetânea de textos, sua atitude frente às questões então em debate, os meios de difusão dessas idéias, como revistas, jornais e editoras, e o âmbito de suas relações pessoais. Tudo, visando as práticas de produção social do escritor, em vista das complexas relações com seus pares e instituições de cultura letrada em que atuou. Nesse sentido, a trajetória intelectual e política de Buarque de Holanda é instrumentalizada nesta tese como o fio de Ariadne, capaz de guiar minha busca através do complexo que constitui a rede social da produção intelectual que foi forjada na disputa entre diferentes projetos visando a nação brasileira, naqueles anos do século vinte.

De uma forma geral, a bibliografia que contempla a obra de Buarque de Holanda se preocupa em demarcar sua formação historiográfica contabilizando-a a partir de 1936, ano da publicação de *Raízes do Brasil*. Ou, então, na medida em que pese sobre esse livro a caracterização de ensaio sociológico, alguns autores preferem iniciar suas observações sobre a historiografia de Sergio Buarque, com *Monções*, de 1945. De minha parte, não parece possível negligenciar o período de sua atividade “modernista”, quando penso ser

¹ Pedro Meira Monteiro. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. Robert Wegner. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. Conrado Pires de Castro. *Com tradições & contradições: contribuição ao estudo das raízes modernistas do pensamento de Sergio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado. Departamento de Teoria e História literária. IEL/Unicamp Campinas, fevereiro de 2002. João Kennedy Eugênio. *O outro ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História. UFF. Niterói, 1999. Vale destacar o valor da contribuição representada pelo trabalho de seleção e coleção dos artigos de Sergio Buarque, realizada pelo Professor Doutor Antonio Arnoni Prado: *O espírito e a letra: estudos de crítica literária*. 2 volumes (1920-1959). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

possível interpretar os fundamentos de seu pensamento historiográfico. Do mesmo modo, aponto a importância de atentar para o lugar crucial que ocupa na formação de seu pensamento, literário e histórico, a reflexão sobre as práticas e as relações intelectuais na sociedade brasileira. No sentido de levar a sério esses elementos, minha pesquisa tencionou testar as limitações de algumas sugestões de uma determinada matriz interpretativa sobre a obra de Buarque de Holanda. São três os comentadores que reputo mais significativos para o que se pretende discutir: Antonio Candido de Mello e Souza, Maria Odila Leite da Silva Dias e Nicolau Sevcenko.

O primeiro, e mais importante deles, é Antonio Candido. Ao elaborar o texto que prefacia *Raízes do Brasil* a partir de sua 5ª edição, em 1969, ele se tornou referência obrigatória para quem se defronte com esse livro. Marco da matriz interpretativa que pretendo debater, Candido contribuiu definitivamente para a tentativa de “contextualizar” esse primeiro livro de Holanda, alinhando-o aos trabalhos coevos de Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre. Em seu prefácio, Antonio Candido pretendia estabelecer “o significado de *Raízes do Brasil*”, analisando-o em três níveis. O primeiro, fundamentado em seu relato pessoal, que segundo ele, “não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão de mundo”. Candido reuniu num mesmo horizonte interpretativo *Casa Grande & Senzala*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Raízes do Brasil*².

No segundo nível, Antonio Candido discutiu o “respaldo teórico” de Sergio Buarque, como relacionado à “nova história social dos franceses”, à “sociologia da cultura dos alemães” e à “uma admirável metodologia dos contrastes”. Ele destacava, especialmente, a apropriação do “critério tipológico de Max Weber” por Buarque de Holanda que, segundo sua interpretação, modificava-o, tornando o que haveria de esquemático na proposição weberiana numa “visão mais compreensiva, tomada em parte de posições de tipo hegeliano”³. Essa observação de Candido foi o mote para que se iniciasse meu interesse de investigar possíveis relações entre o pensamento do historiador da cultura e epistemólogo Wilhelm Dilthey e a perspectiva epistêmica de Buarque de Holanda – afinal, o conceito de compreensão está no cerne do pensamento historiográfico desse

² Antonio Candido de Mello e Souza. “O Significado de *Raízes do Brasil*”. In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977. pp. xi-xxii.

³ Idem, *ibidem*. p. xiv.

alemão, estudioso de Hegel, que influenciou diretamente, na instrumentalização desse conceito por Weber, em sua sociologia compreensiva⁴.

No terceiro nível, Antonio Candido elencou elementos que representariam uma ruptura de Buarque de Holanda com pontos de vista usuais na década de 1930. Dentre esses, importa destacar a distância que Holanda teria mantido em relação a posições “herdadas dos evolucionistas”, preocupados “com aspectos da natureza biológica” e fascinados “pela ‘raça’”. Sergio Buarque, segundo Candido, “puxou a sua análise para o lado da psicologia e da história social, com um senso agudo das estruturas”⁵. Ainda que seja determinante o papel da psicologia nas construções interpretativas de Holanda, não creio ser possível ignorar a utilização da noção de raça em sua obra, pelo menos, até *Raízes do Brasil*, quando se baseou, inclusive, em teóricos de expressa extração racista, como se poderá atestar no segundo capítulo desta tesa. Desta forma, discordo de Candido em vários pontos, sobretudo porque acabou por desconsiderar a especificidade do texto original de Holanda, descontextualizando-o.

Nesse sentido, a interpretação de Antonio Candido tem sido fundamental para fomentar uma determinada imagem da posição intelectual e política de Sergio Buarque, que desconsidera mais detidamente seus projetos de intervenção social, tanto em nível cognitivo como político. Sobre esse tema, destaco o “*Post-Scriptum*”, que Candido acrescentou a seu prefácio, em comemoração aos cinquenta anos de *Raízes do Brasil*, em 1986. Nele, Candido referiu a um aspecto, segundo ele, não desenvolvido em seu texto anterior: “a mensagem política”. Neste texto, tomando como parâmetro comparativo, mais uma vez, *Casa Grande & Senzala* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, Candido demarca, algumas distinções. O primeiro desses livros, foi considerado como uma “etapa avançada do liberalismo das nossas classes dominantes”. O segundo, como representante da “ideologia marxista, que tem como referência o trabalhador”. Confrontado a esses, *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque, representaria “um veio pouco conhecido, pouco localizado e pouco aproveitado do nosso pensamento político-social”⁶.

⁴ Esse foi o tema central do segundo capítulo de minha dissertação de mestrado. Marcus Vinicius Corrêa Carvalho. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: Unicamp, 1997. pp. 40-104.

⁵ Antonio Candido de Mello e Souza. “O Significado de *Raízes do Brasil*”. *op. cit.* p. xxi.

⁶ Antonio Candido de Mello e Souza. “*Post-Scriptum*”. In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1989. pp. li-lli.

Antonio Candido se referia ao “radicalismo potencial das classes médias”, que no caso de Buarque de Holanda, adquiria um “timbre diferenciador, ao voltar-se decididamente para o povo”. Característica que, na percepção de Candido, significaria o abandono da “posição ‘ilustrada’”, fazendo de Holanda “um coerente radical democrático”. Ele concluiu, que uma das forças do livro de Sergio Buarque teria sido demonstrar que o estudo do passado “pode ser uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais”⁷. Como se verá mais adiante ao longo desta tese, vale atentar para os limites da coerência democrática de Sergio Buarque, considerando suas próprias definições sobre o tema, e sobre o lugar do “povo” na “formação nacional”, e, principalmente, examinar os vários aspectos de suas práticas de intervenção intelectual. Com isso, contribuindo para inserir sua trajetória política em seu tempo, contemplando, a um só turno, as especificidades e nuances de sua atuação, sem descontextualizá-la, tornando-a uma entidade histórica.

Considero importante, para meu trabalho, a reflexão de Antonio Candido sobre a obra de Sergio Buarque, na medida em que ela alerta para a necessidade de coadunar suas trajetórias intelectual e política, entendendo-as como aspectos conjugados. No entanto, para o aprofundamento interpretativo de sua obra, não creio ser possível desconsiderar a formação de Buarque de Holanda nos anos de 1920, nem seu desenvolvimento profissional nos anos trinta e quarenta.

A contribuição de Maria Odila Dias para o meu entendimento da obra de Buarque de Holanda advém, principalmente, de sua atenção às ancoragens teóricas do historiador paulistano, destacando a instrumentalização do conceito de “compreensão” por parte de Sergio Buarque. Ela realizou um apanhado crítico relevante da obra deste escritor em seu texto “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”, em que apontou as “afinidades” que ele nutriria com o historicismo alemão, “que ressalta o particular e o único em cada conjunto do tempo histórico”⁸.

⁷ Idem, *ibidem*. p. lli.

⁸ Maria Odila Leite da Silva Dias. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1985. pp. 7-64. No que se refere ao tema, Maria Odila segue a senda aberta por Antonio Candido. Candido comenta essa questão de forma inicial em seu prefácio, discutido aqui anteriormente, e a desenvolve, um pouco mais, num texto em que afirma ser, *Raízes do Brasil*, o único livro de Holanda do qual se pode dizer ser “meio alemão”. Antonio Candido. “Introdução - Sérgio em Berlim e depois”. In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1988. pp. 119-129.

Para Maria Odila, assim como para Antonio Candido, a dialética hegeliana se destacava na obra de Buarque de Holanda. Segundo ela, a “marca da dialética cabe aqui como um dos traços assimilados e reorganizados, dentro do seu prisma historista”. O que, em sua perspectiva, afastava Sergio Buarque de “idealidades metafísicas”, fazendo com que ele apreendesse as relações humanas no seu “devir”. Silva Dias afirmou que a “marca” do método dialético, na obra de Holanda, seria condizente com sua admiração pela reflexão de Georg Lukács, e com sua “afinidade constante” com o “revisionismo marxista”. Contudo, é o que ela designava com “filosofia historista” que, segundo ela, ocupava o cerne da percepção histórica holandiana⁹.

Ao apresentar o ponto de confluência entre Sergio Buarque e os “historistas”, e portanto, definir o característico que os identificava, Maria Odila Dias refletia sobre a noção de “empatia”, e sua correlação com o conceito de “compreensão”. Seguia, nesse sentido, o interesse apresentado por Antonio Candido, que havia definido “empatia” como o “gosto alemão”, que permitiria ao conhecimento obtido um nível, no qual a “compreensão” se tornaria “forma quase misteriosa de penetrar no objeto de estudo”¹⁰. Segundo Maria Odila, portanto, Buarque de Holanda “acreditava” na objetividade dessa forma de conhecimento histórico que, para ela, “consistia na interseção entre os problemas do presente, que envolviam o historiador, e sua observação participante nos valores da época passada”. Em sua concepção, esse procedimento estabeleceria uma “certa comunhão” entre o historiador e o processo do “devir”, equivalendo à “empatia”¹¹.

Em outro artigo, Silva Dias reiterava essas observações em relação à obra de Holanda, todavia, esclarecendo a difusão pelo pensamento de Wilhelm Dilthey do conceito de “compreensão”. Em seu “Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda”, era o que Maria Odila chamava de “estilo”, que demarcava o encontro de perspectivas entre Dilthey e Sergio Buarque. “Para ele, como para Dilthey e outros historistas, o estilo era parte integrante do exercício de compreensão ou *Verstehen*, pelo qual o historiador se

⁹ Idem, *ibidem*. pp. 17-19.

¹⁰ Antonio Candido de Mello e Souza. “Introdução - Sérgio em Berlim e depois”. *ob. cit.* pp. 123-124.

¹¹ Maria Odila Leite da Silva Dias. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 21.

tornava observador participante de valores e forças peculiares a uma outra época do passado”¹².

A este respeito são pertinentes alguns comentários de Rudolf A. Makkreel sobre a relação entre “compreensão” e “empatia” no pensamento diltheyano. Responsável pela tradução para a língua inglesa de significativos textos do filósofo e historiador alemão, Makkreel propõe que se a “compreensão” fosse realmente “empática”, ninguém seria capaz de compreender nada além de outras expressões de seu próprio tipo de “visão de mundo” (*Weltanschauung*). Segundo Makkreel, Dilthey não restringia tanto sua “teoria da *Verstehen*”, fazendo uso do termo “empatia” (*Einfühlen*), não para equipará-lo com “compreensão” (*Verstehen*). Na verdade, Dilthey previa uma série de operações que envolviam a “compreensão”, que serão apresentadas no segundo capítulo¹³.

A análise de Maria Odila me parece significativa por sua aposta na fundamentação alemã do “estilo e método” de Sergio Buarque. Ela é especialmente importante pelo adensamento das possíveis referências alemãs não restritas ao âmbito do pensamento weberiano que, como reconhecia o próprio Antonio Candido, era “temperado” por outros matizes. Contudo, a tentativa de abarcar a obra de Buarque de Holanda, como um todo, torna sua análise problemática, em meu entender, pela extrema complexidade de suas ancoragens, tão diversas. Isto acontece ainda, porque ela acaba por concorrer para sua descontextualização, ao não perceber os influxos históricos, e historiográficos, específicos dos momentos em que foram elaborados os componentes da obra de Holanda. No mesmo sentido, observando meu próprio ponto de vista, não parece consistente a dissociação que Maria Odila Silva propõe, entre os fundamentos teóricos e epistemológicos de Buarque de Holanda, e a sua trajetória política e intelectual, justamente quando pretende entender sua produção historiográfica.

O terceiro comentário que vale a pena destacar, para o dimensionamento de meu interesse de estudo, é de Nicolau Sevcenko, que apontou a importância de relacionar os projetos estéticos de Sergio Buarque àqueles de seus pares intelectuais na década de 1920. Se a relação é interessante, sua argumentação, no entanto, leva a vislumbrar, na produção

¹² Maria Odila Leite da Silva Dias. “Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria Estadual de Cultura, Arquivo Estadual, Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1988. pp. 73-79.

¹³ Rudolf A. Makkreel. *Dilthey: philosopher of the human studies*. 3ª ed. Princeton: Princeton University Press, 1992. p. 6.

de Buarque de Holanda, uma “apoliticidade” pouco compatível, do meu ponto de vista, com a pretensão de suas práticas intelectuais. No caso dos comentários de Sevcenko, reproduzo suas palavras, porque ao apresentar sua argumentação ele sobrepôs vários artigos coevos de Sergio Buarque. Cito, então, seus próprios termos, antes de estender minhas observações¹⁴.

“Sérgio Buarque de Holanda estabelecia assim uma interlocução sólida com o perspectivismo volúvel e a mobilidade descentrada de, por exemplo, Blaise Cendrars, agente, segundo ele, de ‘uma impermanência desconcertante e encantadora’¹⁵. Por isso, para o crítico paulista, nascido no bairro da Liberdade, ‘a obra de arte não exprime nunca uma solução, mas simplesmente uma atitude. Diante de cada questão que propõe um determinado momento é sempre possível a nós tomar um ponto de vista novo’¹⁶. É só nessa senda de uma mobilidade em aberto, como recurso alternativo ao apelo compulsivo da mobilização, que se pode compreender formulações que parecem soar enigmáticas atualmente, mas eram de uma oportunidade rara no debate cultural daquele momento. ‘Não se pode mais hoje - escrevia ele em 1928 no *Jornal do Brasil* - como no tempo de Santo Agostinho, ser ao mesmo tempo um cidadão do céu e da terra. E o pensamento que realmente quisesse importar para a nossa época há de se afirmar sem nenhum receio pelos seus reflexos sociais, por mais detestáveis que estes pareçam. Há de ser essencialmente *apolítico*’¹⁷. Ao contrário, pois, do que sugeriam Ronald de Carvalho e Jean Maxence, a confusão não só é fecunda, como é libertadora, ao colocar as mentes em estado de desprendimento, propiciando a reavaliação crítica permanente do fluxo errático das circunstâncias. É por isso que, segundo Sérgio Buarque, ‘só à noite enxergamos claro’¹⁸”.

Apenas de modo aparente as palavras de Sevcenko negam a possibilidade de vislumbrar uma imbricação entre política, literatura e história, na crítica literária de Buarque de Holanda. Isto porque, como se percebe, a “atitude” é tida aí “como recurso

¹⁴ Nicolau Sevcenko. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 312.

¹⁵ Sevcenko referiu ao seguinte artigo: Sergio Buarque de Holanda. “Conversando com Blaise Cendrars”. In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. org.: Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 99.

¹⁶ Essa passagem, Sevcenko retirou de uma entrevista de Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto, de 1925: Entrevista de Sergio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto. “Modernismo não é escola: é um estado de espírito”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1925. Igualmente publicada em: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. org.: Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 72.

¹⁷ Este trecho encontra-se em: Sergio Buarque de Holanda. “Tristão de Athayde”. In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. org.: Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 114. O grifo é de Buarque de Holanda.

¹⁸ Aqui, também, Sevcenko citou o livro organizado por Assis Barbosa, porém com uma paginação equivocada: ele apontava a página 9, no entanto, o livro se inicia à página 11. Todavia, a frase é retirada de: Sergio Buarque de Holanda. “Perspectivas”. In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. org.: Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 66.

alternativo ao apelo compulsivo da mobilização”. Nesse sentido, vale avaliar se proposição de uma “atitude” estética apolítica não significaria, antes de mais, uma tenção, por parte de Sergio Buarque, de intervenção política diferenciada no debate coevo. Talvez, ele estivesse interessado em se afastar de grupamentos de definição partidária e, ou, ideológica, que Holanda entendia como estabelecidos sobre quadros fixos de idéias aos quais o indivíduo submete sua subjetividade; como, por exemplo, os dos comunistas, fascistas e católicos. Dessa forma, seria lícito supor que a noção de política, mais ajustada às pretensões e convicções de Buarque de Holanda, fosse a que define tudo o que é urbano, civil, público, e, até mesmo, e sobretudo, sociável e social. Neste sentido que instrumentalizo nesta tese uma noção de política que supõe, nessa medida, uma perspectiva ética intrínseca, prevendo hábitos, costumes, e usos, como elementos definidores de um determinado código moral, de conduta social e cultural.

Destarte, a comunidade entre os indivíduos, formando agrupamentos de diferentes caráter e grau de universalização, se daria por meio da interação entre suas subjetividades, e não a partir de uma clivagem dada anterior, ou aprioristicamente, como seria aquela definida, por exemplo, por um alinhamento partidário, ou, ideológico. Assim, a própria constituição desses agrupamentos seria estabelecida a partir de uma inefável reciprocidade de sentimentos. Com isso, através de uma valiosa intersubjetividade dos juízos e sentimentos, é que Sergio Buarque pressuporia a delimitação de uma comunidade dos sujeitos sensíveis, ligados por um sentimento imediato de suas capacidades compartilhadas¹⁹. Desse turno, sugiro que a perspectiva social, política e ética, bem como, cognitiva, de Buarque de Holanda, contemplava, de maneira determinante e constituinte, uma perspectiva estética. De um tal modo, que a possibilidade de inseri-lo em grupos de intervenção política, parece mais plausível e adequado, quando se utiliza o parâmetro dos projetos estéticos e éticos em disputa como critério para a clivagem que se venha a estabelecer.

Uma vez apresentada a matriz interpretativa que dá azo à minha própria interpretação da trajetória intelectual e política de Buarque de Holanda, passo a apresentar

¹⁹ Sobre as questões estéticas e éticas: Terry Eagleton. “O imaginário kantiano”. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. pp. 55-77. Hans-Georg Gadamer. *La actualidad de lo bello: el arte como juego, símbolo y fiesta*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, ICE-Universidad Autónoma de Barcelona, 1991. Hans-Georg Gadamer. *Verdad y método: fundamentos de una hermenéutica filosófica*. Salamanca: Editora Sígueme, 1977.

os outros lados que meu trabalho pretende contemplar de maneira consistente. Antes de mais, meu esforço foi no sentido de abarcar o período de duas décadas sobre a produção e a atividade de Sergio Buarque, a fim de vislumbrar o desenvolvimento de suas ações e idéias. O período foi selecionado por ser o de sua formação intelectual, política e profissional, sendo ainda um momento decisivo para a própria legitimação da atividade social de produção intelectual no Brasil, com o fortalecimento institucional das instâncias de trabalho do escritor. Assim, foi feita uma opção por pesquisar não apenas a obra de Sergio Buarque, mas também, a sua relação com os seus pares intelectuais, pretendendo que através do acompanhamento de sua trajetória fosse possível atinar para a consolidação da rede social de produção intelectual, naqueles anos em que se construíram as bases institucionais de cultura letrada para a profissionalização da atividade escrita.

A trajetória de Buarque de Holanda é especialmente rica nesse sentido, por ele ter exercitado uma variedade dessas atividades que envolvem a produção social do escritor. Afinal, ele exerceu a crítica literária, e de cultura, foi jornalista, tornou-se escritor publicado em livro, e professor universitário, fez a vez de editor, administrou uma biblioteca pública, e presidiu uma associação de escritores. Além disso, conviveu, polemizou, brigou, e fez amigos, entre alguns dos escritores de maior renome de sua época, tendo trânsito entre personagens de variados grupamentos políticos e culturais. Portanto, minha interpretação sugere considerar criticamente sua inserção no debate intelectual e político então em voga, para além da configuração de seu quadro de idéias, no entanto, sem deixá-lo de lado.

Com essa pretensão, estabeleci como peças privilegiadas de meu repertório de fontes documentais, correspondências pessoais e administrativas, artigos de jornais e revistas, livros, e documentos de administração institucional. As correspondências, sobretudo, foram utilizadas das mais diversas maneiras, serviram como ilustração, também como critério para datações e indicações de idéias, mas, principalmente, para observar o emaranhado das relações pessoais que perpassavam, desde o estabelecimento de amizades e conflitos, até jogos de prestígio e poder, capazes de interferir, na escolha de publicações, ou, em ações públicas, privadas e de governo. Há contribuições para os pesquisadores, como a indicação de textos não levados em conta até aqui pela bibliografia especializada, como os da revista *A Banana*, e o seu artigo “A moderna literatura brasileira”, publicado

em alemão na revista *Duco*. Além disso, há referência a um importante material de caráter administrativo, como relatórios e pareceres referentes às instituições em que Sergio Buarque atuou no período.

Ao longo de todo este texto de doutoramento observei o eixo que norteou a pesquisa da qual ele é resultado. A trajetória intelectual e política de Sergio Buarque de Holanda, entre as décadas de 1920 e 1930, ancora informações sobre a formação do pensamento historiográfico e da obra do polígrafo paulistano bem como sobre suas intervenções nos debates em torno de projetos para a formação nacional brasileira e a profissionalização dos escritores brasileiros. O repertório conceitual empregado para a coleta de dados é expressão da pesquisa e das considerações hipotéticas que serviram como ponto de partida para este estudo, e será o mesmo utilizado para orientar a apresentação da proposição interpretativa que ele encerra. Na verdade, a instrumentalização desse repertório se dá pela associação de determinadas noções que tencionam dar substância e uso a uma noção de intelectual capaz de contemplar a produção escrita de Sergio Buarque e seus pares naquelas décadas do século vinte.

Nesse sentido, aponto que a noção de intelectual a ser implementada diz respeito, em sua primeira clivagem, àqueles que lêem, escrevem e difundem textos, concebendo essas atividades como indissociáveis para a definição das práticas sociais de produção escrita. No caso específico de Sergio Buarque e seus pares, são intelectuais que lêem, escrevem e difundem textos sobre o nacional, o popular e o moderno no Brasil daqueles anos. Busquei por temas e escritores que informaram o pensamento de Buarque de Holanda, como também pelos critérios estabelecidos para fundamentar suas atividades e projetos de conhecimento, político e social visando o Brasil. Examinei os elementos que deram subsídios à sua escrita, tanto de crítica literária e de cultura, como jornalística e historiográfica. Além de considerar decisiva sua inserção nos vários veículos de divulgação e comercialização de idéias, com que manteve vínculos e onde registrou sua obra coeva.

A trajetória intelectual e política de Sergio Buarque de Holanda é tomada aqui como chave privilegiada para vislumbrar como se imbricam debates sobre projetos, seja para a literatura brasileira ou para a formação nacional, e práticas de produção de escritores coetâneos. De tal modo que tais debates e práticas confluem para a equação de apenas uma

questão: como interpretar a tradição brasileira, para projetar e intervir na formação de uma cultura nacional moderna?

Daí os elementos temáticos dessa noção de intelectual. O nacional, definido pelas comparações com outras nações, sobretudo, européias e americanas. O popular, marcado não apenas por caracterizações do que seja o povo, mas ainda pelas considerações sobre manifestações culturais definidas como de determinada extração social em contraposição a uma outra dita erudita. O moderno, delimitado pelas interpretações e intervenções propostas diante das tradições nacionais, em comparação às tradições européias.

No desenvolvimento do processo de pesquisa foi possível aferir o uso desses instrumentos, estabelecendo dois nexos identitários mais específicos entre Holanda e outros escritores a serem elencados. O primeiro deles, o do romantismo – termo que terá neste âmbito um significado peculiar, conforme sua utilização vária pelo próprios escritores que serão discutidos. Por um lado, o termo dirá de uma temática corrente no período, em uma referência à “escola” romântica brasileira, que mesmo considerada, muitas vezes, como parâmetro de expressão do sentimento nacional, era criticada pelo sentimentalismo exagerado e pela idealização da realidade brasileira. Num outro sentido, dirá de algo como um ambiente de reflexão romântico, que informava a própria constituição dos parâmetros críticos para a literatura, a sociedade e a formação nacional brasileira, a partir de influências, nem sempre conscientes e arbitradas, de vertentes do pensamento romântico francês e alemão. No caso de Sergio Buarque, especificamente, seu domínio precoce do idioma, devido às aulas no Colégio São Bento, e seu contato temporário com alguns escritores alemães, como Goethe, foram elementos determinantes para o cultivo de uma perspectiva fundada e alimentada no pensamento romântico alemão – constituindo uma referência que fundamentou seu solo de visada estético e ético.

Note-se que uma tal noção de romantismo não contradiz a vasta e complexa gama de movimentos literários e filosóficos que se reuniram sob essa alcunha. Nessa perspectiva, não houve apenas um romantismo, ou, o movimento romântico, mas sim, inúmeros. Todos identificados, não por um conjunto determinado de diretrizes, princípios, ou ideário, mas antes, pelo desejo de realizar algo novo, diferente, original. De tal forma, que ressaltava a liberdade do indivíduo em sua busca criativa, do mesmo modo, que se amoldava, e fomentava, formas específicas de nacionalismo e formação nacional. Com isso, esse termo,

a despeito de certos ideais comuns, adapta-se a diversas condições e circunstâncias, sendo maleável, como o próprio pensamento romântico, que procurava absorver mesmo as obscuridades subjetivas do indivíduo. Diante desse “fantasma da indefinição e da imprecisão”, dada a impossibilidade de uma conceituação indubitável, instrumentalizo esse termo como uma noção articulada aos próprios termos de Buarque de Holanda, a fim de dar nexos às diferentes ancoragens para constituição dos critérios críticos para a literatura, a sociedade e a formação nacional²⁰.

O segundo nexo de identidade que irei dispor em minha argumentação será o de estrutura de querelas. Esse se refere ao modo operante dos debates entre os escritores que abrange dois aspectos que se coadunam, estabelecendo os limites para a credibilidade e a legitimação de sua própria atividade social de produção. Um aspecto, enfeixando esses escritores num complexo de referência mútua, que determina o teor de suas relações pessoais, conflitos e polêmicas, aproximações intelectuais e amizades, que se definem em torno de temas e questões comuns. Tais querelas favorecem a formação de grupamentos de escritores, implicando a criação de órgãos de difusão, influenciando em instituições culturais e educacionais, e, também, determinando os processos de profissionalização da prática social de produção escrita.

Essas relações pessoais, de amizades e conflitos, tinham suporte nos veículos de divulgação e, ou, comercialização de idéias, e nas instituições de cultura letrada, públicas e privadas – desde jornais e revistas, até editoras, universidades, bibliotecas e institutos nacionais – que, simultaneamente à sua criação e expansão, fundamentavam a institucionalização social das práticas de produção intelectual, favorecendo a profissionalização do escritor. A noção de estrutura de querelas permitirá, portanto, dar nexo de identidade aos projetos estéticos e éticos em disputa em torno da interpretação da tradição, visando a formação de uma cultura nacional moderna.

Resta expor a organização dos temas ao longo da tese. O primeiro capítulo, apresenta a trajetória intelectual e política de Sergio Buarque de Holanda, entre os anos de 1920 e 1926, visando observar sua formação conceitual em contato com os estudos literários. A ênfase é dada às relações com o “movimento modernista” e a ancoragem no

²⁰ Vale consultar: Karin Volobuef. *Frestas e arestas, a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: F.E. Unesp, 1999. Márcio Seligmann-Silva. *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica literária*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

ambiente de reflexão romântico, que informa também, a estrutura das querelas então estabelecida. Vale destaque para a produção em crítica literária do escritor e o estabelecimento dos critérios de crítica que, mais tarde, informarão sua perspectiva historiográfica.

O segundo capítulo abrange o período, de 1929 até 1936, com sua estada na Alemanha, o giro temático que ocorre no interesse intelectual e político de Sergio Buarque de Holanda, além de uma análise do seu primeiro livro *Raízes do Brasil*, em sua relação de difusão com a editora José Olympio, sua estruturação conceitual, e a perspectiva que implica o âmbito da trajetória política de seu autor.

Por fim, no terceiro, será apresentada a relação de Sergio Buarque de Holanda com as instituições de cultura letrada em que atuou no período de 1936 até 1946. Nele, ressaltos as relações pessoais e sua influência em instituições como, a Universidade do Distrito Federal, o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional, visando o desdobramento do percurso de profissionalização do escritor, até sua participação na Associação Brasileira de Escritores.

I

.Romantismo no romantismo.

“Só à noite enxergamos claro”

(Sergio Buarque de Holanda)

a) *Originalidade literária.*

São Paulo 1920. O *Correio Paulistano* era órgão de expressão oficial do Partido Republicano Paulista¹, do então governador do estado, Altino Arantes². Polarizava a cena jornalística com *O Estado de São Paulo*, deixando as provocações para *A Platéia* e *A Gazeta*. Este último jornal havia sido vendido por Antonio Covello, também redator político do *Correio*, para seu diretor comercial Casper Líbero³, que fez de Menotti del Picchia diretor de redação.

Foi aí, neste meio de difusão de idéias, em meados do ano que Sergio Buarque de Holanda publicou seu primeiro artigo. A publicação fora favorecida por Afonso d'Escagnole Taunay, seu professor de história no Colégio São Bento e amigo de seu pai. O filho do senhor Christovam Buarque de Hollanda, professor de botânica na Escola de Farmácia e Odontologia que ajudara a fundar, estreava nas letras, mas não nos meios de difusão. Sua primeira publicação fora na *Tico-Tico*, aos nove anos de idade, quando divulgara uma sua valsa, intitulada *Vitória Régia*⁴.

Sergio Buarque trazia consigo ali, quando de seu debute, ainda iniciantes, os passos de dança que aprendera no curso de Yvonne Daumerie e que fazia questão de treinar nos salões do Paulistano, do Trianon e nas maratonas dançantes que rompiam a madrugada de

¹ Menotti del Picchia. *A longa viagem: 2ª etapa*. São Paulo: Martins; Conselho Estadual de Cultura, 1972. p. 58.

² Idem, *ibidem*. p. 50.

³ Idem, *ibidem*. p. 56.

⁴ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. As indicações que constam desses apontamentos foram do próprio Sergio Buarque, tendo flagrante cunho memorialístico que levou a uma ordenação mais temática que propriamente cronológica. O texto foi feito a pedido de Francisco de Assis Barbosa, para que pudesse usá-lo em seu artigo “Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda...”, publicado em *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*, que constituiu uma publicação da Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo, associada ao Arquivo do Estado e à Universidade de São Paulo, em 1988. É importante que se tenha em mente que esse artigo de Assis Barbosa é a principal, posto que única, fonte para aqueles que comentam a “vida e obra” do escritor paulistano. Esses apontamentos da esposa de Sergio Buarque foram entregues à Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda, na Biblioteca Central/Unicamp, em 1985, tendo recebido anotações da bibliotecária indicadas pela autora, e estão hoje disponibilizados para acesso público. pp. 1-17.

Campinas, as “campinadas”⁵. Provavelmente, dava ainda risadas vivas ao lembrar de sua calça arrebrandando na hora de receber das mãos da filha de Altino Arantes a caderneta do Tiro 35 – o *tiro de guerra* de sua época –, onde conhecera Fausto de Almeida Prado Penteado que o apresentaria a Yan de Almeida Prado⁶. Portanto, jovem, antes mesmo de completar seus dezoito anos, Sergio Buarque tivera a oportunidade de ver suas letras impressas no órgão de maior influência política da imprensa paulista.

Nessa mesma época ele começara a estabelecer contatos sociais que iniciariam a demarcação de seu próprio âmbito de relações intelectuais, mais independentes daquelas mediadas por seu pai, próximas de seus interesses culturais, principalmente, pela literatura. Principiara então relações de proximidade e, muitas vezes, amizades, que perdurariam por seu curso de vida. Formava-se, naquela época, um grupo que mantinha encontros no escritório de advocacia do doutor Estevam de Araújo Almeida, pai de Tácito e de Guilherme de Almeida, composto, além desses dois, por Antonio Carlos Couto de Barros e Rubens Borba de Moraes. Sergio Milliet aparecia mais esporadicamente. Os primeiros tratos com Mario de Andrade e Oswald de Andrade também se deram ali. Por vezes, talvez pretendendo honrar o aviso de que “neste escritório só se trata de advocacia”, o grupo seguia para o Café Pinoni, ou, para a Vienense, ainda que sua frequência mais constante fosse na Confeitaria Fazzolli, na rua São Bento⁷.

É provável que este mesmo grupo tenha brindado, na Fazzolli, a estréia de Buarque de Holanda na estreita rede de difusão de idéias que informava o Brasil daquela época. Afinal, seu primeiro texto vinha direcionado para preocupações comuns como a literatura e a possibilidade de se constituir nessas plagas uma tal que se pudesse dizer propriamente nacional, demarcando a originalidade literária brasileira.

Ambientado num nível reflexivo da crítica de cultura e da história da literatura, a própria temática escolhida para seu primeiro artigo e o título que o anunciava já são significativos para sua apreciação. O tema geral era a “originalidade” intelectual brasileira, discutida a partir do ponto de vista da literatura nacional e da possibilidade da “consumação espiritual” desta nacionalidade. De tal modo, que desde então se estabelecia uma clara orientação reflexiva de seu pensamento sobre a “formação nacional”.

⁵ Idem, *ibidem*. p. 3.

⁶ Idem, *ibidem*. p. 2.

⁷ Idem, *ibidem*. p. 3.

Nesse sentido, a opção por iniciar por este artigo não significa valorizar simplesmente o marco cronológico que ele representa. Mais do que ter sido o primeiro texto a vir a público, “Originalidade literária”⁸ é importante por trazer marcas que possibilitam perceber elementos definidores de preocupações que informavam o jovem escritor e que, de uma perspectiva ampliada, revelam aspectos constituintes do desdobramento posterior de sua obra. Nesse artigo, a destacava-se a relação entre independência intelectual e política brasileira, discutindo a originalidade literária nacional e a formação da nacionalidade, em vista do estabelecimento da questão do americanismo.

Sergio Buarque de Holanda iniciou seu primeiro texto publicado referindo à obra, na literatura provençal, do poeta francês Frédéric Mistral para afirmar que a “independência intelectual” de um povo não requeria sua “emancipação política”. A “emancipação intelectual” não seria, e segundo ele, nem podia ser, derivada da “emancipação política”⁹. Apesar da dissociação entre literatura e política, a menção conjugada dos termos já seria um primeiro indicativo de sua atenção para questões suscitadas anteriormente por Sílvia Romero e José Veríssimo, que viam uma vinculação mais estreita que Holanda entre autonomia política e produção literária própria¹⁰.

Assim, se Sergio Buarque não concordava com o equacionamento da questão feito por esses seus informantes intelectuais, ele se mostrava concorde com as variáveis do problema. Quer dizer, ele deixava claro que, “não é, nem podia ser, um corolário fatal”, procurando minimizar a naturalidade relacional, insinuada pela causalidade necessária,

⁸ Sergio Buarque de Holanda. “Originalidade literária”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 22 de abril de 1920. Publicado também em: Holanda, Sergio Buarque de. *O espírito e a letra: estudos e crítica literária I, 1920-1947*. Org.: Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁹ Idem, *ibidem*. s/p.

¹⁰ No que diz respeito a Veríssimo, isso se depreende, por exemplo, quando em sua *História da literatura brasileira*, afirmava que “a literatura que se escreve no Brasil” já seria “expressão de um pensamento e de um sentimento que se não confundem mais com o português”. Isto seria certo, “desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política”. Romero, por seu turno, também associava de modo natural independência política e literária em sua introdução ao livro *A literatura e a crítica moderna*. Constatava ele então, “atravessamos uma época de crise para o pensamento nacional: na política e na literatura o momento é grave. Numa como noutra, nos falta a força própria”. Na “ordem social” falhava “a vida do município e a dignidade do trabalho independente”, ao passo que nas “letras falece-nos o peso das convicções maduras e a sublime audácia dos espíritos emancipados”. Vide. José Veríssimo. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 13. Dado a público em 1916. Sílvia Romero. “Introdução”. *A literatura e a crítica moderna. Ensaio de generalização*. Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Ferreira Dias, 1880, pp. 5-16. In: Antonio Candido. *Sílvia Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed da USP, 1978. pp. 3-7. Apesar desta questão da independência política

entre emancipação intelectual e política. Não significa, entretanto, que estivessem apartados, ao contrário, política e literatura se alinhavam, apesar de não serem consideradas mutuamente dependentes.

A referência de Holanda para as Américas era Francisco García Calderón, que em seu volume *Idéas y impresiones* refletiu sobre a originalidade literária americana, historiando fatores capazes de contribuir para a “completa emancipação espiritual do novo mundo”¹¹.

Preocupado com a porção onde domina a língua de Cervantes, Calderón demarcava o “mais remoto fator de originalidade literária” como tendo surgido na América com a contemplação pelos conquistadores europeus de uma “nova flora”, mais “grandiosa” e “magnífica”, e de uma “fauna” mais “rica” e “interessante” que aquela com a qual estavam habituados no seu continente. O fator primordial, no entanto, seria o contato com “nações selvagens”, de “costumes, tradições, idéias e crenças” diversos daqueles. Era natural, dizia Holanda, que a impressão causada por esta “natureza onímoda” subvertesse as “manifestações intelectuais dos conquistadores dos moldes consuetudinários”¹².

Esse trecho insinua a correlação entre aspectos estéticos e éticos, crucial na preocupação de Sergio Buarque, nutrindo toda sua reflexão sobre a sociedade brasileira e seu relacionamento com seus pares. A interação desses aspectos e seus efeitos para a construção das questões suscitadas por Holanda e, ou, de seus argumentos, devem ser percebidos não apenas em referências diretas e objetivas, mas por vezes, em traços indicativos do ambiente de reflexão herdado do romantismo¹³.

Da tendência à alteração das “manifestações intelectuais dos colonizadores dos moldes consuetudinários” os frutos principais foram “Araucana”, de Ercila, e, “Rusticatio

e literária ter sido suscitada antes por Gonçalves de Magalhães, são Veríssimo e Romero as principais referências para Sergio Buarque naquele momento.

¹¹ Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.* s/p.

¹² Idem, *ibidem.* s/p.

¹³ Importa atentar para como a “natureza” em sua manifestação de “fauna” e “flora” alteraria a percepção sensitiva e intelectual do sujeito colonizador, de maneira a influenciá-lo numa nova expressão intelectual. De igual modo, as “manifestações intelectuais” dos colonizadores se alteraram por força do impacto da “natureza” em todas as suas manifestações, concebendo-se aí, inclusive, como referia Buarque de Holanda, o contato com as “nações selvagens” americanas. Com efeito, o peso do contato político e social era considerado de forma determinante nos primeiros resultados dessa “tendência” de alteração perceptiva. Afinal, segundo Holanda, eles se produziram naqueles “lugares onde o embate entre conquistadores e aborígenes se deu com maior violência”, ou mesmo, “onde o estado de adiantamento e cultura social destes era relativamente elevado”.

mexicana”, do padre Landívar. Poemas em que haveria, para Calderón, claros “vestígios de americanismo”, com “descrições, evocações e assombro lírico ante o novo mundo descoberto”. Tais produções resultavam, dizia, de um esforço enorme da “raça conquistadora”, fazendo com que o “americanismo” não passasse daí, por não terem os poetas que a eles sucederam conservado “essa tendência”. Observava o crítico peruano, afirmou Sergio Buarque, que seria vã a procura nas obras desses poetas pelo “sentimento da natureza”, que não seria por eles descrita, no “vasto cenário” que os rodeava; antes, a “imitam”, dizia. Com recurso a uma caracterização que seria cara a Holanda, Calderón afirmava ser “raça individualista” a espanhola, que “aventureira e lutadora”, rejeitava a poesia pastoril e bucólica, não aspirando “confundir-se com a terra pródiga”¹⁴.

No que diz respeito ao Brasil, Buarque de Holanda apontava diferenças quanto ao impacto do “novo mundo” nos colonizadores portugueses e em suas manifestações americanistas. Estabelecendo uma comparação fundante em sua obra entre espanhóis e portugueses, afirmava formarem estes “povo menos idealista”, “mais prático” que o espanhol, não tendo tido, deste modo, uma “impressão tão sutil da natureza” que se lhes apresentava. Além disso, dizia, as “tribos selvagens e erradias” não podiam “inspirar” aos “dominadores, em geral incultos e rudes, senão desprezo e ódio”. Isso explicava que não tivéssemos “nenhum poema ou epopéia dignos desse nome”. Não havia, segundo ele, sequer assunto para tal. O valor da “Prosopopéia”, de Bento Teixeira, não iria além de ter dado início ao “pensamento brasileiro em assuntos literários”¹⁵.

Nas terras de domínio português, os primeiros poemas apareceram mais tarde e por motivos diversos daquele impacto sobre a sensibilidade e o intelecto do colonizador. No Brasil sua origem se associava à “concepção errônea do patriotismo”, sua “causa principal” seria o que chamam os franceses de *chauvinismo*. Tais idéias, de valorização desproporcionada da pátria, teriam se infiltrado de tal forma no “espírito do povo” que os “primeiros frutos da nossa literatura” não passavam de “elogio burlesco e exagerado às nossas riquezas naturais”, afirmava Holanda.

Iniciadores dessa “tendência americanizante de nossa literatura” teriam sido José Basílio da Gama e Santa Rita Durão, que com isso tiveram primazia na chamada Escola Mineira. Contudo, esses “clássicos” não constituíram como objeto principal de suas obras

¹⁴ Sergio Buarque de Holanda. *ob. cit.* s/p.

“as nossas belezas naturais”. Centravam-se no “selvagem”, no “homem americano”, que habitava essas terras¹⁶.

A partir deste trecho posso destacar os elementos que compõem a questão do *americanismo*, realçando os aspectos que importam a partir de meu ponto de vista. O primeiro aspecto que merece destaque é que os “vestígios de americanismo” percebidos em “Araucana” e em “Rusticatio mexicana” são originados naquele “assombro lírico ante o novo mundo”. O que remete àquela forma alterada de perceber diante da realidade natural e humana imposta pelo contato com o mundo americano. Portanto, tal elemento se erige, antes de mais nada, sobre o solo da relação entre estética e ética.

Um segundo aspecto. A expressão americanista se fez, nessa perspectiva, por um “esforço ingente da raça conquistadora”. O americanismo se constituía, assim, não pelo esforço expressivo da população autóctone americana, mas antes pelo esforço daqueles que aqui chegaram pelo oceano Atlântico. Era a expressão do conquistador, ao subjugar as populações que habitavam as terras a oeste do continente europeu. Se facilmente se acentuava o semblante do meio, de modo quase corriqueiro se instrumentalizava a noção de “raça” para definir aqueles que se impuseram à população nativa.

Não parece dispensável lembrar que nas passagens comentadas as observações de Sergio Buarque se valiam daquilo que firmava Calderón sobre a América espanhola. Contudo, ao ater-se às terras de domínio português Buarque de Holanda não prescindia nem de seu solo de visada – ou seja a relação entre estética e ética –, nem deixava de nuançar o olhar do conquistador, nem tão pouco da noção de “raça”.

Afinal, apesar de o escritor paulistano afirmar, comparativamente, ser o povo português “menos idealista”, o parâmetro para estabelecer seu comentário continuava sendo o mesmo, qual seja a “impressão”, mais ou menos sutil, da natureza e do homem americanos que tinham aqueles que aportavam naquelas novas terras. Sobressaía na expressão americanista nas terras brasileiras, um aspecto eminentemente político, o “chauvinismo”, e, o foco no “homem americano”. Fato que ao ser comentado possibilitou ao jovem Buarque de Holanda expor uma de suas primeiras, mais eruditas e contínuas

¹⁵ Idem, *ibidem*. s/p.

¹⁶ Idem, *ibidem*. s/p.

referências intelectuais: Goethe – que segundo o paulistano, tinha “razões de sobra” para afirmar que “o homem é sempre o assunto mais interessante para o homem”¹⁷.

Foi essa tendência americanizante centrada no homem que recebeu o nome de “indianismo”, representando o “primeiro tentâmen entre nós para a criação de uma literatura nacional”. Não tendo esta “primeira fase” indianista ido além da obra de Gama e Durão, que apesar de terem merecido louvores de escritores portugueses como Garret e Castilho, padeciam de “pouca cultura literária”, obliterando, para Buarque de Holanda, sua produção.

Além disso, a tentativa de dotar o Brasil de poemas épicos seria “infeliz”, tanto do “ponto de vista histórico, como literário”. Nessa consideração, Sergio de Holanda seguia os passos de quem considerava o “maior historiador da nossa literatura”, Silvio Romero, que dizia ser “infantilidade” a pretensão de constituir poema épico na plagas brasileiras. Como deixava claro a propósito do poema “A confederação dos Tamoios”, de Domingos Magalhães, quando afirmava que a “ausência de mitos, heróis populares e tradições” impedia definitivamente que se possuísse nessas terras “feições épicas”.

A tentativa de constituir poemas épicos brasileiros estaria fundamentada na “inexatidão” que marcava a apresentação dos “caracteres étnicos de nossos selvagens” e na “adulteração” com que se pintavam os “fatos históricos”. Assim o era com o “Caramuru” e com o “Uruguai”, com “quase todas as produções indianistas de nossa literatura”. Ao ponto de Varnhagen – que Holanda dizia notável por dar como exatos acontecimentos que repugnavam pessoas de senso acreditar – ter sido o primeiro a alertar para a “inverossimilhança” da viagem de Caramuru à França, sugerida no poema de Santa Rita Durão¹⁸.

O valor sugerido para a história nessa passagem merece menção, pois não é entendida apenas como área de conhecimento que informa sobre o desenrolar da produção literária, como história da literatura. Seu valor é o fundamento que alicerça a possibilidade de um discurso factível pela literatura, e, de maneira mais ampla, sobre a realidade brasileira. É de um tal teor, que sustentava a própria construção crítica da perspectiva sobre o ato de criação literária. A informação histórica fazia aí a vez de um alicerce de probidade, de fundamento demonstrativo de veracidade.

¹⁷ Idem, *ibidem*. s/p.

O primeiro passo para atingir a “originalidade” literária brasileira não teria ido além de recursos artificiais para a pintura de um quadro com cores distintas daquelas oferecidas pela realidade, em que prevalecia o olhar desfocado sobre o objeto observado. A segunda fase do americanismo, por sua vez, não teria excedido tais limites. Iniciada em 1846, com a publicação dos *Primeiros cantos*, de Gonçalves Dias, trazia a marca do “romantismo indianista”. Único “movimento literário” que, segundo José Veríssimo – outra grande referência para Buarque de Holanda – merecia o “nome de escola”. Mesmo tendo sido algo de clara “importação estrangeira e imitação exótica”, fora o “único” em que se pusera “algo de nosso”, o “indianismo”. José de Alencar marcou seu “apogeu”, e apesar de ter sido acusado de imitar Cooper e Chateaubriand, Sergio Buarque entendia sua obra como “original”, vendo nisso seu “maior mérito”.

No entanto, mantinha contra o indianismo, como “representação étnica”, a censura de Silvio Romero em relação ao poema de Domingos Magalhães: era “falso” e “incompleto”. Falso pela pintura inexata dos “caracteres selvagens” e incompleto por não contemplar o “elemento negro”. “O maior historiador da nossa literatura” acusava serem os “tipos indígenas” de Magalhães, “portugueses de classe média com cores selvagens”. Para Holanda, por sua vez, a descrição do “selvagem brasileiro” em José de Alencar e Gonçalves Dias, apesar de diversa, não os liberava de tal reprovação. Afinal, afirmava ele, reiterando o uso da noção de raça, que “intentaram poetizar uma raça cuja a vida não tem poesia”. Ainda que fosse “sentimentalista” e, talvez, “patriótico”, seu propósito era “falso”¹⁹.

Neste ponto de seu artigo, Sergio Buarque fazia seu balanço final sobre o “romantismo indianista” que medrara no Brasil, ressoando opiniões de suas duas referências centrais. Por um lado, dizia, Veríssimo considerava-o “errôneo na inspiração”, ainda que “fecundo estímulo literário”, posto que procurava “nos dar uma ancianidade heróica e gloriosa no nosso próprio torrão”, exaltando o índio para que fosse adotado como “nosso” antepassado. O que bastava para que os “primeiros frutos do nosso Romantismo” fossem considerados o momento mais importante de nossa literatura. Nesse sentido, seu grande mérito foi seu “caráter americano”, sua “inspiração nacional”; além de ter constituído “escola”, ao contrário do que ocorrera com o indianismo nos países onde produziram Cooper e Chateaubriand.

¹⁹ Idem, *ibidem*. s/p.

Por outro lado, dizia Holanda, Silvio Romero, apesar de suas objurgatórias, não deixara de anotar sua utilidade para “nossa literatura”, afastando-a da “imitação portuguesa”; “vantagem inestimável”. Romero afirmava que sem o indianismo os escritores brasileiros teriam sido levados a “imitar o romantismo lusitano” de Garrett, Herculano e Castilho, não vislumbrando as “veredas mais amplas e mais nacionais”. Os “talentos nacionais” não desceram a tanto por conta de estarem “embebedos na contemplação da natureza e da vida americana”, bem como nas “belezas da literatura européia”²⁰.

Em seguida, ao finalizar, Sergio Buarque afirmava que a obra do indianismo no Brasil não devia ser esquecida para que fosse atingida a “originalidade”. Se sua restauração seria “insensata”, sua “inspiração em assuntos nacionais”, ao contrário, “levaria a idênticos resultados”, porém por veredas mais suaves.

A inspiração em assuntos nacionais não deveria ser entendida como regra, afinal, seguindo o autor de *Provocações e debates*, o escritor estreante afirmava que a “nacionalidade de uma literatura não é cousa para ser feita com as regrinhas de um programa”. Essa não seria uma “questão exterior”, seria antes uma “questão de idéias”, um “fator psicológico, interior”, implicando em uma “formação demorada e gradual dos sentimentos”. Uma tal formação não deveria, no entanto, ser vista com “pessimismo”, como sugeria a perspectiva de Romero, pois, segundo Holanda, o “esforço de um povo pode apressar a consumação espiritual de uma nacionalidade”²¹.

Além disso, parecia inexorável alcançar, a partir de seu ponto de vista, o resultado almejado, posto sua afirmação enfática de que “[o] Brasil há de ter uma literatura nacional, há de atingir, mais cedo ou mais tarde, a originalidade literária”. Sem regras de programa, mas com princípios como os da “inspiração em assuntos nacionais”, do “respeito das nossas tradições” e da “submissão às vozes profundas da raça”, que uma vez observados, dizia ele, “acelerarão esse resultado final”²².

Na conclusão desse artigo, mais uma vez, ganhava destaque a relação entre estética e ética, abrangendo o aspecto da “formação nacional”. Afinal, a “nacionalidade” era compreendida como “fator psicológico”, “questão de idéias e interior” – uma questão da

¹⁹ Idem, *ibidem*. s/p.

²⁰ Idem, *ibidem*. s/p.

²¹ Idem, *ibidem*. s/p.

²² Idem, *ibidem*. s/p.

“formação dos sentimentos”. De tal forma que a comunidade nacional – quer dizer, aquilo que os membros da nação compartilhariam – seria, antes de tudo, algo relacionado aos sentimentos comuns de uns para com os outros, e para com o meio natural que os sustentava. Por isso, o “esforço” partilhado de “um povo” poderia apressar a “consumação espiritual de uma nacionalidade”. Assim, da mesma maneira que Sergio Buarque ressaltava o fator psicológico ao dar destaque ao sentimento de estesia diante da “natureza onímoda” do novo mundo afim de caracterizar o americanismo, ele o apontava aqui como elo intersubjetivo na arquitetura da nacionalidade brasileira.

Esse sentimento de compartilhamento de uma determinada percepção da realidade se mostrava fundamental para a consumação espiritual da nacionalidade, tal como concebida por Holanda. Mais que isso, porém, a proposição desse elã de pertença pode auxiliar para que sejam destacados nexos dessa intersubjetividade, que se pretende partilhada pelos que constituem a nação brasileira que, no entanto, apontam para identidades forjadas num lugar específico e bastante restrito da sociedade brasileira.

Quando Sergio Buarque escreveu referindo à “nossa literatura”, “nossas riquezas naturais”, ou, “nossas tradições”, ele pressupôs uma identidade universalista para uma sociedade extremamente fragmentada social, econômica, política, e também, culturalmente. Ao fazê-lo, ele desconsiderou nexos que acabavam por revelar limites sociais que possibilitavam sua projeção deste sujeito amplificado enunciado como “nós”. Dito de uma outra forma. A possibilidade de partilhar tal ou qual “formação de sentimentos”, para a “consumação da nacionalidade”, presumia mediações sociais de cultura que não eram compartilhadas em nível generalizado pela totalidade de indivíduos da sociedade brasileira coeva. Refletir sobre quem é referido com o pronome pessoal nós, nesse artigo, é crucial para demarcar nexos identitários entre Buarque de Holanda e seus pares, como sujeitos numa determinada e singular situação social – aquela de leitores, escritores e difusores de idéias, através de textos.

Na desigualdade da sociedade brasileira, um dos índices de clivagem marcantes é a possibilidade de realizar o ato da leitura, que determina a exceção de um número diminuto de pessoas constituintes da entidade nacional. Uma exceção ampliada quando se leva em conta a utilização da escrita como manifestação expressiva, e se torna ainda mais intensa, e definitivamente restritiva, ao se considerar o acesso à difusão de textos. Eis aí três

elementos para serem levados em conta ao avaliar a projeção do pronome “nós”. Seu campo de abrangência diz, antes de mais nada, do nexos identitário existente entre leitores, escritores e difusores de textos, como eram aqueles participantes do grupo que se reunia no escritório de Estevam de Araújo Almeida, ou, aqueles com quem Holanda aprendera tanto, como Silvio Romero e José Veríssimo. Nesse sentido, vale reiterar a observação de que a própria temática geral do artigo de que trato aqui foi constituída a partir de uma questão central para esses escritores do dezenove brasileiro: a emancipação intelectual e política brasileiras.

Não interessam, neste momento, possíveis divergências entre a articulação e o equacionamento dos termos da questão, antes importa a recorrência desses termos e, sobretudo, da temática que repisa um problema incomodo, tanto para aqueles escritores já consagrados como para o estreante escritor de São Paulo. Nesse mesmo sentido, seria possível demarcar limites de compatibilidades e, ou, continuidades nocionais, não apenas entre os escritores referidos por Sergio Buarque em seu artigo, mas também, por exemplo, entre outros dois importantes críticos do dezenove. Um deles, Machado de Assis, o outro, Gonzaga-Duque. Tratava-se de valorar a descrição da natureza e do homem brasileiros, de forma a evitar artificialismos e modismos estrangeiros, bem como, imposições de regras na composição, tanto literária como pictográfica. Tratava-se, sobretudo, de formar critérios que presumissem uma expressão nacional, baseando-se numa realidade brasileira específica, servindo como alicerce para discursos validáveis sobre o país, que deveriam isentar-se de artificialidades²³.

Destacava-se a importância de reconhecer as características de uma “formação” de especificidade nacional. Nesse sentido, chama atenção a prioridade que ganha uma representação étnica verossímil dos componentes humanos que a constituem. Buarque de Holanda, mais uma vez, destacava a referência ao pensamento daqueles escritores, críticos de cultura do dezenove, para conceber como o elemento étnico era central no dimensionamento dos limites da formação nacional na perspectiva de Holanda. Vale anotar suas palavras sobre o *indianismo* brasileiro para desenvolver a apresentação deste ponto.

²³ Machado de Assis. “A nova geração”. In: *Obras completas de Machado de Assis*. Volume 29 (Crítica literária). São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife: W.M. Jackson Inc. Editores, 1962. pp. 208-211. Publicado originalmente na *Revista Brasileira*, II, 1879. Gonzaga-Duque. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. Publicado pela primeira vez em 1888.

“Como representação étnica, o indianismo, tal qual existiu no Brasil, merece, em parte, as objurgatórias dirigidas por Sílvio Romero ao poema de Domingos Magalhães. É falso e é incompleto. ‘Falso, porque é inexata a pintura dos caracteres selvagens, incompleto, porque falta o elemento negro’. Os tipos indígenas pintados por Magalhães, diz o maior historiador da nossa literatura, ‘são portugueses de classe média com cores selvagens’. É diversa a descrição que do selvagem brasileiro fizeram Alencar e Gonçalves Dias. Contudo, por esse motivo, não estão livres de censura. Intentaram poetizar uma raça cuja vida não tem poesia, exagerando sobremodo suas qualidades e atenuando seus defeitos”²⁴.

O primeiro aspecto ao qual importa dar relevo é a apropriação da noção de raça por Buarque de Holanda. Na passagem referida apresenta-se uma preocupação com a “representação étnica” dos brasileiros que incorpora sem maiores cuidados aquela noção já largamente difundida desde o dezenove. Na composição da questão do americanismo, ao longo do escrito, são vários os termos definidores que sobrepõem aspectos étnicos, sociais e políticos utilizando-se da noção de raça. É por esses limites de sentido que transitam referências encontradas no desenrolar do artigo como “raça conquistadora”, “nações selvagens”, “elemento negro”, “vozes profundas da raça”. Essa última expressão, por exemplo, apresentada no final do texto aplainava possíveis distinções sociais, culturais ou mesmo étnicas, entre selvagens, negros e conquistadores, favorecendo a uma não distinção semântica entre raça e povo.

Era exatamente nesse sentido, de uma expressão ainda não plenamente elaborada, e portanto, passível de um alargamento semântico que desfocava seu campo de precisão, abrindo possibilidades para incorporação de significados variados e, por vezes, até paradoxais, que se apresentava esse ponto. A instrumentalização dessa noção por Sergio Buarque, aprendida com pensadores como Romero e Veríssimo, apontava a questão do americanismo como problema que envolvia aspectos de cultura, de sociedade, de política. Nessa medida, relativizando o valor das variáveis biológicas, que apesar de minorado frente a padrões de interação relacional dos homens entre si, e com a natureza, ainda ecoava, através da noção de raça e de sua faceta psicológica. Essa faceta era um outro elemento constitutivo, que se apresentava, de maneira exemplar, nas distinções de caráter entre a “raça conquistadora” portuguesa e espanhola, e no apelo às “vozes profundas da raça”. Nessa medida, muito mais que um conceito de abrangência precisa e descritiva, o termo

²⁴ Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.* s/p.

“raça” estava antes eivado de significados nocionais cambiáveis mediante o interesse de descrever este ou aquele processo ou estado cultural.

Enfim, caracterizado como um texto de crítica da cultura e história literária, “Originalidade literária” coadunava as preocupações de Sergio Buarque sobre a literatura, a história, a política e a possibilidade da consumação de uma nacionalidade brasileira. Ao apresentá-lo intencionei deixar claro como seu ponto de vista sobre a “formação nacional” envolvia uma reflexão sobre a questão do “americanismo”. Por sua vez, essa questão foi dimensionada envolvendo uma complexa equação entre aspectos de cunho estético e ético, marcando a nacionalidade como fator psicológico, relativo às vozes profundas da raça.

Com isso, penso ter elencado elementos que podem ser entendidos como estruturantes no pensamento coevo de Buarque de Holanda, como a relação entre história e literatura que ambienta toda sua interpretação da “formação nacional”. Ou ainda, o seu embasamento na conjuminância de aspectos estéticos e éticos, elegendo a questão da originalidade do americanismo como temática preponderante. Além, do “romantismo” como uma temática corrente entre os pares de Buarque de Holanda, e, uma de suas principais fontes para o estabelecimento de critérios para a crítica literária, servindo como um aparato reflexivo específico para pensar sobre a literatura, a história e a formação nacional brasileiras.

Portanto, toda esta longa apresentação do artigo de estréia de Sergio Buarque, justifica-se por possibilitar a pontuação de elementos fundantes de seu pensamento sobre o Brasil. Por um lado, há neste artigo a temática crucial desse período de sua trajetória, aquela da literatura, que já neste texto aparece francamente relacionada à história. Há a questão do americanismo que será desenvolvida, e estará presente pelo menos até a publicação de *Monções*, em 1945. E há as formulações conceituais com que começa a operar seu pensamento sobre a literatura, o americanismo e a história, como aquelas de meio, raça, originalidade, além de outras que suscitam, por exemplo, a herança de pensadores como Silvio Romero e José Veríssimo. Além de fazer ver outros aspectos do solo sobre o qual ele constitui sua perspectiva em torno das questões e das temáticas que elege para sua reflexão.

Ao dar seqüência à seriação de seus artigos irei continuar marcando os termos que são fundamentais no estabelecimento de seus critérios críticos e suas temáticas e questões

principais. Assim, noções envoltas no ambiente romântico como “sinceridade”, “espontaneidade”, ou que envolvem a subjetividade de “indivíduos” – que podem se ampliar ao nível de grandes entidades individuais como nações, povos e humanidade – serão alvo de atenção. Com isso, ao mesmo tempo, será possível demarcar a introdução das questões e temáticas das vanguardas modernas e possíveis torções conceituais.

Em maio de 1920, a *Revista do Brasil* contava fotos com vários ângulos do Monumento do Ipiranga, destacando o projeto de Nicola Rollo, além de uma foto de “Cabeça de crioula”, da exposição de Rego Monteiro, e, uma pequena seção de caricaturas com desenhos de Voltolino e Perdigão. A propaganda que se estampava na revista variava entre empresas como a “Byington & Cia” engenheiros, eletricitas e importadores, únicos agentes da “Westinghouse Electric” e “The British Bank of South America”, até anúncios de “O Biotônico” para organismos ameaçados pela tuberculose, da oficina Dias Carneiro, dos móveis de couro da “Mappin Stores”, e, do vinho reconstituente e do “Bi-urol” de Silva Araújo – além da loteria de São Paulo, da Casa Xavier e outras de advogados, tabeliães e alfaiates²⁵.

Aquele número trazia artigos, entre outros, de José Ingenieros, Godofredo Rangel e Jackson de Figueiredo. Em sua seção de resenhas vinha estampado um texto de Sergio Buarque sobre o livro *Ariel*, de José Enrique Rodó. Esse livro versava basicamente sobre a despedida do mestre Próspero de seus discípulos, que sentados ao seu redor ouviam suas últimas lições sobre os sentimentos, as idéias, a arte, a vida, e, a possibilidade de a América representar o espírito de Ariel. Nele Buarque de Holanda encontrava mote para dar continuidade às suas reflexões sobre a “originalidade” e as possibilidades de “emancipação intelectual e política” nacional.

Ele afirmava, ao iniciar, que “uma nação” que se deixava atrair pela “grandeza” ou pelo “progresso” de outra, de “raça diversa”, era levada a “imitar” seus característicos e traços nacionais, absorvendo sobretudo suas “qualidades nocivas e menos compatíveis” com sua índole própria. Acontecera com a Grécia quando lá penetraram os “costumes orientais”, com Roma quando conquistada pela “cultura helênica”, bem como com todos os

²⁵ *Revista do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, n. 53, maio de 1920. Esta publicação mensal tinha então como diretor Monteiro Lobato e secretário Alarico F. Caiuby. Ela custava para o leitor em seu número avulso 1\$800, sendo que naquele número 53 estampava-se um “aviso ao público”, dando conta de que o aumento dos custos com papel forçavam a alta dos preços avulsos e de assinaturas, a fim de não voltar a utilizar papel jornal.

“países que preferem perder seus caracteres nacionais a deixar de importar costumes exóticos”. Era o que se dava em toda a América Latina com relação à “cultura dos Estados Unidos”. No Brasil, naquela “sociedade em formação que se chama: o povo brasileiro”, o único traço característico que não fora tomado de “nenhuma outra nação” era, segundo Holanda, “o hábito de macaquear tudo quanto é estrangeiro”²⁶.

Sergio Buarque em clara defesa da monarquia, “regime ao qual devemos setenta anos de prosperidade”, criticava a “importação do regime republicano”, fruto da atração pelo “utilitarismo yankee”, que influía para o “desenvolvimento do utilitarismo no povo brasileiro e dessa nossa tendência para imitar” o que fosse estrangeiro. Ele lembrava Strauss para afirmar a “superioridade da monarquia sobre a república”, no que tange ao “desenvolvimento intelectual de uma nacionalidade”. Nos Estados Unidos sentia “um ar infecto de corrupção”, que somando-se à “preocupação em ganhar dinheiro” e ao “utilitarismo”, punham em segundo plano o “espírito intelectual”, a “moralidade política” e a “própria liberdade individual”. Sergio Buarque juntava-se a Schopenhauer, a quem referia como autor de *Die Welt als Wille*, qualificando-os de “proletários da humanidade” e afirmando que o que tinham eles de próprio seria a “vulgaridade sob todas as formas: moral, intelectual, estética” – manifesta na “vida privada mas também na vida pública”²⁷.

O “utilitarismo” que já teria dominado “o espírito do povo norte-americano”, não deveria ser o “nosso caminho”, que teria que ser buscado “conforme o nosso temperamento”. Entre outras coisas, dizia Sergio Buarque, não tínhamos a “disposição a certos trabalhos”, como os que habitam terras frias. O “povo brasileiro” teria índole oposta ao do norte-americano, ao misturarem-se os resultados seriam diversos daqueles lá obtidos.

A posição de Sergio Buarque sobre essa questão é importante para se vislumbrar a utilização que ele fazia, então, da noção de “raça”. Note-se que sua argumentação, pelo menos nesse aspecto, não se afastava muito da que era defendida por certas tendências do pensamento brasileiro, no mesmo período, que se posicionavam radicalmente contra os “cruzamentos raciais”. Sergio Buarque era taxativo ao afirmar que “do conúbio entre indivíduos pertencentes a raças opostas, sai na melhor das hipóteses, o albino”. “Imagine-se

²⁶ Sergio Buarque de Holanda. “Ariel”. In: *Revista do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, n.53, maio de 1920. p. 85.

²⁷ Idem, *ibidem*. pp. 85-86. A referência a Strauss diz do alemão Emil Strauss, agricultor por certa temporada no Brasil, retorna à Europa em 1896, quando decide ser escritor. *Apud* Antonio Arnoni Prado (org.). *Espírito e a letra: estudos e crítica literária* 1, 1920-1947. p. 43.

o pandemônio que nasceria do entrelaçamento de duas civilizações completamente diferentes”. Na verdade, ele era ainda mais enfático, e claro, quando asseverou, desdobrando seu ponto de vista que, “tanto a reunião de indivíduos de raças diversas como entre civilizações opostas é sempre monstruosa, os seus produtos não o podem ser menos”²⁸. Buarque de Holanda assumia um ponto de vista, pelo menos naquele momento, e em relação àquele aspecto, que mantinha afinidades com os que pensavam, por exemplo, que pelo fato de “as raças não serem integralmente puras não se deve inferir que não existam inconvenientes nas misturas heterogênicas”²⁹. De modo algum faria sentido dizer que Holanda comungava com as hostes eugênicas, entretanto o paralelo vale como demonstração das raízes que tangenciavam sua instrumentalização da noção de “raça”.

Sergio Buarque reafirmava, como em “Originalidade literária”, que “só o desenvolvimento das qualidades naturais de um povo pode torná-lo próspero e feliz”. O exemplo, para ele, era a coeva “civilização dos Estados Unidos”, afinal os “germens do utilitarismo” já teriam seguido com os passageiros do Mayflower, fazendo com que eles se desenvolvessem “naturalmente tornando-o numa qualidade inata e intrínseca”. Destarte, eram os norte-americanos admiráveis em sua “considerável atividade física”, e, em sua “incomparável força de organização”. Além do mais, as “nossas condições climáticas” impediriam o sucesso da aplicação em terras brasileiras da “civilização yankee”³⁰.

Na perspectiva de Buarque de Holanda, se acontecesse uma tal absorção da “cultura” e do “utilitarismo yankee”, isso serviria para fazer crescer “nossas desventuras” e para “parasitar esta civilização já doentia e desidiosa”. Portanto, alimentando a preguiça, a indolência e o desleixo que percebia Sergio Buarque, estar-se-ia acelerando a “formação de um cadinho aberto aos defeitos de todos os povos, no qual só ficará de nacional a propriedade de saturar-se deles”³¹.

O jovem paulistano reiterava nesta resenha sua percepção da questão do “americanismo” com todos os seus elementos, tanto os que envolvem seu solo de visada na

²⁸ Idem, *ibidem*. p. 86.

²⁹ Renato Kehl. *Por que sou eugênista: 20 anos de campanha eugênica (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1937. p. 43.

³⁰ Sergio Buarque de Holanda. “Ariel”. In: *Revista do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, n.53, maio de 1920. p. 86.

³¹ Idem, *ibidem*. p. 86.

estética e na ética, como os que dizem respeito à “raça” e à compatibilidade com a realidade brasileira, visando a “formação nacional”. Como se acentua nesta passagem:

“O nosso *desideratum* é o caminho que nos traçou a natureza, só ele nos fará prósperos e felizes, só ele nos dará um caráter nacional de que tanto carecemos. E o caminho que nos traçou a natureza é o que nos conduzirá a Ariel, sempre mais nobre e mais digno do que Caliban.

Ariel, o gênio do ar, em *The tempest* de Shakespeare, representa a espiritualidade em contraposição a Caliban, símbolo do utilitarismo, e que além do mais é um *savage and deformed slave*”³².

Sergio Buarque seguia Rodó prognosticando, pelas palavras de Próspero, a vitória, “entre nós” da América Latina, de Ariel. Aquele que, Clarín definia em prólogo do livro lido por Holanda, amava a “inteligência por si mesma, a beleza, a graça e os puros mistérios do infinito”³³.

“Costumo embriagar-me com o sonho do dia em que a realidade fará pensar, que a cordilheira que se ergue sobre o solo da América, foi talhada para ser o pedestal definitivo desta estátua, para ser a ara imutável de sua veneração”³⁴.

Note-se que primeiro era necessário deixar que Ariel agisse no nível subjetivo e individual da “vida interior”, para depois conquistar as almas. Mais uma vez, toda a possibilidade de definição de uma coletividade consistente em termos políticos, sociais e culturais se define a partir de uma intersubjetividade criada por um determinado sentimento de ordenação da realidade que se pretende encarar. O “americanismo” de Sergio Buarque mantém seus fundamentos num solo de visada estético e ético, radicalizando agora delimitações dentro do próprio continente americano, ao dividir América do Norte e América Latina. Ele buscava o ponto para caracterizar o “nacional”, primeiro alinhando-o ao regional latino americano.

³² Idem, *ibidem*. p. 87.

³³ Idem, *ibidem*. p. 87. Clarín é referência a Leopoldo Alas. *Apud*. A. A. Prado. *ob.cit*. p. 46.

³⁴ Idem, *ibidem*. p. 87. Próspero estava sentado ao lado da estátua de Ariel, com seus discípulos ao seu redor, no início da narrativa de Rodó. Era a este “bronze primoroso”, que se referia o mestre. Vale a pena atentar para as palavras de Próspero antes da conclusão citada por Buarque de Holanda. O mestre comentava como Ariel, “proscrito pela barbárie vencedora”, recobrava sua “juventude e sua beleza”, acudindo “ágil” ao chamado de “quantos o amam e invocam na realidade”. Ele exigia de seus ouvintes que tivessem uma “doce e indelével” lembrança para sua estátua. O mestre pretendia que o bronze marcasse profundamente o “espírito” dos presentes, devolvendo a seus corações “o calor da esperança perdida” nas “horas sem luz do desalento”. Ele vaticinava que “afirmando primeiro no baluarte de vossa vida interior, Ariel se lançará daí à conquista das almas”. Próspero o via “sorrindo com gratidão, do alto, ao submergir na sombra de vosso espírito”. Ele cria na “vontade”, no “esforço”, e sobretudo, naqueles que ainda estavam por vir tendo a “vida” e a “obra” transmitidas por aqueles que ali se irmanavam. Então, encerrava com o trecho citado por Holanda. José Enríque Rodó. *Ariel: breviário de la juventud*. Valencia: Editorial Cervantes, 1920. pp. 5, 170-173.

Sergio Buarque que se posicionava ao lado de José Veríssimo contra a “mania de americanização” em “desproveito na nossa própria individualidade” nacional³⁵, prosseguia a caracterização da índole dos povos latinos em artigo de junho de 1920. Em “Vargas Vila”, texto publicado pelo *Correio Paulistano*, ele comentava que “o pessimismo e o *humour*” não convinham com a “índole da raça latina”. O contraponto era feito com a “raça germânica”, aproveitando o comentário de Hippollite Taine quanto à intradutibilidade da palavra inglesa para os “povos latinos”. O jovem crítico paulistano destacava a “originalidade acima do vulgar” do “beletrista” colombiano, “dada a quase geral subserviência dos pensadores americanos aos corifeus estrangeiros”. Dizia ele, que o fato de se manter fora do “torvelinho de imitadores” que formigou nas chamadas “classes intelectuais” da maioria das “nações latino-americanas” já seria o suficiente para destacá-lo³⁶.

Buarque de Holanda salientava em Vargas Vila a “luta contra os opressores”, que seria, para o beletrista, “uma obrigação de todos os escritores latino-americanos que prezam a liberdade”. Esse teria sido um de seus maiores trunfos por ter contribuído para o desenvolvimento de sua “qualidade característica, a originalidade”. Nesse sentido, o crítico iniciante fazia questão de afirmar que, apesar de algumas das qualidades do escritor colombiano, como sua “força de imaginação”, “serem mais comuns entre os escritores europeus”, sob qualquer ponto de vista ele era um “americano latino”, mais ainda, “um filho dos trópicos”. A feição européia de alguns de seus usos literários, dizia ele, não eram mais que “uma hipertrofia de sua natureza americana”. O “amor à liberdade” seria um “sentimento profundamente americano” que, naquele colombiano, aliado a seu “exílio voluntário”, teria desenvolvido o “raro dom de pensar por si”³⁷.

Os “arroubos de imaginação” de Vila, que atingiam, “não raro, o sublime”, atestavam sua “individualidade própria”, sendo um dos aspectos que fariam com que um “estudo completo e aprofundado” sobre ele devesse tratar de sua “personalidade” – mais que de suas atividades como escritor. Mesmo não podendo afirmar suas obras como

³⁵ Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.* p. 86.

³⁶ Sergio Buarque de Holanda. “Vargas Vila”. *Correio Paulistano*, 4 de junho de 1920. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob. cit.* pp. 47-48.

³⁷ Idem, *ibidem.* pp. 50-51.

“panfletos”, Buarque de Holanda destacava ser ele “o tipo do escritor combativo”³⁸, Com isso, Sergio Buarque marcava a atitude como outro fator valioso em um escritor,.

A importância de atinar para as especificidades americanistas se estampava em outro dos primeiros artigos de Sergio Buarque, agora publicado em *A Cigarra*. No texto “Santos Chocano”, publicado em junho de 1920, Buarque de Holanda constata o pouco interesse de “nós brasileiros” com os “assuntos americano-espanhóis”. Apesar desse interesse privilegiado pelo que fosse europeu, que Sergio Buarque reconhecia junto com Joaquim Nabuco, ele alertava para o fato de que havia “muito tesouro desconhecido, mormente no terreno das letras”, à deriva, pelos “países da América espanhola”. Nesse ambiente, se uma ameaça de morte, na Guatemala, a um poeta peruano, conseguia emocionar as “esferas intelectuais brasileiras”, era porque ele, de certo, merecia. Para o jovem paulistano, Chocano o merecia, afinal, era “o poeta por excelência latino-americano”, possuindo o Sul, como Walt Whitman possuía o Norte³⁹.

Ao avaliar a possibilidade da morte de Santos Chocano e referir-se à indignação provocada por ela, Buarque de Holanda apontava para o lugar social em que concebia sua própria participação e intervenção como escritor. Enfático, com tom de revolta, ele afirmava que “governichos ineptos e vis” podiam tirar a vida de Chocano, sem contudo, impedir que fosse sua morte chorada “por todos quantos participam do sentimento do belo”. Como Ruben Darío, ele via com indignação o modo como eram tidos em má conta na “América Central todos os que conseguem subir pelo talento e pela cultura”. Ele achava um “belo sintoma” o interesse pelo poeta peruano que demonstravam os “intelectuais brasileiros”, afirmando ser “o desejo de todas as almas bem formadas” que aquele exemplo vingasse “na luta da barbárie em prol da cultura”⁴⁰. Sergio Buarque colocava-se ao lado daqueles que participavam do “sentimento do belo” e, como “almas bem formadas”, lutavam “em prol da cultura” – dando mais elementos para que se compreenda a amplitude

³⁸ Idem, *ibidem*. p. 53.

³⁹ Sergio Buarque de Holanda. “Santos Chocano”. *A Cigarra*, junho de 1920. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob. cit.* p. 54-55. Este veículo quinzenal, que estampava orgulhoso os dizeres: “revista de maior circulação no estado de São Paulo”, custava para seu público, em número avulso, \$600. De propriedade e direção de Gelasio Pimenta, a revista era distribuída no Rio de Janeiro pelo senhor Braz Lauria. Ela também mantinha uma sucursal em Buenos Aires, sob responsabilidade de Luiz Romero, com biblioteca e escritório para facilitar aos que desejassem informações do Brasil e “especialmente de São Paulo”. Além disso, ela tinha representantes na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, com preço de assinatura anual para o estrangeiro de 20\$000.

⁴⁰ Idem, *ibidem*. p. 56.

que envolve a utilização recorrente que fazia do pronome nós e apontando o nível de identidade que reconhecia entre os letrados.

Em outubro, Sergio Buarque retomava o tema do “utilitarismo” e a possibilidade de que vicejasse em terras brasileiras, como fizera na resenha do livro *Ariel*. “A cidade verde” iniciava com o lamento de Buarque de Holanda de que aos olhos de seus contemporâneos o “ideal estético” de John Ruskin não passasse de uma “utopia irrealizável”, enquanto apavorava em sua oposição o “*struggle for life* norte-americano”. Ele entendia que, a despeito de “nosso desamor pela atividade”, era este que tinha maior probabilidade de vencer no Brasil. Para ele, era isso que “fatalmente” daria no país para seu desproveito, posto que o “utilitarismo”, fazia boa aliança com o “*far niente* nacional”. Ainda mais que, segundo acentuava Holanda, já se notava em “nossos optimates” certa tendência para dar cabo do que ele entendia como o que “temos de mais precioso”: “as tradições” – que deviam ser respeitadas como se viu em “Originalidade literária”⁴¹.

Já era “tempo retempo”, dizia Buarque de Holanda, de cuidarem os governos em dar outra direção ao “progresso nacional”, ao invés de cogitarem em “rociar as nossas cidades” de monumentos e arranha-céus – sem pensar em “dar-lhes uma individualidade”. Exemplo da “nossa pouca estima pelas tradições” era a ânsia com que se mudavam os nomes de ruas. Bastava que mudasse um presidente, “marca marechal”, para que o “martelo dos iconoclastas” destruísse “uma tradição” para lustrar as placas de uma rua antiga com o nome do novo chefe, antes mesmo que se soubesse de suas “intenções ou de seus atos”. Sergio Buarque lamentava: “tudo isso constitui um empecilho para a formação do caráter próprio de nossas cidades”⁴².

Nesse sentido, ele referia ao espanhol Eduardo Zamacois que teria escrito, após uma viagem à América, que há em todas as “grandes cidades uma particularidade”. Paris tinha a mulher, Nova Iorque a “atividade triste de suas ruas”, Roma mantinha suas minas, enquanto em Londres havia a neblina. No Rio de Janeiro, segundo Holanda, Zamacois teria notado a

⁴¹ Sergio Buarque de Holanda. “A cidade verde”. *A Cigarra*, 15outubro de 1920. s/p. No recorte consultado no Fundo Sergio Buarque de Holanda, do Sistema de Arquivos/Unicamp, consta também a data de 20 de setembro de 1920.

⁴² Idem, *ibidem*. s/p. Sergio Buarque ilustrava seu ponto de vista com um acontecimento anedótico, ocorrido quando da “guerra de Canudos”. Os jornais, tendo anunciado a morte do coronel Moreira César, noticiavam a morte de um “bravo”, o cabo Roque, que teria procurado defender a vida de seu superior por todos os meios sem sucesso. Para ele propunham a feitura de um bronze comemorativo, quando se decidiu dar “à antiga rua

“verdura” que invadia as ruas, por isso deu-lhe o nome de “cidade verde”. O que motivou Sergio Buarque a incitar os cariocas, que amassem com “fervor ao Belo”, o dever de se preocuparem em justificar essa denominação; mesmo para um estrangeiro observador que visitasse a cidade daí há um século, podendo notar que quanto maior fosse o “progresso material da cidade”, tanto mais notável seria o contraste com a “natureza”. Ele preocupava-se em que não coubesse aos brasileiros a “acusação feita pelo sumo pontífice da religião da Beleza [Ruskin] aos contemporâneos”: de desprezo pela “natureza” e por todas as “sensações santas e profundas de seus espetáculos”⁴³.

Mais uma vez, portanto, Buarque de Holanda reafirmava a necessidade de respeitar as “tradições” e relacionava a “beleza” às “sensações” propiciadas pelo contato com a “natureza”. Em seu próximo artigo, Sergio Buarque tematizava de modo mais claro aspectos da beleza e da arte, discutindo poesia e apresentando alguns critérios críticos que ele valorizava.

Mais uma publicação em *A Cigarra*, agora “O pantum”, tipo de poema malaio com forma fixa, que motivara uma discussão sobre o papel do “primitivo” em arte⁴⁴. Segundo Sergio Buarque, os “povos primitivos” nas “manifestações de seu intelecto”, no que tange suas expressões artísticas, não tinham a intenção de reiterar o “quase axioma da arte” de Velázquez: “um gesto útil e belo”, mas, demonstravam-se “convictos” dele. Para Buarque de Holanda tal proximidade de percepção com a cultura erudita ocidental se dava por estar no “íntimo de todo homem” esta noção de que “é belo o gesto útil”. Bastaria surgir artistas em cujas telas “manifestações da vida latejante” relegassem ao “filão tradicional” para que atingissem notabilidade. Destarte, urgia recorrerem os artistas “de quando em vez aos *primitivos*”, caso desejassem em suas obras a “sinceridade” – “condição indispensável para o bom êxito das mesmas”⁴⁵.

Holanda fiava-se nas palavras que citava de Leon Tolstoi para tanto afirmar: “eu conheço três regras de arte: a primeira é a sinceridade, a segunda, a sinceridade e a terceira, a sinceridade”. Às regras do escritor russo somava a opinião de André Beaunier, de que a

Nova do Ouvidor” o nome de Travessa do Cabo Roque. Qual não teria sido a surpresa quando se anunciou, dias mais tarde, que o cabo estava vivo. E mais, teria abandonado o cadáver de seu chefe para salvar-se.

⁴³ Idem, *ibidem*. s/p.

⁴⁴ Sergio Buarque de Holanda. “O pantum”. *A Cigarra*, 1 de novembro de 1920. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 72-76.

⁴⁵ Idem, *ibidem*. p. 72.

freqüente intervenção dos “primitivos é indispensável na evolução da arte”, sendo ela a “reserva inesgotável de verdade, de espontaneidade, de vida palpitante”. Para esse “fato”, Sergio Buarque apontava uma “explicação lógica”: na medida em que se afastava “menos das origens do homem, o artista *primitivo*” aproximava-se mais “da natureza do mesmo”. Isso não seria fato apenas na pintura, podendo ser assegurado ao se comparar “a sensação experimentada” com a leitura da “poesia simples e primitiva” de Catulo da Paixão Cearense e aquela “deixada pelo “Delenda Carthago”, de Olavo Bilac. Cito as palavras de Buarque de Holanda:

“Quem não guarda consigo a impressão inalienável de doçura e candidez que deixam no íntimo de quem os lê os versos do ‘Meu sertão’, do ‘Sertão em flor’, da surpresa, do encantamento, da comoção que ficam de suas estrofes?

Para muitos ela será mais nacional e nisso, afirmam, está seu mérito. Para quem conhece e compreende a verdadeira função da Poesia, será mais humana”⁴⁶.

Ao finalizar, o jovem crítico se mostrava entusiasmado com as *Orientais*, de Victor Hugo, pela “sensação inédita, agradabilíssima”, semelhante àquela que acabara de registrar, atribuída “à feitura mais simples (mais *primitiva*, digo eu) dos novos poemas”. Foi o escritor francês, segundo Holanda, quem apresentou aos coevos o pantum malaio, que por sua “repetição pausada e coordenada de versos” produzia um “encanto singular” em seus leitores. O mesmo encanto causado pelo *Lesbos* de Charles Baudelaire, ainda que o mais “bem sucedido” tivesse sido Leconte de Lisle que em seus *Poèmes tragiques* inserira cinco pantuns malaio, um dos quais Sergio Buarque reproduzira na íntegra em seu artigo⁴⁷.

Com este artigo é possível enfeixar pontos importantes sobre a perspectiva estética e ética que dá solo e fundamento para as questões, as temáticas, as noções e os critérios críticos instrumentalizados por Buarque de Holanda. Note-se o valor neste texto, como em outros precedentes, de um sentimento subjetivo, quer dizer, daquela “sensação experimentada”, que deixa no “íntimo” uma “impressão inalienável”. Essa sensação, gerada mediante a expressão “primitiva”, é o elemento que ao se integrar a outros de mesma dimensão consubstancia o sentimento de participação numa comunidade “nacional”.

Mais ainda, na medida em que a “feitura mais simples”, mais “primitiva”, da expressão artística – poética ou pictográfica – é considerada mais próxima das “origens do

⁴⁶ Idem, *ibidem*. p. 73.

⁴⁷ Idem, *idem*. pp. 74-75.

homem”, de sua “natureza” humana, ela é capaz de gerar uma intersubjetividade amplificada que, ao transbordar as raias do “nacional”, abrange a humanidade. Não se pode deixar de observar que a idéia de uma “natureza” humana guarda afinidades flagrantes com aquela de uma natureza geográfica, apresentada em “Originalidade literária”, quando Sergio Buarque comenta sobre a “fauna e flora” americanas, ou, em “A cidade verde”, quando diz da “verdura” da cidade do Rio de Janeiro. Em ambos os casos, tanto o que envolve a “natureza” física quanto a dos humanos, valoriza-se a mesma experiência primeva, como catalisadora de sensações que impulsionarão uma intersubjetividade integradora. O que se apresenta, portanto, é um movimento que, a partir de uma sensação subjetiva, individua uma pessoa, ao mesmo tempo em que é capaz de gerar individualidades abrangentes, como uma nacionalidade ou a própria humanidade.

Não se pode deixar de notar o papel que assume nesse processo o artista, o escritor – poeta, romancista, dramaturgo – ou o pintor. É ele quem, sendo capacitado, pode expressar essa experiência sensitiva e, ou, sentimental. Capaz de ser “sincero” e “espontâneo”, o artista habilita-se a expressar a sensação ou sentimento primevo que, a um só tempo, congrega as pessoas numa comunidade e o torna “original”. Esse é o processo, intrincado e sutil, que se supõe ao referir, por exemplo, ao gênio – aquele artista que dotado de “sinceridade” e “espontaneidade” é capaz de experienciar sensações e sentimentos originários, e, de expressá-los, gerando a intersubjetividade necessária para gerar uma comunidade individual ampla, como uma “nação”, com a mesma força em que cria sua feição de “originalidade”. Não parece de somenos importância atentar para o fato de Sergio Buarque ter feito referências nesses textos, de seu primeiro ano de publicações, a escritores que em geral são tidos como símbolos de genialidade, não só de suas culturas nacionais, mas para toda a cultura ocidental, tais como Baudelaire, Shakespeare, Cervantes e Goethe – para se falar apenas nos nomes de maior repercussão.

No final daquele ano de 1920, Sergio Buarque publicava dois artigos que auxiliam no desenvolvimento dessa argumentação, ambos versando sobre a tradução do *Fausto*, de Goethe, levada a cabo por Gustavo Barroso. Publicados no *Correio Paulistano*, os textos

reafirmam algumas das relações comentadas dando colorido mais intenso ao que pretendo apontar⁴⁸.

Ao iniciar seu artigo Buarque de Holanda destacava Barroso como um dos escritores “mais lidos e ponderosos da nova geração”, deixando entrever um pouco de sua avaliação sobre os “beletristas” coetâneos. Segundo ele, entre aqueles que direcionavam sua atividade literária para diversas províncias prevaleciam os “diletantes, nos quais é ave rara a erudição”, o que não acontecera com Gustavo Barroso, “escritor notável, sob todos os pontos de vista”. É o que já teriam demonstrado suas crônicas, e, que se comprovaria por ter ele prestado “um serviço às nossas letras” com a tradução do *Fausto*⁴⁹.

O fato de ter feito a tradução em prosa foi o que possibilitou a Gustavo Barroso ter aproximado sua tradução, afirmou Buarque de Holanda, para quem era notável que lutavam “até os próprios alemães para compreenderem certos trechos” da obra de Goethe. Sergio Buarque estava preocupado com a relação entre “imaginação” e “teoria”, e acompanhando Émile Grucker, fazia ver que os escritores “mais originais, os criadores”, eram a um só turno “pensadores, filósofos, estetas profundamente versados na história e ciência literária, tendo por muito tempo meditado sobre o problema do Belo”. Assim, Lessing, Klopstock, Goethe, Schiller e Novalis, teriam, cada qual, sua doutrina, que não seria “organizada apenas para justificar as produções poéticas”, antes seriam tais produções compostas para “demonstrar a verdade e a excelência da teoria”. Como se dava no *Fausto*. Note-se que a “originalidade” se instaura a partir da capacidade do artista de exprimir com “sinceridade” e “espontaneidade”, aquilo que é compartilhado numa sensibilização “primitiva” por indivíduos singulares de “natureza” comum, como fazia, por exemplo, Catulo da Paixão Cearense. A “originalidade”, portanto, não se define, necessariamente, pela referência em primeira mão a determinado tema, mas pela capacidade de expressá-lo com tal ou qual fundo sentimental.

Sergio Buarque apontava, a propósito de demarcar influências temáticas semitas do *Fausto*, que “o ‘mal du siècle’” não foi mais que uma “revivescência da nostalgia pessimista dos semitas produzidas pelo romantismo”, que teve entre suas principais fontes as “lendas cristãs da Idade Média”, recebendo daí a “influência dos semitas hebreus”.

⁴⁸ Sergio Buarque de Holanda. “O Fausto (a propósito de uma tradução)”. *Correio Paulistano*, 15 e 16 de novembro, 6 e 9 de dezembro de 1920. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 77-89.

⁴⁹ Idem, *ibidem*. p. 77.

Assim, como Heinrich Heine, Holanda afirmou ser o poema de Goethe “a Bíblia mundana dos alemães”, concordando com a assertiva do alemão de que “ele é, em verdade, tão vasto como a Bíblia, e, com ela, abraça o céu e terra com o homem e sua exegese”.

Sergio Buarque destacava o aspecto das “sombras” e da “obscuridade” na obra de Goethe. O escritor alemão teria sido “propositadamente obscuro”, e com isso, teria executado “mais ou menos fielmente o conselho do célebre Verlaine”, antecipando em um século “um dos preceitos da escola simbolista”. O “gosto” pelo obscurecimento se manifestaria mais intensamente na segunda parte, escrita quando o alemão contava oitenta anos. Essa obscuridade foi o que propiciou a obliteração dessa segunda parte nos “países latinos”, que teve na França apenas a tradução de Henri Blaze, em prosa, e, em Portugal, Antônio Feliciano Castilho não a realizou, limitando-se à primeira porção. No Brasil, Barroso fez um resumo dela.

Apesar de ter falhado “em quase todos os pontos onde há que rimar”, Sergio Buarque considerou a tradução do brasileiro “excelente e utilíssima”, preenchendo um “vazio que há muito se fazia notar em nossas letras”. Inclusive, acreditava que vivo, Goethe poderia dizer do “novo tradutor” ser ele “um dos autores de maior futuro no Brasil”, o que Holanda consideraria, então, “extemporâneo” por conta de ser desde seu primeiro livro considerado “dos nossos mais brilhantes literatos” – por suas “idéias, pela sua erudição e originalidade e pela sua linguagem tersa, simples, clara e correntia”⁵⁰. Buarque de Holanda deve ter favorecido a publicidade em torno do livro com a tradução de Gustavo Barroso, pois logo depois da publicação dos dois primeiros artigos ele já escreveu agradecendo os textos e justificando suas limitações.

Os artigos sobre a tradução de Gustavo Barroso, renderam a Sergio Buarque o primeiro contato com ele, que lhe enviou uma carta no início de dezembro daquele 1920. Em papel de carta pautado, com timbre do “Grand Hotel de la Rôtisserie Sportsman”, estabelecido à rua Libero Badaró, 114, Barroso manuscreveu detalhes sobre sua tradução ao jovem paulistano. Ele iniciou desculpando-se por não ter feito a mais tempo os agradecimentos sobre os textos de Holanda, afirmando tê-los adiado por conta de não ter conseguido, no Rio de Janeiro, seu endereço e por aguardar a viagem que faria em breve à capital paulista. Barroso dizia-se “infinitamente grato” pelos conceitos que foram

⁵⁰ Idem, *ibidem*. pp. 87-89.

expendidos sobre seus trabalhos, dos quais afirmava, estar certo, ser o “único mérito”, serem “sinceros”. Os outros merecimentos teriam sido descobertos pela “bondade imensa” do crítico⁵¹.

Gustavo Barroso se disse na obrigação de apresentar alguns “informes íntimos” sobre a tradução, na medida em que Buarque de Holanda conhecia “tão profundamente” o assunto, tendo se ocupado dele “tão brilhantemente”. Ele esclarecia tê-la feito ainda nos princípios de 1913, em momento difícil de sua vida, quando era “obrigado a dar à casa Garnier” trabalhos de tradução, em “troca de salários ínfimos”. Barroso revelou que seu intento nunca foi de traduzir o *Fausto*: “nunca tive essa alta pretensão”. Ele pretendia, antes, tornar a obra acessível “do público em geral”, justificando com isso a ausência de um comentário sobre a “noite de Walpurgis” e do “resumo semi-explicativo do 2º Fausto”. Ele justificou, ainda, seus “versos todos profundamente lastimáveis”. Barroso revelou também que a primeira guerra mundial suspendeu os trabalhos da Garnier, e, o *Fausto* entregue em 1913, só pôde ser dado a lume em 1920, caindo em sua cabeça “inesperadamente, como uma pedrada”⁵².

Nessa passagem foram marcadas algumas das principais temáticas, questões e noções que informaram desde o primeiro instante a trajetória e política de Sergio Buarque. Assim, foi apresentada a temática central do “americanismo”, em vista da questão da literatura na formação da “nacionalidade”, destacando, principalmente, os critérios críticos da “originalidade”, da “sinceridade”, e da “espontaneidade”. Nesse sentido, delinearam-se os primeiros traços do ambiente romântico de reflexão que informou Buarque de Holanda, em seu ponto de vista estético e ético, que possibilitaria a projeção de um indivíduo subjetivo no nível da comunidade amplificada da “nação”.

b) Futurismos e atitudes.

Ainda em meados de 1920, Sergio Buarque iniciou uma série de três artigos – que se estendeu até primeiro de fevereiro de 1921 – sobre um tema comentado no texto sobre a tradução de *Fausto*, a relação dos poetas com a felicidade, desenvolvendo as percepções

⁵¹ Correspondência passiva. Gustavo Barroso. São Paulo, 1 de dezembro de 1920. Siarq/Unicamp.

⁵² Idem, *ibidem*. Sobre a “noite de Walpurgis”: refere à festividade pagã alemã constituinte da noção do “maligno medieval”, que fazia parte do plano do poema goethiano. *Apud*: Wilhelm Dilthey. “Satanás en la poesía cristiana: El ‘Fausto’ de Goethe”. In: *Literatura y fantasía*. Obras de Wilhelm Dilthey, IX. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. pp. 103-125.

sobre a “vida” e a “morte”. No primeiro, a morte aparecia como “consolo dos males terrenos”, pelo menos para os “poetas otimistas”, como Victor Hugo, Leconte de Lisle, Walt Withman, e Baudelaire, que “amam a morte”. Tal “elogio da morte” não seria, contudo, “tão comum nos poetas luso-brasileiros”⁵³.

No segundo, Buarque de Holanda apresentou mais “duas categorias” de poetas definidas em relação à morte. A primeira, dos “pessimistas”, “mais raros”, que negavam a “possibilidade de existência da ventura no seu sentido completo”. A segunda, a daqueles que se limitam a considerar a “vida” como “um sonho vão, um minuto sem importância, uma sombra”, em que se enquadrariam “a maioria dos poetas luso-brasileiros”. Poetas esses identificados com certa “nostalgia”, que Holanda percebia em todos os pontos em que se exerceu “a influência dos árabes”. A concepção da morte do “nossos líricos em geral” era ignorada por ser assunto que pouco lhes inspirou: “a maioria dos poetas brasileiros” teria antes “horror à morte”, nenhum deles teria perdido “na mocidade todas as esperanças, todas as ilusões”⁵⁴. No terceiro artigo sobre o tema, ao qual Buarque de Holanda referiu como um “tímido ensaio” ele arrematava seus argumentos sobre o não pessimismo dos poetas luso-brasileiros⁵⁵.

No ano de 1921, o moço paulistano, que conhecera o Rio de Janeiro em breve passagem no ano anterior, mudou-se, junto com toda família Buarque de Holanda, para a “cidade verde”, indo residir na rua Marquês de São Vicente, no bairro da Gávea. Acolheu-os uma casa simpática e antiga, que podia ainda conservar árvores frutíferas e um riacho no fundo do quintal. Depois seguiram-se outras, nas ruas São Salvador, Oitis, Visconde de Silva, Ipiranga e Maria Angélica⁵⁶.

Ao chegar, Sergio Buarque matriculou-se na Faculdade de Direito, da rua do Catete, conhecendo o professor Edgardo de Castro Rabelo, que depois se tornaria um amigo. Entre seus colegas de turma contavam-se vários estudantes que teriam notoriedade pública, mais tarde, como Prado Kelly. Buarque de Holanda foi estudante pouco assíduo, e menos ainda

⁵³ Sergio Buarque de Holanda. “Os poetas e a felicidade”. A *Cigarra*, 15 de dezembro de 1920. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 90-93.

⁵⁴ Sergio Buarque de Holanda. “Os poetas e a felicidade – II”. A *Cigarra*, 1 de janeiro de 1921. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 94-98.

⁵⁵ Sergio Buarque de Holanda. “Os poetas e a felicidade – III”. A *Cigarra*, 1 de fevereiro de 1921. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 99-104.

⁵⁶ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 3.

interessado, a faculdade para ele serviu, sobretudo, para encontrar com dois alunos pouco mais novos que ele, Affonso Arinos de Mello Franco e Prudente de Moraes, neto⁵⁷.

Instalado no Rio de Janeiro, Buarque de Holanda manteve suas referências paulistanas e continuou a freqüentar suas publicações. Os escritos do agora estudante de direito mantinham sua estampa, por exemplo, nas páginas de *A Cigarra*, onde em março voltava a discutir o “utilitarismo ianque”. Na primeira quinzena do mês Sergio Buarque, ainda preocupado com o tema da “vida” e da “felicidade”, apresentou o artigo “Homem-máquina”, uma crítica à cultura utilitária e seus desdobramentos⁵⁸.

Buarque de Holanda introduziu o assunto afirmando, com Ernesto Mello, que havia “uma sorte de ‘mentiras’ inconscientes que vão se tornando lugares comuns”, por uma “falsa associação de idéias”, dirigida “especialmente à imaginação” – “potência terrível que tem seus hábitos na ordem da vida e da morte”. Tais associações de idéias, por serem “involuntárias, rápidas, inconscientes”, seriam geradas não de uma forma indireta. Dessa classe seria a “mentira do utilitarismo”⁵⁹.

Sergio Buarque explicava, numa perspectiva anti-progressista, o utilitarismo como tendo “nascido da idéia de que a felicidade só é atingida pela simplificação extrema da vida”, sendo um “resultado inesperado”, com o qual “toda gente vai insensivelmente se conformando”. Ele dizia-o uma panacéia que cura um mal “embora arrastem consigo muitos outros”, posto que segundo Holanda, “a vida não se simplifica, contudo mais que aparentemente” - fato do qual não se teriam convencido os “Zaratrustas da nova espécie de super-homens – os homens máquinas”. Buarque de Holanda apontava para um futuro em que gramofones substituiriam tenores, pintores seriam substituídos por aparelhos que os poderiam suprir perfeitamente, chegando a conceber a “máquina de raciocinar”⁶⁰.

O “homem-máquina”, tornado “instrumento de segunda ordem” em relação aos “aparelhos mecânicos”, não seria mais a “criatura ideal, inteligente, o criador genial e criterioso”. Para tanto, o primeiro passo já estaria se dando, a “especialização das atividades”, o segundo seria a perda da sensibilidade, tornando-se um “ser impassível”. Sergio Buarque retomava, então, a crítica ao aspecto fundamental do “utilitarismo” para a

⁵⁷ Idem, *ibidem*. p. 4.

⁵⁸ Sergio Buarque de Holanda. “O Homem-máquina”. *A Cigarra*, 1 março de 1921. s/p.

⁵⁹ Idem, *ibidem*. s/p.

⁶⁰ Idem, *ibidem*. s/p.

distinção entre o “espírito norte-americano” e o latino-americano, uma das relações importantes na caracterização do “americanismo”, como já se viu na resenha “Ariel”. Segundo ele, é notável sobretudo nos “países anglo-saxões”, em que o “utilitarismo vai substituindo, há bastante tempo, o idealismo”, a perda do “entusiasmo” pelo “gênero humano”. Para Holanda, o “espírito utilitário dos anglo-saxões de hoje espalha-se atualmente por todo o mundo”⁶¹.

Na toada de sua crítica ao “espírito utilitário anglo-saxão” foi que Sergio Buarque primeiro se referiu às “vanguardas modernistas”, marcando, uma vez mais, a mudança de sensibilidade frente à realidade que se apresentava. O espraiamento do “utilitarismo” foi exemplificado citando “o chefe de uma dessas efêmeras escolas artísticas como o futurismo, o cubismo e quejandas”: “ao adampetonista, bastará para ser moderno, viver em uma cidade e possuir ao menos uma bicicleta ou uma máquina a benzina para acender o cigarro”. O “adampetonista” não era ainda o “homem-máquina”, pois não possuía a “impassibilidade idiota dele”. O “homem-máquina” seria antes “produto espontâneo do utilitarismo”, afinal, na perspectiva de Buarque de Holanda, era “inconcebível que um homem possua um ideal ao menos, para pregar o estado em que não existe ideal possível”. Sem “ideal nobre”, “sem inteligência”, pois se ela estava se tornando “fator dispensável”, necessariamente se anularia, o homem faria, então, “tudo por instinto”, não procurando “saber a causa de nada”. Holanda vaticinava: “não raciocinará”, e, afirmou que, talvez, prevendo tal fato, Beyson teria escrito: “*la vie déborde l’intelligence*”⁶², propalando um aspecto caro à perspectiva romântica, a ultrapassagem dos limites da razão.

A luta entre Ariel e Caliban permanecia no centro das preocupações de Sergio Buarque, reafirmando seu ponto de vista fundado na relação entre estética e ética e sua maneira de dimensionar a temática do americanismo. Assim, também, pode-se observar no escrito dado a lume na segunda quinzena de março de 1921, nas páginas de *A Cigarra*. “*Yanquismo* em literatura!... Eis a última modalidade da lei do menor esforço aplicada às

⁶¹ Idem, *ibidem*. s/p.

⁶² Idem, *ibidem*. s/p. O “adampetonismo” refere-se ao manifesto para-futurista de Ardengo Soffici, lançado sob o pseudônimo de Elletrone Rotativi, em 1915. Nele propunha-se uma “nova escola cooperativa, artística e literária”, com a abolição, nas artes e na literatura, da natureza e do passado, proclamando o exagero formal, o citadinismo, o entusiasmo pela guerra, a ânsia de notoriedade, o cooperativismo, a síntese, o fanatismo e a velocidade. Conforme esclarece em nota: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* p. 111.

letras”, este o modo como inicia seu artigo “A decadência do romance”, dando o tom crítico que lhe serve de mote⁶³.

Buarque de Holanda dava continuidade às idéias e considerações sobre o “utilitarismo” apresentadas em “O homem-máquina”, dizendo das “reviravoltas que tem dado a humanidade” graças à incontestável “americanização do mundo”. Para ele, esse processo já era claro para todos, que só não atentavam para a “invasão, por esta nefasta avalanche”, no terreno aparentemente ainda imune, das letras. Um de seus sinais seria a infalível “substituição do livro pelo jornal”, que ameaçava a “queda da literatura de idéias” – o que substituiria os “homens de letras pelos simples *reporters* e *noticiassinhadors*”. “Coisas de americano”⁶⁴.

Entretanto, pior que o futuro previsto era o presente coetâneo. A “virulência” do “*yanquismo*” que contaminou “nossas letras”, tinha em uma de suas manifestações mais evidentes o notável incremento do conto “leve e curto, com prejuízo do romance”. Aquele “produto do realismo”, este do “romantismo”. Desde que Guy de Maupassant virara a cabeça de “nossos romancistas”, fazendo-os apaixonarem-se pelo conto o mais provável era que ele virasse “uma verdadeira praga”. Afinal, “os letrados não têm paciência para perder tempo com ridicularias quando o tempo é dinheiro”. O romance, nesse contexto, era “acréscimo estafante de pormenores inúteis”, fazendo apenas “tomar tempo ao ocupadíssimo leitor”. De tal modo, que naquelas “épocas de corre-corre”, o conto ia “insensivelmente” ocupando o lugar do romance⁶⁵.

A mudança de sensibilidade, quer dizer, do modo de perceber a realidade implicada em diferentes relações intersubjetivas, era mais uma vez referida em conjuminância com as formas modernas de conceber a arte. De tal modo, que Buarque de Holanda comentava que na França ainda era possível referir a Romain Rolland e Henri Barbusse como modernos, enquanto todos os outros “grandes romancistas contemporâneos é lícito bandeá-los fora das modernas gerações”. Ainda que na França não fosse tão notável a substituição do romance pelo conto, como não era na Inglaterra, “país extraordinariamente tradicionalista”, ou na

⁶³ Sergio Buarque de Holanda. “A decadência do romance”. A *Cigarra*, 15 de março de 1921. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 105-107.

⁶⁴ Idem, *ibidem.* p. 105.

⁶⁵ Idem, *ibidem.* pp. 105-106.

Itália, que ainda não havia sido completamente “invadida pela praga”, ressoando o nome de D’Annunzio⁶⁶.

Sergio Buarque encerrava em tom de aguerrido militante das letras, afirmando ser “necessário pois impedir entre nós a queda do romance, que fez a glória da literatura do século passado”. Ele afirmava que se Caliban estava a “lá em cima a berrar” com vigor, com sua “fome selvagem”, não se deveria ceder “um dos alimentos de que tanto carece o nosso espírito!”. “Não, não atiremos pérolas aos porcos! Devemos ser egoístas em certas ocasiões. Sejamo-lo nesta!”⁶⁷.

Meses mais tarde, Buarque de Holanda tematizava a literatura de vanguarda moderna, não apenas reiterando as noções críticas, já referidas, da “originalidade” e da “individualidade”, mas também, apontando para uma noção cara à toda sua valorização das novas manifestações literárias que se apresentavam então: a noção de atitude.

Em “O gênio do século”, publicado pela revista *A Cigarra*, Sergio Buarque iniciou fazendo considerações sobre a produção literária desse “tão debatido *fin-de-siècle*”. Para ele, “o mais esquisito em sua originalidade e o mais interessante em sua esquisitice”. Período que não perderá a “glória de ter produzido” Verlaine, Wilde, Huysmans, Maeterlinck, Moréas, Rimbaud, Mallarmé. Todos, citados com desenvoltura pelo moço erudito e atualizado, que fazia questão de expor suas leituras, tinham, cada um deles, “sua individualidade própria, sua maneira, seu modo de dizer, seus *tics*, suas excentricidades”. Todavia, todos cabendo bem naquele “delicioso e bárbaro fim de século”, combinando-se “tão harmoniosamente sem depender um de outro”. Congregados e guardando “tão avaramente o tesouro precioso de sua personalidade”⁶⁸.

O segredo desta “maranha infável”, decifrado pelo “decurso dos acontecimentos”, mostrou que não se tratava nem de uma época de decadência, nem de um período de florescimento efêmero. “Foi muito mais um prelúdio à literatura revolucionária do século XX”. Foi uma “consagração maravilhosa” de “duas qualidades” que caracterizaram a literatura do século que se iniciava: “a rebeldia e a contumácia no sentido mais lato, também mais perfeito de fanatismo”. Essa obstinação fanática, para ele, desprezada por

⁶⁶ Idem, *ibidem*. pp. 106.

⁶⁷ Idem, *ibidem*. pp. 106-107.

⁶⁸ Sergio Buarque de Holanda. “O gênio do século”. *A Cigarra*, 1 de setembro de 1921. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 108-112.

aqueles a quem chamava “os modernos”, como Rolland e Barbusse citados em “A decadência do romance”, predecessores daquela “literatura revolucionária”, era uma “louvada virtude social”, de tal ordem que “só por si desculpa e quase santifica os Torquemadas e as inquisições”⁶⁹.

Em vista dessas “qualidades”, moldava-se o valor de uma certa noção de atitude como elemento crítico para avaliar e definir as novas tendências literárias e artísticas, que rechaçavam os ataques dos que as viam como uma “aglomeração de escolazinhas”, sendo, portanto, “um mal”. Na perspectiva de Holanda, a atitude somava-se à “originalidade” para explicar tais associações. Para ele, elas eram “atestado sério de independência de espírito”, pois mesmo que “o gênio nunca acompanhe escolas, estas são sempre agentes das grandes idéias”. Para esclarecer o que dizia um mal-entendido, Sergio Buarque afirmou que mais que “escolas” a associação de escritores e artistas do fim de século significava “uma agregação de artistas obedecendo todos ao próprio temperamento e mesmo, até certo ponto, às próprias idéias desde que não se achem em flagrante desacordo com as do grêmio”⁷⁰.

Ao exemplificar sua assertiva Buarque de Holanda referia ao “futurismo”. Àquele que exaltava o “perigo”, a “força”, a “luta e a guerra”, a “higiene do mundo”, conforme o primeiro manifesto, de 1909, o que não o impediria de acolher artistas que seguissem “uma estética completamente diversa”. Esse seria o caso de Aldo Palazzeschi, que para Soffici, fundador do “adampetonismo”, era o único que podia ser lido com prazer crescente “por um amante da verdadeira arte”, e, que Giovanni Papini, considerava o mais lido, o mais imitado e o melhor poeta italiano da última geração coetânea. Nesse sentido, Papini afirmava que não se devia olhar o “futurismo” como uma “escola de poesia que dá receitas” sobre o tema ou a maneira de fazer versos. O intento futurista seria “livrar os poetas de certos preconceitos tradicionais”, encorajando “todas as tentativas, todas as pesquisas”; incitando a “todas as afoutezas, a todas as liberdades”. Antes de tudo, era a “originalidade” a “sua divisa”. Para Sergio Buarque, a “aspiração futurista”, sob esse ponto de vista específico, que lhe era especialmente caro, era “legítima e louvável”⁷¹.

Buarque de Holanda previa para a “estética apregoada”, mesmo que não vingasse, o efeito de “despertar os artistas do ramerrão habitual”, afirmando que havia ainda muito a

⁶⁹ Idem, *ibidem*. p. 110.

⁷⁰ Idem, *ibidem*. p. 110.

⁷¹ Idem, *ibidem*. pp. 111-112.

fazer por “escritores de pulso”, abertos a “todas as tentativas” e incitados a coragens, audácias, arrojos e a “todas as liberdades”. Restava “combater toda sorte de imbecilidades” que continuavam a “infestar a Arte moderna”, como o “realismo”, o “naturalismo”, a “vulgarismo”, o “pedantismo”. Tudo para que se pudesse “erguer bem alto o monumento que simbolizará a Arte do futuro e no qual se verá, escrito com caracteres de fogo, o seu programa: *Liberdade estética – Fantasia ilimitada*”⁷².

Naquele mesmo mês de setembro a revista *Fon-Fon!*, do Rio de Janeiro, publicava seu primeiro artigo do recém chegado paulistano. “No fim tu estás enfadado deste mundo velho”. Com essa epígrafe emprestada de Apollinaire, bem de acordo com a disposição apresentada em seu artigo anterior, Sergio Buarque iniciou seu artigo “Guilherme de Almeida”, em que fazia balanço da obra do amigo campineiro, avaliando-a diante das tendências inovadoras da literatura. Segundo Buarque de Holanda, desde os primeiros sonetos do livro *Nós*, “a evolução da poesia de Guilherme de Almeida” foi uma afirmação de sua “própria individualidade”, ocorrida de tal modo que já se podia, então, dizer ser ele “um dos nossos poetas mais originais”⁷³.

Guilherme, como o chamava Holanda, prezava “como poucos a personalidade”, tanto que comentou com o autor do artigo, no Rio de Janeiro, sobre o “perigo das rodinhas literárias”, que fatalmente a matavam. Nas palavras de Sergio Buarque, o amigo seguia o “natural progresso da poesia” que fugia pouco a pouco de “todas as regras consuetudinárias sem razão de ser”. Podia, nessa medida, até mesmo ser classificado como “futurista”, mas tão somente no caso de considerar-se o “futurismo não como uma simples escolazinha com regras fixas e invioláveis”, como já o condenara o próprio Marinetti. Antes, apenas se fosse visto, como já apontado anteriormente, em sua “exaltação da originalidade”⁷⁴.

Ao contrário, por exemplo, do que fizera dias antes Menotti del Picchia, que cometera “maior exagero” ao apelidar de “futurista ao equilibradíssimo Henri Barbusse”.

⁷² Idem, *ibidem*. p. 112.

⁷³ Sergio Buarque de Holanda. “Guilherme de Almeida”. *Fon-Fon!*, 3 de setembro de 1921. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 113-115. A epígrafe: “*À la fin tu es las de ce monde ancien*”. Inaugurada pelo último grupo simbolista, em 1907, a revista contou com nomes como Gonzaga-Duque, Mário Pederneiras e Hermes Lima que a dirigiram até 1914, quando assumiu a direção Álvaro Moreira. Bem ilustrada por gente como Calixto, J. Carlos e Correia Dias, recheada por fotos e focada em temas literários, a revista custava, então, em número semanal, avulso, \$400 na capital e \$500 nos estados. Para assiná-la semestralmente no Brasil o dispêndio era de 11\$000, enquanto por uma assinatura anual pagava-se 20\$000. Em outros países o gasto para assinatura anual era de 80\$000, havendo também venda avulsa em Londres e Paris.

⁷⁴ Idem, *ibidem*. p. 113.

Ou mesmo, Mario de Andrade, que segundo afirmava Holanda, se dizia “futurista ou pelo menos é tido como tal”, e que no *Jornal do Commercio* teria saído com uma “da mesma laia”, ao referir-se ao “célebre cubista” Max Jacob, como sendo também ele um “futurista”. Sergio Buarque não afirmava Guilherme de Almeida como sendo “futurista”, pelo menos não como os outros, era “apenas um original, um raro”, que havia atingido sua “feição nova” ao notar a incoerência de existir “um público moderno na vida e passadista em arte”. Em seus versos palpitavam “a vida moderna com todas as suas necessidades e criações”, como nunca se viu. Surgiam táxis, telefones, *fox-trots*, *jazz bands* e que tais, fazendo com que “sob esse aspecto” sua nova obra, *Era uma vez...*, pudesse ser chamada “futurista”⁷⁵.

Além de “cenar comuns na Paulicéia”, outra “feição original” que era apontada na poesia de Almeida era sua “espontaneidade”. Não “simplicidade”, nem sempre o “ideal da poesia”, podendo significar “vulgaridade ou burguesismo”. Com “espontaneidade” referia Buarque de Holanda à “quase ausência dos grandes arremessos políticos e também dos pequenos, dessa certa eloquência infalível nas poesias, desde Homero”. Se, por exemplo, o francês Paul Fort conservava “alguma coisa” que os tratados de metrificacão não traziam, mesmo abolindo a “forma poética”, Guilherme de Almeida, ao contrário, não usou essa “alguma coisa”, conservando, todavia, a “forma poética, seja o verso regular, seja o verso livre”. Seus poemas suportavam, dizia Holanda, uma “dicção mais aproximada da do verso”, ele os recitava “como se estivesse conversando”; muitas vezes eram “simples conversas” às quais dava “forma poética”, lembrando Maeterlinck e empregando o “processo” de Apollinaire em “*Les femmes*”⁷⁶.

Ao finalizar, Sergio Buarque retomava a “incoerência” do público, “moderno na vida e passadista em arte”. Não duvidava que houvesse “quem por aqui não suporte o modernismo flagrante do *Era uma vez...*, afinal, “o público quase sempre é mal juiz”, principalmente um que “ainda devora Júlio Dantas”⁷⁷ – escritor português bastante visado na época como representante do “passadismo”. Após introduzir a questão do “futurismo” Sergio Buarque discutiu o tema do plágio que, em contraponto, sugeriu outros aspectos

⁷⁵ Idem, *ibidem*. pp. 113-114. Vale consultar: Annateresa Fabris. *O futurismo paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda ao Brasil*. Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1994. Da mesma autora, na mesma coleção, consultar: *Futurismo, uma poética da modernidade*.

⁷⁶ Idem, *ibidem*. pp. 114-115.

⁷⁷ Idem, *ibidem*. p. 115.

sobre a “originalidade”, dando mostras de sua perspectiva sobre o valor do escritor, e o “dever” do crítico sério, distinto do “zoilo comum”.

“Plágios e plagiários” foi o título escolhido para um artigo publicado em duas partes na paulista *Revista do Brasil*. Nele, Sergio Buarque tratava de “translados” de palavras, “inspiração” em fontes iguais, influências, “imitações” e quejandos, referindo a nomes como Raimundo Correia, Calderón, Montaigne, Shakespeare, Virgílio, Dante, Camões, Milton, Racine, Molière, Corneille, Baudelaire, Goethe, Pascal, Vitor Hugo, e Zola. O artigo de Sergio Buarque iniciava com uma observação sobre amplitude do termo plágio e seu “poder”, considerando que poucas palavras têm sido “tão erroneamente aplicadas por zoilos de todos os tempos”. Em sua perspectiva seria muito comum o “plágio inconsciente, até em escritores de boa nota”, sendo fácil que um “homem de talento” se apodere de idéias alheias repetindo-as “inconscientemente, como próprias”. Igualmente comum, seria um “simples parentesco de pensamento”, por vezes, “inspirado em alguma fonte antiga”. Afinal, nem sempre foi uma “virtude muito em voga, a honestidade literária”⁷⁸.

Nos tempos de Virgílio, ou de Montaigne, ou de Calderón, o “plágio não era crime”. Sergio Buarque se queixava por ser essa uma acusação, como aquela “de imoralidade”, a preferida dos “zoilos de hoje”, que injustos e invejosos, não notavam uma “espécie de plágio muito abusada por escritores modernos”. Aquela que consistia na “repetição freqüente de frases feitas e de lugares-comuns e até mesmo de pensamentos, de idéias e de expressões já empregadas pelo próprio autor”. Soffici, referido por Holanda, chegou a afirmar que as “maiores obras-primas nunca saíram do âmbito estreito do lugar-comum”. Segundo Sergio Buarque, mesmo os “inovadores inimigos de lugares-comuns”, se chegaram a liquidar com os antigos, lançaram mão de uma grande quantidade de novos. “Diversos, mesmo, sob outras formas, repetiram alguns já bastante estafados”⁷⁹.

Sergio Buarque se questionava: se foram plagiários “quase todos os grandes escritores de todas as literaturas, se quase o foram todos os gênios, como repetidores incessantes e incorrigíveis de idéias e expressões corriqueiras”, por que cerrar os punhos e crisar os dedos “contra os fracos”, que não alcançaram “o cimo do espírito humano na ascensão da montanha do Ideal?”. A partir desse questionamento, ele definiu o caminho sa

⁷⁸ Sergio Buarque de Holanda. “Plágios e plagiários”. *Revista do Brasil*, 14 e 22 de setembro de 1921. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 116-118.

⁷⁹ Idem, *ibidem*. pp. 121-125.

justeza do crítico. “O que diferencia um zoilo comum de um crítico justo é essencialmente o poder de distinguir bem”. Nessa medida, o “dever do crítico” não seria “acusar a um autor de plagiário”, mas antes “examinar” com cuidado as probabilidades contrárias. De tal modo, a questão era a “forma” com que se expressaria um pensamento já externado. Nesse sentido, seria lícita “certa apropriação do pensamento”, se a forma se mantivesse diversa, pois, segundo ele, “é esta apenas que determina o plágio”⁸⁰.

É importante fixar, primeiro, a valoração apresentada por Holanda do escritor, reiterada mesmo que por via irônica, quando afirmou que sendo “grande” ou “gênio” põe-se no cume da “montanha do Ideal” do “espírito humano”. Em segundo lugar, vale atentar para o “exame cuidadoso” como sendo “dever do crítico”, marcado pela qualidade do bem distinguir. Depois, anotar que a “forma” da expressão parece mais determinante que a temática para definir o peso do “plágio”, o que sugere que a questão da “originalidade” seria afeita mais ao modo de tratamento de determinado tema do que ao seu conteúdo; valendo mais a posição subjetiva do escritor e de sua atitude em relação àquilo que se aborda, do que a objetividade própria do que é tematizado.

De volta à revista *Fon-Fon!*, Buarque de Holanda publicou um texto diferente, por sua forma, de todos que fizera até então. Esse constituía-se de oito aforismos, com o sugestivo título de “Homeopatias”. Nele, somam-se os elementos de sua percepção sobre as literaturas inovadoras e sobre a arte⁸¹. Vale observar que a própria forma fragmentária do texto de Buarque de Holanda, supõe um procedimento caro à percepção do devir de um ambiente de reflexão romântico, que via na união potencial de “fragmentos-sementes” a possibilidade de construção de um sistema aberto, tendente à comportar “o todo”⁸².

A primeira pílula: “A mudança de opiniões é num pensador o sinal mais evidente de sua vitalidade. Só os imbecis têm opiniões eternamente fixas”. Ao mesmo tempo em que atenuava qualquer contradição em seu próprio pensamento, Sergio Buarque justificava as inovações literárias. Note-se que o paradoxo era um elemento contabilizado na equação dos sistemas fragmentários românticos, não implicando, nessa medida, em revés para o escritor, nem em seu prestígio, nem em sua projeção de conhecimento e expressão escrita.

⁸⁰ Idem, *ibidem*. pp. 126-130.

⁸¹ Sergio Buarque de Holanda. “Homeopatias”. *Fon-Fon!*, 8 de outubro de 1921. s/p.

⁸² Márcio Seligmann-Silva. *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica literária*. São Paulo: Iluminuras, 1999. p. 57.

A segunda pílula: “Os verdadeiros artistas nunca são homens de seu tempo. São posteriores a ele”. Sergio Buarque afirmava o sentido de vanguarda, não reputando qualquer destaque para o “futurismo”.

A terceira pílula: “É muito mais fácil e menos meritório dizer-se cousas verdadeiras que cousas novas”. O novo, incrementava o sentido do moderno, reforçando o significado e a necessidade de uma atitude original, prevendo, com ela, a ultrapassagem das pretensões de postulação de verdades que embotariam o devir de atualização criativa pela intervenção subjetiva.

A quarta pílula: “As condições necessárias para uma verdadeira obra de arte são três, – a primeira, a originalidade; a segunda, a originalidade; a terceira, a originalidade”. Dessa maneira risonha, Sergio Buarque reiterou seu principal critério crítico coevo, e seu agrado com as inovações literárias e artísticas, parafraseando a máxima de Tolstoi, citada em “O pantum”.

A quinta pílula: “A melhor definição de arte seria a que a dá como ‘a expressão sensível do belo’, se não houvesse nisso uma qualquer coisa de lugar comum”. Sergio Buarque mostrava-se, mais uma vez, favorável ao “original”, à inovação, e contra os “vulgarismos” e os lugares comuns. Mais que isso, vale anotar uma valorização, em contraponto, do sentimento estético “sublime”, nesse sentido, valorizando aquele mesmo aspecto que os românticos teriam radicalizado a partir do pensamento kantiano⁸³.

A sexta pílula: “Os grades idealistas como Romain Rolland surgem justamente quando menos se precisa deles”. Quando se está a valorizar atitudes e intervenções artísticas e literárias mais contundentes, os idealistas são prescindíveis.

A sétima pílula: “A tendência da humanidade é para afastar-se da natureza. Reconhece-se o grau de civilização e até o senso artístico de um povo ou de um indivíduo segundo ele se aproxima ou não dessa tendência”. Uma das referências de Buarque de

⁸³ Cf. Gilles Deleuze. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1987. pp. 57-59 “Enquanto permanecemos no juízo estético do tipo ‘é belo’, a razão não parece ter qualquer papel: só intervêm o entendimento e a imaginação. Além disso, é encontrada uma forma superior do prazer, não uma forma superior da dor. Mas o juízo ‘é belo’ é apenas um tipo de juízo estético. Devemos considerar o outro tipo ‘é sublime’. No Sublime, a imaginação entrega-se a uma atividade de todo em todo diferente da reflexão formal. O sentimento do sublime é experimentado diante do informe ou do disforme (imensidade ou potência). Tudo se passa então como se a imaginação fosse confrontada com o seu próprio limite, forçada a atingir o seu máximo, sofrendo uma violência que a leva ao extremo de seu poder [...] O Sublime coloca-nos, pois, na presença de uma relação subjetiva direta entre a imaginação e a razão. Porém mais do que um acordo, esta

Holanda são, nesse caso, as novas tendências como a “futurista”, e sua valorização, por exemplo, das máquinas. Nesse sentido, levando-se a sério as proposições que ele expôs em “A cidade verde” e “O homem-máquina”, é possível sugerir a perspectiva crítica que ele guardava desse movimento vanguardeiro.

A última dose: “Do paradoxo e dos desejos do luxo depende uma grande parte dos progressos do mundo”. Sergio Buarque reiterava suas restrições a certas tendências inovadoras, fazendo ainda ecoar à crítica encerrada em o “O homem-máquina” parece se reafirmar.

Dona Maria Amélia afirmou que o marido havia sido apresentado a Gustavo Barroso na Casa Freire, à rua São Bento, e que este o teria sugerido a escrita de uma “notícia sobre os ‘futuristas’ de São Paulo, para sair no *Fon-Fon*”. Segundo ela, “era seu primeiro passo no Rio”⁸⁴. Em sua narrativa tudo se passa como tendo ocorrido no ano de 1920, o que parece plausível, pois o que indica pela carta de Gustavo Barroso é que tenham Sergio Buarque e ele se conhecido naquele ano. Contudo, o mesmo não se pode dizer sobre ter sido o primeiro passo no Rio de Janeiro, afinal sua relação com a *Fon-Fon!*, parecia já bastante estável, com vários artigos publicados quando, em dezembro de 1921, era lançado “O futurismo paulista”⁸⁵.

A epígrafe que Sergio Buarque escolheu para o artigo, colhida no pensamento de Goethe, valorizava a juventude, a ousadia e a violação das formas fixadas pelas “leis da fantasia”, indicando a importância da atitude inovadora em busca da originalidade. Nesse sentido, nela já germinava a semente das tendências que ora vigoravam no cenário artístico e literário. Nesse texto, ao apresentar os que tinham “tendência para o novo” em São Paulo, Buarque de Holanda não deixou de referir a exageros que expressavam algumas das “idéias surgidas com o *fin-de-siècle*”. Para ele, apesar de não ser novidade o “forte influxo” das “idéias modernistas” sobre certos “beletristas paulistanos”, devia-se atentar no que sejam tais “idéias modernistas”.

relação é em primeiro lugar um *desacordo*, uma contradição vivida entre a exigência da razão e a potência da imaginação”.

⁸⁴ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda – Biblioteca Central/Unicamp. p. 3.

⁸⁵ Sergio Buarque de Holanda. “O futurismo paulista”. *Fon-Fon!*, 10 de dezembro de 1921. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 131-133.

Para tanto, iniciava avaliando o século dezenove como de “uma esterilidade rara”, sob o ponto de vista artístico e “sobretudo literária”, excetuados apenas os últimos anos de “reação simbolista”. Segundo Sergio Buarque a “ilusão de seu fulgor” duraria enquanto durassem “os passadistas”, o que queria dizer em menos palavras que duraria pouco. Muitos, inclusive, já teriam caído em descrédito, estando próximos de passar para o “domínio da paleontologia”. Por outro lado, a maior parte das “grandes idéias” surgidas com o *fin-de-siècle*, “algumas um tanto exageradas, outras raramente seguidas”, convergiram para o “movimento futurista”, inaugurado com o manifesto de 1909, de Marinetti, publicado no *Le Figaro*⁸⁶.

“A tendência do novo é a base e o fundo mesmo do movimento”, que tem seus “erros, como todas as grandes reações”, tendo sido “atacado pelo sanchopancismo da época”, como “o de todas as épocas”, e, exaltado por “homens de inteligência e coragem”, ao mesmo tempo que por “alguns *snoobs* imbecis”. Para lá da “tendência ao novo”, todo o resto era exterioridade. Nesse sentido, não seria “tão censurável o erro”, na perspectiva de Holanda, daqueles que diziam “futurista” toda disposição “mais ou menos inovadora”. Era nessa significação genérica que já se compreendia “quase universalmente a designação de futurismo”, por exemplo, para o musicista Pratella, que fizera uma ópera premiada sobre poema seu em versos livres, “todos os inovadores têm sido logicamente futurista em relação ao seu tempo”⁸⁷.

Nessa medida, Sergio Buarque nomeou os “futuristas de São Paulo”, que não se prendiam àqueles de Marinetti, tendo “mais pontos de contato com os moderníssimos da França”, como Romain Rolland, Henri Barbusse e Marcel Proust, “passadistas”, para ele. Ou mesmo, com “os esquisitos” Jacob, Apollinaire, Stietz, Salmon, Picabia e Tzara. De um modo ou de outro, esses futuristas iniciaram um “movimento de libertação dos velhos preconceitos e das convenções sem valor” – “único” no Brasil e na América Latina. Eles tinham revelado Brecheret, “artista de primeira ordem”, e iam colaborar para o “progresso das artes com uma plêiade disposta a sacrifícios para atingir esse ideal”. Contavam com a chefia de Menotti del Picchia, conhecido pelo “lindo poema ‘Juca mulato’”, mas também da “horrível palhaçada ‘Laís’”. Somavam o “não menos ilustre” Oswald de Andrade, com seus três romances, “ainda inéditos”, que iam constituir a *Trilogia do exílio*; bem como,

⁸⁶ Idem, *ibidem*. p. 131-132.

Mario de Andrade, “do Conservatório de São Paulo”, que escrevera os “artigos de sensação” sobre “Os mestres do passado”⁸⁸.

Os três conhecidos de Buarque de Holanda desde os tempos do *Correio Paulistano*, em que militava del Picchia, que o apresentou aos dois Andrades. Destaque, entretanto, mereceu o seu amigo Guilherme de Almeida, que “com a sua visão estética originalíssima” estaria um “pouco fora do movimento”, tendo “alma de artista como poucos” e produções literárias prontas, além de reservar “ainda grandes surpresas”. Outros “nomes de valor” foram enumerados, embora não fossem “todos paulistas” ou residissem em São Paulo, “nem por isso” deixavam de colaborar para o “seu progresso literário”: Moacyr Deabreu, Ribeiro Couto, Agenor Barbosa e Afonso Schimdt. Por fim, valorizando a atitude daqueles dispostos “a sacrifícios”, Sergio Buarque afirmou caber àqueles que se “interessam nesse progresso animar o futurismo paulista”, que não seria “apenas uma reação medrosa como tantas outras que têm surgido entre nós”⁸⁹.

Com a apresentação desses artigos é possível atinar para a primeira torção no pensamento de Sergio Buarque, que iniciava seu aprofundamento nas tendências modernas da literatura e da arte. Note-se, contudo, que fora esta uma torção, não uma ruptura. Com isso, mantinham-se seus principais critérios críticos, que até aqui se apresentaram, porém com um projeto de intervenção intelectual mais contundente e ativo, traduzido na noção de atitude.

c) Batalhas intelectuais, armas intelectuais.

Em fevereiro de 1922, ocorreu a Semana de arte moderna, em São Paulo, tendo como principal órgão de divulgação o *Correio Paulistano*, sob a influência de Washington Luís, que autorizara Menotti del Picchia a apoiar e noticiar seus acontecimentos⁹⁰. Os artigos do redator-chefe do órgão do Partido Republicano Paulista, assinados com o pseudônimo Helios, relataram as noites realizadas no Teatro Municipal de São Paulo nos

⁸⁷ Idem, *ibidem*. p. 132.

⁸⁸ Idem, *ibidem*. pp. 132-133.

⁸⁹ Idem, *ibidem*. p. 133.

⁹⁰ Menotti del Picchia. *A longa viagem: 2ª etapa*. São Paulo: Martins; Conselho Estadual de Cultura, 1972. p. 88. Sobre a Semana de arte moderna, vale consultar: Nicolau Sevcenko. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. Maria Eugenia Boaventura (org.). *22 por 22: a Semana de Arte Moderna vista pelos seus contemporâneos*. São Paulo: Edusp, 2000. Aracy Amaral. *Artes plásticas na Semana de 22*. São Paulo: Editora 34, 1998.

dias 13, 15 e 17 de fevereiro. Vale apontar esses artigos para apresentar o evento, pois a partir deles é possível atentar para o sentido de rixa, disputa, e combate, que se traduziam nas metáforas bélicas utilizadas – ilustrando um aspecto fundamental do nexos identitário da estrutura de querelas.

No primeiro deles, o destaque era o tom épico e a definição dos combatentes e o motivo da peleja. A “primeira batalha da Arte Nova” foi no dia 13, ferindo-se entre a “cultíssima e aristocrática platéia de São Paulo e o grupo escarlate dos ‘futuristas’”. Menotti del Picchia sublinhou não ter havido “mortos nem feridos”, tendo acabado “num triunfo”. O adversário valorizado servia para enaltecer o triunfo dos “heróis já lendários”, liderados por Graça Aranha dos quais faziam parte Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho e Villa-Lobos, que se apresentaram naquela segunda-feira. A segunda justa era, então, anunciada, já com glória assegurada pela presença da “segura mascote” Guiomar Novaes. Esse segundo dia traria “coisas do arco-íris”: uma palestra do próprio del Picchia, a presença de Oswald de Andrade, “o erudito e pacífico” Mario de Andrade, Álvaro Moreira, Agenor Barbosa, Luís Aranha, Plínio Salgado, além de outros prontos a dizer “versos maravilhosos”. Não bastasse a presença dos “franco-atiradores da estética moderna”, estava reservado o “número de alta estesia” das danças de “graça fina e felina dessa plástica esplêndida” Yvonne Daumerie⁹¹.

Depois estaria em cena Guiomar Novaes, o “gênio dos dedos mágicos”, “visceralmente em desacordo com as irreverências dos futuristas para com os mestres, que ela adora”. A referência à presença da pianista chamava atenção para a falta da unidade das manifestações renovadoras, ainda que Menotti del Picchia fizesse questão de afirmar que isso não impedia “em achar altamente intelectual e galhardo o movimento dos avanguardistas”. Ele preferia ressaltar a afirmação do movimento da “existência de uma arte profundamente autônoma, moderna e nacional”, valorizando o aspecto “intelectual” do intento vanguardista que alinhava diferentes perspectivas estéticas, garantindo certa coesão da “casta modernista”. Guiomar Novaes era considerada capaz de convergir os gostos, fazendo com que “todos – passadistas e futuristas” a aplaudissem⁹².

⁹¹ Menotti del Picchia. “A segunda batalha”. *Correio Paulistano*, 15 de fevereiro de 1922. In: A “Semana” revolucionária. Campinas: Pontes, 1992. p. 13.

⁹² Idem, *ibidem*. p. 14.

Apesar das metáforas bélicas del Picchia buscava reunir o público paulista e cultivar sua admiração. Sua expectativa era que a “São Paulo superesteta” enchesse as frisas do Municipal, esperando que, como na “primeira batalha”, “todas as aquelas aristocráticas flores da aristocracia patrícia”, voltassem a transformar o teatro “numa admirável *corbeille* de elegância, de beleza e de espírito”⁹³.

No dia seguinte, contudo, o modernista do *Correio Paulistano* descrevia o desagrado de parte da platéia que comparecera ao teatro de São Paulo. Uma “noitada de glória e de guerra”, que ele descreveu em “O combate”. A “corte de ‘gente nova’” tinha recebido “pouco urbanas manifestações de desacato”, de indivíduos “gaiatos e desconhecidos”, “empoleirados na galeria” do Municipal. “Houve quem cantasse como galo” e “quem latisse como cachorro”, pois segundo Helios, cada um “fala a língua que Deus lhes deu”. Por outro lado, a “platéia culta” teve a “mais entusiástica das simpatias”. A “hoste avanguardista”, satisfeita com o público que lhe interessava, recebeu com a “cabeça altiva, os aplausos que coroaram uma galharda afirmação de independência estética”⁹⁴. Na medida dessa observação, pode-se inferir o nível de identidade social que estava em disputa entre militantes e opositores do “movimento modernista”, que mantinham um elã dos bens colocados socialmente, cultivando a mútua referência entre pares. Nesse sentido, ele seguia em seu texto.

Helios destacou aqueles preocupados em afirmar “ao Brasil esta forte e nacionalíssima documentação de autonomia artística”, como eram, dentre outros, Graça Aranha, “membro da mais alta corporação literária do país”, Guilherme de Almeida, Ronald de Carvalho, “um dos maiores críticos nacionais”, Villa-Lobos, Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Renato Almeida, Plínio Salgado, Sérgio Milliet, Cândido Motta Filho. A enumeração e destaque desses nomes servia, sobretudo, para desvalorizar os adversários daquela “corte de ‘gente nova’”. De modo que, Menotti del Picchia perguntava se, sendo tais os “cérebros vinculados por um ideal comum de estesia”, poderia a “inconsciência inculta e desordeira de quatro zoilos” constituir “tribunal para um definitivo julgamento”. As “manifestações de desagrado”, daqueles que cacarejavam como galinhas e latiam como cães, ele considerou como “inexistentes”, da noite ficavam, “apenas, os aplausos da aristocrática e brilhante platéia que atulhava as frisas e as poltronas do

⁹³ Idem, *ibidem*. p. 14.

Municipal”. Uma vez eliminada as manifestações contrárias, Helios concluía pelo “glorioso triunfo” na “batalha” da quarta-feira. E mais, prognosticava que “com o tempo, os mais retardatários denegridores do belo combate do espírito travado no país, aderirão, penitenciados, ao movimento”⁹⁵.

Pior que serem injustos ou invejosos os críticos daquelas manifestações de “autonomia artística”, que tão bem marcavam a atitude interventora da movimentação “avanguardista”, era serem eles “incultos e desordeiros”. Não sendo capazes de partilhar o “ideal comum de alta estesia”, eram como “galinhas” e “cães”, que romperam a comunidade que os unia àqueles cérebros vanguardeiros, como sujeitos letrados, cultos e ordeiros. Havia uma pugna travada no âmbito do debate estético, entre grupos, delimitados por um mesmo campo de visão social, que punham em jogo percepções e perspectivas de diferentes projetos para a definição do que viria a ser a “arte nacional”.

Em “A vitória”, que encerrou a série de artigos sobre aquela semana decisiva, Helios reiterava seus parâmetros ao comemorar a superação dos adversários. Daquela semana teria ficado “de pé – germinando – a grande idéia”, ao passo que “dos vencidos, alguns latidos de cães e cacarejos de galinhas...”. Picchia lamentava, iroicamente, que “da alta educação do nosso povo”, houvesse “quem chegasse a descer à triste condição de um animal para manifestar seu ódio”. Em lugar de “pensamentos”, produziam “ladridos”, e, de “idéias”, “omeletes”, aqueles que deram por “morta a causa gloriosa da Reforma”. Entre os vencedores havia “homens finos, de educação, que não perderam a linha de cavalheiros”, em parte, “gloriosos hóspedes cariocas”, além de paulistas que “conquistaram para o pensamento de São Paulo um lugar de exceção honrosa nos ambientes culturais do país”⁹⁶.

“Batalha intelectual que foi, só admitia, ao ser ferida, armas intelectuais”. Não cabia, reclamava Helios, responder com “dentadas a dissertações de ordem estética”, amostrando o “desespero dos vencidos” com “ladrar, ganir, ulular, cuincar, rosnar. Enquanto o “espírito voa, sereno, no céu claro da beleza”, insuflado pelos que “em público, assumem a responsabilidade de suas idéias”. Em tom de afetação del Picchia alcunhava de “animais” os opositores, incapazes de reconhecer a “dor acalcada em vigílias de ânsia” daqueles “moços heróicos, expostos ao calvário da assuada selvagem”. Mais importante,

⁹⁴ Menotti del Picchia. “O combate”. *Correio Paulistano*, 16 de fevereiro de 1922. In: *ob. cit.* p. 15.

⁹⁵ Idem, *ibidem*. pp. 15-16.

⁹⁶ Menotti del Picchia. “A vitória”. *Correio Paulistano*, 18 de fevereiro de 1922. In: *ob.cit.* p. 25.

era a “consagração da nossa Idéia”, advinda de que “tudo o que São Paulo tem de mais culto, mais aristocrático, mais fino, tudo que nesta terra não ladra, não gane, não cacareja, não morde aplaudiu com calor os libertadores da Arte”⁹⁷.

Sergio Buarque, que conhecera Menotti del Picchia no *Correio Paulistano*, não participou daquelas noites no Teatro Municipal de São Paulo, produzidas por Paulo Prado e René Thiollier. Nem ele, nem Ribeiro Couto que o apresentou a Manuel Bandeira⁹⁸, outro que também não esteve presente ao evento, e que foi o mote do artigo de Holanda publicado na *Fon-Fon!* naquele mesmo dia dezoito de fevereiro⁹⁹.

Sem o estilo afetado de quem pretendia valorizar-se como chefe vanguardeiro, Buarque de Holanda comentava, com ironia fina e incisiva, questões e temáticas como as que preocupavam del Picchia – projetos estéticos e éticos para a literatura nacional. Ele iniciou seu texto sobre Manuel Bandeira comentando “um dos raros lugares-comuns que têm alguma razão de ser”, o da “teoria célebre” da “arte pela arte”. Primeiro enunciada por Teófilo Gautier, que “não a empregou em um bom sentido”, “o único aceitável”, aquele que fora “obliterado, devido à poesia filosófica, à poesia científica e outras tolices do mesmo jaez”. Na verdade, segundo Holanda, um preceito de que “só muito modernamente” alguns poetas tiveram consciência, como no caso de Aldo Palazzeschi, a propósito de quem Soffici, “o homem mais inteligente da Itália”, expusera a “idéia interessantíssima” que apresentava o *clown* como figura do “artista desinteressado” – sintetizando “a idéia do divertimento pelo divertimento”¹⁰⁰.

Palazzeschi, como comentou o mesmo Soffici, citado por Holanda, utilizava-se da poesia como “simples capricho”, “efusão de um estado lírico qualquer”, “sem nenhuma razão de ser nem relação com os valores sociais correntes”. Ao passo que, no Brasil, Manuel Bandeira era quem mais se aproximava de tal caso, contudo, com uma obra com “tal cunho de originalidade” que seria inútil procurar suas influências. Nela, havia um

⁹⁷ Idem, *ibidem*. p. 25-26.

⁹⁸ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda – na Biblioteca Central/Unicamp. p. 4.

⁹⁹ Sergio Buarque de Holanda. “Manuel Bandeira”. *Fon-Fon!*, 18 de fevereiro de 1922. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp.141-144. O poema “Sapos”, de Manuel Bandeira, foi, junto com seu *Carnaval*, motivo de “amores” daquela “geração paulista”, e segundo o próprio autor, ele “estava a calhar como número de combate e, com efeito, por ocasião da Semana de Arte Moderna”, foi lido por Ronald de Carvalho sob “os apupos, os assobios, a gritaria” da maioria do público, “adversa ao movimento”. Manuel Bandeira. *Itinerário de Pasárgada*. Rio de Janeiro; Brasília: Nova Fronteira; INL, 1984. Pp. 62-63.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*. p. 141.

“pouco dessa melancolia muito brasileira”, como no último verso de seu livro *Carnaval*, ainda mais acentuada em sua primeira obra *A cinza das horas*. Essa particularidade afastava Bandeira do poeta italiano que não admitia a “tristeza como elemento da emoção artística”, o que deixara claro em seu “manifesto futurista de dezembro de 1913”, em que afirmou que as “maiores fontes de alegria humana estão no homem que chora e no homem que morre”¹⁰¹.

Ainda sobre a “originalidade” da poesia de Bandeira, Buarque de Holanda afirmou com Georges Brandes, em ensaio sobre Anatole France, que “verdadeiros autores se conhecem pelo fato de muitos de seus escritos só poderem ser escritos por eles e por ninguém mais”. Mais que isso, em seu poema “Sonho de uma terça-feira gorda”, o “verso livre” fugia a todas as regras consuetudinárias. Cabia, portanto, a ele a “bela posição na literatura nacional” de “iniciador do movimento modernista”, posto que teria ele dado o “primeiro golpe na poesia idiota da época em que ainda se usava o guarda-chuva que é positivamente uma prova evidente do mau gosto estético dos nossos avós”¹⁰².

Noto que essa referência, por parte de Sergio Buarque, à “arte pela arte”, como uma maneira de conceber uma poesia “sem razão de ser”, “nem relação com os valores sociais”, indicavam, antes de mais nada, sua maneira de se posicionar frente aos embates levados então a cabo, contrapondo-se àqueles partidários das formas e fórmulas fixas na construção poética e, ou, literária. Nesse sentido, observo a referência de Holanda ao manifesto futurista de Palazzeschi, que pretendia afirmar-se como alternativa ao modo de intervenção artística na sociedade proposto por Marinetti.

É importante ter em conta ainda o surgimento de temáticas novas no repertório de Sergio Buarque nos anos de 1921 e 1922. Temas como as novas formas literárias e poéticas parecem surgir do aprofundamento de seu contato com Guilherme de Almeida e, depois, com a sua ida para o Rio de Janeiro, e o companheirismo com Prudente de Moraes, neto, além da leitura intensa de escritores da nova geração vanguardista. No entanto, apesar das novidades temáticas, as questões principais parecem continuar as mesmas, pelo menos aquelas tais, que giram em torno do “americanismo” e da “tradição nacional”. Do mesmo modo, não há variações significativas na maneira com que ele costuma conceituar suas avaliações críticas, fazendo valer noções como as de “originalidade”, “espontaneidade” e

¹⁰¹ Idem, *ibidem*. pp. 142-143.

“sinceridade”. Talvez, pudesse ser apontado um questionamento novo em relação à prática crítica, afinal Sergio Buarque estava mesmo num período de avaliação da atitude crítica, ponderando a crítica e sua abrangência. Isso ocorreu mais uma vez no artigo “Enéas Ferraz – ‘História de João Crispim’”, publicado no *Rio-Jornal*¹⁰³.

Buarque de Holanda iniciou de maneira taxativa esse texto, afirmando que “o único critério possível” no estudo de um livro, ou autor, ou “época literária”, era “não se possuir critério algum, quer dizer, um critério único, fixo”. Seu interesse era se contrapor àquelas “regras preestabelecidas pelos críticos”, que eles julgavam, de modo geral, “infalíveis e necessárias”, ocasionando a “sujeição do autor”. Ele justificava tal proposição por estar “o crítico”, “na maioria dos casos e de um modo geral”, numa posição “inferior à do autor”. Como anteriormente, a distinção principal nessa avaliação é entre “o crítico” e “o zoilo”, e o ataque a esse se dirigia. Para Sergio Buarque “os zoilos”, previam que os “autores é que se devem amoldar a seus pontos de vista, geralmente estreitos”. Mais enfaticamente, ele dizia, “às suas idéias absurdas”, aos seus “preconceitos idiotas”, às suas “regrinhas”, aos seus “*part-pris*, as suas burrices em suma...”¹⁰⁴.

O enfático Buarque de Holanda, entendia como sendo “o dever de um crítico”, “emitir um juízo imparcial sem se preocupar com o fato da obra estar ou não de acordo com o seu modo de ver”. Ele era capaz de aceitar, por exemplo, que fosse o crítico um “doutrinário”, desde que não fosse um “maníaco”; podia ser ainda, um colérico, não um “imbecil”. Ele esclarecia preferir sempre os “exageros e os excessos”, desde que fosse o crítico “conscientemente enfático”. “O meio termo é sempre condenável” – aqui, uma vez mais, aponto a indicação do valor da atitude como princípio a ser destacado, além do excesso e do exagero como recurso possível do crítico.

Em relação a Enéas Ferraz, Buarque de Holanda criticou o processo de composição de seu romance, com uma consideração sobre “o realismo”, para ele, “uma maneira falha e destinada a desaparecer em pouco”. Nesse sentido, valorizou a ironia da “pergunta dos expressionistas alemães”: “a verdade está aqui: para que repeti-la?”. Não afinava com o gosto de Sergio Buarque, ainda, a preferência do autor pela “teoria já batidíssima do

¹⁰² Idem, *ibidem*. pp. 143-144.

¹⁰³ Sergio Buarque de Holanda. “Enéas Ferraz – ‘História de João Crispim’”. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 145-147.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*. p. 145.

romance experimental”. Contudo, ele destacava que nesse primeiro livro Ferraz se mostrava “forte e original”, saindo da “incrível mesmice em caiu a maioria dos nossos romances ultimamente publicados”. Não repetia ele a “intriga e a anedota com o sal do adulterozinho”, segundo Holanda, “*leitmotiv e ritornello* da quase totalidade dos romances” então publicados¹⁰⁵.

No mesmo dia 29 de março, em que via estampado seu artigo no jornal carioca, Sergio Buarque recebeu uma carta de Murillo Araújo. No decorrer da missiva podia-se perceber como era visto, pelo menos por ele, o rapaz paulistano que representava, no Rio de Janeiro, a revista *Klaxon*, que em breve estrearia. Nela que tratava justamente de um pedido de contribuição para a revista, Buarque de Holanda era saudado como “prezado e brilhante Irreverente”. O remetente confessava-se com “alegre impaciência”, pensando na revista. Afinal, para ele, havia “tanta falta de imprensa heróica”, uma tal que “corrija a tábua de valores e possa malhar valentemente os judas da mediocridade e da falsa-arte!”. O impacto da atitude de intervenção, que levasse em conta não apenas aspectos estéticos, como éticos, portanto, era destacado também pelo missivista¹⁰⁶.

De resto, Araújo comenta o material enviado para Buarque de Holanda justificando suas escolhas. A princípio, escreveu, preferia mandar “algum poema livre ode pudesse soinfonizar à vontade”, mas não o fez: “os novos que compus são longos e intrigam o burguês”. Porém, não era apenas isso, ele temia o crivo crítico de Sergio Buarque e dos responsáveis pela revista: “depois tenho medo da sua ironia com os ‘futurismos’ e sei que os diretores da revista, em matéria política, preferem o soneto, que ocupa menos espaço e está nos hábitos do público”. De modo que, enviou um de seus “poucos sonetos”, que tinha “talvez o mérito de ser inédito e ser enviado com a mais cordial boa vontade”¹⁰⁷.

Seja como for, seu poema nunca foi publicado, ou porque ele não estava realmente de acordo com o gosto dos que olhavam pela publicação, ou por não terem eles gostado da observação de Araújo sobre estarem submetidos aos “hábitos do público”; ou mesmo, por não tê-lo enviado Buarque de Holanda. É, todavia, interessante observar nos nove números

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*. p. 146.

¹⁰⁶ Correspondência passiva. Murillo Araújo. S/l, 29 de março de 1922. Siarq/Unicamp. Sublinhado pelo remetente. s/p.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*. s/p.

da revista modernista paulistana, entre outros aspectos, este: o de seu dimensionamento dos gostos e hábitos do público e de sua publicação de sonetos.

Sergio Buarque fora escolhido o representante da revista *Klaxon*, no Rio de Janeiro, onde o primeiro assinante foi Rodrigo Octavio Filho¹⁰⁸. Daí iniciou-se uma relação direta e contínua entre Mario de Andrade e ele, que recebeu uma carta do poeta e musicista em maio. Nela, o poeta comunicava o recebimento da revista *Vanity Fair*, enviada por Holanda, e comentava ter achado interessantes os poemas publicados. Esses lhe serviram para a elaboração de uma conferência, que ele, no entanto, não pensava em publicar, pois não estava satisfeito com ela na medida que dizia sentir-se constrangido pela “largueza do assunto”. Versava sobre “a nova estética”, e por ser tema que requeria “tanto pensar”, avisava que se sobrasse tempo, o desenvolveria para publicar mais tarde um “opúsculo”¹⁰⁹.

Todavia, o mais importante era a notícia sobre o lançamento da revista modernista, que sairia “no dia 15 sem falta”, e a evocação a Sergio Buarque para que não esquecesse que fazia parte dela. “Trabalha pela nossa Idéia, que é uma causa universal e bela, muito alta”. Mario de Andrade se dizia à espera dos artigos e poemas que Holanda prometera e, principalmente, de um conto escrito por ele: “desejo conhecer-te na ficção”. O poeta comentava que esperava o lançamento da revista para escrever a Ronald de Carvalho e Elísio de Carvalho, e pedia a Sergio Buarque que dissesse a Manuel Bandeira que ele lembrava dele, “sempre e muito”. E, como se tivesse sido perguntado, disse “recordo-me do Ribeiro Couto”. Em *post-scriptum*, Andrade comunicava estar Couto de Barros saindo de São Paulo e que ficaria fora por um mês, e, portanto, ele assumiria a tesouraria, devendo Holanda enviar os cheques das assinaturas endereçados a ele¹¹⁰.

Conforme previsto, em 15 de maio de 1922, era lançado o primeiro número da revista *Klaxon*, cujo título – buzina, na língua francesa – dava já a entender a intenção de alvoroçar a cena literária de então, fazendo alusão à máquina como metáfora de modernidade, ao soar os tambores urbanos. A pretensão era intervir de modo vigoroso na rede social de difusão de idéias dos órgãos literários coevos, apostando na unicidade do “movimento”, batizado naquelas primeiras batalhas de fevereiro. Afinal, sua iniciativa

¹⁰⁸ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. *ob.cit.* p. 4.

¹⁰⁹ Correspondência passiva. Mario de Andrade. São Paulo, 8 de maio de 1922. Siarq/Unicamp. s/p. Note-se que no manuscrito não se faz menção ao mês de seu envio, mas a referência à revista *Klaxon* torna factível a datação indicada pelo arquivo.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*. s/p.

partia da convicção, de levar a cabo a “Idéia” de uma “causa universal e bela, muito alta”, capaz, nessa medida, de aglomerar militantes literários, de matiz vário, em torno de uma disputa – pela a idealidade, universalidade e beleza – contra os “passadistas”.

A número um surgia com dezesseis páginas, com fontes de caracteres diferentes, e estampando uma gravura de Victor Brecheret. Suas medidas de brochura facilitavam a manipulação. Sua capa branca vinha com uma arte gráfica arrojada trazendo a letra A de seu nome em caixa alta, com cor vermelha, enquanto as outras letras vinham em preto com tipo menor. Na capa final se estampava uma publicidade do chocolate Lacta, com os dizeres “coma lacta”, inscrito com diferentes tipos de caracteres e formas, distribuídos assimetricamente¹¹¹.

A atuação da revista como órgão de um determinado grupo de escritores, para a difusão de seus projetos estéticos e éticos, visando os embates críticos em torno da literatura e da nação brasileiras, ilustram outro aspecto do nexos da estrutura de querelas. Nos comentários da seção “Livros” pode-se provar o tom da crítica de Milliet e Couto de Barros. O primeiro comenta *Voyage, poème en prose*, de Bob Claessens, editado pela belga *Editon Lumière*, com gravuras de Henri Van Straten e prefácio de Marcel Millet. Elogioso, Sergio Milliet destacou antes de mais nada as “edições artísticas”, da casa belga, iniciadas em 1921. “Sempre ilustradas por xilógrafos de valor, impresso sobre bom papel e apresentados com simplicidade, seus livros devem servir de modelo para os editores brasileiros tão avaros de bom gosto”. As gravuras tinha aquelas qualidades valoráveis então, eram “originais e sugestivas”. O autor, Claessens, além de “um espírito avançado” era considerado também “um fiel que canta seu credo” – “a vida”. Era “independente”, nem “penumbrista”, nem “utopista”, era “moderno”. Trazia a “chama ardente da vida moderna”.

¹¹¹ *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 1, São Paulo, 15 de maio de 1922. Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda – Biblioteca Central/Unicamp. O “mensário de arte moderna”, tinha sua redação e administração à rua Uruguai, número catorze, com telefone 4098 centro. O valor da assinatura anual era de 12\$000, abaixo, portanto, dos outros órgão de difusão referidos até aqui, e seu número avulso custava 1\$000. Seu representante no Rio de Janeiro era, como já referido, Sergio Buarque, com endereço para contato na rua São Salvador, 72-a. A revista que ora estreava contava, ainda, com representantes na Suíça e na Bélgica, L. Charles Baudouin e Roger Avermaete, respectivamente. Na primeira contracapa, vinha um aviso, que a redação não se responsabilizava pelas idéias dos colaboradores, que a assinatura deveria ser feita ou por extenso ou pelas iniciais, só havendo permissão para pseudônimos na medida que houvesse o registro na redação da identidade do autor, e, que não seriam devolvidos os originais enviados. No primeiro número da revista contribuíram, escrevendo, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Mario de Andrade, indicado pelas iniciais M.A., Antônio Calos Couto de Barros, A.C.B., e Sergio Milliet, S.M. – esses os brasileiros. Os estrangeiros foram seus representantes, Charles Baudouin e Roger Avermaete, além de May Caprice e Henri Mugnier. O “extra-texto”, uma seção para imagens, foi a estampa de uma obra de Victor Brecheret.

“Ação”. “Luta”. Era também “internacionalista”, tinha um “grito de revolta contra tudo o que impede de comungar com os outros homens, os outros países”. De onde adviria “parte de seu ódio contra a literatura *d’écoles*”¹¹².

O texto de Couto de Barros tinha um tom mais cáustico ao comentar obra de Rodrigo Octavio Filho, *Alameda noturna*. A reunião de poesias de diferentes épocas, pelo primeiro assinante da revista no Rio, ganhava, segundo o comentarista, “determinada ligação” pelo “tom geral de melancolia”. Ao contrário de Claessens, fiel ao credo da vida, Octavio Filho não sofria o “mínimo abalo” advindo “dinamismo da vida, essa cinematografia vertiginosa de movimentos multiformes”. Ele ainda fugia “ariscamente da trepidação moderna”. Todavia, nem caminhando sobre “planos estáticos” ele conseguiu equilibrar seus versos, “a necessidade imperativa de rimar atua nos seus versos de tal forma, que produz verdadeiros desastres”. Tomava suas “expressões mais características” do “simbolismo”, no entanto, com uma “destilação intelectual” poderia se ver, segundo A.C.B., sua “caudal romântica”. No livro, enfim, o crítico percebia coisas de “principiante inexperiente”, das quais citava um trecho para comentar ao cabo: “francamente, nem em folhinha!”.

Milliet apresentava em seus comentários, apesar de mais cordato, os parâmetros que orientavam seus comentários críticos: originalidade, atitude, espontaneidade, sinceridade, humanidade, a “chama ardente da vida moderna”. Barros, por sua vez, em outra toada crítica, também valorizou a atitude frente ao “dinamismo da vida moderna”, e a capacidade de se ligar à “trepidação moderna”. Ambos, de maneira diversa, destacam a capacidade do escritor em perscrutar a “chama ardente da vida moderna” e, ou, “o dinamismo da vida moderna”, como determinante de seu valor. Nesse sentido, era rechaçado o “tom geral de melancolia”, o apego aos “planos estáticos”, associados, por Couto de Barros, à escola literária romântica.

Na seção “Luzes e refrações”, composta por comentários e provocações estampados em textos curtos, no caso, de Mario de Andrade, que escreveu sobre um artigo de Henri Mugnier em torno do “Modernismo”, publicado no *Messenger de S. Paulo* de abril daquele ano. Não sem antes fazer ver, com sarcasmo, o fato de terem sido apenas alguns jornais a publicar “críticas independentes para a Semana de arte moderna”: *Fanfulla, Deutsche*

¹¹² Idem, *ibidem*. p. 13.

Zeitung, Revista Coloniale e Messenger de S. Paulo – sempre com “artigos assinados por estrangeiros”¹¹³.

No texto, Andrade rebatia o “doloroso ceticismo” que percebera no final do “belo artigo” de Mugnier, deixando evidente o sentido do seu embate modernista contra os “passadistas”. “A arte para o artista legítimo é como o ar e o pão: elemento de vida”. Os “passadistas” eram aqueles que queriam tirar-lhes o “direito de praticar a arte”, para quem avisava: “nós lutamos pela nossa, como quem luta pela vida”. Em vista dessa convicção a “desesperança” era uma “conclusão negativa”, e como tal, desprezada – “não pode haver conclusões negativas em época de construção”¹¹⁴.

Na segunda nota, Mario de Andrade dirige sua crítica para o “passadista” Piccoli, que atacou “a arte moderna” pelo *Emporium* em fevereiro. Com perguntas zombeteiras, ele rebateu a “revolta contra as associações de elogio mútuo” de Piccoli, “tolices” que não sabia por quanto tempo se repetiriam. Para ele, o “elogio mútuo deriva da mútua compreensão, é uma sinceridade orgulhosa e justa”. “Há afinidades eletivas”. Tudo decidido “sem pedido de votos, nem visitas”, nas eleições “nobres” de uma “Academia Brasileira de Letras no espírito” – onde haveria uma academia para “cada um de nós”.

Na terceira, o foco era sobre a revista francesa *L'Esprit Nouveau*, também de fevereiro, num texto de Baudouin, em que ele afirmava que o “novo lirismo” opunha à “arte pela arte” a “arte pela vida”. Mario de Andrade concordava, desde que o articulista entendesse por “arte pela vida” uma tal que tivesse como “base a vida”, porém não preocupando-se em reproduzi-la. Mas, “sim de tirar dela uma eurtmia de ordem intelectual que a vida não tem, porque é inconsciente”¹¹⁵.

O comentário sobre a noção de sinceridade que se segue para finalizar a nota de Andrade é importante para que se evidencie a importância e o teor de um dos critérios críticos usuais que me proponho destacar. A “sinceridade em arte” consistiria em “criar”, e não reproduzir. Seu “princípio gerador” era a “consciência singular”, a partir da qual um homem seria “verdadeiramente digno de ser chamado poeta – isto é criador”. Mario de

¹¹³ Idem, *ibidem*. p. 15.

¹¹⁴ Idem, *ibidem*. p. 15.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*. pp. 15-16.

Andrade citava Schleiermacher, para lustrar sua assertiva: “a poesia não procura a verdade, ou antes, procura uma verdade que nada tem de comum com a verdade objetiva”¹¹⁶.

A quarta, e última, das “luzes e refrações” do klaxista versava sobre uma revista nacional. Nela, ele comentava a reação de vários jornalistas à “enumeração graciosa de escritores regionais aparecida na *Revista do Brasil*”. Os periodistas, em suas respectivas folhas, teriam começado a lançar uma “quantidade fenomenal de nomes esquecidos”; *Klaxon*, pela máquina de escrever de Mario de Andrade, posicionava-se ironicamente, protestando “em nome de todos os literatos que ainda desta vez ficaram esquecidos”. Mais ainda, reclamava “em nome de todos os habitantes do Estado que sabem ler e escrever, e que uma vez ao menos durante a existência obscura de gênios desconhecidos que levam, mandaram pelo Correio um cartão de Boas Festas”¹¹⁷.

A primeira “Luzes e refrações” de *Klaxon* foi importante para vislumbrar a entoação do “mensário de arte moderna”. Vale uma rápida ponderação em torno das informações sobre aspectos cruciais dos critérios críticos observados. Primeiro, Andrade, que falava pela revista, alargava ao máximo o universo de “escritores regionais”; afinal, no limite, seriam todos os que soubessem ler e escrever, tendo enviado, uma vez se quer, um cartão pelo correio. Assim, a categoria de “escritor”, além de equivar à de “literato”, permitia a inclusão de qualquer um que fosse leitor e escritor, e mesmo, difusor de textos, ainda que apenas no fechado cosmo do correio. Todos seriam, potencialmente, e apesar da “existência obscura”, “gênios desconhecidos”, posto que a partir do “princípio gerador” da “consciência singular”, é que o homem se tornaria “verdadeiramente digno de ser chamado poeta – isto é criador”.

A generalização que humaniza, neste sentido universalizando a genialidade, se manifesta no nível subjetivo da “sinceridade em arte”, traduzida pela capacidade de “criar”. Esta “sinceridade”, por sua vez, motiva a busca de uma verdade específica pela poesia, “que nada tem de comum com a verdade objetiva”. Nesse sentido, é significativo para o que se sugere até aqui, que Mario de Andrade lance essas suas luzes pelo foco das palavras de Schleiermacher¹¹⁸. Afinal, como partícipe do grupo romântico de Iena, ele partilhava de

¹¹⁶ Idem, *ibidem*. p. 16.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*. p. 16.

¹¹⁸ Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher viveu e produziu na época da ocupação francesa no território germânico. Pastor reformado, presidiu o primeiro sínodo berlinense comum, entre luteranos e reformados. Em 1808, cooperou em uma união livre de patriotas prussianos, tendo sido influente junto a estadistas e militares,

sua concepção de conhecimento, que aproximava a “auto-reflexão do sujeito com a do objeto”, superando a divisão estanque entre sujeito e objeto. Nessa medida, a “verdade objetiva” era relativizada pela “reflexão” subjetiva, sendo a poesia – como a filosofia – uma tentativa de traduzir a “verdade”, posto ser esta acessível apenas pelo modo “simbólico-alegórico”¹¹⁹. Eis porque na possibilidade de aceitar a “arte pela vida”, não interessava para Mario de Andrade a simples reprodução da “vida”, mas sim a capacidade de tirar dela aquela “eurytmia intelectual”, que ela não tem por ser “inconsciente”.

Esse aspecto subjetivo da experiência e expressão da “vida”, na medida mesma que relativiza a “verdade”, estabelece vínculos e identidades. Esse o sentido da “Academia Brasileira de Letras no espírito” de “cada um de nós”, que delineia as “associações de elogio mútuo”, derivadas da “mútua compreensão” – “uma sinceridade orgulhosa e justa”. A noção de “compreensão” funcionando aí como para Novalis: “compreende-se o artista, apenas na medida em que se é artista e torna-se tal, e que se compreende a si mesmo”¹²⁰.

Em vista disso, segundo Mario de Andrade, o “artista legítimo”, para quem a “arte” seria como “o ar e o pão”, deveria lutar por ela, contra “os passadistas”, “como quem luta pela vida”. Com isso, marcando a atitude do “novo lirismo”, da “arte pela vida”, naquela

ao lado de Fichte, Hegel e Niebuhr, no sentido da valorização da idéia de “comunidade política e nacional” em detrimento do “individualismo das classes cultas”. Atuou também como membro da seção de instrução pública da comissão para o estabelecimento da universidade de Berlim em 1910. Mas principalmente, Schleiermacher, nascido em 1768, teve seus primeiros vinte anos em convívio com o movimento literário alemão que se convencionou chamar de *Sturm und Drang* – referência à peça teatral homônima de Friedrich Maximilian Klinger, um dos expoentes desse protesto realizado por jovens escritores como Johann Wolfgang Goethe, Friedrich Schiller, Johann Gottfried Herder, Jakob Michael Reinhold Lenz e Jung Stilling. “Tempestade e ímpeto” pretendia contrapor o poder dos príncipes, e os imperativos da “razão” e da “virtude” determinados pelas luzes iluministas. Subjetivismo e sentimentalismo, valorização da originalidade, em oposição a regras estabelecidas pela poética classicista, interesse pelas características nacionais, além da idéia de gênio e a busca da “alma do povo” são elementos fundantes das pretensões deste movimento. Schleiermacher, por sua vez, em 1799, estava alinhado ao grupo romântico de Jena, ao lado de Tieck, Novalis, os irmãos Schlegel e Schelling, dedicado de modo especial à história e crítica literárias e à reflexão filosófica. Em sua “doutrina da individualidade”, confluíu a nova direção imposta à história literária surgida com Winckelmann e Herder. Nela, toda obra literária é considerada um todo que contém o núcleo de sua estrutura e da sua possibilidade de compreensão. Todo escritor é tido, igualmente, como um todo cuja conexão interna governa a sucessão de suas obras, fazendo possível a compreensão de seu caráter de escritor. Do mesmo modo, desdobram-se os entrelaçamentos mais amplos que de “escolas”, bem como a “literatura de um povo”. Em sua crítica ressalta o “humano” frente a uma “moral abstrata” apontada, segundo ele, em Kant e Fichte: uma obra devia contar com a força do engenho, da paixão e da polêmica. Nesse sentido, a “moral” não seria diferente da “alegria de viver” e da “potenciação da vida”. Conforme Wilhelm Dilthey. “Schleiermacher”. In: *Hegel y el idealismo*. Obras de Wilhelm Dilthey, V. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. pp. 305-372, *passim*. Karin Volobuef. *Frestas e arestas, a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: F.E. Unesp, 1999. pp. 29-30.

¹¹⁹ Márcio Seligmann-Silva. *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica literária*. São Paulo: Iluminuras, 1999. pp. 47-49, *passim*.

que ele definia como uma “época de construção”, o klaxista caracterizava a verve da própria revista.

Todo esse detalhamento na apresentação e consideração das idéias difundidas neste órgão modernista, se justifica pela possibilidade de atinar para o compartilhamento de algumas perspectivas temáticas, e conceituais, que informaram, também, os projetos estéticos e éticos de Buarque de Holanda. Além disso, *Klaxon* é exemplar, no sentido, de permitir que se perceba toda uma dinâmica, envolvendo a prática social de produção escrita – ancorada num ambiente de reflexão romântico, operando através de uma estrutura de querelas, de relações pessoais, de amizade e disputa, que se expressava, através desse instrumento de difusão de idéias. Com isso, pretendo delinear algumas fronteiras fluídas que envolvem, pelo menos alguns, dos escritores mais significativos do grupo que se congregava na comunidade klaxista.

Nesse sentido, vale atentar, dando seqüência à mesma orientação, para o texto de abertura do mensário assinado por sua redação. Nele, em trechos curtos e fragmentários, encontram-se as diretrizes basais da revista, divididas nas partes “significação”, “estética”, “cartaz” e “problema”. Na primeira parte, ficava clara a disposição de “luta”, que teria começado “de verdade” em princípios de 1921, através do *Jornal do Comércio* e do *Correio Paulistano*. Momento em que se teria deflagrado a batalha intelectual que resultaria na Semana de arte moderna, que como o “Conselho Internacional de Versalhes”, ao final da primeira guerra mundial, também teria sua “razão de ser”. “Como ele: nem desastre, nem triunfo”; “como ele: deu frutos verdes”. “Erros” teriam sido proclamados em “voz alta” e “idéias inadmissíveis” pregadas: era “preciso refletir”. “Daí, *Klaxon*”, era “preciso esclarecer”, era preciso “construir”. Esclarecer e construir, contudo, não significava simplificações facilitadoras para o público nacional, *Klaxon* não se queixaria de ser incompreendida pelo Brasil, ao contrário “o Brasil é que deverá se esforçar para compreender *Klaxon*”¹²¹.

Na segunda parte, “*Esthetica*”, apresentam-se alguns dos motes, dos parâmetros e das referências klaxistas, apontando para a percepção da arte e do mundo que os motivava. “*Klaxon* sabe que a vida existe”, e, aconselhada por Pascal, “visa o presente”. Com o eminente polemista francês, físico e matemático, escritor valorizado na literatura cristã,

¹²⁰ Idem, *ibidem*. p. 71.

inclusive no Brasil, Klaxon asseverava que não se preocuparia de ser “novo”, “mas de ser atual”. De tal modo, que se depreende não a intenção de fazer tábula rasa do passado, mas sim de atualizá-lo em sua aplicabilidade presente – implicando, portanto, a crítica da tradição e não sua simples rejeição. “Essa a grande lei da novidade”.

Klaxon era “internacionalista”, pois sabia que a “humanidade existe”, o que não impedia que ela e seus “membros brasileiros” morressem “pela integridade da pátria”¹²¹.

Klaxon sabia que a “natureza existe”. Mas, sabia também que “o moto lírico, produtor da obra de arte, é uma lente transformadora e mesmo deformadora da natureza”. Nessa medida, o aspecto da subjetividade criadora relativizava a possibilidade de objetivar a natureza, apresentando-a como anteparo para a expressão do mundo interior do indivíduo.

Klaxon dizia saber que o “progresso existe”, e que por isso, ratificando o comentário sobre “ser atual”, “sem renegar o passado, caminha para diante, sempre, sempre”. Assim, não reconstruiria o *campanile* de São Marcos que, “obra-prima”, “devia ser conservado”, mas uma vez tombado, não devia ser reconstruído; “erronia sentimental e dispendiosa” – “que berra diante das necessidades contemporâneas”.

O “laboratório existe”, Klaxon sabia, e afirmava que por isso pretendia dar “leis científicas à arte; leis sobretudo baseadas nos progressos da psicologia experimental”. Pretendia pôr “abaixo os preconceitos! Liberdade! Mas liberdade embridada pela observação”. Ressalto que na pretensão de dar “leis científicas à arte” salta, antes de tudo, mais uma vez a valorização do indivíduo criativo. Afinal, o fundamento científico seria a “psicologia experimental”, observando o indivíduo e suas experiências, visando dirimir “preconceitos”, almejando “liberdade”. De tal forma, a referência ao “laboratório”, às “leis científicas” e à “psicologia experimental” um índice de atualidade.

Mais que atual, a cinematografia era considerada pelos klaxistas “a criação artística mais representativa da nossa época”, sendo “preciso observar-lhe a lição”. Klaxon sabia que o “cinematógrafo existe”, preferindo Pérola White a Sarah Bernhardt. A primeira delas significando “raciocínio, instrução, esporte, rapidez, alegria, vida”, em contraponto com ela, “Sarah é tragédia, romantismo sentimental e técnico” – é exemplar para figurar a escola romântica. Logo, “Sarah Bernhardt = século 19. Pérola White = século 20”.

¹²¹ “A redação”. *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 1, São Paulo, 15 de maio de 1922. p. 1.

¹²² Idem, *ibidem*. p. 1. Destaco que em todo esse texto de apresentação da revista utiliza-se uma variedade de caracteres gráficos sublinhando detalhes e as intenções inovadoras.

Ao fim desta segunda parte, avisava-se: “Klaxon não é exclusivista. Apesar disto jamais publicará inéditos maus de bons escritores já mortos”. E, resguardando sua identidade de rotulações ou vinculações homogeneizadoras correntes, fazia questão de destacar que “Klaxon não é futurista. Klaxon é klaxista”¹²³.

No “cartaz”, Klaxon estampava três assertos que sublinhavam pontos acima referidos. O da atualidade, mencionando que “Klaxon cogita principalmente de arte”, “mas quer representar a época de 1920 em diante”. O que explicava ser o mensário, na definição dos klaxistas, “polimorfo, onipresente, inquieto, cômico, irritante, contraditório, invejado, insultado, feliz”. Depois, aquele da negação do futurismo de Marinetti, na medida que Klaxon afirmava que não derrubaria *campanile* algum, mas que também não reconstruía aquele que viesse a ruir – contrapondo-se ao teor do décimo item do manifesto de 1909, que pregava a demolição de museus e bibliotecas¹²⁴. Os klaxistas queriam utilizar o “terreno para sólidos, higiênicos, altivos edifícios de concreto armado”. Klaxon não pretendia destruir, mas “construir”, e isso foi reafirmado no terceiro trecho de seu “cartaz”. O mensário dizia ter “alma coletiva”, caracterizada pelo “ímpeto construtivo”. No entanto, afastando pretensões de escola ou outras identificações que aplainassem as perspectivas individuais, esclarecia que na construção klaxista “cada engenheiro se utilizará dos materiais que lhe convierem”. Em outras palavras, “isto significa que os escritores de Klaxon responderão apenas pelas idéias que assinarem”.

Por fim, Klaxon equacionava seu “problema”. “Século 19 – romantismo, torre de marfim, simbolismo. Em seguida o fogo de artifício internacional de 1914. Há cerca de 130 anos que a humanidade esta fazendo manha”. Em vista do que, para Klaxon “a revolta é justíssima”, os klaxistas queriam “construir a alegria”. A perspectiva risonha e trocista era plausível – “a farsa” e “o burlesco” não os repugnava, “como não repugnou a Dante, a Shakespeare, a Cervantes”. Eles próprios se riam, “molhados, resfriados, reumatizados por uma tradição de lágrimas artísticas”; e decididos, também marcavam sua atitude: “operação cirúrgica. Extirpação da glândulas lacrimais”. Pela “lei da novidade”, “ser atual”

¹²³ Idem, *ibidem*. p. 2.

¹²⁴ Frederico Tomaso Marinetti. “Manifesto do futurismo”. In: Gilberto Mendonça Teles. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1983. pp. 91-94.

significava dar-se conta da “era dos 8 Batutas, do Jazz-Band, do Chicharrão, de Carlito, de Mutt & Jeff”. Enfim, “era do riso e da sinceridade”, “de construção” – “era de Klaxon”¹²⁵.

A valorização de autores como Dante, Shakespeare e Cervantes remete a mais uma compatibilidade com aqueles românticos de Iena, posto que um dos pontos centrais que ajudaram a abalar a “tradição da poética clássica” foi exatamente sua valorização desses mesmos autores, além de outros como Tasso, Ariosto e Calderón. Nesse processo de abalo das regras da poética, como desdobramento da “querela dos antigos e modernos”, somou-se a inversão das máximas de Aristóteles, que em sua *Poética* vinculava a tragédia às ações superiores e a comédia às ações inferiores. Doravante, como afirmou Friedrich Schlegel, “todos os tipos de poesia clássicos, na sua pureza estrita, são agora risíveis”, deixando claro que para ele, “sentido para a individualidade poética tem-se apenas com os modernos”¹²⁶.

Outro aspecto que merece destaque, nesse sentido, é o da ironia que transparece nessa apresentação da revista. Note-se que a posição irônica assumida não parece sugerir outra coisa que uma relação dos klaxistas, como a dos românticos, com a “consciência do caos, da ausência de um sistema”, por um lado, e por outro, da “necessidade da sua construção”¹²⁷. De tal modo, que a atitude irônica tem suporte na destruição da idéia de “totalidade” da produção poética como algo acabado, fomentando um “distanciamento reflexivo” que, por sua vez, instaura uma instância crítica constante dentro de sua busca de unidade construtiva – aspecto que se reflete, por exemplo, na forma fragmentária dos textos. Basicamente, a “ironia” provém da justaposição entre contrários”, que na ironia romântica significa uma “coexistência do ímpeto criativo com a apreciação crítica”¹²⁸.

¹²⁵ “A redação”. *ob.cit.* p. 3.

¹²⁶ Márcio Seligmann-Silva. *ob.cit.* pp. 61 e 69.

¹²⁷ Idem, *ibidem.* p. 37 e *passim*.

¹²⁸ Karin Volobuef. *ob.cit.* p. 93 e *passim*. O recurso à ironia em *Klaxon* foi expressa de modo exemplar nas palavras de Antonio Carlos Couto de Barros no fragmento “Janela aberta” de seu texto “Ônibus”: “O que pode salvar o extremo subjetivismo do hermetismo é a ironia. A ironia, sendo o resultado de uma comparação entre o individual (que é sempre suposto superior, embora nem sempre vença) e o coletivo, o ‘não eu’, pressupõe uma atenção elástica, repartida entre o mundo subjetivo e o objetivo. O indivíduo, assim, nunca está encerrado dentro de si mesmo e, de vez em quando, abre a janela para ver a vida passar tumultuariamente... Além disso, a ironia é um desdobramento do instinto de conservação. E quando as nossas tendências mais íntimas e inconscientes periclitam, quando se fragmentam ou vão fragmentar-se de encontro as asperezas do meio em que vivem, então ela surge, consolando-nos, auxiliando-nos a viver... As sensibilidades mais delicadas são e devem ser, consequentemente, as mais irônicas, porque estão mais expostas, porque se lascam mais facilmente...”. Cf. *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 5, São Paulo, 15 de setembro de 1922. p. 2.

Não é ocioso atentar para que a idéia de “construção”, tantas vezes referida em *Klaxon*, já referida também na conferência de Menotti del Picchia, faz par com a reflexão crítica individual. Nesse sentido, pode-se sugerir que ela ultrapassa o âmbito subjetivo da criação individual, supondo que a criação e crítica poética e, ou, literária, abrangesse o âmbito do estabelecimento de um padrão para o que seja moderno, ou melhor, “atual”, que ganha, no limite, projeção em um nível de intervenção social mais amplo. Afinal, a “alma coletiva” de “ímpeto construtivo”, parecia supor um papel diferente para o escritor do que aquele que identificava como sendo da escola romântica, ligada à “torre de marfim”, ao “simbolismo” e ao século dezenove, que se pretendia ultrapassar.

Como supunha, fazendo-o por uma “revolta justíssima”, *Klaxon* opunha à “manha da humanidade” e à “tradição das lágrimas artísticas”, a “era do riso e da sinceridade”, da “construção”, a sua “era”. *Klaxon* evidenciava esse seu interesse de intervenção ampliado, sobretudo, quando afirmava que “o Brasil” é que deveria esforçar-se por compreendê-la – na verdade, estabelecendo a crítica e a poesia como instrumentos dessa intervenção de pretensão “construtiva”. Mais enfaticamente ainda, quando dizia que nada impedia que “seus membros brasileiros” morressem pela “integridade da pátria”.

Vinte dias depois de lançado o mensário, Sergio Buarque publicava um artigo sobre os escritores da “nova geração” paulista na seção “São Paulo” de *O Mundo Literário*¹²⁹. Ele era uma apresentação da querela dos “novos” com o “parnasianismo” que “imperava” então, fazendo com que caísse no “ridículo o poeta que não fizesse do tratado de Banville seu livro de cabeceira”. Nesse texto, Buarque de Holanda apresentava seus companheiros klaxistas ao público carioca, provavelmente, visando também aumentar a publicidade e a arrecadação da revista. O “primeiro grito de alarme”, abrindo o caminho para essa “nova geração”, “mais audaz e mais fecunda em talentos”, teria sido de Menotti del Picchia. Importava, sobretudo, essa atitude audaz frente uma circunstância limitada pelo império parnasiano, pois o próprio poema que significou esse grito, “Moisés”, “não era um poema moderno para a época mas era moderno para São Paulo”. Nas mesmas condições estaria “Nós”, de Guilherme de Almeida.

Em suas considerações Buarque de Holanda incluiu o “movimento sertanista”, surgido com a *Revista do Brasil*, que de valor teria produzido *Urupês*, de Monteiro Lobato,

“embora partisse de um princípio estreito e errôneo”. Seu interesse, entretanto, era escrever que “os novos continuaram a reagir”. E que, “guiados” por Oswald de Andrade “leram os modernos de todos os países”. Apollinaire, Jacob, Marinetti, Cendrars, Cocteau, Papini, Soffici, Palazzeschi, Golvoni, Salmon. Leram “imagistas ingleses e norte-americanos”. Contudo, Holanda fez questão de frisar, que “desenvolveram na medida do possível a própria personalidade”. Eram mais que tudo, “modelos de rebeldia literária”. A Semana de arte moderna os consagrara, e “agora aparece a nova revista *Klaxon*, o órgão do movimento novo de São Paulo, destinado a um grande sucesso”¹³⁰.

Sergio Buarque concluiu anunciando os próximos lançamentos do grupo a virem do prelo, para observar que “os modernos não se limitam só a palavra”. “Os novos de São Paulo têm tanta confiança no próprio valor como a geração anterior na infalibilidade das regrinhas de Banville”. *Paulicéia desvairada*, de Mario de Andrade – “um dos talentos mais sérios da nova geração paulista”; pela Monteiro Lobato & Cia o primeiro dos romances da *Trilogia do exílio*, de Oswald de Andrade; Guilherme de Almeida daria *Sharazada, a flor que foi um homem* e *A fruta que eu perdi*, além de ter *Messidor*, versado para o francês; Ribeiro Couto preparava “belíssimas colunas de versos”; Luiz Aranha, prometia duas publicações, enquanto Moacyr Deabreu acabara de publicar, o “vigoroso e novo”, *Casa do pavor*, livro que Holanda lamentava não ter espaço para tratar largamente, mas que sem deixar de comentar que colocava seu autor entre os “maiores cultores do conto no Brasil”¹³¹.

Em junho, Buarque de Holanda recebeu uma carta de Tácito de Almeida. Em papel com timbre do escritório dos doutores advogados Antonio Carlos Couto de Barros e do remetente, a missiva datilografada, mas com assinatura e data manuscritas, trazia comentários sobre *Klaxon*, suas dificuldades com os anunciantes e a necessidade de buscar mais assinantes cariocas¹³² – tarefa que provavelmente seria facilitada por textos como esse, de Sergio Buarque, sobre os “novos”. O amigo de Campinas, que chegava a São Paulo “todo maltratado do interior”, ficava satisfeito com as “agradáveis surpresas” que foram para ele Adelino Magalhães, Nico Horigoutch, Oswaldo Orico e um artigo e uma carta de

¹²⁹ Sergio Buarque de Holanda. “Os novos de São Paulo”. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 148-149. Título sugerido pelo organizador da coletânea.

¹³⁰ Idem, *ibidem.* p. 148.

¹³¹ Idem, *ibidem.* p. 149.

¹³² Correspondência passiva. Tácito de Almeida. São Paulo, 27 de junho de 1922. Siarq/Unicamp. s/pp.

Holanda. O klaxista dizia muito boa a lembrança de Sergio Buarque de entrevistar Ruy Coelho, avisando que a “crônica musical” do número quatro da revista estaria de “braços abertos”. E, já avisava que “seu episódio, magnífico”, seria publicado no quarto número, pois o três estava pronto na tipografia. Sobre o texto de Buarque de Holanda, ele comentou, acentuando sua atitude: “você soube atravessar a multidão e os oradores exaltados, sem perturbação alguma no sorriso”.

A crônica intitulou-se “Música descritiva”; o episódio, “Antinous (fragmento)”. A ficção é exemplar por ser coerente com as convicções do que Buarque de Holanda entendia ser, então, moderno e atual. Primeiro, por sua estrutura fragmentária. Segundo, pelo tom de troça. Terceiro, por ter referências aos ícones de modernidade valorizados coetaneamente. Porém, sobretudo, pela atualização da tradição. Neste caso, Sergio Buarque utilizou um texto com referências clássicas para ironizar o ímpeto reformador que alterava o perfil das cidades – numa crítica análoga àquela apresentada em “A cidade verde”¹³³. O sentido de atualização é explícito, reiterando o cunho irônico do escrito. No fim do texto seguia: “aviso importante – o enredo para comodidade da ação foi transportado para a atualidade”.

O sentido crítico e irônico do texto vinha enunciado já em seu título Antinous, que, numa primeira abordagem etimológica, remeteria à idéia da anti-razão; posto que *nous*, significava na língua grega, a sede do intelecto, da inteligência e do raciocínio. Além disso, Antinous trazia uma carga semântica do desmedido, daquele que quebra a ordem. Na *Odisséia*, de Homero, Antinous era o mais arrogante pretendente de Penélope, e foi o primeiro deles a ser morto no retorno de Odisseu¹³⁴. Contudo, o personagem referido no título do fragmento ficcional de Buarque de Holanda, era um jovem bitíneo, favorito do Imperador Adriano, que se suicidou por afogamento no rio Nilo, levando o imperador a homenageá-lo com a fundação da cidade de Antinópolis, às margens do rio egípcio. O texto de Sergio Buarque narrava um desfile em triunfo de Adriano, o “Imperador construtor por excelência. Aquele que soube submeter a natureza às suas ordens e às suas leis. O

¹³³ Sergio Buarque de Holanda. “Antinous (fragmento)”. In: *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 4, São Paulo, 15 de agosto de 1922. p. 1.

¹³⁴ Homero. *Odisséia*. Tradução de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Ars Poetica; Edusp, 1996. Livro XXII, versos 6 e 12. p. 357.

Haussman, o Bumham, o Passos romano! O Sábio, o Construtor...”. “O Imperador arquiteto. O Imperador artista”¹³⁵.

Na carta, a grande preocupação de Tácito de Almeida era mesmo o “grande desgosto” sofrido por *Klaxon*, com o desânimo da “pessoa incumbida de anúncios”. “Os industriais e comerciantes têm ouvidos e saltam rapidamente para a calçada com a aproximação do automóvel”. Era preciso “desenvolver o número de assinantes” e os klaxistas contavam com o Rio de Janeiro, liberando Sergio Buarque para “aceitar mesmo os assinantes de semestre”.

Nem por isso, Almeida deixava de saborear as reações provocadas pela revista, reforçando o valor das querelas intelectuais para sua existência. No caso, uma quizila com João de Talma, que segundo ele, continuava “irresistível”. “Klaxon precisa cultivar tão sólida inimizade”¹³⁶. Numa das “Luzes e refrações” do segundo número da revista, ele era lembrado de maneira sarcástica. Talma, “lá d’O *Imparcial*, não sabe fazer uso dos seus dentes. Contemplando Klaxon em vez de sorrir (de prazer ou de ironia, pouco importa) arreganha-os com exagerado ódio”. Diante da capa da primeira revista, ele tivera a impressão de estar diante de “reclame de purgativo energético”. *Klaxon*, ele confirmava,

¹³⁵ Hadrianus, imperador romano, marcou seu período pela renúncia à expansão do império. Ele tinha especial dedicação à justiça, e marcou todas as cidades que visitou com suas edificações e reformas, construindo aquedutos e prédios públicos para uso e ornamento. Adriano foi patrono do ensino e da literatura, favorecendo sociedades poéticas, de estudiosos, retóricos e filósofos. W.M. Smith. *A classical Dictionary of Greek and Roman biography, mythology and geography*. Londres: Hazzel Watson and Viney, 1932. Sobre Antinoos, consultar: Paul Harvey. *Dicionário Oxford de Literatura Clássica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1998. Faço uma síntese do artigo de Buarque de Holanda, que mesmo perdendo trechos e nuances autorais importantes, vale pela curiosidade, mas também, pela dificuldade de encontrá-lo fora de *Klaxon*: “Cortejo. Desfile de automóveis. Gritos. Charivari. Bumbum de tambores. Escravos de todas as cores curvados como canivetes”. O orador anunciando, “... o Sábio, ... o Construtor. O Imperador construtor por excelência. Aquele que soube submeter a natureza às suas ordens e às suas leis. O Haussman, o Bumham, o Passos romano! O Sábio, o Construtor...”. A multidão ovacionando. O outro orador, reiterando: “Sim senhores, o Imperador arquiteto. O Imperador artista. Vede esta cidade com seus edifícios, seus arranha-céus, com suas ruas asfaltadas, com seus anúncios, com seus cinemas, seus cartazes”; aponta para um palácio que tem o “aspecto de um formidável queijo de Minas”. O cortejo seguia. “Duas fileiras de escravos, dobrados como canivetes estendem-se desde a porta principal do palácio até o Infinito. Por entre elas passam automóveis de todos os feitios”. Dois homens de preto destacados da multidão conversam – um deles espera uma audiência –, justapõem a figura do Imperador e a do sol que “marca o meio dia”. À sexta pancada das doze horas do grande relógio do palácio, entrava o Imperador Adriano, “mastigando um enorme havana apagado”, elegantemente vestido – “último figurino de Londres”. Dos outros automóveis saltam ministros, homens de estado, congressistas, embaixadores estrangeiros, oficiais da missão militar francesa...”. Aclamação frenética ao Imperador, que segue com seu séquito. “Vivas ao Senado e ao povo”. Enquanto se fecham as portas de ferro do palácio, “os escravos fazem uma manobra militar e retiram-se em ordem. A multidão, porém, ainda aclama o Imperador. Os oradores continuam a falar...”. Cf. Sergio Buarque de Holanda. “Antinous (fragmento)”. In: *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 4, São Paulo, 15 de agosto de 1922.

era importante “para ficarmos livres desta alimentação pesada que há 30 ou 40 anos os nossos atuais acadêmicos vêm cozinhando para nós (e que ainda satisfaz o paladar complacente e estômago de ferro do sr Talma), só mesmo com o uso constante de tais medicamentos”¹³⁷. Tácito de Almeida ria. “Não há situação mais ridícula do que a do atleta que vê o telhado de vidro de sua varanda apedrejado por moleques espertos e sente a necessidade de reagir”¹³⁸.

Em julho, nos primeiros dias, mais uma coluna de Sergio Buarque na seção “São Paulo”, de *O Mundo Literário*, alimentando a propaganda da revista, e de seus escritores paulistas. O tema escolhido desta feita era *Casa do gato cinzento*, livro de contos recém lançado pelos “srs. Monteiro Lobato & Cia.”, em que Ribeiro Couto mostrava a mesma “individualidade” que em seu *Jardim das confidências* do ano anterior. O “mesmo apego ao cotidianismo”, a “mesma ironia quase imperceptível”. Couto, segundo Buarque de Holanda, reduzia o “universo ao que o cerca” e a “humanidade às pessoas de suas relações, de sua intimidade” – fazendo valer sua subjetividade criadora, sem saber “exagerar, nem ver o que não vê”. Era, nesse sentido, “portanto um realista”, mesmo que reduzindo “tudo a seu termo médio”. Não de um “realismo anti-higiênico”, mas de um “realismo fino e aristocrático”. Ribeiro Couto, “uma das figuras mais representativas da nova geração paulista”, com seus contos lembram Edgar Poe, mas um Poe “que houvesse lido os modernos, os moderníssimos”¹³⁹.

No dia 20 do corrente, Buarque de Holanda recebeu uma carta manuscrita, na usual folha azul e fina de Mario de Andrade, comentando ter chegado a São Paulo depois de um mês de férias. Ele avisava ao companheiro klaxista, do Rio de Janeiro, que o seu “conto” sairia no número quatro da revista – “está muito bom”. A exemplo de Almeida, Andrade reclamava que *Klaxon*, apesar de seguir a “via, muito bem”, precisava de dinheiro e recomendava a seu representante: “recolhe o que arranjaste por aí, e o resultado da venda. Envia-o ao Tácito, tesoureiro”¹⁴⁰.

¹³⁶ Correspondência passiva. Tácito de Almeida. São Paulo, 27 de junho de 1922. Siarq/Unicamp. s/p.

¹³⁷ *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 2, São Paulo, 15 de junho de 1922. p. 16.

¹³⁸ Correspondência passiva. Tácito de Almeida. São Paulo, 27 de junho de 1922. Siarq/Unicamp. s/p.

¹³⁹ Sergio Buarque de Holanda. “Jardim das confidências”. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 150-151. Título sugerido pelo organizador da coletânea.

¹⁴⁰ Correspondência passiva. Mario de Andrade. São Paulo, 20 de julho de 1922. Siarq/Unicamp. s/p.

Mario de Andrade perguntou pelos “amigos”, Renato de Almeida, Manuel Bandeira, Ribeiro Couto, Ronald de Carvalho e Di Cavalcanti. Depois desqualificou com tom bastante pejorativo, a propósito da lamentável disposição da poesia de Ribeiro Couto, o serviços tipográficos prestados à revista. “Coisas de tipografias, que, apesar dos cuidados dos rapazes, foi impossível consertar. Lidamos com os tipógrafos mais ignaros do universo. Mas... cobram pouco”. O texto citado foi publicado no número três da revista, posto nas ruas cinco dias antes. Apertado na primeira página da “crônica musical”, de Mario de Andrade sobre Guiomar Novaes, e intitulado “Ordem e progresso”, o escrito apontava para mais uma das rixas klaxistas, sendo dedicado ao crítico Tristão de Athayde. O poema versava sobre serem as pessoas cuja opinião não tem importância”, em geral, aquelas que “dizem; não concordo”; e, serem ainda “mais pitorescas” as que o dizem, e “não contentes com isso escrevem críticas de aparência inteiramente respeitável, com um desdém fraternal por tudo aquilo que não compreendem”¹⁴¹.

Entrava agosto, e como nos outros dias cinco dos últimos três meses, Sergio Buarque publicava suas letras no *Mundo Literário*, na seção “São Paulo”, continuando sua apresentação e propaganda da “nova geração” paulista para o público carioca – *Klaxon* precisava de recursos. Agora, porém, Holanda apresentava uma distinção entre “dois planos diversos, mas legítimos”, na “literatura nova de São Paulo”. Aliás, segundo ele, “duas eternas tendências universais da arte”, que alternam a “predominância de uma sobre a outra”: uma do plano “vertical”, outra do “horizontal”¹⁴². O “vertical”, referido à atitude reflexiva, valorizando aspectos subjetivos; o “horizontal”, dizendo respeito à atitude que se estende ao mundo, dando relevo às nuances objetivas. No desenvolvimento dessa distinção e de sua argumentação, Sergio Buarque expunha elementos cruciais de seu ambiente de reflexão romântico – a começar pela própria definição inicial dos termos polarizados.

Depois de apontar um “grande tipo representativo” de alguns países, pois não haveria país que não possuísse “pelo menos um”, Sergio Buarque notava que “os nossos poetas modernos mais conhecidos” filiavam-se ao “último grupo”, que congregava nomes como Marinetti, Cendrars, Sandburg. Ribeiro Couto, por exemplo, nos seus versos inéditos,

¹⁴¹ Ribeiro Couto. “Ordem e progresso”. In: *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 3, São Paulo, 15 de julho de 1922. p. 7.

¹⁴² Sergio Buarque de Holanda. “A literatura nova de São Paulo”. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 152-154. Título sugerido pelo organizador da coletânea.

que Sergio Buarque comentava, falava nos “frequentadores do cinema do arrabalde fazendo-nos interessar por eles”, lembrando Sandburg, “o maior poeta ianque da atualidade”. Já em Guilherme de Almeida, tal “tendência seria tão acentuada” que “toda a sua obra poética consiste na *horizontalização* de noções naturalmente verticais”. O seu livro *Soror dolorosa*, seria uma “documentação” de quanto afirmava. “Isso se reveste num formal desmentido a um prejuízo abundantemente espalhado”¹⁴³.

Almeida era “apontado em geral como um romântico, mas para Buarque de Holanda era no “fundo principalmente um clássico”. “O classicismo consistindo antes de tudo na concretização das noções abstratas, de outra maneira: na objetivação do subjetivo e na *horizontalização* do vertical”. Merece atenção que sobre Goethe possa se fazer o mesmo o comentário de que não é propriamente romântico o traço primordial de sua obra, mas sim classicista, levando-se em conta as referências alemãs¹⁴⁴. Note-se também que o subjetivismo extremo dos pré-românticos do *Sturm und Drang*, foi igualmente criticado pelos românticos, por exemplo, de Iena. Nesse sentido, parece que Sergio Buarque interpretava a perspectiva de Guilherme de Almeida, entendendo que ele buscava a superação do sujeito pleno e isolado, por meio do distanciamento, ambicionando ganhar um ponto de vista fora de si mesmo através da reflexão a fim de superar a fenda entre o seu eu e o mundo. Isso ocorreria por meio de uma “autolimitação” dada na mediação com a realidade pelo próprio recurso à ironia. Enfim, como alguém livre em seu ato criativo o escritor pode e deve elevar-se acima de si mesmo e de sua obra, realizando tanto a “autocriação” como a “autolimitação”, num “distanciamento crítico” instaurado pela perspectiva irônica¹⁴⁵.

Por não estar absolutamente entregue as volições subjetivas é que Buarque de Holanda entendia a “atitude lírico-romântica de Guilherme” como “meramente artificial, portanto, insincera”. O próprio crítico deixava claro não ser essa uma reprovação, “ao contrário, é um elogio, porquanto a base da verdadeira arte consiste em torcer a direção natural do artista”. Na verdade, para ele, a “*sinceridade* no sentido em que geralmente é

¹⁴³ Idem, *ibidem*. pp. 152-153.

¹⁴⁴ Cf. Karin Volobuef. *ob.cit.* p. 11. A costumeira inclusão do nome de Goethe entre os românticos, no Brasil, deve-se à influência da crítica francesa. a orientação alemã indica uma divisão entre “versos anacreônicos”, “obras pré-românticas” ao gosto do *Sturm und Drang*, a “fase classicista da maturidade” e, em suas últimas produções, “algo como uma aproximação ante o romantismo”.

¹⁴⁵ Cf. Márcio Seligmann-Silva. *ob.cit.* p. 39 e *passim*. Karin Volobuef. *ob.cit.* p. 93 e *passim*.

compreendida é um vocábulo que devia ser abolido da crítica literária”¹⁴⁶. Parece evidente que Buarque de Holanda não rejeita o critério da “sinceridade”, mas antes tenta preservá-lo. Ele não pode ser apenas entendido como a simples volição espontânea da subjetividade, ou da “direção natural do artista”, mas sim deve ser mediado pela capacidade de “autolimitação” do escritor em sua interação com o mundo em que se insere.

Entretanto, a subjetividade era preservada e não meramente estancada pela relativização objetiva¹⁴⁷. Afinal, o crítico recomendava “não confundir porém *horizontalismo* com realismo. É sabido que a memória, portanto o elemento subjetivo, influi muito mais na arte que a verdade simplesmente objetiva”. O próprio Guilherme de Almeida sustentava “essa tese em seu livro a sair do prelo, edição da revista *Klaxon: Natalika*. A suma era dada pelo “expressionista” Kasimir Edschmid: “a verdade está aqui. Para que repeti-la?”. Sergio Buarque era categórico: “a origem da própria arte explica-se pela memória”. Os “pintores impressionistas” tentarem aboli-la era “simplesmente um absurdo”. O “chefe do grupo sincronista” na França errava, tentando ampliar a “intuição horizontalista” por meio da negação do “fato individual” e do estabelecimento da “interdependência dos povos”, “porque a tendência horizontal é já por si a mais ampla possível”. Mais ainda, incomodava o resultado, porque destruía “a parte que mais seduz nos escritores sincronistas de tendência horizontal, o nervosismo, a *schandern* que Goethe considerava ‘o melhor do homem’”. Segundo Holanda, “esse o característico mais evidente nos escritores novos de São Paulo”¹⁴⁸.

Um mês depois, em um artigo sobre “O expressionismo”, Buarque de Holanda lançava sua perspectiva sobre os “movimentos modernistas” internacionais, seguindo a lógica das tendências verticalista, alinhada ao impressionismo, e, horizontalista, atada ao expressionismo. Segundo ele, “os movimentos modernistas tendentes a substituir e de certo modo continuar as formas persistentes da arte, já caducas e carunchosas”, tinham se estendido, naqueles “últimos dez anos”, “por todos os países civilizados, mesmo os da América Latina”. O “surto no Uruguai dos ultraístas”. “Entre nós o grupo extremista de

¹⁴⁶ Sergio Buarque de Holanda. “A literatura nova de São Paulo”. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* p. 153. O grifo é do autor.

¹⁴⁷ Não posso deixar de relevar que se instaura uma perspectiva aporética, própria da apreciação irônica romântica, entre parte e todo, ou sujeito e objeto. “Ironia é a forma do paradoxo”, dizia F. Schlegel. Sobre o tema consultar: Márcio Seligmann-Silva. *ob.cit. passim*. Karin Volobuef. *ob.cit. passim*.

Klaxon tem escandalizado alguns homens ingênuos e os 28 milhões de imbecis que ainda existem em nosso país” – atenção para a clivagem do público brasileiro da revista que parece se estabelecer entre homens letrados, porém simplórios, e, os de inteligência, coragem e letras curtas¹⁴⁹.

A aferição do sentido desta clivagem se sustenta quando se observa o tom do comentário sobre a Alemanha. “De nenhuma nação se pode dizer tanto como da Alemanha que nela o movimento modernista tenha conquistado toda uma elite intelectual”. Lá, “há doze anos”, as revistas *Die Aktion* e *Die Strum* lutavam “por essa vitória”. “As bases do movimento futurista” começaram a se estabelecer quando, em 1909, um “grupo de artistas italianos capitaneados por Marinetti começou a lançar manifestos”. Na Alemanha, ao mesmo tempo que surgiam os adeptos da “nova escola”, as revistas reproduziram quadros de Cézanne, Matisse, Picasso e R. de la Fresnaye. Em música Schonberg “começava a tomar equilíbrio”¹⁵⁰.

Contudo, em artes plásticas, “ainda dominava o impressionismo”. “A luta e a reviravolta foram portanto muito maiores do que se pode supor”. Sergio Buarque qualificava, com André Lothe, “o impressionista como ‘um homem que não tem memória’”. Com Hermann Bahr, “o impressionista como o homem rebaixado à categoria de gramofone do mundo exterior”. Depois, Holanda asseverava, “falta portanto a esse homem o que os alemães chamam *Das Auge des Geistes*” – “os olhos do espírito”. E continuava, “quer dizer, o fundamento do expressionismo, a escola que acabaria por dominar toda a Alemanha”, começando por “importar dois artistas quase geniais, ambos russos, Marc Chagall e Wassily Kandinsky”. Chagall, de uma “simplicidade comovente e de uma imaginação espantosa, realiza o tipo completo do artista moderno”. Kandinsky, considera o “elemento pictural a idealização no abstrato”¹⁵¹.

Holanda citava Ivan Goll, um dos colaboradores da revista *Die Aktion*, para comentar a abrangência do “ideal do expressionismo”, considerado mais que “uma simples forma literária e pictural” – “todo um novo sistema de vida que terá suas repercussões tanto em filosofia como em sociologia”. Não é necessário comentar como substituindo o termo

¹⁴⁸ Sergio Buarque de Holanda. “A literatura nova de São Paulo”. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 153-154.

¹⁴⁹ Sergio Buarque de Holanda. “O expressionismo”. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 155-158.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*. pp. 155-156.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*. pp. 156.

expressionismo por romantismo, e, subtraindo os termos pictural e sociologia, toda a assertiva poderia ser aplicada à uma determinada noção de “ideal romântico”. De qualquer forma, mais importante neste momento é atentar para a possibilidade de haver uma repercussão em nível do conhecimento filosófico, mas sobretudo, sociológico. Afinal, ao vislumbrar tal possibilidade está se reafirmando a construção de um conhecimento sociológico acalentado pelo ponto de vista estético do sujeito criativo – aquele que “procura uma verdade que nada tem de comum com a verdade objetiva”, ou mesmo aquele da “objetivação do sujeito”.

Sergio Buarque acentuava, com Goll, sua crítica à “nossa época que é a mais materialista e vil de todas” e a necessidade, de “cada ser sensitivo”, de uma “profunda emoção interior”. Holanda anunciava que “o problema do drama do futuro é fugir ao realismo sem voltar as costas ao mundo”; numa tentativa de fazer conjugar elementos aparentemente opostos. Para concluir sua exposição do “movimento expressionista alemão, segundo ele, uma das “tendências mais poderosas e mais legítimas da arte moderna”, Buarque de Holanda referiu à encenação, em Londres e Berlim, de textos da “literatura dramática expressionista” – algumas que chegaram a ser filmadas. Os poetas expressionistas seriam caracterizados pelo “espírito sintético”, como aquele dos *haikais* japoneses; ou por aquele espírito que canta, a “vida moderna” com “automóveis”, “cidades tentaculares”, “aeroplanos”, “cinemas”; ou ainda, pelo “poeta da revolução”, que “canta invariavelmente Lenine e a revolução russa”¹⁵².

No dia vinte e nove, Mario de Andrade escreveu na sua habitual folha fina azul uma carta para Buarque de Holanda. Ele acusava o recebimento de correspondência enviada anteriormente. Em vista de mais uma das disputas intelectuais da revista, o klaxista perguntava se o homem da *Árvore Nova* havia suspendido o “ataque” pelo seu artigo sobre Guiomar Novaes, ou por aquele sobre, “O homenzinho que não pensou”¹⁵³. Sobre Guiomar Novaes, Mario de Andrade escreveu nos números dois e três, quando ele defendia ser a pianista a “melhor intérprete do romantismo musical”, em conformidade com aqueles “românticos legítimos, nascidos no decênio de 1803 e 1813”, com sua “fantasia exaltada e a

¹⁵² Idem, *ibidem*. p. 157.

¹⁵³ Correspondência passiva. Mario de Andrade. São Paulo, 20 de setembro de 1922. É possível inferir o mês de setembro, que não consta da data referida no documento, pelas indicações sobre um poema de Ribeiro Couto e a *Folha da Noite* que seriam publicados no número seis da revista, de outubro daquele ano.

sensibilidade sem controle intelectual”. “Infelizmente para a opinião Klaxista...”, Novaes ia se aperfeiçoando nas “propensões românticas”¹⁵⁴. Note-se, a restrição a uma subjetividade sem limites, com que Andrade parecia caracterizar aqueles “românticos legítimos”, tendo em vista, aquela observação do próprio crítico sobre a verdade que buscava a poesia, que se não era tal e qual a “verdade objetiva”, não prescindia de uma ancoragem na “consciência singular” – tudo adensando aquela definição do ambiente de reflexão romântico.

O texto de Mario de Andrade que se segue é exemplar para caracterizar as disputas em que os klaxistas se envolviam, delineando o tom de seus debates e o tipo de questão que marcavam o nexos da estrutura de querelas. Além disso, ao retomar alguns pontos do texto de abertura da revista, ele permite observar melhor algumas referências como a do futurismo. Por isso, apresento-o.

Em “O homenzinho que não pensou”¹⁵⁵, Mario de Andrade respondia às acusações de um anônimo de *O Mundo Literário*, para quem a revista era “em matéria de arte, francamente conservadora, reacionária mesmo”. Segundo o klaxista, ele “desesperadamente carioquiza para provar que *Klaxon* é passadista”. Com um riso amargo na boca ele acusava, “leu e não compreendeu; não pensou e escreveu”. Para o contendor, a apresentação da revista paulista repetia sinteticamente o manifesto futurista de 1909, “coisa que já vem criando bolor, há não menos de quinze anos”. Andrade, por sua vez, desafiava o anônimo a publicar, lado a lado, a apresentação do mensário e o manifesto de Marinetti, caso contrário, “afirmo que é covardia, pois não concede a *Klaxon* as armas que reclama para se defender”. Além disso, ele acrescentava que dos onze parágrafos do programa futurista, os klaxistas só aceitavam na totalidade o quinto e o sexto¹⁵⁶, segundo ele, viam outros temas que aqueles indicados pelo “mandamento futurista”. Não desprezavam a mulher e cantavam o amor. E faziam saber ao “pagão que não é preciso ser futurista para ser patriota”. “E se

¹⁵⁴ Mario de Andrade. “Guiomar Novaes II”. In: *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 3, São Paulo, 15 de julho de 1922. pp. 7-9.

¹⁵⁵ Mario de Andrade. “O homenzinho que não pensou”. In: *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 3, São Paulo, 15 de julho de 1922. p. 10.

¹⁵⁶ Parágrafo quinto: “Nós queremos cantar o homem que está na direção, cuja haste ideal atravessa a Terra, arremessada sobre o circuito de sua órbita”. Parágrafo sexto: “É preciso que o poeta se desgaste com calor, brilho e prodigalidade, para aumentar o fervor entusiástico dos elementos primordiais”. F. T. Marinetti. “Manifesto futurista”. In: Gilberto Mendonça Teles. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 até hoje*. Petrópolis: Vozes, 1983. pp. 91-92.

em outras coisas aceitamos o manifesto futurista, não é para segui-lo, mas por compreender o espírito de modernidade universal”¹⁵⁷.

O tom era duro e provocativo, em todo o escrito. Em outro desafio, Mario de Andrade exigia, para possibilitar comparação à passagem sobre “a extirpação das glândulas lacrimais” proposta por *Klaxon*, citação de um “trecho de Richepin (que naturalmente os leitores do *Mundo Literário* desconhecirão)”. “Mas não citar capciosamente como lhe ordenariam as tendências naturais, mas com sinceridade e nobreza: na íntegra”. Sobre seu estilo, que o oponente teria reconhecido na apresentação da revista assinado pela redação, Andrade era direto: “quanto ao meu estilo: pertence-me”, e perguntava com desdém se “o tão anônimo como falso articulista”, conhecia Ivan Goll, “e outros tantos ‘sujeitos de importância e virtude em letras’ modernas”, acrescentando “pois saiba que plagio o telégrafo, o telefonio [sic], o jornal, o cinema, o aeroplano”. Ainda sobre estilos, o klaxista alertava-o: “e saiba ainda o fino descobridor de estilos que os verdadeiros escritores modernistas quando não afastados totalmente da natureza imitam resolutamente os primitivos para neles encontrar a resolução que ora agitam o trabalho do volume”.

Depois, desancava definitivamente o desafiante, dito por ele, “um homem despeitado, invejoso, insincero e ruim”. Quanto ao “passadismo”, sugeria “cotejar a apresentação de *Klaxon*”, com a do *Mundo Literário*. *Klaxon* iniciou a “crítica de arte periódica do cinema”, enquanto a revista carioca ignorava *O garoto*, de Chaplin. Por fim, endereçava o texto a “todos aqueles que pelo jornal ou no segredo nem sempre honesto das orelhas amigas vivem a entoar contra nós madrigais, sirventes e sátiras de mal-dizer”¹⁵⁸.

Depois de referir aos seus artigos na revista modernista, Mario de Andrade continuava sua carta avisando ter perdido os versos de “Cinema do arrabalde”, de Ribeiro Couto, pedindo a Sergio Buarque, “manda-me outra cópia. Farei com que fiquem mais bem dispostos que os do nº 3”. Ele pedia também que Holanda mandasse “a Noite, com as entrevistas. Responderei a elas. Há dias certos de saírem tais artigos? Não compro a Noite, nem desejo comprá-la”. Ele também explicou que as “‘Luzes e Refrações’ são escritas por todos os klaxistas”, perguntando “por que não nos mandas tu mesmo algumas?”¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Mario de Andrade. *ob.cit.* p. 10.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*. p. 10.

¹⁵⁹ Correspondência passiva. Mario de Andrade. São Paulo, 20 de setembro de 1922. Siarq/Unicamp. s/p.

No mesmo número seis da revista, em que foi publicado o poema de Couto, ele respondeu numa das “luzes e refrações”, afrontando o articulista que, “por uma folha-da-noite”, havia “condenado” o recente livro de Oswald de Andrade. Nessa rixa, o klaxista apontava que “a gramática está para o crítico acima da naturalidade da expressão”, por isso buscava “ambigüidade” gramatical no livro de Oswald. Além disso, Mario de Andrade tornou risível uma citação francesa do oponente, corrigindo-o no conteúdo e na métrica em alexandrino, que ele havia partido na assertiva: “*la critique est aisée, et l’art est difficile*”; e complementando sua ironia: “ah! querido crítico, *la critique est aussi très difficile*”¹⁶⁰.

Em outubro, Sergio Buarque recebeu cartas de três amigos. Uma de Ribeiro Couto, uma de Guilherme de Almeida e outra de Raul de Leoni, evidenciando suas relações pessoais e afinidades intelectuais. Apenas no dia catorze, Couto enviou-lhe, de Campos de Jordão, a correspondência manuscrita ainda em setembro, pois havia esquecido de enviá-la antes¹⁶¹. Ele dava notícias, agradecendo o “interesse sincero” que Holanda tomava por sua saúde, abatida então por uma tuberculose. Manuel Bandeira, amigo apresentado por Couto e correspondente constante sempre comentava com ele das perguntas de Sergio Buarque. Ele avisava: “minha saúde volta, mas aos poucos”. Com bom humor, perguntava o que o companheiro do Rio de Janeiro andava fazendo, “além de espantar os caixeiros da Livraria Leite Ribeiro com seu monóculo adolescente” – ponto de encontro dos escritores cariocas, que publicava *O Mundo Literário*¹⁶². Ribeiro Couto comentou que lera “Antinoos”, “sua deliciosa tragédia”, na *Klaxon*, perguntando o que mais ele escrevera. Como fora escrita em setembro, não havia referência ao artigo de Buarque de Holanda publicado na revista da livraria carioca sobre o adiantado meio literário de Santos que, sobrepujava “talvez qualquer capital brasileira nortista e sulista, sem contar São Paulo”, e reunia além de Couto, nomes como de Afonso Schmidt¹⁶³.

Guilherme de Almeida escreveu para o amigo dez dias depois, de São Paulo. Em letra bem desenhada sobre um papel pequeno, tipo cartão, ele avisava de sua partida na próxima manhã, e de sua provável chegada às oito e meia da manhã do dia vinte e seis,

¹⁶⁰ *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 3, São Paulo, 15 de outubro de 1922. pp. 15-16.

¹⁶¹ Correspondência passiva. Ribeiro Couto. Campos de Jordão, 14 de outubro de 1922. Siarq/Unicamp. s/p.

¹⁶² Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda – Biblioteca Central/Unicamp. p. 6.

¹⁶³ Sergio Buarque de Holanda. “A nova geração santista”. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 159-162. Título sugerido pelo organizador da coletânea.

instalando-se no Hotel Avenida. Segundo ele, o bilhete era apenas para que “o bom Sergio” procurasse no hotel “aquele homem misterioso que viaja incógnito e vai levar aos paulistas do Rio um pouquinho desta névoa paulistana deliciosamente melancólica”. Ele gostaria de almoçar com ele naquela quinta-feira por volta da onze horas, “tenho tanto a lhe dizer...”¹⁶⁴.

Frequêntador da Livraria Garnier, como Sergio Buarque, que lá também se encontrava com Manuel Bandeira e Alberto de Oliveira, entre outros¹⁶⁵, Raul de Leoni, escreveu de Itaipava, em Petrópolis, sua terra natal, para onde voltara por imposição de uma tuberculose. No manuscrito ele afirmava que Buarque de Holanda, “apesar do pouco tempo de convívio que tivemos”, estava “hospedado no primeiro andar de minha memória de exilado”¹⁶⁶. Ele mostrava seu sentimento em relação ao amigo, enumerando alguns característicos que detalham a atitude irreverente de Holanda, conforme já apontava o seu “monóculo adolescente” referido por Ribeiro Couto. Ele dizia recordar, “constantemente com sincera saudade a companhia encantadora do teu espírito inocentemente paradoxal, de propósitos finos e inquietantes, atrevidos, cheio de sutilezas e travessuras”. Escrevia “sem ter quase nada a dizer”, mas comentando que se sentia “quase perfeitamente feliz”: “muita tranqüilidade e mais 4 quilos: enquanto o corpo vai pesando mais, a alma vai ficando mais leve”. Leoni solicitava notícias, “uma porção de cousas, as que quiseses”, para encher “de graça e vida e horas de indolências líricas, na solidão deste retiro longínquo”. Ele estava interessado em “alguma notícia de *faits divers* literários”, particularmente, nas “últimas ressonâncias da *Luz mediterrânea*”, seu livro de versos lançado naquele ano, “se é que alguém ainda fala nessa cousa passada e... ‘passadista’”.

¹⁶⁴ Correspondência passiva. Guilherme de Almeida. São Paulo, 24 de outubro de 1922. Siarq/Unicamp. s/p.

¹⁶⁵ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda – Biblioteca Central/Unicamp. p. 6.

¹⁶⁶ Correspondência passiva. Raul de Leoni. Itaipava (Petrópolis), 25 de outubro de 1922. Siarq/Unicamp. s/p. Há num anexo à carta uma folha de revista não identificada, com data de 16 de janeiro de 1926, ano de sua morte. Numa página um poema do remetente, com uma fotografia sua ao final com a inscrição: “Raul de Leoni que, a quatro anos, trocou a cidade pelo campo, onde vive no mais belo isolamento. O poeta ouviu o conselho de Leonardo Da Vinci: ‘Se fores só, serás todo teu’, e da solidão nos manda o que encontra dentro dela...”. Na outra página, um artigo intitulado “Para todos”, assinado por “A.”, comentava que Itala Ferreira antes de criar seu personagem para a peça teatral *Cocaina*, “cheirou alguns vidros do pó maluco”. E, por ter a polícia alertado à imprensa, “apareceu viciada quando estava no cumprimento de um dever de comediante conscienciosa... A polícia andou mal. Apresso-me a desmanchar o equívoco. Foi por amor a arte que Itala se intoxicou”. Concluía o autor anônimo: “Há quem aprenda pelos olhos, nos livros. Há quem aprenda pelas orelhas, ouvindo professores. Há quem aprenda pela boca, pela mãos. Deixem que haja quem aprenda pelo nariz...”.

Leoni brincava com a atitude vanguardista do amigo, e, do mesmo modo que o comentário de Ribeiro Couto sobre o “monóculo adolescente” que assustava os vendedores da livraria, apontava para uma atitude excêntrica que dava relevo ao sentido de impacto idiosincrático, muito próximo da verve de algumas intervenções coevas. Uma mostra desse “espírito paradoxal” e dos “propósitos finos inquietantes, atrevidos”, compartilhados por Sergio Buarque, transpareceriam em duas supostas contribuições suas no “semanário amorístico de notícias falsas e idéias incoerentes”, *A Banana* – que em seu expediente anunciava uma tiragem de trinta mil exemplares¹⁶⁷.

A princípio Sergio Buarque de Holanda teria assinado, nas suas duas participações na revista, como Sergio Buarque dos Países Baixos. A primeira, era uma anedota intitulada “Desilusão”, em que se brincava com a história de um rapaz que, recém chegado de sua cidade de nascença, fora trabalhar como auxiliar do “mais irônico dos nossos jornalistas”, e, decidido a “conhecer os prazeres da carne”, entregou-se “de alma e corpo a uma senhora que tinha quarto e comida no beco das Carmelitas”¹⁶⁸. A segunda participação de Sergio Buarque dos Países Baixos veio estampada em página que tinha no centro uma ilustração intitulada “Heroínas”, que mostrava duas moças de maiô decotado nas costas, conversando sentadas de frente para o Pão de Açúcar no Rio de Janeiro. Abaixo, a inscrição: “a frente para o mar, as costas para o fogo (o sol)”. O texto, de tom satírico, foi chamado “Alerta banqueiros! Uma especulação formidável!..”¹⁶⁹. Mas, exatamente, o teor desse texto que

¹⁶⁷ *A Banana*: semanário amorístico de notícias falsas e idéias incoerentes, n. 1, ano I. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1923. p. 1. Setor de periódicos/Biblioteca Nacional. A diretora seria Madame Z. Z., proprietários Théo-Filho & Cia., entre os “colaboradores pagos” contavam, entre vários, Bastos Tigres e Raul Pederneiras, entre “os colaboradores não pagos” enumeravam, Assis Chateaubriand, Tristão de Athayde e Jackson Figueiredo, ao lado de outros nomes

¹⁶⁸ Sergio Buarque dos Países Baixos. “Desilusão”. In: *ob.cit.* p. 22. Apresento um resumo do artigo por seu ineditismo: Mas o jovem Cunha Porto não se satisfazia, “cheio de velhos princípios burgueses e familiares, ele sempre fora de opinião que a ligação mais conveniente para um rapaz solteiro é a da mulher que possua marido”. “O nosso herói pôs-se em campo pelo seu ideal”. Cunha Porto apaixonou-se por Estella, “redondinha, rosada, fresca, loura”, casada com Carvalho, funcionário público, poeta obscuro, que “fazia versos à moda do professor Oswaldo Orico”. Ele convidou o casal para jantar, no “restaurante A Cabaça Grande”, depois uma revista “no República”. Passados dois intervalos a sós com Estella, em que o marido saíra para fumar, Cunha Porto “conseguiu entretempos um encontro para o dia seguinte”. Estella “foi ao *rendez-vous*”, “e como tinha necessidade de um vestido que o Carvalho recusara dar-lhe, deixou-se rapidamente convencer”. Sonho realizado: “era amante de uma mulher casada”. Porto tornou-se amigo íntimo do casal e num jantar cerimonioso em sua casa, depois de dois dias sem ver Estella, ela lhe confidenciou que daquele dia em diante era mesmo madame, pois havia se casado com Carvalho. Cunha Porto paralisou, “um abismo se abria sob seus pés”. “Era um casal clandestino”. “Pretextando uma súbita indisposição, ele tomou do chapéu e saiu, como alucinado. E nunca mais foi à casa do amigo”.

¹⁶⁹ Idem. “Alerta, banqueiros! Especulação formidável!..”. In: *ob.cit.*, n. 2, ano I. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1923. p. 16. Vale o resumo pelo ineditismo do texto: Países Baixos fazia menção à *Klaxon* e sua empresa –

parece um deboche da situação financeira da revista *Klaxon*, e o fato de a revista ter por proprietário Théo Filho, talvez indiquem que os textos são antes de tudo uma zombaria com Sergio Buarque. O que, nesse sentido, estaria alimentando possíveis rixas entre o “semanário amorístico”, por um lado, Sergio Buarque, e os klaxistas, por outro. De qualquer maneira, valem as referências inéditas, mesmo sem que eu possa efetivar uma avaliação, nesse momento, para definir a autoria e o interesse desses textos.

Em uma crônica fragmentária não assinada, “O chá do Ronald”, a revista satirizava uma reunião social na residência de Ronald de Carvalho, no Leme, enumerando seus supostos acontecimentos. Alberto de Oliveira teria vedada sua entrada, pois, apesar do “ambiente de absoluta cordialidade e franca camaradagem”, não se queria “nada de solenidade e, sobretudo, de perobismo”. Agripino Grieco era tido como “positivamente insuportável!!!...”, conversando com Mateus de Albuquerque vinha com “elocubrações sinérgicas”, “mimetismo queratológico” e que tais. Renato de Almeida, ao encontrar Graça Aranha, teria se lamentado que o “mestre” andava esquivo, o qual, por seu turno, retrucava: “porque não vou ao Leite Ribeiro todos os dias?”; Almeida respondia que não, que a questão era que ele telefonava todas as manhãs para o hotel de Graça Aranha, “e o mestre nunca está”; o mestre explicou: “meu criado tem ordem de dizer, sistematicamente, que não estou”. Silvano Fialho, que teria acabado “de filiar-se à Ku-klux-klan, esteve amargo”, avisando que ia se mudar para “um recanto bucólico em Olaria”, não suportava o fato de, “com quatro obras”, continuar inédito, ao passo que “Ronald recebe chás, sem ter títulos como os meus”. Buarque de Holanda, por seu turno, “esteve irresistível no seu traje de escoteiro”; “apenas em sua mesa não havia chá nem bolachas que parassem”, tudo o que garçom punha sobre a mesa “era logo removido para a sacola e o garrafão que o sr. Sergio Buarque dos Países Baixos traz habitualmente à tiracolo, cheio de formol e querosene”¹⁷⁰.

a história era sobre um amigo que, quando banqueiro, “tinha um vício deplorável: jogava”; seu nome, *Klaxon*. Um dia ele perdeu “toda a sua fortuna: perdeu a sua e a de todos aqueles que tinham tido confiança no seu tino”. Mas, *Klaxon* não ficou “curado do seu vício terrível”. “Ontem, encontrando-o, ele veio propor-me uma nova combinação financeira, baseada no princípio da alta e da baixa”. Sua idéia era: como já se estava especulando sobre todas as coisas, “sobre estradas de ferro, petróleo, minas de manganês, latas de conserva, etc.”, ele especularia “sobre o tempo”. Por exemplo, no inverno, “aproveito da situação”, de baixa dos termômetros, “e tomo conta de todos os termômetros em circulação”, “compro sem descanso”. No momento da canícula, “eu começo a vendê-los com lucros fabulosos”. Buarque dos Países Baixos dizia-se “acabrunhado” desde essa visita de *Klaxon*, “tanto que estou decidido a vender meus direitos de futurista, para pôr todo o seu produto nessa especulação que me parece genial”.

¹⁷⁰ A *Banana*: semanário amorístico de notícias falsas e idéias incoerentes, n. 7, ano I. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1923. p. 5. Setor de periódicos/Biblioteca Nacional.

Eventos sociais como esse caricaturado na crônica eram comuns entre aqueles escritores. Guilherme de Almeida, amigo desde os tempos das “campinadas”, casado com Baby Cardoso do Amaral, viveu alguns anos em Botafogo, depois em Copacabana, promovendo reuniões para companheiros de escrita, principalmente às sextas-feiras. Com frequência apontavam Tácito de Almeida, Couto de Barros, Rubens Borba de Moraes, Mario de Andrade e Oswald de Andrade, esses vindo de São Paulo. Do Rio de Janeiro, freqüentavam Graça Aranha, Renato de Almeida e Ronald de Carvalho, além de Di Cavalcanti, Afonso Arinos e Manuel Bandeira. Grupo carioca ainda mais numeroso se reunia na casa de Ronald de Carvalho às quartas-feiras, lá apareciam também Villa-Lobos, Agripino Grieco e Peregrino Júnior, por exemplo. Graça Aranha usava, também ele, convidar os escritores mais jovens para visitas e conversas no Hotel dos Estrangeiros, em frente à praça José de Alencar¹⁷¹.

O convívio de Buarque de Holanda com Graça Aranha é exemplar no que diz respeito às relações instauradas no nível das relações pessoais que se desdobravam em acordos para intervenções na difusão de idéias, em geral de caráter temporário – podendo mesmo no processo reverterem-se em disputas, traduzidas, por vezes, em rupturas e alteração de parâmetros. Do mesmo modo, que podiam confirmar e reafirmar afinidades, como no caso das relações com Prudente de Moraes, neto. Considerar as relações entre esses três escritores, portanto, será importante para ilustrar a noção de estrutura de querelas, tanto no nível do estabelecimento de conflitos, como no das aproximações amistosas e intelectuais. Além disso, poderá se atentar para a criação e a produção da revista modernista *Estética*, que figurou no cerne dos interesses dessa confluência intelectual.

Sergio Buarque conheceu Prudente de Moraes, neto, no tempo de sua chegada à Faculdade de Direito, ele e seu amigo Afonso Arinos de Mello Franco. Prudente foi-lhe apresentado por Manuel Bandeira, que brincava: “neto do presidente!”. Um dos cafés que costumeiramente freqüentavam era o Chave de Ouro¹⁷², conhecido como estabelecimento que não fechava, servia uma canja afamada, e ainda reunia “as meninas dos *dancings*, no fim da noite”, que iam fazer suas refeições lá. O Chave de Ouro ficava em frente à Galeria Cruzeiro, ponto final dos bondes da zona sul, na rua São José, “ponto nervoso e central” da

¹⁷¹ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. pp. 4-5.

¹⁷² Idem, *ibidem*. p. 4.

cidade do Rio de Janeiro, onde alguns iam se encontrar para falar “mal do nossos amigos e inimigos literários”¹⁷³.

Sergio Buarque e o novo amigo eram muito próximos, mesmo Holanda achando-o teimoso e dado a perder-se em “minúcias proustianas”, falando sobre qualquer um dos assuntos que lhe interessavam. Sergio Buarque tinha “certa inclinação monarquista”, como já foi apontado em *Ariel*, enquanto Prudente de Moraes, neto, tinha origem política ligada aos anarquistas, ressaltando seu contato com o professor José Oiticica, e uma formação literária cultivada dentro da “clássica portuguesa”. Quando da Semana de arte moderna, ele reagiu “como todos os piores espíritos da época em relação a essa coisa que parece uma loucura”, estava “preso [...] aos ideais da formulação, digamos naturalista, do parnasianismo”. Converteu-se à novas idéias após ler o poema “Balada de Santa Maria Egípcíaca”, de Manuel Bandeira, “com o mais indignado horror”, contudo, não conseguindo parar de repeti-lo, achando-o, por fim, “um bom poema”, o que, para tanto, exigia uma “boa concepção da poesia em função da vida”¹⁷⁴.

Foi Prudente Moraes quem sugeriu a Sergio Buarque, em 1924, fazerem juntos uma nova revista que fosse órgão de alguns daqueles modernistas que já haviam se agrupado em *Klaxon*. Estudaram o assunto e concluíram que seria possível, “com alguns sacrifícios pessoais, reunir um dinheirinho para pagar a impressão da revista”¹⁷⁵. Na idéia de Prudente

¹⁷³ Cf. Danilo Gomes. *Antigos cafés do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1989. pp. 116-117. Referência ao relato memorialístico de Augusto Frederico Schmidt.

¹⁷⁴ Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “A morte do romance”. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 de dezembro de 1977. s/p. Parte da matéria jornalística “Fim da exceção, último apelo de Prudente”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B. Vale notar que apesar de falar de sua indignação com a Semana modernista, Moraes datava sua leitura do poema que mudou suas idéias literárias entre 1917-1919, ocasionando um fragilidade na observância dessas informações.

¹⁷⁵ Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “A literatura está sendo substituída por outras formas de expressão”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B. s/p. A revista em seus três números trazia propagandas: de “lacta: o melhor chocolate” e de “guaraná espumante: tonifica, nutre, engorda”. Os mesmos que anunciaram em *Klaxon* e, que tiveram no número 4, esta contra propaganda: “Os nossos leitores devem lembrar-se que lhes recomendamos como produtos magníficos da nossa indústria: o chocolate Lacta e a bebida Guaraná. [...]. Acontece porém que se tornaram detestáveis. Aconselhamos pois aos nossos pacíficos leitores o uso de outros produtos magníficos de nossa indústria nacional. É possível porém que o chocolate Lacta e a bebida Guaraná voltem outra vez à antiga excelência que perderam. Nós, como únicos representantes do mais alto gosto paulista, publicaremos então gostosamente anúncios novos desse refresco e desse chocolate. Mas enquanto a casa produtora não nos der mais anúncios (ela que desperdiça gordos lucros em gritar sua fábrica pelas folhas diárias de muito menos circulação que nossa revista, como o Estado de São Paulo e o Jornal do Comércio) é que Lacta como Guaraná são de péssimo sabor e fazem mal à saúde. [...]: NÃO COMAM LACTA NEM BEBAM GUARANÁ, enquanto essa marcas não nos derem anúncios. E publicaremos mesmo, prazerosamente, qualquer comunicação de enfermidade de qualquer natureza, provocada por esses ingratos ingredientes”.

de Moraes, a revista deveria representar uma segunda fase do movimento, “menos combativa, e mais construtiva”, levando a sério o sentido de construção já proposto pelo mensário paulistano. Dentre os companheiros com que partilhara a idéia, Buarque de Holanda foi, talvez o único, que concordou plenamente com elas. Graça Aranha ao que parece foi um daqueles que aceitou a empreitada, “nem sempre pensando a mesma coisa”¹⁷⁶.

Aranha, que emprestara seu prestígio à revista¹⁷⁷, fora apresentado a Prudente por Prado Kelly¹⁷⁸, colega no estudo do direito. Em troca de seu nome e prestígio, Graça Aranha conseguiu impor o nome da revista, segundo Prudente, uma “imposição autoritária”. Ele estava muito interessado na revista e ofertara o artigo de apresentação. Em um encontro casual dos três na avenida Rio Branco, eles seguiram para a Casa Carvalho. Aranha perguntou pela revista e se ela já tinha nome, falaram do plano e diante da negativa o prestigiado escritor adiantou-se: “então, eu dou – Estética”. Como os mais jovens – Sergio contava então vinte e dois anos e Prudente vinte – não tinham interesse em discutir, Buarque de Holanda fora incumbido de ir “para casa mais cedo, para vasculhar, nos seus profundos conhecimentos filosóficos, uma forma qualquer de ajeitar o nome dentro de um quadro em que o pudéssemos aceitar sem maior compromisso”¹⁷⁹. A saída, ao que tudo indica, foi grafar o nome da revista sem “th”, como exigia a ortografia coetânea, emprestando-lhe ares de modernidade; enquanto dentro da revista, estética continuava sendo inscrita “esthetica”. Sergio Buarque e Prudente de Moraes, neto, tinham conquistado a tal ponto a simpatia e os elogios de Aranha que ficaram conhecidos como “os meninos de Graça”¹⁸⁰.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*. s/p.

¹⁷⁷ Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “Estética: a maturidade do movimento modernista”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1975. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B.

¹⁷⁸ Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “O homem cordial”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B., s/p.

¹⁷⁹ Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “A morte do romance”. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 de dezembro de 1977. s/p. Parte da matéria jornalística “Fim da exceção, último apelo de Prudente”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B. Ver também: Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 4.

¹⁸⁰ Entrevista de Sergio Buarque de Holanda. “A juventude de Prudente nas recordações de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B., s/p.

O primeiro número da publicação fora programado para ser dado às ruas com uma tiragem de mil exemplares, mas “por falta de dinheiro”, ela foi restringida a oitocentos. Segundo Prudente de Moraes, o primeiro número vendeu por volta de seiscentas revistas, tendo boa vendagem em alguns lugares. Em São Paulo, por exemplo, José Olympio, “que era então da livraria da Casa Globo, me pediu de saída 30 exemplares, depois mais 50, depois mais. Foi onde mais vendeu”. Em Pernambuco também¹⁸¹. De acordo com as intenções e expectativas do escritor carioca, que escreveu para Joaquim Inojosa em novembro, dois meses depois do lançamento da revista, apresentando-se. “Apresento-me: sou Prudente de Moraes, neto, e com Sergio Buarque de Holanda acabo de fundar uma grande revista modernista trimensal, que tem a colaboração de todo o grupo modernista daqui e de São Paulo”. Moraes tomou a liberdade de remeter “10 exemplares da número 1”, o objetivo era a colocação nas livrarias e angariar assinaturas, pelos preços registrados na revista – interessado que estava na divulgação – sem contabilizar, portanto, as despesas postais. Mais dois exemplares: um para Inojosa, outro para Raul Machado; e o pedido “de uma nota no ‘Jornal’”. Era o que pedia no manuscrito “com a maior sem-cerimônia do mundo”, agradecendo de antemão “----- (aqui uma série de cousas amáveis)”¹⁸².

Em setembro de 1924, *Estética*, revista trimensal, estava circulando seu primeiro número. Depois de um atraso no lançamento, ocasionado pela notícia da morte de Joseph Conrad quando a revista já estava pronta. Américo “Facó se propôs a escrever uma nota sobre o grande romancista inglês”, e o fez, “com a lentidão que caracterizava seu trabalho literário”¹⁸³. *Estética*, que tinha sua redação na Livraria Odeon, na avenida Rio Branco, vinha sob a direção e administração de Prudente de Moraes, neto, e, Sergio Buarque de

¹⁸¹ Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “A morte do romance”. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 de dezembro de 1977. s/p. Parte da matéria jornalística “Fim da exceção, último apelo de Prudente”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B.

¹⁸² Correspondência ativa. Prudente de Moraes, neto. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1924. Documentos avulsos, pasta Prudente de Moraes, neto. AMLB/F.C.R.B. O preço de *Estética* para compra avulsa em seu número 1, foi de 2\$000, a assinatura 8\$000. À partir do número II, o preço avulso foi majorado para 3\$000.

¹⁸³ Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “Estética: a maturidade do movimento modernista”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1975. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B. Sobre a relação de Joaquim Inojosa com o “movimento modernista” do eixo sudeste, vale observar, entre outros: Correspondência ativa. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 28 de novembro de 1922. Documento versa sobre *Klaxon*, ver ainda: Correspondência ativa. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 9 de dezembro de 1922; Fazenda Atalaia, 27 de junho de 1923. De Rubens Borba para Inojosa sobre *Estética*: São Paulo, 7 de outubro de 1924. Mais a carta de Mario de Andrade, que por referir à polêmica entre Oswald de Andrade e Graça Aranha, infere-se que seja de 1925: Correspondência ativa. Mario de Andrade. S/l, s/d. [provável 1925]. “Avulsos”; “Seção de manuscritos”/Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Holanda. Facó abriu a seção “crônicas e notas” com seu texto sobre Conrad. Colaboraram também Guilherme de Almeida, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Couto de Barros Affonso Arinos Sobrinho. O primeiro nome do sumário era o de Graça Aranha, que fazia a apresentação que ofereça espontaneamente, “Mocidade e esthetica”, em seguida, Mario de Andrade trazia o poema “Danças”. Do “grupo de Graça Aranha”, no Rio de Janeiro, publicaram Renato Almeida, “O objetivismo em arte”, e, Teixeira Soares, “Vida em espiral (I)”. Além de “crônicas e notas”, havia uma seção para “literatura brasileira”, “literaturas anglo-saxonias”, “literatura francesa” e “revistas e jornais”¹⁸⁴.

Prudente de Moraes, neto publicou o poema “Morte de Nero”. Sergio Buarque veio com seu “Um homem essencial”. Um artigo importante para perceber como se mesclam sua noção de “individualidade”, com sua perspectiva sobre o “nacional” e o “moderno”, numa interpretação da relação entre o “pensamento político” e o “pensamento estético”, com a “imaginação histórica” de Graça Aranha. Além disso, no que tange às relações pessoais, o texto é expressão da admiração coeva, e da amizade, que Buarque de Holanda, principalmente, devotava a ele.

Segundo Buarque de Holanda, Graça Aranha poderia reclamar lugar entre a “categoria de espíritos” de “homens *essenciais*” – “aqueles que prescindem do ‘ponto de discernimento’ ou de ‘ruptura humana’ imaginado entre a filosofia e as artes”. Holanda repisa a noção de gênio, afirmando que “essa unidade básica”, do “homem que pensa com o homem que sente”, foi parte do “segredo dos gênios como Pascal e Goethe”; tido, nessa medida, como modelos de genialidade. Aranha, portanto, teria esse instrumento de “importância enorme” para realizar “seus ideais de Beleza e Pensamento”¹⁸⁵.

Uma vez apresentada sua perspectiva geral sobre Graça Aranha, Sergio Buarque passava a considerar alguns aspectos de suas obras. Ele iniciou comentando *Notas e comentários*, recém lançado, fazendo ver “o gênio *político*” de Aranha, apontado por Ronald de Carvalho. Alertava, antes de mais, quanto à “larga significação” desse termo, enfatizando a diferença de uso que o próprio Graça Aranha tinha feito da expressão para falar de Joaquim Nabuco. A “imaginação criadora” de Aranha, distinguia “sentimento” e “história”, aquele sendo “indiferente” a esta, ao passo que em Nabuco a “imaginação

¹⁸⁴ *Estética*: revista trimensal. n. 1. Rio de Janeiro, setembro de 1924.

¹⁸⁵ Sergio Buarque de Holanda. “Um homem essencial”. *Estética*: revista trimensal. n. 1. Rio de Janeiro, setembro de 1924. pp. 29-36. Grifo do autor.

histórica” se sobrepunha à “imaginação estética”. Ao exemplificar com o livro *Estética da vida*, “páginas tão penetradas de espírito político”, Holanda esclarecia o ponto de vista de Aranha: “mas nele a imaginação política não é uma diminuição, por isso que não exclui a imaginação estética, antes é uma das suas modalidades” Em Graça Aranha, escrevia, “o pensamento político não se sobrepõe ao pensamento estético, antes continua e completa e se submete a ele”¹⁸⁶.

Para mostrar o incontestável “móvel político que dirige o espírito” de Graça Aranha, Sergio Buarque comentava que sua posição negava a de Nabuco em que “a imaginação histórica deprime o homem completo que é para ele o artista”. Segundo Buarque de Holanda, Aranha se referia à “América, onde a história não chega a criar uma tradição viva como no Velho Mundo”, sugerindo, portanto, que não fazia sentido submeter-se o artista aos limites de uma tradição de consistência duvidosa. “À falta de tradições”, que o “homem novo criado na América” não podia e não devia aceitar, restava ao “homem americano, e ao brasileiro em particular, a imaginação estética criada no ‘inconsciente mítico’”¹⁸⁷. Nesse sentido, tendo em vista a perspectiva de Aranha, Sergio Buarque apontava, como em seus textos de 1920, para o cultivo da “independência intelectual”, mais uma vez, visando a “originalidade” como parâmetro para estabelecer os limites do “americanismo”.

O fundamento dos argumentos de Graça Aranha era o “indivíduo”. Ele que “traz em si todo um sistema, toda uma sensibilidade ou todo um mundo”, num paralelo com a “biologia moderna”, de Von Uexküll e outros, segundo os quais “o indivíduo é inseparável de sua paisagem”. Com isso, Aranha teria sistematizado, nas palavras de Holanda, “um método novo de crítica”, o único conciliável “com seu temperamento pouco analítico”. Ao considerar um autor, ou personagem, “seu espírito deve se interessar menos na psicologia em si”, e mais “na síntese social que um e outro representam”. “A psicologia virá naturalmente, mas em função dessa síntese”, de tal forma que a “análise” só interessaria, nesse método, na medida que pudesse “servir para uma síntese de ordem geral”. O método se processaria pela reunião dos “fragmentos dispersos de uma personalidade [...] para reconstruí-la no seu todo”, sem deixar de lado as “partículas” que serviriam apenas para “essa reconstrução global de cada individualidade”. Desse modo, Graça Aranha teria suprido sua “deficiência de poder analítico, que para a sua *weltanschauung* não chega a

¹⁸⁶ Idem, *ibidem*. pp. 29-36. Grifo do autor.

constituir uma deficiência”. A “análise” era “absolutamente dispensável para a sua concepção de mundo”¹⁸⁸.

Apesar de enunciado como um “método novo de crítica” por Buarque de Holanda, uma tal perspectiva da “individualidade” não se afastava da concepção romântica de uma “doutrina da individualidade” – já apontada, por exemplo, na nota sobre Schleiermacher e os românticos de Iena. Nela, a “obra literária” seria considerada um todo que contém o núcleo de sua estrutura e da sua possibilidade de compreensão; do mesmo modo, o “escritor” seria um todo, cuja conexão interna governa a sucessão de suas obras, possibilitando vislumbrar seu caráter de escritor; assim, desdobrando-se até vínculos mais amplos de “escolas”, “povo”, “nação”, “literatura de um povo”. Num movimento associativo, análogo ao que Sergio Buarque apontava para Graça Aranha: “a característica essencial de seu pensamento, que reduz todas as coisas ao seu mínimo múltiplo comum”¹⁸⁹.

Ao finalizar o seu artigo elogioso, Buarque de Holanda ainda insistiu “na importância da contribuição de Graça Aranha para essa maior afirmação da nossa individualidade nacional, de uma maior intimidade que o ‘espírito moderno’ já tenta efetuar entre a nossa raça e o nosso meio cósmico”¹⁹⁰. Dessa forma, reiterou a questão e os elementos temáticos e nocionais, utilizados em seus primeiros artigos, mesmo que vazados nos termos de Aranha: americanismo, originalidade nacional, raça e “meio cósmico”. Além de coadunar estética e ética para fundamentar sua perspectiva romântica.

Há outros textos de Buarque de Holanda nesse número, em geral comentando sobre publicações nacionais, como *Cidade do vício e da graça*, de Ribeiro Couto, ou estrangeiras, como *Kodak documentaire*, de Blaise Cendrars. Contudo, em certo sentido, dando sequência ao que ora se comenta por conta de “Um homem essencial”, vale destacar um texto da seção “revistas e jornais”, publicado sem indicação de autoria. O título do escrito,

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*. pp. 29-36.

¹⁸⁸ Idem, *ibidem*. pp. 29-36. *Weltanschauung*, “visão” ou “concepção de mundo”, surge pela primeira vez na *Fenomenologia do espírito*, de Hegel, e fixa, inicialmente, a referência ao *mundus sensibilis*, exercendo uma “determinatividade” para o artista. Cf: Hans-Georg Gadamer. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1997. p.170.

¹⁸⁹ Idem, *ibidem*. pp. 29-36.

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*. pp. 29-36.

“Romantismo e tradição”, que atribuo aos amigos Holanda e Moraes¹⁹¹, seria consensual no âmbito de seus pensamentos e interesses.

Buarque de Holanda e Moraes sintetizavam, em seu escrito, aspectos cruciais que dão substância ao ambiente de reflexão romântico, que instrumentalizo em meu estudo. A propósito de apresentar a polêmica entre T. S. Eliot e J. Middleton Murry, iniciada em 1923, na revista londrina *The Adelphi*, e tendo prosseguimento com artigo de Murry na *The Criterion*, os amigos, a um só tempo, explicitaram a valorização que pretendiam para esse ambiente romântico. A importância da “contribuição dessa polêmica no movimento moderno de idéias”, segundo Prudente e Sergio Buarque, estava claro pelo “valor inegável dos dois espíritos” nela empenhados. *Estética*, “apesar de mover-se por um impulso nitidamente nacional, e talvez por isso mesmo”, justificava seu relato com pelo interesse de dar aos leitores “uma resenha de todas as tendências modernas do pensamento”¹⁹².

A polêmica se dava no âmbito da “reação contra o anti-romantismo”. O “Anti-romantismo”, conforme Pierre Lassere em seu livro sobre o romantismo francês, propunha o “retorno ao classicismo”. Todavia, sem que houvesse um entendimento sobre o “significado real da palavra”. A tese anti-romântica comportava “desde o princípio uma série de antíteses”, além do “positivismo” e “doutrinarismo excessivo”. A “reação contra o anti-romantismo”, por seu turno, mantinha a “convicção de que romantismo não é somente um dos seus momentos”, mas antes, que ele teria “subsistido através de todos os séculos ao lado ou intermitente de uma tradição clássica”. De tal forma, que se configuraria em “uma tradição romântica”, não menos respeitável; “o século passado não cria, antes continua uma tradição”¹⁹³.

Estética lamentava-se por não poder “transcrever por inteiro o notável artigo” de Murry. Nele, apresentava-se a “convicção profunda” de que a “tradição do romantismo” era tão “elevada” e “sublime” como a “tradição do classicismo”. A “questão fundamental” era a “relação entre literatura e religião”¹⁹⁴. Para ele, o “romantismo” era algo que sucedeu à

¹⁹¹ “Romantismo e tradição”. In: *Estética*: revista trimensal. n. 1. Rio de Janeiro, setembro de 1924. pp.107-115.

¹⁹² Idem, *ibidem*. pp. 107-115.

¹⁹³ Idem, *ibidem*. pp. 107-115.

¹⁹⁴ Vale lembrar a importância da religião nos debates entre escritores no período, para tanto apenas cito: Jackson de Figueiredo, escritor católico ligado ao Centro D. Vital, e Mario de Andrade, que em “O homenzinho que não pensou”, não só fez questão de firmar ser católico, mais ainda de explicitar que a “formidável maioria dos escritores de *Klaxon* são espiritualistas”.

“alma européia depois do Renascimento”, que tivera como “fato essencial” que o homem afirmava sua “completa independência de uma autoridade espiritual externa”. A “base da consciência moderna” estaria estabelecida em “o indivíduo” se colocar “à parte e isolado”. A “consciência moderna” seria então “uma consciência da rebelião”, iniciada com a exigência de que “a vida” satisfaça o “sentimento individual de justiça e de harmonia”. As “fases” dessa “consciência moderna” poderiam ser resumidas pelas tentativas de resposta à pergunta sobre quais seriam os “objetos” passíveis de serem abrangidos pelo “meu conhecimento”. Uma buscando a resposta no “conhecimento do mundo exterior”, outra no “conhecimento do ‘eu’”, gerando o “grande paradoxo da moderna consciência”¹⁹⁵.

Através da resenha da polêmica feita em *Estética*, vão se delineando traços importantes do ambiente de reflexão romântico, sendo possível acompanhar a exposição, por Sergio Buarque e seu companheiro Prudente de Moraes, neto, de alguns elementos referidos em meus comentários. Dito isso, vale comentar ainda, a “solução” do paradoxo.

Não seria “concebível nenhuma solução intelectual”. A “solução” deveria ser buscada no “mundo interior”, “em outras palavras, o homem é inevitavelmente levado a procurar por uma compreensão não racional do mundo”. Ele precisaria encontrar a “harmonia” e “reintegrar-se na vida”, pois não pode “viver em rebelião”. A “solução mística do paradoxo” seria o “característico essencial do chamado movimento romântico”, entendendo o “mundo exterior” como um “organismo que eles conheciam tal como conheciam a vida existente nele”¹⁹⁶.

A conclusão do artigo era direto em sua avaliação da “tradição romântica”, e ilustrativa do valor da instrumentalização de uma distinção entre “escola” romântica e ambiente de reflexão romântico para esse estudo. “Toda a época em que domina a chamada consciência moderna é, pode-se dizer, uma época romântica. O curto período a que geralmente damos esse nome não é mais que um pequeno segmento de uma grande curva: romantismo dentro do romantismo”¹⁹⁷. Dessa forma, o próprio Sergio Buarque apontava para sua inserção no ambiente de reflexão romântico, sugerindo uma universalização capaz

¹⁹⁵ “Romantismo e tradição”. In: *Estética*: revista trimestral. n. 1. Rio de Janeiro, setembro de 1924. pp.107-115.

¹⁹⁶ Idem, *ibidem*. pp. 107-115.

¹⁹⁷ Idem, *ibidem*. pp. 107-115.

de abranger aqueles indivíduos que se identificavam no nexo de disputas e amizades da estrutura de querelas.

O número um de *Estética* havia chegado às mãos de Luis da Câmara Cascudo através de Joaquim Inojosa, talvez um daqueles dez exemplares enviados por Prudente de Moraes. Era do que ele dava conta por uma missiva manuscrita em dezembro, segundo Cascudo escrita tendo como desculpa “o pretexto que os senhores tiveram para publicar a *Estética* – arte nova, estética dinâmica, união, evolução, construção”¹⁹⁸. Nela se tem alguma notícia da repercussão da revista, das impressões do remetente sobre ela e sobre a produção literária moderna. Mas, principalmente, foi através desta carta que Buarque de Holanda teve informação de Gilberto Freyre.

Câmara Cascudo pretendia que sua correspondência valesse por um “parabéns”. Ele deu “pêsames pelo seu homem essencial” a Sergio Buarque: “deve ter alguns punhados de inimigos por isso”. Exclamou seu “assombro pelo ar de novidade, da vida ágil, desarticulada e livre que vibra aí nesta *Estética*”. Entusiasmado, Cascudo asseverava: “tua Revista é inteiramente nova. Nova em folha. Cheira”. Ele estava assombrado também com a atualidade das referências: “Até Joyce...”; e, caçoava das limitações do meio intelectual brasileiro: “não que julgam incapaz de [Joyce] dar na Guanabara, mas sabe o confrade ilustre, quando o brasileiro descobre uma novidade está até apodrecendo de velha”. Cascudo ainda ironizava as dificuldades e demoras em marcar posição contra as instituições literárias, e o preconceito contra os que o faziam, relevando sua atitude modernista, “agora, somente agora, é que descobriram a necessidade de respirar sem ser através dos fardões acadêmicos. Coisas por barafundas, por bagunça, como se diz por aqui”. Por fim, advertido do interesse de Holanda em publicar algo sobre o escritor irlandês no próximo número de sua revista, Câmara Cascudo considerou “propício conhecer estes rabiscos d’um meu amigo”. Em anexo seguia o artigo “James Joyce: o criador de um ritmo novo para o romance”, de Gilberto Freyre¹⁹⁹.

¹⁹⁸ Correspondência passiva. Luis da Câmara Cascudo. Natal, 26 de dezembro de 1924. Siarq/Unicamp.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*. Gilberto Freyre publicava com frequência no *Diário de Pernambuco*, entre 1922-1925, também n’*A Província*, sendo pouco conhecido no Brasil do período por ter sua formação acadêmica nos Estados Unidos, época em que era assíduo no jornalismo literário. Cf.: Luís Jardim. “Prefácio”; Gilberto Freyre. “Advertência do autor”. In: *Retalhos de jornais velhos: 2ª edição*, revista e muito aumentada de artigos de jornal. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964. pp. xi-xxi; xxii-xxx.

Com a carta, talvez sem o pretender, Câmara Cascudo propiciou a exteriorização das rugas entre Graça Aranha e os dois amigos; pois quando Aranha soube da pretensão de “O Prudente Sergio”²⁰⁰, de publicar o artigo de Gilberto Freyre ficou indignado²⁰¹. Foi por intermédio de Graça Aranha que Sergio Buarque conheceu Paulo Prado, que lhe emprestou *Ulysses*, de James Joyce, “talvez o primeiro exemplar” chegado ao Brasil²⁰². Esse foi o livro de Joyce que leu por último, na edição clandestina, saída em Paris, em 1922, caríssima e trazida por Paulo Prado. Apesar de nunca ter ouvida falar no nome do articulista, Buarque de Holanda lera no artigo algo melhor do que tudo o que seria capaz de escrever sobre o assunto naquele momento, e resolveu publicá-lo. Foi quando Graça Aranha interveio, depois de ler o artigo emprestado por Holanda: “este Freyre é nosso inimigo. Estive sabendo que foi pessoa do Oliveira Lima na briga com Nabuco. Não nos convém publicar”²⁰³.

Depois do lançamento do segundo número da revista a situação entre os três tornou-se ainda mais tensa. O número dois trouxe, mais uma vez, um texto de Graça Aranha²⁰⁴ em sua abertura, seguido por um de Mario de Andrade, depois “Poemas”, de Ronald de Carvalho. Compareceram também Teixeira Soares e Renato Almeida, Guilherme de Almeida, Álvaro Moreira, Aníbal Machado, Sérgio Milliet, Manuel Bandeira, e Prudente de Moraes, neto. Todavia, o artigo que mais repercutiu daquele número foi a resenha sobre o livro *Estudos brasileiros*, de Ronald de Carvalho, estampada na seção “literatura brasileira”, e assinada pelos amigos. O Prudente Sergio desancou o livro que reunia conferências feitas por Ronald de Carvalho no México: “o mais fraco dos seus livros em prosa”. Seu livro não passava de “esboços históricos da nossa vida social e artística”, que

²⁰⁰ Foram vistos juntos tantas vezes, e em tantos lugares, que chegaram a merecer um apelido comum: “O Prudente Sergio”. Cf: Entrevista de Sergio Buarque de Holanda. “A juventude de Prudente nas recordações de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B., s/p.

²⁰¹ Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “Prudente e a avaliação da semana”. Anexa a: “Estética: a maturidade do movimento modernista”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1975. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B.

²⁰² Antonio Candido. “Introdução”. In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. org.: Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 122.

²⁰³ Sergio Buarque de Holanda. “Depois da ‘Semana’”. In: *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 277.

²⁰⁴ *Estética*: revista trimestral. n. 2. Rio de Janeiro, janeiro-março de 1925. O texto se intitulava “Ins”, segundo Prudente de Moraes, neto, na entrevista “A morte do romance”, o próprio Graça Aranha não sabia como chamar os “pequenos pensamentos relativos a problemas de estética”, que assim nomeou. Um

não tinha nenhuma vantagem para quem, “como nós” brasileiros, “tem tantos historiadores e tão pouca história”. Faltava a ele “o que nos falta – um pouco de espírito crítico”. Ele não apresentava, enfim, “quase nada que não tenha sido dito” sobre “nossa nacionalidade”, “nossas letras” e “nossas artes”. Quando classificou Alberto de Oliveira como “o mais nacional”, proferiu um “ponto de vista visivelmente falso”, posto que “o nacionalismo de um artista é subjetivo e não objetivo”. Foi igualmente contestada a negação da excelência de “os negros” nas artes plásticas e a assertiva de que “o nosso povo é diretamente oriundo de um grupo étnico inferior sob o aspecto artístico”²⁰⁵.

A conclusão de O Prudente Sergio deixava clara uma clivagem entre Carvalho e “um pequeno grupo”, desenhando fronteiras entre aqueles todos que se entendiam “modernos”. Moraes e Holanda estabeleciam, em ponto e contraponto, as características que distinguiram Ronald de Carvalho. Para eles, os “defeitos” que apontaram no livro eram defeitos apenas para esse “pequeno grupo”, sendo mesmo provável que, “a não ser alguns modernistas”, ninguém fosse concordar com eles. O ponto era uma “série de qualidades que os sr. Ronald de Carvalho conservava sempre”. “Clareza rara”, em contraponto, “os modernos são confusos”. Eles “não se explicam bem”, “entendem-se uns aos outros, mas não conseguem pôr as idéias ao alcance de todos”. Isto porque, segundo Moraes e Holanda, as idéias não surgiam “nítidas”, iam se “definindo aos poucos” por resultados de uma “excessiva agitação interior”²⁰⁶. Por outro lado, o sr. Ronald de Carvalho, “temperamento profundamente clássico”, caracterizava-se por uma “grande serenidade”. Para finalizar afinaram sua ironia e lancetaram: “diz tudo que quer. Só o que quer. Seu temperamento e sua forma coincidem. Adaptam-se. Isso lhe assegura um posição única na nossa literatura”²⁰⁷.

manuscrito de duas páginas intitulado assim, datado e localizado por Graça Aranha, pode ser lido na “seção de manuscritos” da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em “avulsos”.

²⁰⁵ Prudente de Moraes, neto; Sergio Buarque de Holanda. “Estudos brasileiros, de Ronald de Carvalho”. In: *Estética: revista trimensal*. n. 2. Rio de Janeiro, janeiro-março de 1925. pp. 215-218. Em seu número 2 a revista vinha com o preço majorado de 3\$000.

²⁰⁶ Nessa medida, Sergio Buarque e Prudente se aproximavam da percepção romântica da escrita como “um modelo aberto” – em oposição a “um sistema totalizante” – determinado, em parte, pela subjetividade criativa. Márcio Seligmann-Silva. *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica literária*. São Paulo: Iluminuras, 1999. pp. 41. Vale observar esta frase de Friedrich Schlegel: “A minha filosofia é um sistema de fragmentos e uma progressão de projetos”. p. 40.

²⁰⁷ Prudente de Moraes, neto; Sergio Buarque de Holanda. “Estudos brasileiros, de Ronald de Carvalho”. In: *Estética: revista trimensal*. n. 2. Rio de Janeiro, janeiro-março de 1925. pp. 215-218. Ainda em 29 de novembro de 1924, Mario de Andrade escrevia ao amigo Prudente: “Eu agora quando não gosto vou dizendo. Pergunta ao Ronald”. Referia-se ao *Estudos brasileiros*, como destaca-se na carta a outro amigo, Manuel

Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Renato de Almeida, e Teixeira Soares formavam todos, por assim dizer, um grupo – inclusive, excetuando o último deles, ficaram conhecidos como o grupo “da mesa”. Antes de seguir com a apresentação do processo de rompimento de rompimento entre O Prudente Sergio e o chefe do grupo “da mesa”, vale caracterizar esse grupo, e a revista *América Brasileira*, como um contraponto, à *Klaxon*. A expressão foi bastante difundida, principalmente, em meio aos klaxistas, como Mario de Andrade. Era freqüente o desfile das letras do grupo na revista carioca *América Brasileira*, de Elysio de Carvalho, que durante algum tempo teve como redator chefe Renato de Almeida. Foi nela que se publicou a fotografia que deu origem e sentido à expressão grupo “da mesa”: a fotografia foi apresentada na página 175, em meio ao artigo “O espírito moderno: conferência realizada na Academia de Letras, por Graça Aranha”²⁰⁸.

A revista que tinha como subtítulo: “resenha da vida nacional”, e reunia em sua propaganda, ao contrário de *Klaxon*, entre tantas empresas, instituições financeiras como o Banco Hipotecário do Brasil, o Banco Aliança e o Banco Português do Brasil. Seu formato era maior que o de *Klaxon* e *Estética*, e em geral, ela era impressa em papel *couché*. Apesar de vários klaxistas terem colaborado com artigos, inclusive Mario de Andrade, e também Sergio Buarque, com seu *FI*, outra de suas ficções, a revista pode ser entendida, em vários sentidos, como um contraponto ao “mensário modernista”, *Klaxon*. Um desses sentidos é político.

A revista trazia, em janeiro de 1923, o artigo “Mussolini e a vitória do fascismo”, na seção “nótulas”, sem assinatura. Para perceber o teor do texto basta ter notícia de sua frase de abertura: “Essa vibrante e ardente epopéia do fascista, que revolucionou a Itália depois de uma jornada fulgurante, com espanto do mundo inteiro, é a reação de mocidade das forças vivas do país contra o fermento anarquista e bolchevista, que a complacência dos governos bastardos deixava contaminar a nação italiana, como aliás outros países da Europa”. Dois meses depois, a dose era repetida na seção “repertório”, na parte “homens e

Bandeira, quando ele comentou que o livro lhe havia sido enviado pelo autor e ele, “com toda esta abundância de coração”, disse o que pensava: “acho livro fraquíssimo”. Cf.: Mario de Andrade. *Cartas de Mario de Andrade a Prudente de Moraes, neto*. (org.) Georgina Koifman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. pp. 33-51.

²⁰⁸ Graça Aranha. “O espírito moderno: conferência realizada na Academia de Letras”. *América Brasileira*. n. 30, ano III, de junho de 1924, pp. 173-176. Na legenda da fotografia podia se ler: “Graça Aranha, entre Ronald de Carvalho e Renato Almeida. Grupo tirado em S. Paulo, por ocasião da ‘Semana de Arte Moderna’, em 1922”.

cousas estrangeiras”, *América Brasileira* perguntava anonimamente: “O que é o fascismo?”. A resposta vinha com a apresentação de um texto de Giuseppe Prezzolini, depois do seguinte comentário: “Nossos leitores vão achar que consagramos muito espaço da nossa revista ao fascismo. Mas é que esse grande movimento, que se levantou diante do bolchevismo ameaçador, está talvez destinado a modificar a face atual do mundo e mais tarde regê-lo ditatorialmente”²⁰⁹.

A reação ao artigo de Prudente de Moraes, neto e Sergio Buarque não tardou, pelo menos foi o que Holanda relatou por carta, escrita no Bar Nacional, ao amigo que se encontrava em São Paulo. Ele contou que encontrara Graça Aranha, recém chegado do interior, “indignado com a nota” sobre *Estudos brasileiros*. Sergio Buarque comentou que tinha dito que Ronald de Carvalho não tinha motivos para se ofender, e que sentia que ele estava “mais zangado comigo que com você”. Para Holanda, uma “compensação que me satisfaz”, queria “ser tão culpado quanto você no motivo dessa zanga”. Talvez, indicando que a nota tenha sido escrita por Moraes, Holanda afirmou: “assinei sem hesitação a nota sobre os *Estudos* e fui o causador do último (último ou penúltimo?) incidente com o Graça”. Na verdade, ele dizia pouco se importar com as conseqüências de “nossa atitude porque estou certo de que tanto você como eu agimos de boa fé e fomos sinceros”. No entanto, Buarque de Holanda pediu a Prudente que informasse Mario de Andrade, para saber sua opinião e, “principalmente saber se ele acha que o Ronald tem motivos de queixa pessoal contra nós”²¹⁰.

²⁰⁹ “Mussolini e a vitória do fascismo”. Seção “Nótulas”. *América Brasileira*. n. 13, ano II, janeiro de 1923, p. 20. “O que é o fascismo?”. *América Brasileira*. n. 15, ano II, março de 1923, p. 90. Sobre *América Brasileira* e o grupo “da mesa”, vale consultar: Antonio Arnoni Prado. 1922 – *itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²¹⁰ Correspondência ativa. Sergio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1925. In: *Cartas de Mário de Andrade a Prudente de Moraes, neto*. (org.) Georgina Koifman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. pp. 62-63. Em entrevista Prudente recordava a reação do grupo de Aranha, depois de resumir o artigo e dizer o pensavam de Ronald de Carvalho: “Mas nós nos inquietávamos com o fato desse modernista, tão claro em sua prosa elegantíssima, continuar a ver as coisas do Brasil segundo os cânones dos antigos, nada de novo acrescentando a tudo quanto os velhos historiadores haviam dito sobre o Brasil, incapaz de ousar uma visão nova, como seria seu dever de intelectual. Era contra isso que objetávamos com todo apreço. Ronald agastou-se: sem razão. Primeiro porque o tratáramos com todo apreço, o respeito que ele nos merecia. Segundo, porque da nota lhe dei notícia, uma noite, em sua casa. Mas a reação dele e de seus amigos foi grande. Chegaram estes até à tentativa de sabotagem de *Estética*. Tal episódio reforçou a minha tese de que só ao modernismo cabia o direito de criticar os modernistas”. Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “Prudente e a avaliação da semana”. Anexa a: “*Estética: a maturidade do movimento modernista*”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1975. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B.

As posições de Graça Aranha em relação aos escritores relacionados ao modernismo eram contestadas por vários deles. Luis Câmara Cascudo em carta a Joaquim Inojosa, em março daquele ano, era categórico, “eu de mim discordo com a prioridade do Graça no movimento”. Para ele, “os Paulistas tinham feito a semana de Arte Moderna. Havia a Paulicéia... de Mario. O Graça tornou o movimento coletivo”²¹¹. Prudente de Moraes, neto, também escreveu a Inojosa, alguns meses depois, e comentou algumas posições dentro do movimento que se agitava em São Paulo e Rio de Janeiro, fazendo considerações sobre o papel de Graça Aranha.

Nas quatro folhas manuscritas com seu carimbo, Moraes comunicava pronta a nota sobre *A arte moderna*, de Inojosa, em que contou “como se deu a sua catequização (pelo que me contaram aqui em S. Paulo)”. Ele avisava que discordou de algumas coisas, “principalmente a expressão ‘trouxe para o Brasil’, com que você se refere ao Graça”. Em “trouxe para o Brasil”, Moraes indicou com o número um, nota que após ao fim da página: “a arte moderna”. Negava que Aranha tivesse trazido para o Brasil “a arte moderna”, afirmando que “você aí em Recife estão ainda desorientados, o que me parece natural, visto que por aqui também vejo muito pouca orientação segura”. Prudente perguntava, a um só tempo, ironizando e tentando evitar melindres de Inojosa: “quem é que sabe o que quer?”²¹².

Ele respondeu a sua própria pergunta estabelecendo fronteiras entre alguns caminhos da “arte moderna”. “O Mario de Andrade, o Manuel Bandeira por um lado”. O Graça Aranha, o Renato Almeida, o Ronald de Carvalho “por outro, que me parece errado em alguns dos pontos principais”. Depois, Prudente desafiou: “que dê mais gente?”, para seguir seu comentário crítico. “Os outros todos, interessantíssimos, mas perdidos num diletantismo lamentavelmente estéril”. Ele se perguntava pelo que fora o “futurismo italiano, senão uma interessantíssima desorientação”, e o que queriam, na França, “ao certo os modernistas até o fim da guerra”. Prudente de Moraes, neto o fez para depois orientar Inojosa, explicando-lhe que “só agora, meu caro, vão surgindo tendências definitivas” –

²¹¹ Correspondência ativa. Luis Câmara Cascudo. Natal, 8 de março de 1925. “Seção de manuscritos”; “Avulsos”/Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²¹² Correspondência ativa. Prudente de Moraes, neto. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1925. “Seção de manuscritos”; “Avulsos”/Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

“definitivas não na forma, o que produziria uma forma ainda pior de academismo, mas nas linhas gerais de sua evolução”²¹³.

Na declaração final de Prudente de Moraes, neto, mais uma vez, sobressai aquele “paradoxo da consciência moderna”, entre “conhecimento do mundo exterior” e conhecimento do eu”, e sua solução buscada no “mundo interior”. A conclusão de Prudente, neto, soava quase como uma confissão: “agora é que vamos começando a ver claro na nova época e principalmente em nós mesmos”²¹⁴. Nessa medida, o que estava em disputa eram perspectivas sobre qual a atitude correta frente as formas modernas de intervenção artística.

No terceiro número de *Estética*, o primeiro do índice foi Mario de Andrade²¹⁵, com seu “Noturno de Belo Horizonte”, dedicado a Elísio de Carvalho. A novidade eram os nomes de Carlos Drummond de Andrade e Menotti del Picchia. Sergio Buarque de Holanda estampou seu texto “Perspectivas”, para discutir a “considerações” da “palavra escrita e falada”, ecoando, no meu ponto de vista, aquela “solução mística do paradoxo da moderna consciência”, sugerida no artigo “Romantismo e tradição”, do número um da revista.

Em sua perspectiva, os “crédulos”, confiantes nas “palavras”, entregavam-se à “virtude ilusória da linguagem dos cemitérios”, e aceitavam, não sem “remorsos”, a “falsa paz que as letras impuseram”. Em referência, que parece evidente mediante as rixas então em curso, Buarque de Holanda tratava aquela atitude como uma “resistência ao milagre”, caracterizando um “estado de espírito que não é bem o dos contemporâneos”. Pois, para seus contemporâneos, “já se ousa pretender mesmo e sem escândalo, que a mediocridade ou a grandeza de nosso mundo visível só dependem da representação que nós fizemos dele, da qualidade dessa representação”. Uma questão de perspectiva. Uma questão hermenêutica, na qual as convicções estão em posição crucial. Segundo ele, “hoje mais do que nunca a arte poética há de ser principalmente – por quase nada eu diria apenas – uma

²¹³ Idem, *ibidem*.

²¹⁴ Idem, *ibidem*.

²¹⁵ Quando estava para sair o terceiro e último número de *Estética*, as relações de O Prudente Sergio e Graça Aranha já estavam definitivamente estremecidas. Sergio Buarque contou que no dia que estava indo pela avenida Rio Branco, com as “provas da revista na mão”, encontrou com Graça Aranha, que mais uma vez iria colaborar com artigo, e entraram na Livraria Garnier. Ele que nos dois primeiros números tivera seu nome em primeiro lugar no índice, ficou “contrariado quando viu que seu nome aparecia em quinto lugar”. E quando Buarque de Holanda contornou dizendo terem feito “um sorteio”, Graça Aranha esbravejou que “em qualquer lugar do mundo, meu nome vem em primeiro lugar. Meu nome não entra em sorteios”. Entrevista de Sergio

declaração de direitos do Sonho”. A questão era que depois de séculos escamoteando “o melhor da realidade, em nome da realidade temos de procurar o paraíso nas regiões inexploradas”, restando o recurso de “dizer das nossas expedições armadas por esses domínios”. Buarque de Holanda resumiu: “só à noite enxergamos claro”²¹⁶. O ponto de vista de Sergio Buarque expressava a percepção romântica de que o “mistério da Natureza” – no caso da “realidade”, ou, “mundo exterior” – era o mistério que envolvia o “lado oculto dos homens, a escuridão é aquela que torna obscuras e inexpugnáveis as profundezas da alma humana”²¹⁷.

Em seu texto, Buarque de Holanda firmava, no sentido daquela “doutrina da individualidade”, as bases para sua perspectiva da atitude artística moderna, considerando “essencial” aquilo que “há de particular”, “de milagroso”, “o elemento irredutível em cada cousa”. Essa seria a atitude dos homens que “obedecem às leis divinas”, esquecendo as “das cidades que reclamam com violência um regresso a esse *estado de guerra*” – não mais que “uma conformação com a vida”. Enfático no sentido do valor da atitude individual, Sergio Buarque afirmava em nota a esse seu comentário que “nunca será demasiado insistir no que representou para a literatura contemporânea a descoberta de que cada indivíduo representa um mundo isolado e muitas vezes indecifrável para outros homens”. E finalizava citando argumentos sobre “as evidências do cristianismo”, para exemplificar a idéia dessa “incomunicabilidade do espírito”: “os homens não podem aceitar integralmente uma verdade, é preciso que cada qual a descubra por si. Toda convicção profunda a de ser condicionada por essa descoberta”²¹⁸.

O tom do artigo era quase de um manifesto. Era definitivamente necessário marcar posição, indicando a atitude que definiria a legitimidade das intervenções em disputa. De tal forma, que Sergio Buarque criticava a “necessidade de *confissão*” como uma “doença moderna” que, pela “palavra” e pela “sintaxe”, condenava à morte “toda *manifestação* de vida inoportuna”, “todos os sentimentos que nos oprimem”. Os “homens”, afirmava ele,

Buarque de Holanda. “A juventude de Prudente nas recordações de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B. s/p.

²¹⁶ Sergio Buarque de Holanda. “Perspectivas”. In: *Estética: revista trimestral*. n. 3. Rio de Janeiro, abril-junho de 1925. pp. 272-277.

²¹⁷ Karin Volobuef. *Frestas e arestas, a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: F.E. Unesp, 1999. p. 84. Deve-se atentar para a instrumentalização da metáfora da “noite” pelos românticos, nos comentários de Volobuef.

²¹⁸ Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.* pp. 272-277.

procuravam “a realidade”, na “esperança”, na “recordação”, na “ausência”, e “muitos deles sem renunciar a essa atitude” revogaram “para uso próprio a lei de aspiração à morte”. Da mesma forma, “a exaltação do particular”, resolvia-se “em alguns momentos”, na “anulação de qualquer singularidade”, naquele “sentimento de harmonia de todas as cousas” – prevista na “solução mística do paradoxo”, vale lembrar. Para Buarque de Holanda importava, sobretudo, afirmar “provisoriamente que a vida, apesar de tudo, continua a nutrir sub-repticiamente por uma espécie de *vida-secreta* as regiões mais ocultas de nossas ideologias”. Por mais previstos pela “lógica” e pelo “cálculo mais precisos”, “nossos atos”, não prescindiriam “dessa parcela de contingente que participa do divino”. Diante da impossibilidade de resistir ao “mistério”, Sergio Buarque definia: “não há duas atitudes igualmente legítimas”. Mesmo que reconhecesse, em uma crítica irônica, que não há “nada mais cômodo, é verdade, que concluir pela vaidade de todos os nossos gestos e pela inutilidade de qualquer atitude – idéia que o Universo nos fornece a troco de um bocejo”²¹⁹.

Enfim, a ruptura estava completa²²⁰. De um lado, o grupo da mesa, capitaneado por Graça Aranha, de outro aquele de O Prudente Sergio. Uma querela cujo processo evidencia fundamentos do ambiente de reflexão romântico, ao definir os limites e interesses das perspectivas que envolviam diferentes atitudes de intervenção escrita. É importante que se tenha presente que o embate dessas perspectivas delimitam a prática social de leitores, escritores e difusores de texto, sobre o nacional, o popular e o moderno, de tal modo que fazem sentido apenas no cosmo fechado dessas relações pessoais e intelectuais, de profuso jogo de personalidades.

O grupo de O Prudente Sergio contava também com Ribeiro Couto e Manuel Bandeira. Numa longa carta entre eles, onze páginas datilografadas, em meio ao trato de muitos assuntos, se tinha exemplo do nível de indisposição pessoal que envolvia muitas vezes a crítica mútua, os “pontos de vista”, entre os diferentes escritores, os seus grupos e os dos outros. Na correspondência remetida por Couto, em suas duas últimas páginas, ele

²¹⁹ Idem, *ibidem*. pp. 272-277.

²²⁰ No terceiro número também houve uma resenha de *Espírito moderno*, de Graça Aranha, feita por Rodrigo Mello Franco de Andrade. Cf.: Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “Estética: a maturidade do movimento modernista”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1975. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B. Nesta entrevista Prudente de Moraes, neto explicava sobre a atitude deles em relação à Graça Aranha: “Apenas nos permitíamos uma conduta menos reverencial, e nos permitimos discutir algumas das idéias que os seus amigos não discutiam por deferência, por uma atitude que não seria propriamente intelectual, mas antes, uma atitude afetiva”.

referia diretamente à *Estética*, ao Guilherme de Almeida e ao grupo da mesa. A revista ele dizia ter recebido no dia anterior, e depois de ter gozado “muito o poema do Prudentinho”, emprestou a revista para um médico de Baependi, tema que dava título ao poema. A alegação foi que “queria saber a impressão dele, que não é literato, sobre a literatura futurista” – “me desinteressam as impressões de terras gastas e cansadas, de literatos preconceituosos e viciados nos pontos de vista. Pareceu não compreender o meu ponto de vista...”²²¹.

Sobre Guilherme de Almeida, respeitado por todos, e amigo de Buarque de Holanda desde os primeiros anos, Ribeiro Couto era direto e não deixava por menos. “O Guilherme continua a decalcar processos”. “É o fresco da literatura moderna. Tudo, na literatura do Guilherme, denuncia a pederastia passiva da mentalidade. Vivemos a en.....al-o!”. Sobre o grupo da mesa, ele comentou o desconforto criado por Villa-Lobos ao aceitar patrocínio de Coelho Neto para um concerto, ajudando a vislumbrar novas clivagens na série de perspectivas em confronto. Ribeiro Couto satirizava o fato de estarem Graça Aranha e Ronald de Carvalho “furiosos com o Villa”, achando “engraçado!”. Afinal, Villa, Ronald, Di Cavalcanti, Graça – “tudo isso pertence a uma raça só. Os espécimes apresentam variantes muito pequenas”. Couto deixava ver a leviandade dessas desavenças: “o que agora no Villa indigna Ronald, decerto no Ronald indignou o Villa”, quando ele leu que Carvalho faria uma conferência em casa de Ângela Vargas. Diante disso, para ele, não era tão grave que Coelho Neto patrocinasse o concerto, “aliás, é bem capaz do Coelho Neto sentir melhor a música do Villa, e compreendê-la, do que o próprio Graça!”²²².

Para concluir, Ribeiro Couto confessava “a esperança da verdadeira modernidade”, depositada “nos novos, no Prudentinho, naquele batuta do ‘Tejuco’”. Não antes de desabafar com o amigo sobre Graça Aranha e sua atitude. “Seu Manuel, de filhadaputismo vivo eu farto. O Graça é o hipócrita mor da modernidade”. Ansioso, ele esperava pelo dia de expor seu ponto de vista. “Qualquer dia afio a pena e desanco de criar bicho o homem! ‘Graça Aranha, o ilusionista’”. As intenções eram fatais. “Mas ai do Graça! Manuel: eu mato o Graça com um artigo!”. A fórmula era para envenenamento, purgando sentimentos compartilhados. “Eu tenho tanta coisa ‘sentida por todos’ a dizer dele, que

²²¹ Correspondência ativa. Ribeiro Couto. Pouso Alto, 21 de setembro de 1925. pp. 1-11. Coleção Manuel Bandeira. AMLB/F.C.R.B.

²²² Idem, *ibidem*. pp. 10-11.

consubstanciando isso num comprimido Bayer, ele morre. Será absolutamente intoxicante”²²³.

Sergio Buarque e Prudente de Moraes, neto, parceiros na revista *Estética*, já encerrada naquele momento, tiveram publicada uma entrevista no *Correio da Manhã* em junho de 1925. Nela, eles apresentavam suas perspectivas sobre “movimento modernista”, “obra de arte”, “tradição” e “sentimento nacional”; importante naquele momento de definições e explicitação de pontos de vista sobre a relação entre esses temas, que formam a questão moderna. O “modernismo” era interpretado como rompimento com a continuidade da tradição, posto que ela nunca havia refletido o “sentimento da nacionalidade”. A “tradição nacional” agiria como um prolongamento de “tradições alheias” – como na crítica feita, por exemplo, em *Ariel*. Ao passo que, a busca de um caminho próprio, seria incentivada pelo “‘modernismo’ que ao lado de sua afeição universal corresponde em toda parte a uma exaltação de nacionalismo”²²⁴.

Segundo Prudente e Sergio Buarque, a “revolução” da arte modernista agiria contra os “lugares-comuns”, seguindo o critério de que a “obra de arte não exprime nunca uma solução, mas uma atitude”. Moraes e Holanda não deixavam de somar que, “dentro ou fora, da igreja, as idéias que nos agitam têm um fundo essencialmente religioso”. Eles não deixaram de evidenciar também a distância de algumas pretensões de dar sentido unificado à atitude modernista – como eram, por exemplo, as de Graça Aranha. “Querem que ‘o modernismo seja uma escola quando é um estado de espírito’”²²⁵. Na delimitação dessa atitude ressoava o mesmo tipo de entendimento que definia a “língua de cada nação” como uma representação do *Geist*, “espírito”, desta “nação” – “uma perspectiva única a partir da qual a realidade é *construída*”²²⁶.

O período era de definições e delimitações das fronteiras críticas entre os grupos que militavam naquele largo espectro de projetos e intervenções que se chamava “modernismo”. Sergio Buarque e Prudente de Moraes, neto, haviam concebido sua revista pretendendo fazer dela não apenas continuidade do órgão do movimento com que mais se

²²³ Idem, *ibidem*. p. 11.

²²⁴ Entrevista de Sergio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto. “Modernismo não é escola: é um estado de espírito”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1925. s/p. Siarq/Unicamp.

²²⁵ Idem, *ibidem*. s/p.

²²⁶ Márcio Seligmann-Silva. *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica literária*. São Paulo: Iluminuras, 1999. p. 33.

identificavam, *Klaxon*, mas, sobretudo, para estabelecer uma crítica interna a esse próprio movimento. Apesar das contendas, como comentei a revista foi planejada para representar uma segunda fase da tendência modernista, implicando numa certa “visão crítica da primeira etapa” – “uma crítica esclarecedora do que preconizavam e faziam os modernistas só poderia ser exercida de dentro do próprio modernismo”. Note-se que a pretensão “crítica” reafirma a identidade mais genérica de escritores: “nós é que poderíamos nos criticar uns aos outros, e apontar os possíveis erros em que estivéssemos incorrendo”. Segundo Prudente de Moraes, “os modernistas” deviam à *Estética*, terem eles passado “a considerar mais seriamente os seus problemas individuais, naturalmente relacionados com a criação artística”, tendo sido “levados a se definir em face de alguns problemas que se apresentavam com aspecto e caráter polêmico”²²⁷.

A distância que O Prudente Sergio tentava marcar em relação aos diversos grupos, inclusive, dos klaxistas, era perceptível em uma carta que Mario de Andrade escreveu para Sergio Buarque em 1926. No curto manuscrito, o poeta paulistano tentava amenizar o desconforto criado, aparentemente, por um mal-entendido. Andrade se dizia “quase” assustado com um bilhete de Holanda, mas estava seguro da “amizade” de ambos, como de resto assegurava o seu texto. Sergio Buarque, segundo Andrade, reclamava dele ter dado a entender o que dera a entender, apesar de ter o “direito de supor tudo da gente”. Mario de Andrade se apressava em contraditar, afirmando que “por Deus que não dei a entender coisíssima nenhuma!”, e assegurava que “com amigos nunca dou a entender, falo franco e rifo, te juro”. O remetente ficara preocupado em descobrir como causara o entrevero, “matutando no bilhete escrito a 200 quilômetros por hora” e que poderia ter sido o motivo do problema: “creio que seja aquilo de eu falar ‘pra você me mandar à merda’, que você imaginou que eu imaginei que você estava me abandonando”. E mais uma vez, Andrade se desculpava. “Palavra que foi brincadeira sem mais nada. Si feri rasgue o bilhete porque minha intenção não foi imaginada”²²⁸.

²²⁷ Cf.: Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “Estética: a maturidade do movimento modernista”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1975. Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “A morte do romance”. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 de dezembro de 1977. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B.

²²⁸ Correspondência passiva. Mario de Andrade. São Paulo, 13 de s/m de 1926. Siarq/Unicamp. Na carta de Mario de Andrade não há explicitação do mês em que foi escrita e, ou, enviada. Entretanto, na conclusão da missiva Andrade avisava a Holanda que esperava “a carta sobre Losango [*Losango cáqui*] e o artigo”, alertando que “*Terra roxa* vai entrar no prelo”. Sergio Buarque publicou em *Terra roxa e Outras Terras*,

Dentro das fronteiras críticas em que se moveu, Sergio Buarque definiu a sua perspectiva de delimitação das frentes em embate, e das questões em debate, naquele período. Foi em um artigo publicado na *Revista do Brasil*, cujo título havia sido recém comprado de Monteiro Lobato por Assis Chateaubriand, deixando Rodrigo Mello Franco de Andrade, como redator-chefe, e Prudente de Moraes, neto, como secretário²²⁹. Holanda, ao lado dos amigos, apontou “O lado oposto e outros lados”, que definiram diferentes projetos para “procurar uma arte de expressão nacional”²³⁰. Segundo Prudente de Moraes, neto, seu parceiro denunciava nele “certas ‘fraquezas’ do modernismo”, pois se afinal, esse “pretendia ser efetivamente uma revisão cultural e uma reformulação da visão do mundo, considerava, uma espécie de condescendência, atitudes e realizações não condizentes com este programa”. Alguns escritores estavam “dentro da noção do escrever e do poetar bonito, sem procurar a renovação que nós achávamos indispensável”. A crítica se endereçava a tudo isto, e “deu um barulho enorme”²³¹. Com a apresentação deste artigo encaminho a conclusão do exposto neste primeiro capítulo sobre a trajetória intelectual e política de Buarque de Holanda, marcada pelos nexos identitários do romantismo e da estrutura de querelas, fundamentados em aspectos estéticos e éticos para a visada sobre a “formação nacional”.

Buarque de Holanda, deixando claro o espaço social que ocupava ao lado de seus pares, alertava para a comparação entre “o Brasil intelectual de hoje”, e aquele de dez anos antes. Entre eles, uma “divergência apreciável”, não apenas nos “pontos de vista que os conduzem”, mas ainda, nos “indivíduos que o exprimem”. Os de 1926 contavam “muito mais do que os de 1916”, porque “exprimem o momento atual”. A gente coetânea “aboliu escandalosamente, graças a Deus”, o “ceticismo bocó” de então, aquele “idealismo impreciso e desajeitado”, “a poesia ‘bibelô’”, e a “retórica vazia”; “todos os ídolos da nossa *intelligentsia*”. Para Holanda, que não via muito nessa abolição, chegara a hora da revisão, de fazer ver “as limitações de todos os lados”, que “impediam e impedem uma ação

“Pathé-Baby”, no qual afirmou “não vejo na moderna literatura brasileira outro autor mais interessante do que Alcântara Machado e creio que muito poucos mais importantes”, em 6 de julho de 1926. *Terra roxa e Outras Terras*. n. 1. São Paulo, 6 de julho de 1926.

²²⁹ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 8.

²³⁰ Sergio Buarque de Holanda. “O lado oposto e outros lados”. *Revista do Brasil*. São Paulo, 15 de outubro de 1926. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob. cit.* pp. 224-228.

desembaraçada”. No sentido da proposta de “crítica interna”, ele destacava que “até mesmo dentro do movimento que suscitou esses milagres têm surgido germens de atrofia que os mais fortes já começam a combater sem tréguas”²³² – dentre os quais, evidente, se incluía.

Seus valores, seus princípios, suas convicções, seus interesses, seus pontos de vista, sua atitude moderna, Sergio Buarque assim os expressou.

“É indispensável para esse efeito [do combate contra os germens de atrofia] romper com todas as diplomacias nocivas, mandar pro diabo qualquer forma de hipocrisia, suprimir as políticas literárias e conquistar uma profunda sinceridade pra com os outros e pra consigo mesmo. A convicção dessa urgência foi pra mim a melhor conquista até hoje do movimento que chamam de ‘modernismo’. Foi ela que nos permitiu a intuição de que carecemos, sob pena de morte, de procurar uma arte de expressão nacional”²³³.

Depois do aviso, ao criticar o “academismo” modernista, Sergio Buarque elegia, ao lado de opositores já antes escolhidos, o nome de Guilherme de Almeida – aquele seu amigo que, em 1921, ele havia apontado como um dos “nossos poetas mais originais”, e que o alertara para o “perigo das rodinhas literárias”. Todo o texto decorre em uma perspectiva irônica, instaurando a pretensão de distanciamento crítico. De tal modo que Buarque de Holanda afirmava que o “academismo” já não era mais “um inimigo”, porque ele se agitava num “vazio” e vivia à “custa de heranças”. Isso em todas as suas modalidades, mesmo aquele “academismo do grupo Graça Aranha-Ronald-Renato Almeida”, caso também do “academismo de Guilherme de Almeida”²³⁴.

Desta vez, dando rosto às perspectivas, Sergio Buarque recolocava a questão hermenêutica da “declaração de direitos do sonho”: essas “figuras” citadas, as “mais representativas desse espírito acadêmico e mesmo as melhores”, insistiam em falar “uma linguagem que a geração dos que vivem esqueceu há muito tempo”. Ele asseverava que a “*inteligência aguda e sutil*”, de personagens como Guilherme de Almeida e Ronald de Carvalho, “foi o paraíso e foi a perda da geração a que eles pertencem”; por certo tempo, aparentando “responder às instâncias da nossa geração”. Na medida dessa clivagem estabelecida pela impossibilidade de entendimento das dissonantes situações de pertença entre gerações, esses autores se achavam “situados positivamente *do lado oposto*”, fazendo

²³¹ Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “A literatura está sendo substituída por outras formas de expressão”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B.

²³² Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.* p. 224.

²³³ Idem, *ibidem.* p. 224. Grifo do autor.

“todo possível para sentirem um pouco a inquietação da gente de vanguarda”. Segundo Buarque, advém daí “essa feição” de “esquemas premeditados”, deixando claro “a todo momento”, a “intenção” de ambos em criarem “poemas geniais”. Esses, portanto, eram os “nossos acadêmicos ‘modernizantes’”. Houvera tempo, afirmou Holanda, em que esses autores “foram tudo quanto havia de bom na literatura brasileira”, sem deixar de observar, ríspido, que “no ponto em que estamos hoje *eles não significam mais nada para nós*”²³⁵.

Tristão de Athayde, também, teria “pontos de contato bem visíveis” com a tendência dos “acadêmicos ‘modernizantes’” – “embora seja bem mais considerável”. Sergio Buarque se revoltava contra os que acreditavam ter a “arte de expressão nacional”, “já no cérebro tal e qual deve ser”, dizendo “conhecer todas as suas regiões, as suas riquezas incalculáveis e até mesmo os seus limites e nos querem oferecer essa sobra em vez da realidade que poderíamos esperar deles”. Athayde seria, “incontestavelmente o escritor mais representativo dessa tendência”. Sergio Buarque, contudo, pensava que “teremos com certeza” essa “arte de expressão nacional”, mas não nascida de “nossa vontade”, nascida sim “muito mais provavelmente de nossa indiferença”, que não floresceria, por sua vez, necessariamente, nessa “expressão nacional que corresponde à aspiração de todos”²³⁶.

Alerto para como Holanda reiterava seu ponto de vista expresso em “Originalidade literária”, quando afirmou que “o Brasil” haveria de “ter”, de “atingir”, uma “literatura nacional”. Note-se que o nascimento da “arte de expressão nacional” a partir de “nossa indiferença”, traz uma noção que extrapola parâmetros lógicos e, ou, conscientes e racionais para sua origem, ratificando aquela percepção do “nacionalismo” como um “fato psicológico” e “interior” – uma “formação demorada e gradual dos sentimentos”. Mais que isso, Sergio Buarque elaborava, já ali, o *ethos* fundante de sua perspectiva sobre o nacional: “a inspiração em assuntos nacionais, o respeito das nossas tradições e a submissão às vozes profundas da raça acelerarão esse resultado final”.

Sergio Buarque explicitava o ponto que lhe incomodava nesses “acadêmicos modernizantes”. Ao fazê-lo, ele indicava o rumo que tomava então seu próprio pensamento sobre o problema nacional, anunciando temas e questões que a partir daí o informariam de maneira decisiva sua trajetória. Buarque de Holanda não sabia de outro jeito de “interpretar

²³⁴ Idem, *ibidem*. p. 225.

²³⁵ Idem, *ibidem*. p. 225. Os grifos são de Sergio Buarque.

²³⁶ Idem, *ibidem*. pp. 225-226.

claramente o sentido dos seus discursos”: em suma, eles idealizavam a “criação de uma elite de homens inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e com o povo”. Afinal, eram eles “gente bem-intencionada”, estando “de qualquer modo à altura de nos impor uma hierarquia”, “uma ordem” que estrangulasse de vez esse “maldito estouvamento de povo moço e sem juízo”. Holanda fazia troça da idéia propagada de um país sem tradição e desordenado, contra o qual eles buscavam uma “arte”, uma “literatura”, um “pensamento enfim, que traduzam um anseio qualquer de construção”²³⁷. Lembro do comentário dele, e de Prudente de Moraes, neto, sobre *Estudos brasileiros*, de que “nós brasileiros” temos “tantos historiadores e tão pouco história”, que, a despeito de ironicamente crítico a esses homens, não os posicionava em terreno propriamente diferente, apesar do ponto de olhar diverso.

A crítica que se segue de Sergio Buarque, pontuada em relação à insistência dos acadêmicos modernizantes “nessa panacéia abominável da *construção*”, não me parece exagero afirmar, pode ser considerada uma espécie de primeiro vislumbre da questão que iria informar o interesse de seu primeiro livro, servindo como horizonte almejado, como projeto motivador, para os estudos consubstanciados em *Raízes do Brasil*, dez anos depois. Ele censurava os placebos genéricos e ineficazes contra a “desordem”. “Porque para eles, por enquanto, nós nos agitamos no caos e nos comprazemos na desordem”. Eis o problema, segundo Buarque de Holanda, a “ordem perturbada entre nós não é decerto, não pode ser a *nossa ordem*” – aquela que seria forjada das “nossas tradições” e das “vozes profundas da raça”. Nesse sentido, “a ordem” proposta pelos adversários intelectuais suscitava uma “coisa fictícia e estranha a nós, uma lei morta”, importada – sem “inspiração em assuntos nacionais” – “senão do outro mundo, pelo menos do Velho Mundo”²³⁸.

Para Buarque de Holanda o “erro deles está nisso”: “quererem escamotear a nossa liberdade”, em troca de uma “detestável abstração inteiramente inoportuna e vazia de sentido”. Sergio Buarque compartilhava a idéia de que o país não tivesse “tradições”, todavia, vendo neste um aspecto positivo, por possibilitar uma “expressão artística livre”, enquanto haveria “muita gente que parece lamentar não sermos precisamente um país velho e cheio de heranças onde se pudesse criar uma arte sujeita a regras e a ideais prefixados”²³⁹.

²³⁷ Idem, *ibidem*. p. 226.

²³⁸ Idem, *ibidem*. p. 226.

²³⁹ Idem, *ibidem*. p. 227.

Dentre aqueles escritores mais próximos, Sergio Buarque também fazia restrições, não deixando de apontar senões em relação ao companheiro klaxista Mario de Andrade. Para ele, quase todos os “ponto fracos nas suas teorias” coincidiam com as idéias de Tristão de Athayde, o que se compensava nas “estupendas tentativas para a nobilitação da fala brasileira”. Mario de Andrade, mesmo tendo em sua obra coisa que não agradava, para Holanda era “sempre admirável” – “repito entretanto que a sua atual *atitude* intelectualista me desagrada”. Nesse aspecto Buarque dizia preferir Oswald de Andrade, “um dos sujeitos mais extraordinários do modernismo brasileiro”, Prudente de Moraes, neto, Couto de Barros, Antônio de Alcântara Machado e Manuel Bandeira, que seria “o melhor poeta brasileiro se não existisse Mario de Andrade”. Esses sim seriam representantes do “ponto de resistência necessário, indispensável contra as ideologias do construtivismo”. Eles, mais Ribeiro Couto, que com *Um homem na multidão*, publicou “um dos três mais belos livros do *modernismo* brasileiro”, ao lado de *Losango cáqui*, de Mario de Andrade e *Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade²⁴⁰.

“O lado oposto e outros lados” trazia as marcas de um texto de transição. De um turno, nele apareciam a questão de fundo que já se apresentava no primeiro artigo de Sergio Buarque, o “nacionalismo”, e, sua equação dimensionada entre “psicologia”, “tradição” e “raça”. Por outro, ele sugeria uma renovação temática no pensamento de Buarque de Holanda. Nesse sentido, ele seria um texto de viragem, marcando um giro que apenas se iniciara na sua perspectiva sobre o “nacionalismo”. Refiro-me à crítica de Holanda aos acadêmicos modernizantes pela intenção de criar uma “elite de homens inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e com o povo”, e também, àquela feita ao Mario de Andrade por sua “atitude intelectualista”. Não interessava mais o teor verossimilhante da descrição do elemento nacional pela literatura, mas sim era a atitude definitivamente que se impunha como valor de intervenção social para o escritor, fomentando um interesse crescente nesse “contato com a terra e o povo”, numa atitude de afronta ao intelectualismo que Sergio Buarque criticava como corrente.

Não parece de todo fora de propósito comentar da experiência boêmia de Buarque de Holanda, tendo em vista suas restrições à “atitude intelectualista”. Numa carta em torno das quízikas modernistas, Manuel Bandeira se referia a Buarque de Holanda como “gambá”.

²⁴⁰ Idem, *ibidem*. pp. 227-228. Grifos do autor.

Mas é Prudente de Moraes, neto, que dava notícia de uma das noites mais famosas de Buarque de Holanda. Tudo começou porque Gilberto Freyre queria conhecer sambistas. Prudente de Moraes, neto, era bem ambientado entre os músicos e combinou com Patrício Teixeira e Donga, que “tocava na Orquestra Francesa da Bataclan”. Numa noite no bairro do Catete, se encontraram Gilberto Freyre, Sergio Buarque e Prudente de Moraes, neto, com alguns músicos, entre os quais, Pixinguinha, Donga, Patrício e Sebastião Cirino, num bar perto da rua Silveira Martins, que “o português” fechava à uma hora manhã. Mas, como ele era amigo dos músicos, emprestou-o para a noite, com café, “cervejinha”, e ainda pôs um empregado servindo. Ficaram até amanhecer, e “Donga saiu direto dali para a Europa”²⁴¹.

Sergio Buarque também comentou, “uma das melhores noites que me lembro de termos atravessado juntos, foi num cafezinho do Catete cantando e falando de samba, com Donga, Pixinguinha e Patrício Teixeira”. Foi ele mesmo quem deu uma idéia dos que participavam desses encontros, falando de seu abandono da vida noturna. Rodrigo Mello Franco de Andrade, que se casou, Afonso Arinos viajava muito, Manuel Bandeira morava em Santa Teresa e não perdia o “último bonde, que subia às 11 horas da noite”. Prudente e Sergio prosseguiram na ronda de bares.²⁴²

Isso exposto e apresentados os dois principais nexos identitários definidos por mim, em toda sua abrangência conceitual, penso ser plausível dar continuidade ao desenvolvimento de meu texto observando as relações profissionais que levaram Buarque de Holanda à Alemanha, e o desdobramento de seus estudos que o levaram a feitura de seu primeiro livro.

²⁴¹ Correspondência passiva. Manuel Bandeira. Pomo Alto, 20 de janeiro de 1926. Siarq/Unicamp. Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “Setenta anos de histórias”. In: *Veja*, 22 de maio de 1974. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B.

²⁴² Entrevista de Sergio Buarque de Holanda. “A juventude de Prudente nas recordações de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B.

II

.Na Alemanha, Raízes do Brasil.

“A minha filosofia é um sistema de fragmentos
e uma progressão de projetos”
(Friedrich Schlegel)

Ao longo deste capítulo será discutida a valorização de algumas temáticas, antes em segundo plano, no pensamento de Sergio Buarque de Holanda, na medida mesma em que se desenvolve sua atividade profissional de escritor, tendo como momento crucial a viagem para a Alemanha e ponto de culminância o livro *Raízes do Brasil*, publicado pela editora José Olympio, para a estréia de sua coleção Documentos Brasileiros.

a) *Viagem à Alemanha.*

Depois de uma passagem no Espírito Santo, onde dirigiu um jornal de Cachoeiro do Itapemirim, que lhe valeu o apelido de Dr. Progresso, numa referência ao nome do diário¹, Sergio Buarque de Holanda retornou ao Rio de Janeiro. Retomou um trabalho de tradutor de telegramas da empresa *United Press*, ao lado de Múcio Leão, que o levou para o *Jornal do Brasil*. Porém, foi na órbita de difusão dos Diários Associados, que Buarque de Holanda ampliou suas atividades profissionais como escritor. Sergio Buarque contava com relações excelentes no grupo de Assis Chateaubriand, que desde a incorporação da *Revista do Brasil*, em 1926, mantinha um dos seus grandes amigos, Rodrigo Mello Franco de Andrade, como redator-chefe, não apenas da revista, mas também do diário *O Jornal*².

O crescente envolvimento profissional como jornalista dos Diários de Chateaubriand levou Sergio Buarque à Alemanha como “enviado especial”. O intuito da viagem, justificado em editorial, pelo *Diário de São Paulo* e *O Jornal*, era o crescente “interesse pela verdadeira situação política e social da Rússia, sob o regime comunista”, que à época atraía “operários” e “simpatizantes ou adeptos da doutrina marxista” no Brasil.

¹ Sobre o período no Espírito Santo: Sergio Buarque de Holanda. “Notas do Espírito Santo”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1927. In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. org.: Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. pp. 89-92. Neste mesmo livro ver a introdução de F.A. Barbosa. pp. 11-35. Ver também: Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. pp. 8-9.

Todos “curiosos” com “mistério vermelho”³. Na véspera da viagem Buarque de Holanda e Josias Leão, que viajaria no mesmo navio, foram homenageados em jantar no restaurante português Garota do mercado, em que compareceram: do *Jornal do Brasil*, Barbosa Lima Sobrinho, Múcio Leão, Porto da Silveira e Benjamin Costallat; do *Diário Carioca*, Osório Borba; de *O Jornal*, Manuel Bandeira, Rodrigo M.F. de Andrade, Austregésilo de Athayde e Barreto Leite Filho⁴. Segundo as anotações de dona Cecília, irmã de Sergio Buarque, estiveram abordo na despedida do embarque, Manuel Bandeira, Edgard Ovale, Prudente de Moraes neto “e senhora”, o primo Guilherme Lips da Cruz, dr. Rodrigo Mello Franco, dr. Afonso Arinos sobrinho, a secretária da “delegação da Rumania”; além da família, e seus íntimos⁵. Assim, despediu-se Sergio Buarque para a Alemanha, em 17 de junho de 1929, para desembarcar de volta ao Rio de Janeiro menos de um ano e meio depois, em 13 de janeiro de 1931.

Anos mais tarde, por ocasião do lançamento de *Raízes do Brasil*, Múcio Leão ao comentar o livro, revelava alguns detalhes da estada alemã de Sergio Buarque. Segundo ele, “apaixonado como sempre fora do espírito e da civilização alemã” o jovem escritor deliberou partir para a Alemanha, apesar dos escassos meios eu possuía para a viagem. Ele sabia alemão, tinha algumas “correspondências jornalísticas para uma folha carioca”, *O Jornal*, “e não acreditava na existência de um rude fenômeno fisiológico chamado fome”. Em Berlim, ele e Josias Leão “trabalhavam como podiam”, enviando correspondência para agências brasileiras, que haviam consentido em publicar seus escritos. O dinheiro que ia do Brasil era “raríssimo”, a moradia difícil e “nem sempre tinham um pedaço de pão para roer” – para distrair a “fome permanente e a saudade que às vezes lhes vinha do Brasil”, liam Heine, Goethe, e “estudos metafísicos de autores contemporâneos”. Múcio Leão

² Francisco de Assis Barbosa. “Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo; Arquivo do Estado; USP, 1988. pp. 27-54.

³ “Em demanda da Rússia dos Sovietes: seguiu ontem no ‘Cap Arcona’ o sr. Sergio Buarque de Holanda, que como enviado do ‘O Jornal’ e ‘Diário de São Paulo’ vai estudar a organização social e ouvir os principais ‘leaders’ comunistas”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1929. s/p. Siarq/Unicamp. O recorte de jornal com o editorial faz parte da coletânea de recortes de artigos do irmão organizada por dona Cecília Buarque de Holanda. Na página em que foi colado o texto ela anotou que o artigo havia sido retirado do jornal no dia 18, “no dia imediato ao embarque de Sergio para a Europa”.

⁴ Francisco de Assis Barbosa. “Introdução”. In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. org.: Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 32.

⁵ Cf.: Anotações de dona Cecília Buarque de Holanda em sua coletânea de recortes. Siarq/Unicamp. Ver também. Francisco de Assis Barbosa. “Introdução”. In: *ob.cit.* p. 32.

ilustrava a situação contando uma anedota sobre Sergio Buarque: quando ele recebia algum dinheiro, esquecia de comprar comida, trocando-a por livros⁶.

Como o destino final da viagem, a princípio, seria a “Rússia dos sovietes”, Sergio Buarque foi várias vezes até a embaixada soviética para saber quais as providências para seguir. Depois de idas e vindas, ele foi aconselhado a procurar o deputado Willi Müzenberg, comunista que lhe alertara para a burocracia que enfrentaria e convidou-lhe para jantar. Dois dias depois, no jantar o deputado deu-lhe o endereço de um brasileiro em Moscou, Américo Ledo, a quem deveria procurar para ser orientado. No consulado do Brasil, próximo à sua residência alemã, Sergio Buarque recebeu, na véspera do dia de natal, um recado para ir até lá encontrar Duarte da Silva. No encontro Duarte Silva apresentou-se como Américo Ledo, na verdade Astrojildo Pereira; Astrojildo Pereira Duarte Silva⁷. Frustrada a intenção de seguir para a União Soviética, restou do projeto de informar o Brasil sobre o comunismo soviético duas entrevistas, uma com Henri Guilbeaux, dissidente do regime político instaurado por Stalin, outra com N. Chattopadhyaya, secretário geral da “Liga Antiimperialista”⁸.

A série de artigos remetidos ao Brasil, por Buarque de Holanda, se iniciou com “Através da Alemanha”, compondo um total de três textos, em que ele apresentou suas primeiras impressões sobre o país que o recebia. No primeiro, Sergio Buarque duvidava de sua capacidade de lançar fora o fardo que carregava das imagens sobre aquele “mundo quase inédito” para ele, e poder atingi-lo “sem preconceitos e sem defesa estas terras do Norte”. Para tanto, seria necessário alcançar a “virtude admirável do silêncio, tão difícil entre os povos de estilo latino, amigos de criticar e sorrir”. Ele contou que aprendera no

⁶ Múcio Leão. “Sergio Buarque de Holanda – Raízes do Brasil”. Registro Literário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1936. s/p. Siarq/Unicamp. O pagamento era uma questão complicada na empresa de Assis Chateaubriand, pelo menos é o que indicava, também, Prudente de Moraes, neto, no seguinte comentário: “Também escrevi na *Revista do Brasil*, com Rodrigo como redator-chefe, onde ganhava 500 mil réis por mês. Ganhava é maneira de dizer: ao fim de quatro meses, eu não tinha recebido um tostão. Expliquei a situação a um gerente que Chateaubriand acabava de contratar. Dois dias depois fui chamado pelo homem que, sorridente, me anunciou: ‘Tenho uma boa notícia para o senhor. Chateaubriand está muito contente com seu trabalho e me autorizou a aumentá-lo para 600 mil réis’. Continuei não recebendo...”. Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “O homem cordial”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B., s/p.

⁷ Antonio Candido. “Sérgio em Berlim e depois”. In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 120.

⁸ Entrevista de Henri Guilbeaux. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1929. s/p. Entrevista de N. Chattopadhyaya. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1929. s/p. As duas entrevistas podem ser consultadas em: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*., pp. 143-151; 152-156, respectivamente.

navio uma saudação, de “acento egotista”, que faziam os escandinavos no momento da bebida, desejando saúde, nesta ordem, para si próprio, depois para os companheiros e, por fim, para as “raparigas bonitas” – o que tomou como “a expressão de uma síntese etnológica”⁹. Buarque de Holanda, como se vê, mantinha aquela percepção que engendrava a idéia de *Geist* (espírito), de uma “nação ou povo” – “uma perspectiva única a partir da qual a realidade é construída” – continuando aquelas comparações entre entidades individualizadas, iniciadas ainda em seu primeiro artigo de 1920. Como confirmam os comentários com que segue apresentando com admiração o “povo alemão” e o seu “assombroso poder de adaptação às condições sociais”.

No segundo, ele continuava a comentar o “admirável esforço de ressurgimento” observado desde as docas de Hamburgo, a propósito da arquitetura da cidade afirmou que manifestava a mesma “vontade de expressão”, em seu “esquematismo quase exasperado”, apresentada “aqui em quase tudo quanto depende da atividade humana”. Segundo ele, na Alemanha, como, de resto, em todo mundo “a agitação modernizadora” se realizou pelos “moldes anglo-saxões”, em particular, “norte-americanos”. Mais uma vez, admirado com a capacidade de adaptação do “povo alemão”, “naturalmente lento e especulativo”, ele resumiu assim, a partir da boca de um professor germânico, as “fórmulas americanistas”: “o instinto econômico elevado à mais alta potência em todos os departamentos da vida pública e privada”¹⁰.

Buarque de Holanda acrescentava que, em todos os ramos de sua atividade, a Alemanha procurava “atingir o extremo de concisão”, esforçando-se por ganhar “aquela simplicidade e a agilidade de espírito que tem sido, em certo sentido, o privilégio de povos menos dotados em outros pontos”. Orientação que tendia a “assumir formas *sui generis*”, como no caso do “relaxamento de algumas convenções”, traduzido no trato dispensado pelos alemães “às relações entre os sexos”, com publicações periódicas, livros, peças de teatro, e “os clubes especialmente dedicados a questões que ainda passam por tabu em outros países ocidentais”. Essa situação teria como “efeitos compreensíveis”, a “dissociação entre crescente entre idéias de moralidade e de sexualidade” e o “progressivo aniquilamento

⁹ Sergio Buarque de Holanda. “Através da Alemanha (I) – Berlim, 27 de julho”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1929. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 130-133

¹⁰ Sergio Buarque de Holanda. “Através da Alemanha (II) – Berlim, agosto”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1929. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 134-137.

de todo o aspecto sentimental da vida amorosa”. Exemplo, seriam a recepção favorável, “nos círculos mais graves”, do Congresso de Reforma Social, realizado em Copenhage, além dos anúncios de domingo do *Lokal Anzeiger*, literalmente “indicador local”, em que proprietárias de fábrica, com “bela casa para residência”, de 40 anos, e, executivos, no caso, um “diretor-geral dos maiores estabelecimentos alemães”, de 50, procuravam um “meu camarada fiel”, ou, uma “companheira com quem se casar” – “mesmo que seja estrangeira”. Tudo isso, demonstrando o “abismo que ainda nos separa dos povos germânicos nesse ponto”¹¹.

Chama atenção o trecho destes “aspectos característicos”, quando Buarque de Holanda remete a conversas que teria mantido com alguns alemães que lhe disseram “– e não é impossível – que a maioria desses anunciantes é formada de israelitas”. O que o fazia imaginar que, “precisamente, por esse motivo, não falta quem declare expressamente a sua confissão religiosa”. Caso da senhora de 47 anos, elegante, boa aparência, altura tal, morena, “de confissão evangélica”, de “temperamento equilibrado”, de “profissão livre e respeitável”, proprietária de casa com cinco quartos, e, desejosa de contratar segundas núpcias”. Nada disso fazia os alemães esquecerem as “vicissitudes de sua política e, em particular, as que tocam as relações internacionais do Reich”, segundo Buarque de Holanda por “motivos bem ponderosos”, pois em nenhum outro país, “talvez, a solução dos problemas capitais depende tanto como neste da energia da boa vontade e da sabedoria dos governos”¹². Comentário que ressoava aquela sua verve monarquista.

O terceiro artigo que completava a série, toda ela escrita em textos curtos divididos em pequenas partes, iniciava por uma nomeada “paraíso perdido”, referindo aos vinte anos de uma política externa alemã sem “problemas graves a resolver”, tudo tão tranqüilo que os “dirigentes podiam mesmo inventar as mais prodigiosas aventuras sem grande escândalo e, ao menos na aparência, sem perigo iminente”. De forma que, “todo o esforço” dos governos depois da “grande guerra”, foi orientado para “retomar essa posição”. Assim, os “partidos ainda se disputam sem tréguas o privilégio de afirmar com argumentos ruidosos, o verdadeiro caminho para a salvação do país”¹³.

¹¹ Idem, *ibidem*. pp. 134-136. *Anzeiger*, é termo que usualmente intitula jornais alemães. *Lokal Anzeiger* tinha como diretor Hugenberg, nome indissociável do partido nacionalista.

¹² Idem, *ibidem*. p. 137.

¹³ Sergio Buarque de Holanda. “Através da Alemanha (III) – Berlim, 13 de setembro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1929. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 138-142.

Sergio Buarque ambientava-se rápido à sua vivência alemã, sentido-se à vontade ao ponto de deixar escapar conjugações na terceira pessoa do plural, para introduzir o aspecto de maior destaque na “vida alemã”. “O fato é que nenhum aspecto da vida alemã pode valer mais tanto, no momento que atravessamos, como essa situação econômica perante os antigos adversários”. Questão de tal vulto, passava para o “plano dos fenômenos subordinados”, os acontecimentos políticos mais consideráveis. Nesse sentido, ele destacava as reações da “opinião pública” alemã em torno do “plano Young”, comentando a de “certa facção bastante poderosa”, que se alarmava porque “esse plano tenderia sobretudo a atrair a Alemanha para a órbita do imperialismo norte-americano contra a Grã-Bretanha”. Haveria de se saber quais os “fundamentos reais da suposição” de que Alemanha pudesse se tornar um “mero instrumento da política e da economia norte-americanas”. Sergio Buarque lembrava da compra da Opel Russelsheim, “a mais célebre das fábricas alemãs de automóveis”, pela General Motors. Também, da “indústria do cinema” que chegou a rivalizar com a dos “fabricantes” de Los Angeles, mas que com o cinema falado passava por problemas, com suas “bases técnicas e financeiras extremamente precárias para o *ton-film*”¹⁴.

Buarque de Holanda relatou que, aos “mais precavidos” e aos “mais sábios”, não escapava a “noção do perigo de uma invasão” do capital norte-americano – fazendo lembrar as críticas ao “*struggle for life* norte-americano”, ao “utilitarismo ianque”, enfim, à “americanização do mundo” de seus artigos de 1920 e 1921. Sergio Buarque relatava que a possibilidade de uma tal invasão causava “visível desassossego entre os interessados na reabilitação do Reich”. Não sem deixar de observar que os argumentos, de um financista inglês, sobre a preponderância comercial que conquistavam então os norte-americanos, eram tomados dos aspectos “mais inquietadores”, “em um país onde os apocalipses entraram em moda desde que Spengler publicou sua *Decadência do ocidente*”. De qualquer forma, o que se podia acompanhar naquele momento eram “os créditos e os lucros norte-americanos” na Alemanha. Os esforços eram no sentido de efetuar os pagamentos com a exportação, o que levava Buarque de Holanda a afirmar que “o ressurgimento do país” dependeria, não apenas do governo, mas também dos “seus industriais”. Uma solução pela cúpula da sociedade que dependeria de uma “colaboração desses dois elementos” – “uma

¹⁴ Idem, *ibidem*. pp. 139-140.

tarefa de gigantes, mas a Alemanha sente-se animada a empreendê-la. E o que tem feito até agora já nos dá certa esperança de que esse período de crises e de ameaças acabará bem”. Ressalto, a ironia para conclusão: “com um *happy end*, como nos filmes americanos”¹⁵.

A apreciação destas primeiras correspondências jornalísticas de Buarque de Holanda deixa evidente o giro temático ocorrido no interesse de seu pensamento. A própria confrontação com uma realidade nacional estrangeira na perspectiva de repórter, pode ser indicada como uma das circunstâncias influentes nessa variação, afinal tal condição impõe a necessidade de lidar com uma diversidade de elementos para além da literatura, inclusive, com alguns que estruturam uma sociedade, dentre eles, os políticos, econômicos e de costumes. Note-se que a idéia de um giro tenta traduzir o fato de Sergio Buarque não ter trazido à baila, pelo menos não em um primeiro momento, nenhum elemento inovador, fazendo apenas que aqueles elementos, até então subsumidos no âmbito da literatura, passassem ao primeiro plano de interesse. Em outras palavras, se até este momento a crítica literária foi seu principal mote, mantendo as questões culturais como fundo e suporte, a partir da desconfiança e da ruptura com a experiência literária moderna nos parâmetros em que se colocava, Buarque de Holanda trazia para o centro de seus interesses aquelas questões que até então davam suporte à sua tematização crítica da literatura. Se, nas assim chamadas questões culturais, englobei os elementos políticos, econômicos, culturais e sociais, foi tão somente porque para Sergio Buarque, pelo menos naquele momento, todas essas coisas acabavam por destilar o fazer humano, o seu “espírito”, a sua “cultura” – exatamente neste nível de generalidade.

Os artigos enviados por Sergio Buarque como correspondente de *O Jornal*, de uma maneira geral, sugerem essa valorização dos temas políticos, econômicos e de costumes. “O comunismo e a atualidade européia” foi o título que receberam as entrevistas, de Henri Guilbeaux, “manifesta pela primeira vez, por intermédio de *O Jornal* e do *Diário de São Paulo*, sua dissidência com o regime dos soviets”, e, de Chattopadhyaya, “a luta contra as potências imperialistas e a união dos soviets: fala a *O Jornal* e ao *Diário de São Paulo* N.C., chefe revolucionário da Índia e secretário-geral da Liga Antiimperialista”. A literatura quando considerada, não o foi na chave da crítica literária, por exemplo, na entrevista com Thomas Mann, quando revelou ser brasileira a mãe dos irmãos Mann, dona

¹⁵ Idem, *ibidem*. p.

Júlia Bruhn da Silva, falecida em 1922. Sergio Buarque escreveu sobre “O café brasileiro na Alemanha: a impopularidade da política de valorização vista através da imprensa alemã”, em três partes, na terceira uma “declaração acerca do aumento das taxas aduaneiras sobre o nosso principal produto”, do Ministério dos estrangeiros do Reich¹⁶.

Sergio Buarque começava a observar o Brasil a partir de um novo ponto de vista, ou pelo menos, a assuntá-lo de modo vário. Agora, escrevia um “Diálogo das grandezas do Brasil”, que trazia no subtítulo, “paraíso dos bandidos e eldorado das epidemias! – eis o que somos para a imprensa européia. A moléstia dos papagaios alarma a população de Berlim. *O Jornal* e o *Diário de São Paulo* obtêm informações a respeito do Instituto de Moléstias Tropicais de Hamburgo”. Nele, ele transcreveu trechos de uma reportagem de um jornal de Stuttgart, de dezembro de 1929, “dirigida por um ‘conhecedor das coisas brasileiras’”. Buarque de Holanda demonstrava a assertiva com que abriu seu texto, que “depois de ter uma lamentável celebridade pelos esforços de valorização do ‘pior café do mundo’”, o Brasil continuava a ser “o alvo constante do mau humor de certos jornais”. As “questões econômicas”, ocupando o plano principal da críticas, “algumas, aliás, bem fundadas”, sendo destacadas as “insistentes ‘advertências’” para aqueles que desejassem “entrar em relações com o nosso país”¹⁷.

Ele escreveu também sobre “As relações entre o Brasil e a Polônia”, na verdade, uma entrevista com o chanceler polonês, em que ele recordava que o Brasil fora o primeiro país a reconhecer oficialmente a independência da Polônia¹⁸. Na curta visita às terras eslavas, as únicas em que esteve além da Alemanha, Sergio Buarque fez uma série de reportagens, inclusive entrevistando, também, o ditador militar marechal Pilsudski. Vale atentar para os comentários de Sergio Buarque sobre o teor da ditadura polonesa e o perfil do ditador, vislumbrando o horizonte político coevo e a perspectiva que dele tinha o brasileiro.

A entrevista ganhou o título “O Marechal Pilsudski e os vícios do parlamentarismo polonês”, seguido pelo sugestivo subtítulo: “sobre as ruínas de um ‘mundo que declina’ o

¹⁶ Sergio Buarque de Holanda. “Thomas Mann e o Brasil”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1930; Idem. “O café brasileiro na Alemanha”, I,II,III. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26, 29 de janeiro, 12 de março de 1930. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.* pp. 199-104; 205-211; 212-218;219-221, respectivamente.

¹⁷ Sergio Buarque de Holanda. “Diálogos da grandeza do Brasil”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1930. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 222-228.

ditador da Polônia deseja estabelecer as bases de uma nova democracia”. Antes de mais, merece atenção a não contradição apercebida entre “ditadura” e “democracia”, o que por si só dá relevo à observação da especificidade das relações entre esses termos para os personagens coetâneos; mas, principalmente, de suas posições antitéticas frente às intervenções políticas autoritárias da prática cotidiana. Talvez, exatamente, pela contradição entre os termos que sugeria coadunar, Sergio Buarque via em Joseph Pilsudski entre as “figuras de ditadores que emergiram em certos países depois da guerra”, a “menos conhecida”, e, “seguramente, das menos compreendidas”. Sua “vontade enérgica”, sua “segurança”, ao firmar “sua posição entre os estadistas que dirigem a república têm sido, mais de uma vez, mal interpretadas no estrangeiro”¹⁹. Não posso deixar de sublinhar nessas palavras a sugestão de uma questão hermenêutica, que Holanda centra na repercussão internacional dos atos políticos do marechal, na medida que envolve a pretensão compreensiva numa equação interpretativa entre pontos de vista díspares, agora não entre gerações, mas entre culturas e países – de um modo, ou de outro, uma vez mais, mantendo a posição crucial das convicções.

A má interpretação da personalidade de Pilsudski levava-a à ser “constantemente emparelhada com a dos seguidores de Mussolini e Kemal Pachá”, além disso, as “suas constantes disputas com o Parlamento aparecem desfiguradas e diminuídas”²⁰. Para Buarque de Holanda seria um erro confundir a “personalidade do ditador da Polônia com a de um simples ambicioso”. Apesar de acostumado a “ameaçar com bengaladas os membros mais prestigiosos do *Sejm*” – o parlamento polonês – e não poupar “epítetos injuriosos” ao se referir aos adversários políticos, Pilsudski era “um estadista capaz de refletir sobre os seus atos e sempre pronto a explicá-los publicamente”. Inclusive, difundindo em artigos

¹⁸ Sergio Buarque de Holanda. “As relações entre o Brasil e a Polônia”. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1930. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 229-235.

¹⁹ Idem, *ibidem*. p. 157.

²⁰ Idem, *ibidem*. p. 157. Mustafa Kemal, soldado nacionalista turco, fundou a república turca em 1923, sendo seu primeiro governante. Recebeu, em 1934, a designação de *Atatürk*, “pai da Turquia”, da Grande Assembléia Nacional, enquanto ainda governava. Ele construiu sua reputação militar enquanto lutava com o exército turco ao lado dos alemães na primeira guerra mundial. Depois de tomar o poder, extinguindo o sultanato, em outubro de 1923, ele criou o “partido do povo”, renomeado no ano seguinte “partido republicano do povo”, impondo regime de partido único. Aboliu o califato, retirou os poderes religiosos dos sultões, e introduziu leis, vestimentas, calendários ocidentais, retirou da constituição o “estado religioso do Islã”. Em 1931, o “kemalismo” ou “antaturquismo” definiu seus seis princípios: republicanismo, nacionalismo, populismo, estatismo, secularismo e revolucionismo. Exterminou seus adversários políticos, acusados de conspiração de assassinato.

pela imprensa suas polêmicas com o parlamento, um dos quais Sergio Buarque transcreve um trecho. O título “Um mundo em declínio”, em que o ditador apontava “os vícios do parlamentarismo polonês”. Nele, havia uma parte de “polêmica individual”, e outra em que o ditador apontava “reuniões de grupos e mesmo pequenas reuniões particulares com a própria Dieta, vício herdado da primeira dieta polaca de ‘triste memória’”; ainda segundo Buarque de Holanda, “o Primeiro Marechal acentua o caráter antidemocrático dessa exclusão deliberada de numerosos deputados, justamente dos que se sobressaem pelo seu valor próprio desse detestável ‘mundo em declínio’”²¹.

As palavras de Pilsudski, aos ouvidos de Sergio Buarque, tinham um “um tom de voz um pouco diferente do que costuma utilizar o *Duce*”, e, descontadas “a literatura” e “a espetaculosidade” delas, ficava evidente que denunciavam “um vício bastante atual e que não é peculiar apenas ao parlamentarismo polonês”. Buarque de Holanda seguia tentando esclarecer a personalidade e intenções do ditador para quem desejasse “compreender a situação atual da Polônia”. Segundo ele, para tanto, haveria de ser evidenciado que, “como outros ditadores modernos”, ele poderia aparecer como “adversário decidido e intransigente dos processos por que se fazem no regime político atual as representações populares”, quando, na verdade, ele seria, “ao contrário do que sucede com os outros”, um crítico atencioso “precisamente do caráter antidemocrático dos hábitos parlamentares”. Exemplificava com a frase de um jornalista búlgaro que visitara o país, “cujo sentido e cujo o espírito”, ele dizia ainda não ter apreendido: “no reino da república, Pilsudski é o ditador”²².

Para Holanda, o jornalista teria sido “mais preciso” se tivesse salientado o “empenho do Primeiro Marechal em conduzir a nação a uma nova democracia, embora para isso não evite os processos mais desabusados e os mais extremos”. Era até possível, segundo ele, que mesmo sem se adequar aos “planos de seu ditador, o país, longe de seguir o modelo das ditaduras”, oferecesse, em breve, “uma solução sofrível para a presente crise do regime democrático, remoçando-o e dando-lhe nova vida”. Todavia, “será uma surpresa”. Convencido disso, Sergio Buarque afirmou, homogeneizando interesses, que, inclusive, os “políticos adversários da situação e especialmente de Pilsudski”, também

²¹ Idem, *ibidem*. pp. 157-158.

²² Idem, *ibidem*. pp. 159-160.

pensavam assim. “Apenas acreditam que o marechal esteja realizando uma espécie prova por absurdo das desvantagens de uma ditadura”²³.

Ainda na Polônia, Buarque de Holanda continuava circulando entre os mandões do país. Entrevistara, agora, “o marechal do senado” polonês, que curiosamente tivera um filho nascido no Paraná, e mantinha propriedades nas imediações de Curitiba. Sergio Buarque perguntou a ele sua posição sobre o polêmico artigo confrontando o parlamento, e ouviu de Szymanski que não acreditava na propalada “crise dos parlamentos”, nem na Europa, nem especificamente na Polônia, e que a despeito do que se noticiava sobre Pilsudski, para “compreender a personalidade” do ditador era preciso ter em vista ser ele “um homem nascido do povo e que fala somente para o povo”. Ele era “um admirável condutor de homens e apenas isso”, não se poderia comparar à Mussolini e Kemal por ter uma origem política socialista. Não o seguia sendo, por saber colocar “as razões de Estado acima das razões do Partido”, do contrário a Polônia voltaria “em pouco tempo à detestável situação de simples província da Rússia”. Enfim, Pilsudski “um apóstolo da democracia”²⁴.

Os “processos mais desabusados e extremos” eram considerados legítimos, naquela perspectiva que não vê contradição entre “ditadura” e “democracia”, e leva à assunção de posições contraditórias frente à intervenções autoritárias, e, ou, truculentas. Como se depreende do trecho “crises políticas”, deste artigo, iniciado com a seguinte frase de Buarque de Holanda, talvez tentando resumir o pensamento de Szymanski que se seguia: “se é certo que o ditador até agora não se pôde afeiçoar aos métodos de brandura, que não são necessariamente inerentes e indispensáveis ao regime democrático, é porque sabe ser o homem do momento e o momento exige muito mais energia e decisão do que contemporizações e compromissos”. A linguagem por vezes áspera e os “gestos extremados” revelavam sempre uma “vontade irredutível de corrigir e de melhorar” – “nunca a aspiração de destruir”. Szymanski era apresentado como um crente fervoroso “na vitória do liberalismo”, para quem a “palavra democracia não é um palavra vã”, e que tinha aí justificada sua confiança em Pilsudski. Para o chefe do senado, figura de “ditador comparável”, não seria Mussolini, mas sim Cromwell, “o herói da revolução inglesa”, tal como ele o que desejava o ditador era implantar na em seu país, “o verdadeiro regime

²³ Idem, *ibidem*. p. 160.

²⁴ Sergio Buarque de Holanda. “Um país que ressurgir (I) – Varsóvia, 29 de setembro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1929. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 161-169.

democrático”. Sua autoridade, ao contrário de Mussolini e dos “demais ditadores contemporâneos”, fora “imposta pelo povo”²⁵.

Depois de artigo em que apresentou a democracia dura de Pilsudski ele continuou sua série de artigos sobre a Polônia. A sequência de “Um país que ressurge”, consistiu em seis reportagens de Sergio Buarque, sobre as más condições econômicas do país, e o significado da Exposição geral polonesa de Poznan, “documento da vitalidade e da energia de um povo, apenas libertado de seus opressores, após os 150 anos de partilha”, mas também, sobre as preocupações que dividiam o país entre a “organização eficiente de seu serviço de defesa” e “mobilização ativa de suas forças econômicas”²⁶. De volta à Alemanha ele continuava reportando a situação do país, uma das mais significativas, sem dúvida, é a série de quatro artigos que ganhou o nome de “Nacionalismo e monarquismo na Alemanha”. Nele, Sergio Buarque apresentava a situação econômica alemã no pós primeira guerra, fazendo-a relacionar com os arranjos políticos coevos, dando notícias dos laços que consolidavam o partido nacional-socialista e a ascensão hitlerista no ambiente político.

Sergio Buarque, indicando seus novos interesses, comentava ao abrir seu texto “a importância progressiva dos fatores econômicos na vida dos povos”. Para ele, o ensinamento mais considerável proposto pelos acontecimentos internacionais de então foi o de que “a guerra foi, de fato, e ‘desde o começo’, uma simples disputa pela supremacia econômica no mundo”. Para atestá-lo, dizia, bastava atentar para as “recentes decisões acerca das reparações”, a passagem ao “plano Young” registraria esse “progresso”, do terreno dos “ódios políticos” para aquele das “reivindicações econômicas”. Com o plano a Alemanha passava a estipular os pagamentos, ao contrário do que sucedia, acirrando “apetites” em disputa. Por um lado, as “exigências dos aliados”, por outro as “reclamações nacionalistas”²⁷.

Sergio Buarque destacava o *putsch* que havia promovido dr. Schacht para tornar-se presidente do Banco do Império, logo após a morte de Stresemann, de “política moderada”.

²⁵ Idem, *ibidem*. 166-167.

²⁶ Sergio Buarque de Holanda. “II – Poznan, outubro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1929. Idem. “III – Poznan, novembro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 01 de janeiro 1930. Idem. “IV – A exposição geral de Poznan”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1930. Idem. “V – Varsóvia, 26 de setembro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1930. Idem. “VI – Varsóvia, outubro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1930. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 170-173; 174-183; 184-190; 191-198.

²⁷ Sergio Buarque de Holanda. “Nacionalismo e monarquismo na Alemanha (I) – Berlim, 20 de janeiro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1930. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 236-241.

Segundo ele, Schacht era não apenas o “mandatário da Fazenda do Reich”, era também o “iniciador de um regime até agora inédito: a ditadura financeira”. Suas declarações valiam como ordens, suas “palavras são comparadas a certas orações do ex-Kaiser ou de Pilsudski”, tendo suas manifestações constituído um “sucesso estrondoso para a direita” – “foram, como se diz, ‘água do moinho dos nacionalismos’”. Como não era de admirar, ressaltava Holanda, os “reacionários” acolheram com “palmas o seu golpe de força”. E assim, como afirmou o próprio Sergio Buarque, ele começou a se “aventurar nessa excursão pelos territórios do nacionalismo revolucionário”²⁸.

No segundo texto da série, Sergio Buarque afirmou que na Alemanha, mais de que em qualquer “democracia moderna”, o princípio da “soberania popular” regia o governo. E explicou como a constituição de Weimar definia os níveis de consulta popular, dentre elas o plebiscito, que poderia ter “força de uma lei, sem o intermédio dos debates parlamentares”. Buarque de Holanda passou então a relatar a articulação de um plebiscito, que deveria reunir pelo menos um quinto dos eleitores, para combater o “plano Young”. A aliança articulada para a campanha do plebiscito era entre o partido nacionalista, liderado por Hugenberg do jornal *Lokal Anzeiger*, com “os nacional-socialistas de Hitler”, somavam-se “populistas bávaros”, partidos agrários e camponeses, hannoverianos. Esperava-se também o apoio dos “comunistas”, “adversários fervorosos” do plano, mas foi impossível “colaborar em um movimento popular ao lado dos nacionalistas e, sobretudo, dos fascistas de Hitler”. Segundo, Sergio Buarque os “comunistas” ocupavam o terceiro lugar entre os partidos, depois de “nacionalistas” e “centristas” e lutou contra o plano e contra o plebiscito, que, por fim, marcou “o fiasco do ‘decreto da liberdade’”, como o chamavam seus adeptos. De tal forma, que Holanda concluía que a mais importante lição era de que “o povo alemão acaba de mostrar, de maneira esmagadora, uma plena solidariedade com a política moderada”²⁹.

Na terceira parte, aparecia Hitler. Depois de alinhar paralelos e contrapontos entre a Baviera e a Irlanda, Buarque de Holanda acentuava que “rivalidade contra o norte protestante não cessou depois da constituição do Reich”. Ao contrário, os bávaros não

²⁸ Idem, *ibidem*. p. 241.

²⁹ Sergio Buarque de Holanda. “II – O fiasco do *Volksentscheid* de Hugenberg e dos nacionalistas contra a aceitação do Plano Young. Os motivos do ‘decreto da liberdade’”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26 de março de 1930. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 242-248.

podiam “tolerar aos seus irmãos do norte o terem construído a unidade alemã sob a sua égide” – “o prussiano nunca cessou de ser o ‘prussiano imundo’”. Talvez, naquela época “mais do que nunca”. De forma que, depois da república a Baviera apresentou “sucessivas rebeliões”, “comunistas”, “reacionária e monarquista”, ou mesmo, “francamente secessionista”. Daí surgiram “dois nacionalismos”, com “sentimento popular bávaro” divorciado do “espírito prussiano”. Hitler em seu “projetado golpe de estado”, ainda utilizaria o nome de Ludendorff, prestigioso “reacionário” do norte, mas logo, “o nacionalismo bávaro entrou a se organizar de maneira própria”. O “modelo no exterior” seria o “fascismo vitorioso de Mussolini”. Hitler à frente, “reputação considerável entre os reacionários alemães”, conquistada nos campos de batalha, era austríaco não poderia ser eleito, mas “bávaros e austríacos se entendem sem dificuldades”. O “partido alemão nacional-socialista dos trabalhadores”, tomara importância em fins de 1926 e início de 1927³⁰.

O movimento precisava de fundamento, afinal, segundo afirmou Holanda: “tudo, neste país, depende, principalmente de uma base ideológica, de uma *Weltanschauung*”. Os nacional-socialistas “adotariam” Alfred Rosenberg, como os “marxistas tinham um Marx”, somando à “biblioteca indispensável de um adepto de Hitler”, obras de pensadores, políticos ou não, sobre o anti-semitismo, a Igreja católica e a Livre maçonaria. Acrescentaram ao aparato teórico, uma “rede considerável de jornais e periódicos”, só na Baviera eram 35 semanários. Dentre os órgãos do partido, merecia destaque, afirmou Sergio Buarque, aquele chamado *Cartas Nacional-Socialistas*, publicação quinzenal, de Gregor Strasse, aliado desde os tempos da ascensão do partido de meados para o final da década de trinta. Nela, “os princípios ideológicos do partido são desenvolvidos sem um tom de acre polêmica” – mais adequado, eu diria, para evitar rejeições e angariar simpatias. Tudo, para sustentar uma “política violentamente antifrancesa e ardentemente italianófila”, com cerimônias e saudações “importadas diretamente da Itália fascista”. Também, à exemplo dos “fascistas italianos”, começaram a organizar as “associações operárias nos grandes estabelecimentos fabris”. Sergio Buarque chamou atenção para o fato de “a despeito de sua

³⁰ Sergio Buarque de Holanda. “III – Berlim, fevereiro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1930. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 249-255.

ideologia ser nacionalista e reacionária, os nacional-socialistas insistem em ostentar princípios anticapitalistas”³¹.

Ao concluir sua correspondência jornalística Buarque de Holanda acentuava a ascensão do partido nacional-socialista dos trabalhadores, negando aquele comentário, ao final do segundo texto desta série, sobre a “plena solidariedade com a política moderada do povo alemão”. Neste ele constatava que os partido de Hitler “só retirou benefícios” com a política contra o “plano Young”; que enquanto os “nacionalistas” de Hugenberg só perderam, o partido hitlerista, “mais extremista e mais violento, aumentou na proporção de 50 por cento” – sendo “a única agremiação partidária nacionalista em progresso crescente na Alemanha atual”³².

Com esses artigos mais aqueles sobre Pilsudski, penso ter sido possível vislumbrar o horizonte político que se punha na perspectiva de Sergio Buarque, com idéias e atitudes contraditórias frente aos conceitos e práticas de poder definidos em termos como, por exemplo, “ditadura” e “democracia”. No sentido de alargar ainda um pouco mais a percepção desse horizonte, vale considerar a quarta e última parte dessa série sobre “nacionalismos” alemães. Nela, após aprofundar o balanço das disputas entre “nacionalistas alemães” e os “nacional-socialistas”, observando as posições “pacifistas” e “antipacifistas”, Buarque de Holanda esclarecia seu intento com a série de artigos e justificava suas posições.

De modo claro ele iniciava seu texto, última parte deste quarto artigo. “O meu fito nesta série de correspondências e, antes de tudo, dar uma idéia dos movimentos nacionalistas revolucionários que se produzem na Alemanha atualmente”. Contudo, ele pecaria por parcialidade, “se averiguasse apenas sua existência e a sua impotência, sem considerar os motivos que dirigiram sua formação”. Mais ainda, ele não cria que os motivos fossem “tão pouco consideráveis”, ou melhor, o motivo, posto que Holanda apontou para a “luta titânica” da Alemanha para se organizar, que sofrera um “rude golpe em suas possibilidades de desenvolvimento econômico regular”, com o “plano Young”. Para ele, um tal programa, apesar das justificativas das “antigas potências aliadas”, quando transportado para “o domínio financeiro”, com a “política de vindita iniciada em Versalhes”, não denotaria “espírito menos apaixonado e menos lamentável” do que aquele

³¹ Idem, *ibidem*. pp. 252-254.

que teria ditado “o patriotismo de praça pública”. O estabelecimento do prazo de sessenta anos para o “plano de pagamentos”, “abrangendo gerações que nada têm a ver com a política imperialista de 1914”, comportava uma “mentalidade” que, asseverava Holanda, não coincidia com as “afirmações de pacifismo tão freqüentes neste tempo”³³.

Para concluir, Sergio Buarque se explicava, definindo sua posição em relação aos “nacionalistas revolucionários”, a eles. “Se justifico, até certo ponto, as atitudes do nacionalismo revolucionário alemão, nunca pretenderei defender o espírito retrógrado detestável que representam”. Depois, ele ponderava a “aquiescência heróica” dos que “aceitam as imposições mesmo excessivas, mas, por ora, inelutáveis, dos seus adversários”. “Bem mais heróica a atitude” deles, convictos de que a Alemanha seria “bastante forte para se afirmar novamente, embora sem deixar de ser ardentemente pacifistas, contra todos os ódios e todas as injustiças”³⁴.

Na verdade, desde o início deste quarto texto, Buarque de Holanda esteve preocupado em não deixar que sua descrição do “êxito” desses movimentos “nacionalistas revolucionários”, permitisse “dar uma idéia ilusória da atitude do povo alemão perante o problema das boas relações entre os povos”. Para desfazer essa possibilidade ele remeteu ao “manifesto dos intelectuais, de 1914”, que não fora assinado por “nomes consideráveis” como Stefan George, e os irmãos Thomas e Heinrich Mann – o que não permitiria supor que ele “representava uma adesão total do pensamento alemão à política do Reich”. Sergio Buarque afirmou, ainda, que seria “muito mais errado” acreditar que as “manifestações de histeria patriótica contam hoje com o *imprimatur* do elemento espiritual da nação”. Por outro lado, seria demais supor que a “catástrofe de 1918” bastaria para dar cabo do que “restava do espírito de feudalismo e de agressividade da Alemanha monárquica”³⁵.

A visão que Sergio Buarque revelava de fora sobre o Brasil e a sua perspectiva nacionalista, podem ser percebidas em um texto que comentava a chegada do escritor brasileiro, Pontes de Miranda, à Alemanha. Ele, um colaborador freqüente e prestigioso da revista carioca *América Brasileira*, de Elísio de Carvalho, foi apresentado como o filósofo, jurista, publicista, autor de *Introdução à sociologia geral*. Miranda era satirizado por

³² Idem, *ibidem*. pp. 254-255.

³³ Sergio Buarque de Holanda. “TV – Berlim, março”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1930. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 256-261.

³⁴ Idem, *ibidem*. p. 261.

³⁵ Idem, *ibidem*. p. 256.

Buarque de Holanda, que chegava a imaginar que se ele vivesse em uma “dessas épocas de grande projeção espiritual”, como fora o Renascimento, ele preferiria “ao modelo de seu quase homônimo e sócia mental Pico de la Mirandola”. Mais ainda, ele brincava, o “pai da ciência positiva do direito”, como já o teria qualificado, se o conhecesse, “um filósofo alemão imaginário”³⁶.

A estada na França antes de seguir para as terras teutas, suscitou comentário de Sergio Buarque, de que isso contrariava a fama de “amigo fervoroso da Alemanha”, que demorara para “atravessar o Reno e dar um pulo à sua legítima pátria espiritual”. Mas, ele estava orgulhoso da recepção de Miranda, um brasileiro de nomeada, pelos alemães, quase eufórico, como se depreende do tom e da profusão de coisas “nossas” que enunciava: “a Alemanha iria ouvir desta vez a palavra altissonante e milagrosa do mensageiro da nossa cultura, de nossa fé no progresso, de nossa grandeza, de nossa civilização, enfim de nossa própria existência”. O brio nacionalista lustrava-se, apesar da risonha sátira sobre a credibilidade, junto às “sociedades sábias germânicas”, que gozaria Pontes de Mirandola, “membro honorário de nada menos de oitenta e quatro” delas. Enfim, desta vez, ele explicaria à “Alemanha estupefata, que não somos apenas um país de botocudos, que só sabe produzir café e generais”. Por isso, seguia Buarque de Holanda irônico, foi com “ardor patriótico bem explicável que esperamos a presença do glorioso e precoce pensador nacional”³⁷.

Mais importante para Sergio Buarque, que se ria, era que para o “cavaleiro andante do absoluto”, a “ousadia pitoresca de suas convicções” era constantemente temperada por um “louvável e comovente amor à tradição”. Na filosofia, chegava ao ponto de “saber desconhecer” o pensamento coetâneo, mesmo o alemão, deixando Husserl, Rickert, Klages e “todas as correntes que sucederam ao positivismo alemão” fora da órbita de seu “profundo saber”. Assim também em política, Pontes de Miranda sabia “levar seu tradicionalismo ao ponto de não admitir nada de quanto se produziu no Brasil desde a queda do Império”. Pontes de Mirandola não via no Brasil nenhum “homem de valor” produzido depois da proclamação da república³⁸.

³⁶ Sergio Buarque de Holanda. “Os instintos da sabedoria: algumas considerações à margem da recente viagem do dr. Pontes de Miranda a Berlim”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1930. s/p. Siarq/Unicamp.

³⁷ Idem, *ibidem*. s/p.

³⁸ Idem, *ibidem*. s/p.

Assim, era fácil entender a reação dele diante da “vitória da revolução brasileira e da dissolução do Congresso Nacional por parte da Junta Provisória”, que foi interpretada por Sergio Buarque, ironicamente, como um “extraordinário radicalismo”, do qual seria Miranda partidário nos “momentos mais oportunos”. Ao par daquela “atitude” tradicionalista, segundo Sergio Buarque, a reação do “jovem sábio”, fora exclamar uma frase que “não soubera conter”, uma tal que traía “indiscutivelmente seu profundo instinto de defesa e de proteção à integridade moral do Brasil”: “não basta o Congresso, é preciso dissolver muitas outras coisas”. Com tal convicção ele retornou para o Brasil, afirmando, conforme relatou, risonho, Buarque de Holanda, que partiria imediatamente “a fim de ensinar àquela gente o verdadeiro caminho para a salvação do país”. Sergio Buarque ria: “o banzo agitado de um filho dos trópicos entre as gentes pálidas”³⁹.

Sergio Buarque, em sua temporada alemã, não esteve todo o tempo escrevendo para os Diários Associados, ao contrário, ele atuou em diferentes atividades, fazendo-a mais intensa. Ele aproveitou a experiência em traduções adquirida na *United Press*, a desenvoltura crescente com a língua germânica, e a colocação arranjada pelo consulado brasileiro⁴⁰, para traduzir legendas de filmes. Entre eles, um musical em que Buarque de Holanda demonstrou, segundo especialista abalizado, destreza com os versos na tradução da letra de uma canção⁴¹. Outro filme, foi o *Anjo azul*, de Josef von Stenberg, inspirado em romance de Thomas Mann, e estrelado por Marlene Dietrich⁴².

³⁹ Idem, *ibidem*. s/p. Sergio Buarque teve oportunidade de apresentar artigo sobre “Como repercutiram na imprensa alemã os últimos acontecimentos do Brasil”, comentando o movimento de 1930, caracterizado por um publicista como: “*putsch*, seja dirigido por partidos da extrema-esquerda, seja por organizações da direita, é sempre em essência, um movimento ideológico, de caráter naturalmente negativista”. Para ele, segundo Holanda, “deve parecer quase inconcebível um movimento de caráter decididamente positivo, tendente apenas a restabelecer um estado de coisas normal, que o abuso do poder, apoiado na má educação política, desviou da realização prática. [...] Daí a tendência generalizada de se confundir quaisquer rebeliões sul-americanas com os pronunciamentos militares”. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, pp. 281-287.

⁴⁰ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 9.

⁴¹ Cf. Antonio Candido. “Sérgio em Berlim e depois”. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, p. 121. Segundo Candido, a tradução de Sergio Buarque seria “digna das de Artur Azevedo, foi feita em metros ímpares saltitantes, com um desafogado anacoluto no verso oitavo e, no décimo, um jogo de palavras bem nacional”.

⁴² Idem, *ibidem*. p. 121. O escritor Moacir Werneck de Castro, em seu *Europa 1935: uma aventura de juventude*, é um dos vários contemporâneos de Holanda que afirma sua faceta pândega. Castro relatou em seu livro uma história que Sergio Buarque gostava de contar, anos mais tarde, e, segundo dona Maria Amélia, sempre “aperfeiçoando às versões”, favorecendo o comentário de Moacir Werneck de que “aperfeiçoar versões é o ofício” dos escritores. Nos estúdios da UFA, empresa para qual Sergio traduzira as legendas do filme, havia uma cafeteria de freqüência dos artistas, extras, funcionários. Nela, o brasileiro costumava

Holanda trabalhou também para a *Greenbaum-Film*, no filme *Amor e champanhe*, conforme comprova o recebimento por ele de correspondência da empresa, datilografada e com seu timbre de julho de 1930. Nela, era retransmitido o comunicado vindo da firma de Rudolf Karstadt, de Hamburgo, que trazia “as legendas das cópias destinadas ao Brasil”. O trecho principal da carta foi transcrito para favorecer o entendimento de Sergio Buarque. O sr. Heyer, que estava no Rio de Janeiro, avisava que “as legendas preliminares das cópias vindas da Alemanha não correspondem ao gosto do público brasileiro”. Doravante, avisava, seriam enviadas, em anexo, uma lista de títulos, da qual Buarque de Holanda poderia deduzir “como a ordem deve ser e em que forma a tradução deve ser feita”. O pessoal da *Greenbaum*, reiterava a anexação da lista e sua utilidade, avisando que “como no nosso filme ‘*Liebe und Champagner*’ não aparece diálogo, não está em questão uma tradução de título”. Depois, pediam que a tal lista fosse enviada de volta após cumprida a tarefa e prometiam que, “tão logo” estivessem “prontos os filmes, nós os projetaremos para vós e o sr. Silva, conforme o desejo da firma Karstadt”⁴³.

Essa carta fora enviada para o escritório da revista *Duco*, publicada pela *Lateinamerikanischer Verlag*, “edição latino-americana”, onde Buarque de Holanda também trabalhou por quase todo seu período na Alemanha. Ele esteve na revista escrita em alemão e português, pelo menos desde novembro de 1929, quando escreveu para Ribeiro Couto, em missiva datilografada com timbre “*Duco; Lav*”. Sergio Buarque acabava de chegar da Polônia, e avisando ao amigo que estivera lá depois do último cartão remetido, brincou que esteve “passeando por uma porção de cidades o meu ar de ‘estudante de Teologia de Varsóvia’”. Ao amigo Couto, ele explicou um pouco de suas dificuldades de chegar em Moscou. Segundo ele, “depois de obter um convite para a viagem”, recebeu uma “inesperada recusa – minha viagem foi *abgelehnt* pelo Comissariado do Povo de Negócios Estrangeiros. Só agora recebi uma *erlaubnis*, mas deverei esperar a Primavera”. Pois, ele,

encontrar uma atriz que parecia flertar com ele, pretendendo romance, mas Holanda a esnobara. A atriz, Marlene... Dietrich.

⁴³ Correspondência passiva. *Greenbaum-Film, G.m.b.H.* Berlim, 30 de julho de 1930. Siarq/Unicamp. Carta em alemão, cuja tradução foi uma gentileza de Luciano Cavini Martorano, que permitiu sua cessão ao acervo Sergio Buarque de Holanda.

brincando com a língua e com a história, desejava “invadir a Rússia em condições mais confortáveis que as de meu antecessor Bonaparte”⁴⁴. Era o frio que assustava Holanda⁴⁵.

Nessa carta Sergio Buarque comentou que havia arranjado “uma colocação na revista teuto-brasileira de Berlim, o ‘Duco’” – sem no entanto, referir que sua indicação fora feita pela embaixada brasileira⁴⁶. Ele indicou algumas de suas áreas de atuação na revista: “escrevo, traduzo, corrijo traduções, etc.”. Ele ainda justificou porque seriam encontrados, nos números já publicados, “muitos erros de linguagem” – revelando uma informação importante – “mas o admirável é que até agora não existia nenhum brasileiro no corpo de redação da revista. Eu sou o primeiro”. A importância desse dado se deve ao fato dos artigos da revista raramente serem autografados. Caso, por exemplo, do artigo que Buarque de Holanda confidenciava que escrevera “ultimamente”, versando “sobre a moderna literatura brasileira, que deverá aparecer em alemão”. Ele desejava “obter algumas fotografias para ilustrar o artigo”, e lembrou-se de pedir que Ribeiro Couto lhe enviasse, “por exemplo, um retrato seu e, si tiver, um do Manuel Bandeira, do Mario, do Oswald, do Ronald... Não há tempo para escrever e receber resposta do Brasil”. Sergio Buarque aproveitou para pedir – “e isso é indispensável” – que Couto enviasse “colaborações suas”. Não poesias, pois “traduzidas perderiam muito”, mas o que pudesse⁴⁷.

As colaborações de Ribeiro Couto nunca chegaram, pelo menos não foram publicadas. A revista publicava prioritariamente artigos de divulgação entre os dois países. Assim, nos quatro números editados enquanto Buarque de Holanda esteve trabalhando lá, os artigos de difusão científica e tecnológica eram prioridade, ao lado daqueles sobre relações econômicas e comerciais entre os dois países, em especial sobre o café, sendo maioria na “seção brasileira”, toda ela com textos em português. Dentre eles merece menção um de Max Planck, sobre “As leis da física moderna”, no número 3. Na “seção alemã”, os textos sobre o Brasil, em alemão. A maioria deles, discorrendo sobre os investimentos germânicos no Brasil, as reservas minerais e vegetais brasileiras, legislação comercial, internacional e brasileira, destacando-se neste item a questão de marcas e

⁴⁴ Correspondência ativa. Sergio Buarque de Holanda. Berlim, 7 de novembro de 1929. Coleção Ribeiro Couto. AMLB/F.C.R.B.

⁴⁵ Cf. Antonio Candido. “Sérgio em Berlim e depois”. In: Sergio Buarque de Holanda. *ob.cit.*, p. 120.

⁴⁶ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 9.

patentes, a questão agrária no país, e sobre a história e política interna brasileiras. O único artigo desta seção, nos quatro números, relacionado às questões literárias, é aquele de Buarque de Holanda, como já mencionei, um dos poucos assinados da revista⁴⁸.

O artigo, anunciado a Ribeiro Couto em novembro de 1929 foi publicado na edição da revista de janeiro-fevereiro de 1930. Ele é especialmente importante, principalmente, por dois motivos. Um deles, é que nele deposita-se o primeiro balanço de Sergio Buarque sobre o movimento moderno brasileiro, em que ele distribuiu os personagens, acontecimentos e revistas que marcaram-no, apresentando a sua versão da história. Em segundo lugar, pelo ineditismo deste artigo em português, que será aqui apresentado pela primeira vez.

O texto ganhou o título de “A moderna literatura brasileira”, e foi escrito em tom explanatório, sendo publicado sem as fotografias que Buarque de Holanda pretendia. Sergio Buarque o iniciou de maneira objetiva, indicando com precisão o nascimento dessa “literatura moderna brasileira”, no “início de 1921”. Em São Paulo. Na época em que um “grupo de jovens que havia rompido com as formas acadêmicas”, criando, no campo das artes e da literatura, um “programa modernizador de luta contra o tradicionalismo”. Processo que não demorara a tomar “formas inesperadas e contundentes”; tinha de se acreditar que “elementos novos” punham “nosso passado em pratos limpos”. Dentre suas conseqüências, destacaram-se nomes como Guilherme de Almeida e Menotti del Picchia. Ao seu lado, Mario e Oswald de Andrade, “àquela época quase desconhecidos do grande público”, mas que eram, “de fato os líderes do movimento”. No Rio de Janeiro, como “precursor desse esforço pela libertação”, só poderia se apontar Manuel Bandeira, cujo livro *Carnaval*, que tinha o “germe de quase todas as idéias desenvolvidas posteriormente pelo grupo paulistano”, passara “despercebido pela crítica”⁴⁹.

⁴⁷ Correspondência ativa. Sergio Buarque de Holanda. Berlim, 7 de novembro de 1929. Coleção Ribeiro Couto. AMLB/F.C.R.B.

⁴⁸ Revista *Duco: boletim brasileiro-alemão/brasilianische Rundschau*. Berlim, *Latein-Amerikanischer Verlag*, n. 1-4, janeiro-fevereiro, março-abril, maio-junho, julho-agosto, 1930. Apesar do artigo sobre a literatura moderna brasileira de Sergio Buarque ser o único assinado por ele, com a carta para Ribeiro Couto pode-se inferir que esteve ao par de grande parte dos textos publicados, seja escrevendo, traduzindo ou corrigindo traduções.

⁴⁹ Sergio Buarque de Holanda. “Die moderne brasiliannische literatur”. *Duco: boletim brasileiro-alemão/brasilianische Rundschau*. Berlim, *Latein-Amerikanischer Verlag*, n. 1, janeiro-fevereiro. Berlim, janeiro-fevereiro de 1930. pp. 43-45. A tradução para o português utilizada para minha apresentação e comentários foi gentilmente realizada por Isadora Travassos Telles. Infelizmente, não pôde ser realizada a de outros artigos que poderiam ser indicados como de Sergio Buarque, a partir da carta dele para Ribeiro Couto, por não haver a possibilidade de uso da verba da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo para traduções, nem mesmo de fontes. Fica a sugestão para a revisão desta regra.

Sergio Buarque, comentando a atitude daqueles jovens e sua repercussão, denunciou a estatuto social coevo dos escritores, e apresentou mais uma vez sua própria perspectiva sobre o valor da tradição. Holanda relatou aos alemães que a “ousadia do jovem grupo de São Paulo” provocara “escândalo e irritação”. E, ensinou-os que no Brasil, “onde a palavra ‘literato’ valia mais que um empréstimo, as instituições acadêmicas dificilmente tinham popularidade”, mas ainda assim, uma reação contra elas precisava “procurar uma base respeitável e segura, como por exemplo, a tradição”. Tudo, para criticar aqueles que como os “jovens inovadores não julgavam isto importante”, porque “seus projetos” estavam fundamentados “na idéia certamente simplória de que, em um país como o Brasil a tradição é um peso morto e descartado” – “a eles parece importante construir tudo do novo”⁵⁰.

Citava Graça Aranha, sem dar vazão a antigas rugas, como o “célebre autor” de *Canaã e Estética da vida*, e que vindo da Europa, dedicara-se ao “novo movimento de São Paulo”, levando a sério suas proposições. Isso, para o “espanto de seus colegas de Academia”, principalmente de alguns “candidatos à imortalidade”. Segundo Buarque, ele “foi além”, esforçando-se por fazer um “resumo de diferentes elementos” para que fossem “reconhecidos pela opinião pública”. Holanda marcou também o prestígio de Aranha, ao comentar que seu “nome ilustre” teria trazido ao movimento “alguns novos e valorosos lutadores”⁵¹.

Dentre eles, Ronald de Carvalho, e sua *Pequena história da literatura brasileira*, “e uma coleção de poesia”, destacando sua “menção honrosa” obtida na Academia. Somavam-se o “compositor” Villa-Lobos e o “ensaísta” Renato de Almeida. Sobre Ribeiro Couto, ele comentou que publicara um volume de versos, que na “época era uma novidade”, e obtivera o “merecido sucesso”, ao contrário do sucedido com o *Carnaval*, de Bandeira. Nesta “nova direção”, Buarque de Holanda enumerou ainda, o escultor Victor Brecheret, os pintores Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Zina Aita. Neste mesmo ambiente, ele referiu à Semana de arte moderna. “Um fiasco tumultuado e memorável”, apesar do “apoio de Graça Aranha e da colaboração da endeusada pianista Guiomar Novaes”. Ainda assim, disse ele, relacionada a uma “página gloriosa, na qual se discute, desde então, sobre os futuristas brasileiros”⁵².

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁵¹ Idem, *ibidem*.

⁵² Idem, *ibidem*.

Sergio Buarque seguiu sua história com *Klaxon*, publicada de acordo com a decisão do “dinâmico grupo” de São Paulo, e que fora um “grito” que ressoava na “estupefata literatura dominante”. A revista pretendia, ele explicava aos alemães, “criar novas formas” para contrapor o conteúdo vigente, o que seria “importante e saudável”, apesar de seus “excessos”. O livro que representaria verdadeiramente o movimento àquela época era *Paulicéia desvairada*, de Mario de Andrade, uma “sátira enérgica contra tudo”⁵³.

Depois, Buarque de Holanda enumerou as leituras daqueles “paulistanos inovadores” que absorviam “todo o novo que vinha dos países cultos”: “cubismo francês”, “expressionismo alemão e russo”, “imagismo da Inglaterra e América do Norte”, e o “ultraísmo da Espanha”. Porém, mais uma vez destacando o prestígio de Graça Aranha, ele comentava que se devia a isso a “rápida popularidade” que o movimento ia ganhando na capital brasileira. Além de lembrar do dia de sua cisão com a Academia Brasileira, quando ele proferira um “discurso inflamado” diante de “colegas perplexos”, tendo sido carregado nos ombros, em triunfo, pelo “povo maravilhado”⁵⁴. No entanto, Sergio Buarque alertava que as idéias desses “escritores célebres não representavam mais o pensamento de toda uma nova geração”, destacando o lançamento, dois dias depois do discurso de Aranha, pelo *Correio da Manhã*, do manifesto “Pau Brasil”, por Oswald de Andrade. Nele estaria caracterizado o desafio de “exprimir a força elementar do povo brasileiro”, instaurando a

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ Sobre o episódio vale consultar: as cinco folhas pequenas manuscritas por Graça Aranha, das quais falta a número 3, em que consta “O projeto de renovação dos trabalhos acadêmicos”. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1924. “Originais”; seção Manuscritos/Biblioteca Nacional. Pode ser também consultado nas *Obras completas*, à página 755, em uma nota a “O espírito moderno”. Consultar também, as cinco folhas manuscritas que constituem o rascunho de uma carta escrita ao presidente da ABL, de julho de 1924, em que Graça Aranha explicava que tinha como extinta sua “função acadêmica”, desde que na última sessão realizada então, a ABL havia rejeitado o projeto feito com “o intuito de modernizar a sua atividade”. Transcrevo um trecho da carta de Graça Aranha, vale o destaque para sua atitude para com a ABL e a exposição de seu ponto de vista sobre o possível papel da academia no movimento modernista. “Poderia afastar-me sem explicações, como outros já o fizeram por motivos pessoais, num gesto de desdém por esta instituição. A atitude, porém, que tomo é de ordem geral e deve ser explicada. [...] Longos anos deixei-me ficar nesse suave convívio, um pouco desinteressado dos trabalhos da Academia. Ultimamente resolvi intervir no movimento literário brasileiro. A Academia [é o reduto do passadismo em oposição: trecho riscado] é uma contradição ao espírito moderno, que agita e transforma todo o Brasil. Perante a opinião pública, que a deve policiar, entendi estimular a Academia a orientar-se por esse espírito novo. Em seguida às palavras, que lhe dirigi, apresentei o projeto da reforma dos seus trabalhos com o propósito de nacionalizar-lhe e modernizar-lhe o espírito [palavras riscadas] a ação. O projeto foi rejeitado. A Academia quer persistir na sua posição eclética e antiquada, nefasta à literatura brasileira. Recusa-se a tornar-se um organismo útil e ativo, um fator do moderno sentimento nacional, seu representativo, seu guia. A Academia Brasileira morreu para mim, como também não existe para o pensamento e para a vida atual do Brasil”.

disputa entre o “objetivismo dinâmico”, conceito chave da *Estética da vida*, de Aranha, e o “primitivismo” de Andrade⁵⁵.

A revista *Estética*, Buarque de Holanda afirmou ter sido criada por Prudente de Moraes, neto, apresentado elogiosamente como crítico, que com a publicação pretendia unir novamente, de “forma apartidária”, os grupos então divididos. Ela fora, em sua avaliação, uma “contribuição inestimável ao desenvolvimento cultural do Brasil”, tendo sido seu surgimento registrado com “espanto”, por T.S. Elliot, em sua *Criterion*, que assinalava o aparecimento de uma “revista sul-americana, que escrevia com propriedade e se colocava criticamente frente os mais novos acontecimentos da literatura inglesa”. A fundação de *Estética* coincidira, contava Holanda, com uma “crescente discórdia” na literatura modernista, entre os partidários de Graça Aranha e os “primitivistas de São Paulo”⁵⁶.

Sergio Buarque valorizou ainda a *Revista do Brasil*, na fase de seu amigo Rodrigo Mello Franco de Andrade, onde os grupos de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Pernambuco tiveram a possibilidade de se “expressar mais livremente”, combatendo ainda mais a tendência defendida por Graça Aranha, que teria a seu lado Ronald de Carvalho e Guilherme de Almeida, ainda que esse fosse “mais original”. Os “primitivistas”, por sua vez, lutavam no campo oposto para a criação de um “tipo de autoctonismo literário”, misturando em suas obras os “costumes dos nativos e dos elementos negros”, “crônicas ingênuas dos primeiros colonizadores”, referindo a Hans Staden e sua prisão pelos Tamoios, além das “ousadas inovações dos escritores modernistas da Europa e da América”. A grande obra era *Macunaíma*, de Mario de Andrade, que incorporara todas as tendências, sendo “um livro sem precedente na literatura brasileira, cujo significado nunca será deduzido suficientemente”. Buarque de Holanda destacava sua matéria escolhida numa lenda nativa, descrita pelo “notável alemão” Koch-Grünberg em seu livro sobre os índios da Amazônia, fazendo ver que Mario de Andrade “foi um dos primeiros no Brasil que deu atenção ao grande significado do livro”. Ele ainda ressaltou que “o herói sem caráter”, de

⁵⁵ Sergio Buarque de Holanda. “Die moderne brasiliannische literatur”. *Duco: boletim brasileiro-alemão/brasiliannische Runschau*. Berlim, Latein-Amerikanischer Verlag, n. 1, janeiro-fevereiro. Berlim, janeiro-fevereiro de 1930, pp. 43-45.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

Mario de Andrade, era visto por muitos como “imagem espelhada da mentalidade brasileira, apesar de tal intenção estar longe do autor”⁵⁷.

Holanda enumerou ainda no grupo de Oswald de Andrade, a figura de Raul Bopp “que como Augusto Meyer é originário do Rio Grande do Sul”, e descendente de alemães, apontando a poesia “Cobra Norato” como um importante indicador em relação às “futuras possibilidades de desenvolvimento da poesia brasileira”. Sergio Buarque referiu também a oposição aos “primitivistas” feita por Tristão de Athayde, através de *A Ordem*, citando a colaboração para a revista do descendente alemão Augusto Frederico Schmidt. Ele deu lugar de destaque na “nova geração” a Ribeiro Couto; Prudente de Moraes, neto, “fundador da *Estética*”, foi muito elogiado como crítico e escritor de novelas; enquanto no “campo dos ensaios” não existiriam muitos da “profundidade e cultura” de Rodrigo Mello Franco de Andrade. Buarque de Holanda não deixou de apontar a importância de Antonio de Alcântara Machado e Aníbal Machado. O primeiro teria analisado de forma “graciosa e divertida, a vida verdadeira e barulhenta da capital paulistana”, o segundo, estaria ligado por alguns aspectos aos “franceses surrealistas”, e, por outros, ao irlandês James Joyce. Havia ainda os nomes de Afonso Arinos Sobrinho, Couto de Barros, Rubens Borba de Moraes, Sergio Milliet, Luiz Aranha⁵⁸.

Dentre os “grupos estaduais”, de Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul: Gilberto Freyre, e a *Revista do Norte*, com direção de J.M. de Albuquerque Mello e “fundamento nacionalista”, “parentes das idéias desse grupo, mas também, próximos da *Revista Antropofagia*, eram Jorge de Lima, Ascenio Ferreira, e, Jorge Fernandes. Em torno de *A Revista* estariam figuras significativas como João Alphonsus e, principalmente, Carlos Drummond de Andrade. No final do artigo, Sergio Buarque aplainava as dissonâncias internas do movimento, fazendo-o convergir numa unidade arranjada desde o seu início, quando marcou seu nascimento. Ele afirmava seu texto como um “esboço” em que não haveria espaço para “caracterizações iniciais da nova literatura brasileira”. Segundo ele, era dito apenas, que sua “vida e força de formação” seria acentuada através de “oposição continuada contra todas as formas de sistematização e disciplina”. Nesse sentido, o seu

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

artigo enlaçou nessa oposição, advinda de um “espírito nacional”, “todas as direções de nossa atividade cultural moderna, no que ela tem de essencial e mais valioso”⁵⁹.

Deste artigo de Sergio Buarque, vale destacar, a princípio, sua perspectiva do valor da tradição, como uma “base respeitável e segura” para afrontar as “instituições acadêmicas” brasileiras. Além, da análise da “moderna literatura brasileira”, como um “movimento”, que tem sua unidade no “espírito nacional”, e na “oposição continuada”, afrontando “formas de sistematização e disciplina”. Esses são dois pontos importantes porque expõem não apenas o ponto de vista de Sergio Buarque sobre o movimento modernista como uma totalidade, em uma visada de distanciamento, mas principalmente, por evidenciar três convicções fundantes para seu próprio projeto de conhecimento sobre o Brasil e de sua atuação como escritor. No caso, apenas reiterando as grandes linhas de seu pensamento apresentadas no primeiro capítulo. Primeira convicção, aquela do fundamento da tradição para estabelecer uma perspectiva crítica das instituições. Segunda, a do valor da crítica sistemática, sintetizada na idéia de uma “oposição continuada” às formas de “sistematização e disciplina”, institucionalizadas ou não, como elemento formador da atividade intelectual. Terceira, a de estar irremediavelmente enlaçado no “espírito nacional”.

Ainda que pudessem haver outros artigos de Buarque de Holanda, este foi o único assinado nos quatro números publicados da revista até que ele a deixasse, ou melhor, até que ela encerrasse suas funções editoriais. Foi datilografada em trinta de setembro a carta que atestava os serviços prestados por Sergio Buarque à revista, e avisava das condições que a fizeram suspender a publicação. O papel timbrado da *Duco* vinha assinado por caligrafia ilegível, e datava de 15 de fevereiro de 1930 o início da atividade de Holanda em suas dependências. A descrição das atividades do contratado apontava como sua obrigação principal a redação, “perfeita e autônoma da seção de língua portuguesa”. No reconhecimento dos serviços prestados pelo brasileiro, que teria compreendido com “muita propriedade” a realização do conteúdo da revista de “forma bem variada e interessante”, transparecia também o intento do órgão, quando comentou que, com a mesma propriedade, ele compreendeu “a consolidação das relações com os competentes serviços brasileiros”. Por fim, o representante da revista justificava a decisão de “renunciar, por enquanto, à

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

ulterior publicação da *Duco*”, em consequência “das momentâneas circunstâncias econômicas no Brasil”, dispensando, dessa forma, a “continuação da atividade” de Buarque de Holanda⁶⁰.

Foi com o dinheiro granjeado nos serviços para a revista e para as empresas cinematográficas, mais aquele que vinha dos Diários Associados que Sergio Buarque comprou seus livros, cumpriu suas obrigações boêmias, e garantiu seu contato com o pensamento alemão coetâneo, freqüentando, sem muita regularidade, aulas na Universidade de Berlim, ministradas por Friedrich Meinecke. Leu o próprio Meinecke, leu Sombart, leu Max Weber, na ficção, Franz Kafka, Rainer Maria Rilke, Stefan George, Ernst Kantorowicz⁶¹. Com tudo isso, é possível aperceber da importância dessa viagem à Alemanha para a trajetória intelectual e política de Buarque de Holanda, seu giro temático e a apreciação dos acontecimentos políticos nacionais e internacionais, além da possibilidade de dar substância às suas reflexões que, gradativamente, tendiam ao interesse por questões de cunho sociológico e historiográfico.

No mês em que Sergio Buarque estava se preparando para embarcar de volta, ele garantiu sua viagem através de Raul Bopp, que estava em Hamburgo, conforme a carta escrita pelo poeta gaúcho em dezembro de 1930. Assim, graças a sua relação de amizade com Bopp, e a influência deste no consulado brasileiro Buarque de Holanda conseguiu retornar para o Brasil. Na sua carta, em que fazia brincadeiras que indicavam interesses comuns, Bopp tratava Holanda por “poeta sergio”. Ele comentava sobre o que parecia ser um casaco, falava que decerto ele não teria chegado a tempo de levá-lo, mas “também fazia um frio cachorro”, e tão pouca coisa não valia “ida-e-volta pelo ventinho de hamburgo”, sugerindo que o utilizasse, “sobretudo se você tiver que dormir no escritório do oitica”. Raul Bopp achava ótima essa solução, mas recomendava que Buarque de Holanda não o perdesse, nem a ele, nem a bengala, que eram para ele “dois animais de estimação” – “e um super cuidado com a minha mala”. Ele brincava com o amigo, como Holanda fizera com

⁶⁰ Correspondência passiva. L.A.V. Berlim, 30 de setembro de 1930. Siarq/Unicamp. A tradução desta carta foi mais uma gentileza de Luciano Cavini Martorano. Dona Maria Amélia Buarque de Holanda refere ao encerramento da atividade da *Duco* e à diminuição da demanda por traduções da UFA, como exemplo de como escassearam as possibilidades de trabalho depois da “revolução de 30”. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 9.

⁶¹ Entrevista de Sergio Buarque de Holanda. “An interview with Sergio Buarque de Holanda”. In: *Hispanic American Historical Review*. Durham, fevereiro de 1982. 3-17. Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda.

Ribeiro Couto usando palavras alemãs, aconselhando a ele que concentrasse “todo o *geist* em estoque”, para que não extraviasse suas “únicas propriedades”. “Sou um João-sem-terra. Se você me perde a mala fico a zero. *Geist*, seu holandês”. Bopp fazia ainda esse sugestivo comentário, indicando um dos interesses de Sergio Buarque: “nada de teorias do subconsciente com a mala. Por causa do Klages fui deixando o capote”⁶².

Raul Bopp providenciava o regresso de Buarque de Holanda, que não fizera, exatamente, fortuna ao longo de sua estada alemã. Ele avisou que escreveria naquele mesmo dia para Oiticica, “como novo curador de órfãos e ausentes”, para “ver se ele soluciona o caso da dormida, pouso-seco”. A previsão era de que se tudo corresse bem, na “segunda-feira, eu creio que ele indo ao Loid, com o empenho do cônsul filinto, conseguirá a permissão de você se acamarotar no bajé”. Filinto Müller não conseguindo, em último caso, a sugestão era aceitar o “oferecimento do oiticica na escritório que ele tem”. Bopp, sempre brincando, recomendava: “e faça umas novas piadinhas de mirandola em cima do capitão”, referindo-se ao Pontes de mirandola. O orçamento de viagem estava definido. “Não consta verba para dormir. Só há dispositivo para você boiar uma vez por dia (bem)”. Cigarros “(marca jobim)”, “despesas de viação”, café. “Total 2 marcos e 50 por dia. Durante 8 dias são 20 marcos. Ainda para eventuais 7 marcos e pico”. Para despesas internacionais, estavam previstos “cafezinho no porto”, uma “demi-blondine no havre antuerpia (os mais baratos)”, para isso, “com todos os etc, etc, você tem 10 marcos em poder do oiticica. Não há outro remédio”. No caso de despesas extra, Bopp já avisava Sergio Buarque que escreveria para o Jobim para comunicar a “tua gente e rodrigo para indenizarem e você poder resgatar as malas”⁶³.

Por estar em trânsito, Raul Bopp avisou que depositaria a carta em Bremen, e como Holanda poderia, eventualmente, fazer contato com ele. Recados, comentários sobre a viagem, depois um conselho. Caso Sergio Buarque resolvesse, no Brasil, escrever alguma coisa que “equivalha às suas memórias de berlim”, na parte de “assuntos da política nacional, diga parece que a única nota que parece ter sido recebida com má impressão do novo governo na colônia de berlim foi a de uma possível instituição de camisa preta, a

“Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 9.

⁶² Correspondência passiva. Raul Bopp. Hamburgo, dezembro de 1930. s/p. Siarq/Unicamp.

⁶³ Idem, *ibidem*.

maneira fascista”. Mais veemente, ele dizia ser isso “besteira e com o ridículo de uma imitação da política antipática do ex-vendedor de macarrão, agora duce de roma”. Raul Bopp chegou a comentar com Sergio Buarque que seguindo de tal modo “esses sistemas de camisas”, ainda mais quando carregam “rótulos planetários”, “teremos no brasil a legião de camisas de... Marte”. Ele imaginava, indicando sua posição em relação aos Estados Unidos da América, o dia em que haveria o “apedrejamento da embaixada americana no dia que os U.S. dessem um tiro em favor do queixo forte. Programa radicalista, Santo Ofício revolucionário fazendo uma revisão dos atos e das bandalheiras de que estão acusados os 3 quadriênios podres”, desde os acordos do fim da primeira guerra⁶⁴.

Dessa forma, Sergio Buarque retornou ao Brasil, deixando na Alemanha um filho seu que nascia enquanto ele viajava, Sergio Georg Ernst, nascido de Anne Margerithe Ernst, um seu amor berlinense⁶⁵. A sua chegada foi em 13 de janeiro de 1931, quando o navio Bajé, do Loyd brasileiro, aportou no Rio de Janeiro. No dia posterior, *O Jornal* estampava em seu editorial notícia do regresso de seu jornalista estrangeiro, trazendo uma entrevista sua de torna viagem. Nela, Sergio Buarque fazia considerações sobre a Europa, em especial sobre a Alemanha. A Europa vivia “um dos instantes mais trágicos de sua história”, afirmou o entrevistado, que percebia os sinais que prenunciavam outro choque violento entre seus países. Para Holanda, a “catástrofe de 1914-1918 não foi um epílogo”, ao contrário, as “rivalidades nacionais”, que levaram o continente à guerra, tendiam “cada vez mais, se não se chegou, à situação de ‘avant-guerre’”. Os “preparativos para um novo conflito” já eram claros. Orçamentos de guerra sofrendo “majoração espantosa”, principalmente, nas “nações vizinhas da Rússia”, que seguiam fielmente o “plano de Clemenceau”, que determinava a necessidade do “estabelecimento de um cordão moral que distancie cada vez mais a Europa capitalista do país do socialismo”⁶⁶.

Em relação à Alemanha, onde esteve por mais tempo, Sergio Buarque fez questão de frisar que “a minha impressão não poderia ser melhor”. Os elogios eram sobretudo para Berlim, “uma grande cidade, com cerca de 4 milhões de habitantes, inteiramente moderna,

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 9.

⁶⁶ “O regresso da Europa de um jornalista brasileiro: o sr. Sergio Buarque de Holanda, enviado especial d’*O Jornal* à Alemanha, Polônia e Áustria, fala sobre o que viu na Alemanha e em outros países europeus”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1931. s/p. Siarq/Unicamp.

a maior do continente”. Os costumes, os “mais simpáticos”, o “berlinense é de uma simplicidade encantadora”. Sergio Buarque encantara-se com a modernidade da capital, em que o habitante “gosta de ser simples em tudo e por tudo, o que não o impede, porém, de procurar tornar-se dia a dia mais civilizado, mediante as descobertas mais sensacionais e que se destinam sempre a um conforto maior do povo”. Ele não continha os exemplos de avanço no suporte urbano, as “ruas largas, claras e limpas”; da agitada vivência citadina, os “numerosos cafés, sempre cheios, superlotados, principalmente agora, no inverno, a grande capital nos deixa uma impressão fabulosa”. “Tudo ali é grande. Tudo ali é limpo”; e, da grandiosidade da arquitetura, “que pode se gabar” por sua “fisionomia própria, enquadrada no cosmopolitismo mais avançado”. Como “centro cultural”, do mesmo modo, “a capital do Reich é inigualável”, sobrepunha, ele vaticinava, a qualquer outro “brevemente”. Afinal, o que se estava fazendo “na literatura e na arte, na grande capital, precisa ser conhecido aqui fora”⁶⁷. Nem uma palavra sobre a ascensão do “nacionalismo revolucionário alemão”, nesse comentário surdo sobre o contraponto da capital carioca, sem fisionomia própria, onde tudo é sujo.

Na mala emprestada de Raul Bopp, Sergio Buarque trouxe duas informações cruciais para sua trajetória política e para a sua trajetória intelectual. No primeiro aspecto, ele permitiu que se pudesse observar em sua perspectiva, o compatilhamento daquela em que não haveria contradição entre “democracia” e os “processos mais desabusados e os mais extremos”, como no caso, de Pilsudski. Porém, também, se pôde atentar para sua negação do “espírito retrógrado detestável” que representavam os “nacionalistas revolucionários”. Tudo traduzindo uma posição conservadora, como já apontavam seus pontos de vista monarquistas. No segundo aspecto, ficou evidente o giro temático, e o crescente interesse pelos estudos sociológicos e historiográficos, favorecidos pelo contato com o pensamento alemão e os próprios acontecimentos políticos e econômicos que teve oportunidade de acompanhar na Alemanha, observando de dentro a dinâmica de um país estrangeiro, e de fora, aqueles que determinavam os rumos do seu próprio. Ele trouxe, ainda firmes, suas três convicções.

⁶⁷ Idem, *ibidem*. s/p.

b) *Raízes do Brasil*.

Ao embarcar para Alemanha Sergio Buarque já tinha em mente um projeto que começara a cultivar nas andanças pelo Rio de Janeiro com Prudente de Moraes, neto, principalmente, naquelas em que discutiam as condições e desdobramentos do movimento moderno nos anos de *Estética*. Naquele período, despontavam com mais vigor os interesses que iriam ser nutridos na Alemanha, que de um modo geral, podem ser sintetizados no interesse pela “formação nacional”, ou mesmo, pela história brasileira. Talvez, se possa dizer que para Holanda a Europa serviu apenas para a forja das ferramentas teóricas para instrumentalizar um interesse que trazia latente desde, pelo menos, aqueles dias. O próprio Sergio Buarque reiterou essa idéia afirmando que seu primeiro livro começou a se delinear numa daquelas noites que atravessara nos bares com o amigo. Numa delas, segundo ele contou, conversaram “a noite inteira sobre um livro que se chamaria ‘Teoria da América’ e que acabou se transformando na base de *Raízes do Brasil*”⁶⁸. Note-se que no título planejado ecoava sua preocupação americanista, marcada desde seu primeiro artigo, além de um diálogo ao arrepio de Ronald Carvalho e Graça Aranha, que tinham suas obras imbuídas de tal temática.

Na verdade, esse projeto não ia para Alemanha apenas na mente de Buarque de Holanda, ele levou com ele um “velho caderno de notas”, que começara a anotar naqueles meados da década de vinte. Os serviços prestados à revista *Duco*, “tentando explicar o Brasil para os alemães”, e a distância imposta pela temporada européia deram a ele oportunidade de vislumbrar “seu próprio país como um todo”. Foi com essa perspectiva, que integrava as preocupações levadas do Brasil e as informações adquiridas e, ou, despertadas no exterior, que Sergio Buarque retornou ao país com seu caderno, agora, “com umas 400 páginas” manuscritas, pensadas para estruturar sua “Teoria da América”⁶⁹.

Do conteúdo desse caderno foram utilizados dois capítulos, “quase intactos”, para elaborar o livro que marcou a estréia da coleção “Documentos Brasileiros”, da Livraria José Olympio Editora. Todavia, antes de iniciar a análise dos fundamentos epistêmicos que estruturaram o pensamento historiográfico expresso no livro, e as sugestões interpretativas

⁶⁸ Entrevista de Sergio Buarque de Holanda. “A juventude de Prudente nas recordações de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B., s/p.

⁶⁹ Entrevista de Sergio Buarque de Holanda. “An interview with Sergio Buarque de Holanda”. In: *Hispanic American Historical Review*. Durham, fevereiro de 1982. 3-17.

para a perspectiva política que o motiva, vale atentar para algumas relações estabelecidas em torno da produção e vendagem da obra, de forma, inclusive, que se perceba as relações pessoais envolvidas neste largo passo dado por Sergio Buarque, em direção à credibilização social de sua condição de escritor. Mais ainda, será possível entrever o valor de legitimidade social que imprime uma publicação editorial à atividade escrita, e o jogo de amizade e querelas que informa o empreendimento de difusão e a conseqüente valorização profissional do escritor.

Para tanto, importa iniciar pela observação alguns elementos da origem e da estrutura da casa editora fundada com o nome de seu proprietário nascido em Batatais. O próprio José Olympio Pereira Filho indicou suas origens como livreiro até fundar a sua própria editora. Ele o fez em carta para os seus netos e sobrinhos-netos, em 1983, querendo narrar “pequenos trechos de minha penosa e longa trajetória neste mundo de meu Deus”. Em pós-escrito, ele se justificava afirmando que como era “velhinho”, cursando seus oitenta e um anos, “e não sabendo se vier a viver mais 10, 100 ou 1000 dias”, decidira acrescentar “algumas generosas e gratificantes” referências a seu respeito. Não sem pedir que seus descendentes relevassem “este ato de vaidade”. Anexo à esta carta, encontra-se um bilhete em que se avisava de sua contratação para o primeiro emprego como livreiro. A mensagem era assinada por Afro Rezende, coronel e chefe da casa militar do presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes. Ele era o presidente de estado, batataense e padrinho de crisma de Olympio, e arranjava uma colocação para o afilhado e conterrâneo, mandando avisar ao compadre José Olympio Pereira que conseguira “o emprego para seu filho na Livraria Garraux”. “O ordenado será pequeno em começo, porém o lugar é de futuro”. Convinha “mandar o menino com a maior urgência possível”⁷⁰.

O rapaz que, em Batatais, já fora caixeiro de secos e molhados, e lavador de vidros de farmácia, foi para São Paulo continuar como caixeiro, com trabalho de sete da manhã às sete da noite, de segunda até sábado, “hora e vinte para o almoço”. A Casa Garraux tinha quatro seções: papelaria, grande tipografia, “com 500 operários”, a célebre livraria, e mais, uma seção de armarinho, com toda variedade de coisas para se comprar, capas de borracha, guarda-chuvas, vinhos e champanhe franceses – “o diabo! até confeti e serpentina”. Ele foi

⁷⁰ José Olympio Pereira Filho. “Bilhete a meus netos e, ainda a meus sobrinhos-netos em que lhes quero narrar pequenos trechos de minha penosa e longa trajetória neste mundo de Deus”. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1983. s/p. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B. O bilhete é datado de 7 de junho de 1918.

designado para a livraria, limpou livros, varreu, espanou. Tentou com o padrinho funções públicas, queria ter condições de estudar na faculdade de direito, sem sucesso seguiu livreiro. Dessa forma, iniciou seu convívio regular com algumas das mais prestigiosas figuras intelectuais da sociedade paulista e nacional de seu tempo, ficando conhecido por alguns como “o José da Garraux”. Graças à esses contatos, ele pôde deixar a livraria, em 1930, para comprar a biblioteca de Alfredo Pujol e dar início aos seus próprios empreendimentos⁷¹.

A morte do bibliófilo, detentor da maior biblioteca particular do estado de São Paulo, possibilitou a aquisição de dez mil exemplares, entre publicações estrangeiras da época, raridades na área do direito, da filosofia, da literatura clássica européia e também brasileira. A família de Pujol oferecera a biblioteca para o governo do estado por cem contos de réis, ele não concordou com o negócio. José Olympio ofereceu cento e cinquenta contos de réis, 1\$500 por livro, para a família, o acordo foi fechado. O dinheiro não era só de Olympio, mas também dos amigos conquistados no balcão da Garraux, principalmente, de José Carlos de Macedo Soares, que fora presidente da Cia. Gráfico Editora Monteiro Lobato quando de sua liquidação, e no momento era diretor do banco de São Paulo, ficando conhecido anos depois como “coleccionador de ministros e livros”. Pouco depois da de Pujol, Olympio adquiriu também a biblioteca de Estevão de Almeida. Com esses estoques estabeleceu-se à rua da Quitanda, 19, em 29 de novembro de 1931⁷².

As condições sociais e econômicas em São Paulo estavam convulsionadas, José Olympio pretendia levar sua livraria e, desde 1933, também editora, para a capital federal. Parte desse processo de transferência da livraria editora, pode ser observado por duas cartas de Amando Fontes para José Olympio. As duas seguiram no mês de abril de 1934 e trataram dos arranjos que no Rio de Janeiro, fazia Fontes para o amigo paulista. Na primeira do dia três, Amando Fontes avisava estar fazendo “intensa propaganda do editor José Olympio”, José Geraldo Vieira, Jorge Amado e outros já se entusiasmavam, “ansiosos por sua vinda”. Ele anunciava assim o “programa” de Olympio, “tirar grandes edições da boa literatura brasileira. Livro ruim é com A ou B. Mas os bons, V. os quer todos”.

⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁷² Laurence Hallewell. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1985. pp. 349-350. José Olympio em seu bilhete para os netos dava uma idéia do valor da quantia, quando contou que, em 1929, ganhava um conto por mês, mas que como era “sócio-interessado”, entre salário e comissões ficava em três contos, o mesmo salário de um “deputado ou ministro do Supremo Tribunal Federal”.

Amando Fontes foi quem fez o contato para que José Olympio conhecesse aquele que viria a ser o escritor de maior sucesso da livraria por toda a década de 1930, José Lins do Rêgo. Como Fonte avisava nessa mesma carta, fizera um amigo escrever para Lins, “que se queixara da pouca saída dos seus livros”. Ele iria procurar Olympio que deveria ocultar a participação de Fontes: “peço reserva dessa minha interferência”⁷³.

Armando Fontes avisou ainda que, agindo como pedira José Olympio, ele arrumara uma pessoa entendida em livrarias no Rio de Janeiro, para trabalhar no empreendimento do amigo. Segundo informações, parece que conseguira “o melhor”, “é da Garnier”, a livraria editora de maior renome da capital, potencialmente uma concorrente direta de Olympio. O rapaz esperava apenas um contato do livreiro paulista para “assentar ordenado e outros pormenores”. Mais uma vez, Fontes contava com a descrição do amigo: “silêncio quanto a isso, para não entornar o caldo”. Ele estava ansioso pela ida para o Rio de Janeiro do amigo paulista e comentava, antes de se despedir: “é preciso fazer um grande ruído em torno da inauguração, sim. Estou convencido mesmo que V. vai ser o grande editor nacional, o da literatura escolhida”⁷⁴. Dez dias depois, Amando Fontes escrevia para José Olympio, outra vez. Agora, com as negociações com José Lins do Rêgo concluídas e com mais informações sobre o rapaz da Garnier.

A carta se iniciou com a manifestação de satisfação de Amando Fontes por José Olympio ter “fechado negócio” com Lins do Rêgo, e comentava que o fato de “estrear aqui editando *Bangüê* e reeditando *Menino de engenho*” seria de “ótimo efeito para sua casa”. Waldemar Cavalcanti, crítico do *Diário de Notícias*, que ele havia encontrado, avisou que recebera do seu amigo Lins os originais do livro, para “ler e enviar-lhe”. Leu e “gostara muito. Mais do que dos outros dois. Oxalá que seja melhor mesmo. Será motivo de parabéns para V.”. Em 1934, foram editados cinco mil exemplares do *Menino* e dez mil de *Bangüê*, José Lins recebeu de direitos autorais nove contos ao entregar o novo livro, coisa inédita então tanto pelo montante como pelo pagamento adiantado⁷⁵. Dessa forma, Lins do Rêgo deixou sua antiga editora. Segundo Fontes acreditava, tal não seria motivo para a editora Ariel “melindrar com V.”, seria com o Lins se este lhe tivesse prometido o livro.

⁷³ Correspondência passiva. Amando Fontes. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1934. s/p. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

⁷⁴ Idem, *ibidem*. s/p.

⁷⁵ Laurence Hallewell. *ob.cit.* p. 355.

Mas, como tinha ele as melhores referências do escritor que ainda não conhecera pessoalmente, não achava isso possível. De qualquer forma, Amando Fontes pedia sigilo ao amigo de São Paulo, que não devia mencionar-lhe o nome quando tratasse do negócio, “porque, inimigo do Agripino” – Agripino Grieco, dono da Ariel – “não quero que este pense que estou agindo contra a casa dele por picardia ou vingança”⁷⁶.

Fontes reiterava que estava fazendo “uma bonita propaganda” com a notícia dos dois contratos com José Lins. “A turma boa anda de boca doce”. Ele sugeria a Olympio que procurasse Raquel de Queirós, em São Paulo, que estava com um romance pronto, dando a dica de que o marido José Suo, poeta, trabalhava no banco do Brasil, “ótimo camarada”. Além disso, Fontes relatou suas últimas ações para a contratação do rapaz, que na verdade já estava na casa dos trinta e sete. Ele sabia, que como Lins na Ariel, o empregado da Garnier andava “desgostoso”, quem avisara foi outro empregado, que também arranjava o contato, e que, igualmente desgostoso com as condições da livraria carioca, mudara-se para “a Civilização”, tornando-se gerente. Ainda segundo o informante, o pretendente trabalhava já há muitos anos em livraria, “tendo de memória três mil autores estrangeiros”, falava francês, conhecia o inglês, e “sabe um pouco de brasileiro”, e era um “grande conhecedor também de nossa literatura”. O plano era desleal, a concorrência estava em risco: “acrescenta o informante que se V. tiver bons fornecedores em Paris, com o tal funcionário a Garnier se enterrará em pouco tempo”. O salário dele tinha sido reduzido, e o melhor a fazer, aconselhou Fontes, era ir até o Rio de Janeiro e conversar com ele, “se lhe convier, V. fica e acerta as condições; em caso contrário, fica o dito pelo não dito”. O camarada estava de sobreaviso⁷⁷.

Menos de dois meses depois, em 3 de julho de 1934, José Olympio implantava suas instalações no Rio de Janeiro, na rua do Ouvidor, 110, quase defronte à Livraria Garnier, no 109. A livraria, especializada em literatura francesa, ficava defasada com a concorrência das importações de livros da Olympio. Isso, somado à valorização excessiva do câmbio do franco tornando impeditivos os preços para importados, fez com que a Garnier fosse vendida naquele mesmo ano. No início dele, a casa editora havia publicado *A voz do oeste: romance-poema da época das bandeiras*, de Plínio Salgado, amigo de José Olympio desde

⁷⁶ Correspondência passiva. Amando Fontes. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1934. s/p. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

⁷⁷ Idem, *ibidem*. s/p.

os tempos da Casa Garraux⁷⁸. Em seguida, iniciou a publicação da coleção Problemas Políticos Contemporâneos, constituída essencialmente de obras de militantes da Ação Integralista Brasileira, os camisa verde – aqueles “camisas de Marte...” aos quais se referira Raul Bopp. Entre os autores Gustavo Barroso, Miguel Reale e o “chefe”, como era chamado, Salgado⁷⁹. Contudo, dentro da editora, conhecida como “a casa”, se congregavam escritores dos vários matizes ideológicos de então, de tal forma, que circulavam com total desenvoltura, entre tantos, Graciliano Ramos, Osório Borba e Jorge Amado.

José Olympio, em 1936, iniciava a coleção Documentos Brasileiros, para concorrer com aquela que a inspirara, a coleção Brasileira, da Cia. Editora Nacional, de Octalles Marcondes, na verdade, uma série, criada em 1931, da coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira. O editor paulista convidou para dirigir a nova coleção um amigo de José Lins do Rêgo, Gilberto Freyre, esse, por sua vez, sugeriu o nome de Sergio Buarque para abri-la com seu primeiro livro. Olympio, que já conhecia Holanda dos tempos em que fora o maior vendedor da revista *Estética* em São Paulo, não deve ter relutado em aceitar seu nome. Gilberto Freyre teve uma relação longa e próxima com a casa editora, e mesmo íntima com Olympio, chegando a brincar com ele apelidando-o de “ditador dos livros”⁸⁰.

Ao longo de todo aquele ano Gilberto Freyre atuou ativamente na editora, lia manuscritos, criticava, revisava, dava sugestões⁸¹. Em setembro, ele escrevia para José

⁷⁸ Laurence Hallewell. *ob.cit.* pp. 356 e 362.

⁷⁹ Sobre detalhes da produção de alguns dos títulos mais importantes da coleção, e as diversas relações envolvidas, vale consulta às trinta e uma peças epistolográficas, que conservam a correspondência entre Miguel Reale e José Olympio, e sua editora, entre os anos de 1932 e 1944. Vale a reprodução exemplar de alguns trechos. Em 16 de outubro de 1934: “Depois dos trágicos acontecimentos de domingo atrasado, houve uma verdadeira corrida às livrarias à procura de livros sobre integralismo”. Outra da mesma data, com timbre e logomarca da AIB: “[c]onforme pedido que acabo de receber do Rio pelo telephone, estou de acordo com a proposta para fazer mais quatro mil exemplares de meu livro *O estado moderno*, mantendo-se o mesmo *clichê*”. De 22 de outubro do mesmo ano: “O Fernando Calloge vai publicar um estudo sobre *O Estado Moderno*. Igual promessa tenho do Câmara Cascudo no Rio Grande do Norte”. Em 30 de novembro: “Peço-lhe o obséquio de mudar os reclames da capa [livro de P. Salgado, *Quarta Humanidade*]. Confesso-lhe que não causaram boa impressão aqui a transcrição sobre o livro de José Lins do Rego. Porque não conserva somente a opinião de Agripino Grieco, Geraldo Vieira, Raul Bopp, Amaury? Os outros nomes não recomendam o livro. Pelo contrario. É o que lhe digo com toda a sinceridade, interpretando, aliás, a voz corrente”. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B. Ver também a correspondência de Plínio Salgado.

⁸⁰ A expressão “ditador dos livros” foi utilizada com bastante frequência por Gilberto Freyre dirigindo-se a Olympio, ou, referindo-se a ele na década de 1940. Por exemplo, na carta escrita por Freyre para Daniel, um dos irmãos de José Olympio, em 7 de setembro de 1943; ou, a carta de 20 de maio de 1944, iniciada da seguinte forma: “José Olympio, ditador do livro e amigo”. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

⁸¹ Cf. Entre tantas: Correspondência passiva. Gilberto Freyre. Recife, 22 de janeiro de 1936. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B. Nela, entre vários assuntos, Freyre comunicava a “cuidadosa leitura por mim e revisão paciente pelo velho Freyre [pai], que uniformizou a maneira de escrever Brasil – que estava ora com z, ora s;” do livro de *Memórias*, de Oliveira Lima.

Olympio, comentando estar “impressionado com o por que o *Sobrados* está se vendendo aqui”, isso sem “nenhuma crítica”, “nenhuma notícia”, “nenhum reclame”. Na mesma carta ele pedia que Olympio comprasse os direitos de *Casa grande e senzala*, apresentando planos para uma nova edição: reformar a apresentação e a distribuição do material, bibliografia, e tornar “a leitura muito mais agradável para o comum dos leitores”; já imaginado também por quanto poderiam vendê-lo. Ao final, depois de comentar sobre algumas de suas outras obras e questionar Olympio sobre seu interesse em ficar com *Ordem e progresso*, perguntou pelos livros a saírem: “O de Julio Bello? O de Oliveira Vianna já foi entregue?”; e “O livro do Sergio?”⁸².

Em outubro seguia a resposta de José Olympio, em duas folhas datilografadas, “o livro do Sergio sairá finalmente no dia 20 do corrente”. O editor estava animado, “vai ficar bonito, v. vai ver”, e avisava que mandara fazer, e mandaria para cada livro, “vinte exemplares fora do comércio, sendo dez para a casa e dez para o autor, além dos que ele já tem dos exemplares em papel comum”. A capa, ele dizia, ter certeza que Freyre gostaria: “há nela mistura de Santa Rosa, Zé Lins e daqui de casa. Você dirá com franqueza, sim?”. Olympio dava notícia também das *Memórias*, de Oliveira Lima, do livro de Julio Bello, e do de Oliveira Vianna. Depois, como se lembrasse de repente, ele comentava com Freyre que o “seu prefácio sairá direitinho”. Ele também tranquilizava Freyre quanto a tradução de Saint Hilaire que iria sair “magnífica”, incumbida a “Rubens Borba Gato de Moraes” e Couto de Barros, “ambos amigos do Sergio, do Bandeira, da turma boa. Fique descansado”⁸³.

José Lins foi quem escreveu, de Natal, para José Olympio, contando da reação de Gilberto Freyre diante do livro, que só conheceu quando ele chegou ao nordeste. Lins estava, especialmente, interessado, pois acabara de lançar a segunda edição de seu *Moleque Ricardo*, e também ainda não tinha tido oportunidade de vê-la nas livrarias. “Aqui cheguei e fui logo as livrarias. Ainda não haviam chegado o *Raízes* e o *Moleque*”. Gilberto Freyre, “ficou namorando a edição do livro do Sergio. Achou a coisa mais bela que já viu no Brasil em edição”. Lins avisou que o próprio Freyre escreveria comentando. A propaganda dos

⁸² Correspondência passiva. Gilberto Freyre. Recife, 28 de setembro 1936. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

⁸³ Correspondência ativa. Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1936. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

livros eram publicadas juntas, anunciando os livros de Lins do Rêgo e Buarque de Holanda, ao lado de um de Peregrino Júnior, como as “novidades de outubro” da casa. *Raízes do Brasil*, custando 10\$000, *Moleque Ricardo*, custando o mesmo que *Histórias da amazônia*, 7\$000⁸⁴.

De Recife, Gilberto Freyre escreveu em novembro, contando que Lins estava lá para uns dias, e afirmando que a “minha impressão do 1º livro da nossa coleção foi a mesma que a dele: ótima. Você está de parabéns”. Satisfeito, Freyre sugeriu que fossem mantidos o “tipo do texto”, “para não falar no feitio da capa, tão feliz” – “é tão claro, sóbrio, elegante”. Ele estava otimista: “não tenho dúvidas: vai ser, já é, uma coleção vitoriosa”⁸⁵. Freyre como diretor da coleção ganhou uma “comissão sobre a edição de *Raízes do Brasil*”, com três mil exemplares, de 600\$000, Sergio Buarque por sua vez recebera a importância de 3:000\$000, pelos direitos do livro⁸⁶.

Enquanto Gilberto Freyre atuava como diretor da coleção Documentos Brasileiros e escrevia para a editora, Jorge Amado, também escrevia para a editora, e trabalhava na propaganda dos livros da casa. Na época do lançamento do livro de Sergio Buarque, ele estava afastado temporariamente de suas atividades, assim Olympio lhe escrevia querendo ter certeza de sua situação e se continuaria em suas funções, pois caso contrário, passaria, pelo menos, a parte de “notas de publicidade” para Dias da Costa⁸⁷. Em sua resposta, Jorge Amado dizia estar disposto a voltar ao Rio de Janeiro para trabalhar, inclusive, porque estava em dificuldades financeiras, mas só o faria no caso de não prejudicar o amigo Dias da Costa, que esperava, na verdade, fosse se ajeitar com Octávio Tarquínio de Sousa, que o indicaria para Tribunal de Contas. De qualquer maneira, ele não pensava em deixar a editora, segundo ele, “há dois anos que dou à sua casa o melhor de minhas forças com um

⁸⁴ Correspondência passiva. José Lins do Rêgo. s/l, s/d. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B. Página de propaganda da Livraria José Olympio Editora; Ouvidor, 110; 1º de março 13, no livro *Cartilha da probidade*, de Fernando Magalhães. Material depositado no acervo particular da casa editora José Olympio, gentilmente cedido por seus atuais responsáveis, através da pessoa de Sebastião Macieira, secretário particular de José Olympio desde 1947. O local foi inferido pela referência que Lins fez a outras viagens que faria pelo nordeste, a data o foi pela segunda edição de seu livro e pelo lançamento de *Raízes do Brasil*.

⁸⁵ Correspondência passiva. Gilberto Freyre. Recife, 10 de novembro de 1936. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

⁸⁶ “Demonstração de conta corrente do Dr. Gilberto Freyre, em 14/6/1937”. 24 de junho de 1937. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B. Material depositado no acervo particular da casa editora José Olympio, gentilmente cedido por Sebastião Macieira.

⁸⁷ Cf. Correspondência ativa. Jorge Amado. Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1936. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

entusiasmo enorme, entusiasmo devido à sua conduta e a ter v. se voltado para os autores brasileiros e para uma melhoria verdadeira do livro brasileiro”. Além disso, ele afirmou que sabia que “sua casa poderá prosperar e eu com ela”⁸⁸.

Como atesta a carta de José Olympio para Jorge Amado, em fevereiro de 1937, o baiano continuava na empresa. Nela, ele tratava de negociações com a Secretaria da Educação de Sergipe, que Amado mediava. Ele falou de notas e pagamentos. Sobre uma reclamação de Jorge Amado, de que faltava propaganda de seu *Mar morto* na capa dos livros da editora, Olympio justificou-se dizendo que também não havia de *Usina*, mais antigo e que sairia agora, enquanto a de *Mar morto*, viria no novo do Lins do Rêgo, *Pureza*. José Olympio repreendeu Jorge Amado, por uma sua quizila com Plínio Salgado. “Quanto ao caso do Plínio v. ainda não tem razão”. Ele afirmava sua imparcialidade em meio as disputas de seus amigos. “Você sabe aliás quanto eu aprecio a vocês ambos, não só do ponto de vista intelectual como de afeição. Aquele negócio de no anúncio v. ficar entre ele e Zé Lins foi de propósito para mostrar ao público brasileiro a isenção de ânimo da nossa casa”. José Olympio desculpava-se, afirmando que não queria “melindrar” Amado, “nem de botar o Plínio por cima de você na ordem intelectual da casa”⁸⁹.

Em tom quase confessional, José Olympio confidenciava a Jorge Amado suas desilusões com o empreendimento editorial. “Cada vez estou mais desanimado da literatura. Está ruim, seu Jorge”. Ele comentava que *Cacau* e *Suor* tinham suas reedições “quase intactas”, e custaram caro. O livro de Rachel de Queirós tinha acabado de sair, “isto é, há um mês e está muito fraco”. José Olympio se queixava da sorte e da falta de apoio. “Tenho pena, Jorge, porque vim para o Rio tão animado e tão desejoso de ajudar e fazer andar a literatura brasileira, mas é duro e você nem pode contar com a ajuda dos governos”. José Olympio, contudo, avisava que iria “mudar de rumo”, fazendo “apenas os grandes romances, os livros populares já estão bem encaminhados – detetive e para moças”. Quanto à coleção, nela, “só farei por ora livros de sucesso positivo”. Ele estava decidido a atingir o gosto do grande público: “seu Jorge, vamos fazer livros de modinha se for preciso, mas vamos tratar de ver o que o povo quer”. A justificativa era o temor do fracasso e a certeza

⁸⁸ Correspondência passiva. Jorge Amado. Estância, 9 de novembro de 1936. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

⁸⁹ Correspondência ativa. Jorge Amado. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1937. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

da solidão que ele impele. “Na hora das nossas aflições não há ninguém que nos socorra. Amanhã se fracassasse nem uma grata lembrança dos próprios escritores a quem ajudei estou certo de que não teria”⁹⁰.

Essa carta de Olympio parece ser resposta a uma missiva de Jorge Amado, sem local e sem data, que tratava das negociações de Sergipe e das vantagens de “livros populares”, além de comentar seu “choque” quando viu livros do Plínio Salgado na coleção “romance e conto”. Nessa, principalmente na segunda parte, considerações severas sobre as condições da editora e do que era viável, ou não, comercialmente. Jorge Amado se mostrou favorável à “edições de livros populares”. Ele era contra editar “livros de crônicas, contos e estudos de 1.000 e 2.000 exemplares”, que, para ele, muitas vezes José Olympio comprava, quando ofertados, se deixando “levar pelo coração”. Amado comentou uma conversa animada e de uma “alegria quase sexual” dos “outros editores” sobre a falência da José Olympio, para alertá-lo de tal vergonha. Humberto de Campos, que muito vendera anos antes, estava acabando. Mesmo os que davam lucro, como os dele mesmo, os de José Lins, Amado Fontes, alguns “integralistas”, deveriam ter edições menores. “Mesmo a coleção do Gilberto vai ser assim: porque certos livros de pequena e mesmo pequeníssima venda v. não pode deixar de fazer: porque serão intelectualmente ótimos e manterão o prestígio da coleção”. Jorge Amado criticava também as capas da coleção, por serem pouco atraentes, vendo defeito onde Gilberto Freyre vira qualidade: “está com uma capa sóbria demais”; a comparação era com a da Brasileira: “a impressão daqui geral é que a capa está ‘sem graça’”⁹¹.

Jorge Amado pensava sobre as alternativas da editora diante das dificuldades e lembrava a José Olympio que, por seu público restrito, “não pode contar com as coleções do Gilberto, da ‘romance e conto’, a ‘Pujol’, a ‘Problemas Políticos’ para lucro”. Os livros que dessem lucro seriam engolidos por esses outros. Eram “abacaxis”. Como exemplo dava os livros anunciados da Documentos Brasileiros, em oito, cinco “abacaxis de primeira qualidade”. “Quer ver: venderão bem: as *Memórias* do Oliveira Lima e do Zé Américo”. Julio Bello, “abacaxi”, os dois livros de Afonso Arinos, “idem, idem”, o de Octávio Tarquínio, “idem”. Jorge Amado fazia exceção aos livros de Gilberto Freyre “que venderá

⁹⁰ Idem., *ibidem*.

⁹¹ Correspondência passiva. Jorge Amado. s/l,s/d. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

muito” e o do Oliveira Vianna, “que não venderá tanto mas que também venderá”. Mas, os “abacaxis” que viriam engoliriam “o lucro da coleção”⁹².

Ele apontava, então, vários “abacaxis” mais. Todavia, entre eles, Jorge Amado fez questão de alertar Olympio sobre um em especial: “você veja quando”, na Documento Brasileiros, “aparecem esses livros dos escritores modernistas. Muitas vezes já lhe falei sobre esses heróis. São criaturas em geral inteligentes (nem todas aliás), unidas em grupinhos, com muito nome nos meios intelectuais, uma espécie de donos da literatura, e totalmente desconhecidos do público”. Ele não deixava dúvidas da inviabilidade desses escritores, reiterando, “mas totalmente, seu José”. Gilberto Freyre na direção da coleção, Sergio Buarque lançando seu primeiro livro nela, “ora, tenho a impressão que vão encher de proposta”. Afinal, segundo Amado, até aquele momento eles “só publicaram livros editados por conta deles e têm alguns engavetados na carteira ou na cabeça” – “vão descarregar”. Ele sugeria que os que não fossem recusados pelo Gilberto Freyre, o fossem por Olympio. “São homens que não vendem nada”, reafirmou ele, para em seguida estiolar Buarque de Holanda: “aqui para nós: o livro do Sergio está correspondendo à sua expectativa?”⁹³.

A editora José Olympio era estruturada pela articulação de uma complexa rede de amizades e disputas, que envolviam desde alguns dos mais afamados escritores de seu tempo áureo, até importantes figuras da política nacional. Com essa apresentação circunstancial de algumas das relações em torno do lançamento de *Raízes do Brasil*, pretendo ter exposto o nível de interesses que regularam o momento de afirmação do processo de profissionalização de Sergio Buarque como escritor. Ela foi importante, por exemplo, para que se perceba o espectro que limitava a difusão de seu livro, que levando em conta a opinião de Jorge Amado, não tinha amplitude suficiente para ultrapassar os “meios intelectuais”, em que se contavam, talvez, não apenas os “grupinhos dos escritores modernistas”, mas que não iria além dos escritores.

De certa forma, *Raízes do Brasil* poder ser lido como uma tentativa de equacionar questões que surgiram exatamente a partir do diálogo, intelectual e político, com os “meios intelectuais” de que Buarque de Holanda fizera parte desde que se inscrevera entre aqueles que lêem, escrevem e difundem textos sobre os temas do nacional, do popular e do

⁹² Idem, *ibidem*.

moderno. Nesse sentido, o livro não seria mais que um esforço por interpretar a especificidade “americanista” que compõe a questão da “originalidade” nacional, buscando para tanto os elementos componentes de uma “tradição” específica para delimitar e projetar os elementos constituintes de uma “formação nacional”.

Eis aí o ponto de toque, ainda que as questões sejam semelhantes, como também a temática geral. Sergio Buarque visava, apontando as *Raízes do Brasil*, uma interpretação da “tradição” nacional, tencionando atualizá-la conforme o processo de “formação nacional”. De tal modo, contrariando o sentido daquelas propostas de “construção” nacional como, por exemplo, a do grupo “da mesa”, sobretudo, Graça Aranha e Ronald de Carvalho, com sua perspectiva de uma “elite de homens inteligentes e sábios, embora sem grande contato com a terra e com o povo”, e com uma incontável “atitude intelectualista”. Um livro, portanto, que expressa a progressão de um estudo que, antes de mais, pretendia dar tal fundamento à interpretação da “formação nacional”, que possibilitasse a Sergio Buarque invalidar pretensões “construtivas” de mesmo horizonte que a dos “acadêmicos modernizantes”⁹⁴.

Interessa, portanto, como Sergio Buarque estruturou sua perspectiva historiográfica sobre a interpretação da “tradição nacional”, e a projeção que elaborou para a “formação nacional”. Primeiro, importa verificar como nesse nível se dá um desdobramento daqueles aprendizados do ambiente de reflexão romântico. Nesse sentido, é preciso antes de tudo destacar como Buarque de Holanda concebeu seu próprio trabalho como um “estudo compreensivo”. Ele abriu seu livro, afirmando que “todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o fato verdadeiramente fundamental de constituirmos o único esforço bem sucedido de transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical e subtropical”. Em tal movimento de transplante, teria se trazido de “países distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo”, elementos que ele sintetizava na noção de “formas culturais”. Esse processo teria causado um problema de descompasso entre essas “formas culturais” e o meio, “tropical e subtropical”, instaurando um nível de identidade que uniria os brasileiros desde os primórdios da

⁹³ Idem, *ibidem*.

⁹⁴ Sobre as relações entre o primeiro livro de Sergio Buarque e o grupo da mesa, vale consultar: Conrado Pires de Castro. *Com tradições & contradições: contribuição ao estudo das raízes modernistas do pensamento de Sergio Buarque de Holanda*. Dissertação de mestrado. Departamento de Teoria e História literária. IEL/Unicamp Campinas, fevereiro de 2002.

colonização portuguesa até Sergio Buarque, que afirmava: “somos uns desterrados em nossa terra”⁹⁵.

Na perspectiva de Sergio Buarque, uma identidade urdida pelos fios esgarçados, da terra e de seus habitantes – revelando uma tensão de base entre “imitação” e “originalidade” – que para estabelecer uma unicidade identitária, precisaria ultrapassar uma problemática de cunho hermenêutico. Primeiro, averiguando até onde, nesse meio específico, “representamos”, aquelas “formas de vida”, aquelas “instituições” e aquela “visão de mundo”, de que “somos herdeiros e de que nos orgulhamos”. Antes de tudo, portanto, para Sergio Buarque, interessava demarcar os limites que marcariam aproximações e distanciamentos da tradição herdada “através de uma nação ibérica”. Para, só então, “investigar até que ponto poderemos alimentar no nosso ambiente um tipo próprio de cultura”. Em vista dessa proposição e concebendo seu nível de complexidade pelas múltiplas variáveis, sutilezas e detalhes implicados, Buarque de Holanda se perguntava: “como explicar essas formas [culturais], sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziram a um estrita objetividade?”⁹⁶.

Essa perspectiva sobre a questão da “objetividade” de Sergio Buarque, não diferia daquela cultivada naqueles anos de militância moderna na crítica da literatura, nem da de alguns de seus pares mais próximos então. Era, por exemplo, totalmente compatível com aquela expressa na primeira *Klaxon*, por Mario de Andrade, que citava Schleiermacher, indicando que “a poesia não procura a verdade, ou antes, procura uma verdade que nada tem de comum com a verdade objetiva”. Nessa medida, partilhando do ponto de vista do grupo romântico de Iena, em sua concepção de conhecimento, que aproximava a “auto-reflexão do sujeito com a do objeto”, relativizando a divisão estanque entre sujeito e objeto. Afinal, desde pelo menos aquela apresentação das “duas eternas tendências universais da arte”, Buarque de Holanda sugeria o valor da subjetividade na apreensão da realidade, quando referia ser “sabido que a memória, portanto o elemento subjetivo, influi muito mais na arte que a verdade simplesmente objetiva”. De uma maneira, que a subjetividade fosse preservada pela relativização objetiva. Tudo se passando de modo tal, que ao não prever para seu estudo uma “estrita objetividade”, parece lícito inferir que se mantinha o

⁹⁵ Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Coleção Documentos Brasileiros, n1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936. p. 3.

⁹⁶ Idem, *ibidem*. pp. 3-4.

fundamento da visada cognitiva de Sergio Buarque, que preservava seu solo para a projeção de seu horizonte de conhecimento nas relações entre estética e ética – fazendo ecoar aquela perspectiva aporética, própria da apreciação irônica romântica, entre, por exemplo, sujeito e objeto.

Ao propor seu livro como um “estudo compreensivo”, Buarque de Holanda não intencionava prescindir da “objetividade”, antes ele pretendia “recorrer a indicações mais ou menos vagas” para, ao adensar suas interações a partir de sua própria perspectiva, formular uma tal “objetividade” que fosse específica, fosse compreensiva. Nessa medida, ele se contrapunha à aplicação, para os estudos das humanidades, do padrão de conhecimento estipulado com a fundação das “ciências naturais exatas”, que rejeitava a possibilidade de uma compreensão “desde dentro” da natureza. No século dezenove, esse padrão, que se impunha ao conhecimento filológico e histórico, esteve em disputa com a perspectiva romântica, que dispunha de outro modo a possibilidade de conhecimento do “mundo histórico-social”. Desse modo, Droysen distinguiu, pela primeira vez, “compreensão” e “explicação”, entendendo-os como modos metodologicamente diversos de conhecer. Para ele, “de acordo com objeto e a natureza do pensamento humano” haveria três “métodos científicos” possíveis: o “especulativo” filosofia e religião, o “matemático ou físico” e o “histórico”, sendo suas “essências respectivas”: o “saber”, o “explicar” e o “compreender”⁹⁷.

A dicotomia criada entre os termos “explicação” e “compreensão”, foi erigida em fundamento da possibilidade de estabelecimento das “ciências do espírito”, de Wilhelm Dilthey, que pretendia elaborar uma “crítica da razão histórica” para estabelecer o campo específico de conhecimento das humanidades⁹⁸. O projeto dessa crítica e do

⁹⁷ Cf. Karl-Otto Apel. *Understanding and explanation: a transcendental-pragmatic perspective*. Cambridge: The MIT press, 1984. p. 1, 2 e 29. A interpretação sobre o estudo compreensivo de Sergio Buarque reflete o desenvolvimento de uma questão iniciada em minha dissertação de mestrado: Marcus Vinicius Corrêa Carvalho. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. Departamento de História – IFCH/Unicamp. Campinas, setembro de 1997. Sobre um ponto de vista diverso, valorizando outras referências do livro, sobretudo, a weberiana: Pedro Meira Monteiro. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

⁹⁸ Sobre Wilhelm Dilthey, dentre outros, é possível consultar: Paul Ricoeur. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. *Período clássico da hermenêutica filosófica na Alemanha*. São Paulo: Edusp, 1994. Idem. *Dilthey: um conceito de vida e uma pedagogia*. São Paulo: Edusp, Perspectiva, 1987. Jürgen Habermas. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Karl-Otto Apel. *Understanding and explanation: a transcendental-pragmatic perspective*. Cambridge: The MIT press, 1984. H. Stuart Hughes. *Consciousness and society*. New York: Vintage Bookes, 1958. Hans-Georg Gadamer. *Verdad y método: fundamentos de una hermenéutica*

estabelecimento desse campo específico de conhecimento foi levado a cabo por Dilthey, principalmente, na última década do dezenove, em uma controvérsia com os chamados “neokantianos de Baden”, Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert, que procuravam fundar suas “ciências culturais” em contraponto ao que designavam como “psicologismo” e “historicismo” da “filosofia da vida” de Dilthey. Uma querela que informou a própria constituição do pensamento sociológico de Max Weber⁹⁹.

Sergio Buarque referiu a Max Weber, mais de uma vez em seu livro. Contudo, a expressão “estudo compreensivo” parece supor uma série de procedimentos descartados por sua “sociologia compreensiva”, pretendendo limitar a influência dos fatores subjetivos no processo de “compreensão” (*Verstehen*). Posto que, para Weber, não seria possível demonstrar que fundamentos “compreendidos” sejam motivos efetivos do ponto de vista da causalidade¹⁰⁰. Assim, tendo em vista a complexa e variada apropriação do pensamento alemão por Sergio Buarque, vale observar, com necessária digressão, algumas informações sobre a obra e o pensamento de Wilhelm Dilthey, a fim de vislumbrar possíveis nexos de compatibilidade com a estruturação historiográfica do livro de 1936.

Primeiro, vale ressaltar sua herança direta do pensamento romântico, por várias vias, entre elas através de Schleiermacher. Dilthey, como condiz a um tal herdeiro, iniciou sua trajetória pela história da literatura e da cultura, na década de 1860, com estudos sobre alguns dos personagens centrais da literatura alemã, tais como Lessing, Novalis e Hölderlin. Ele fez também outros estudos como “Satanás e a poesia cristã” e “A técnica do teatro”. Todos, estudos que apoiaram seu primeiro grande plano que era a elaboração de um texto sobre a *Vida de Schleiermacher*, publicado em sua primeira parte em 1870 – nunca concluído, como aliás seus outros grandes projetos. Ao longo da década de 1870, ele estendia sua pesquisa a outros personagens referentes a Schleiermacher, como Goethe, Voltaire, além de G.A. Bürger e seu círculo. Dilthey fez, ainda, trabalhos sobre Balzac,

filosófica. Salamanca: Editora Sígueme, 1977 (também em português pela editora Vozes, 1997). José Ortega y Gasset. *Goethe, Dilthey*. Madri: Revista de Occidente, Alianza Editorial, 1983. Jacob Owensby. *Dilthey and the narrative of history*. Ithaca: Cornell University press, 1994. Rudolf A. Makkreel. *Dilthey: philosopher of the human studies*. Princeton: Princeton University press, 1992.

⁹⁹ Sobre a influência da polêmica entre Dilthey e os neokantianos Windelband e Rickert, vale consultar: W. Mommsen & J. Osterhammel. *Max Weber and his contemporaries*. Londres: Unwin Hyman, 1987. Karl-Otto Apel. *Understanding and explanation: a transcendental-pragmatic perspective*. Cambridge: The MIT press, 1984. Gabriel Cohn. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

¹⁰⁰ Karl-Otto Apel. *ob.cit.* p. 12-18.

literatura na Holanda, George Sand e Charles Dickens, além de alguns estudos com os mais variados interesses, como por exemplo, contos japoneses¹⁰¹.

A partir desta experiência que Dilthey iniciou a busca de fundamentação para suas ciências, lançando uma *Introdução à ciências do espírito*, em 1883, obra que não teve a sequência prevista inicialmente¹⁰². Mais tarde, depois de ter seguido em seus estudos literários e de cultura, Dilthey publicou, numa fase considerada como de retomada de seus estudos sistemáticos, *Idéia de uma psicologia descritiva e analítica*, em 1894¹⁰³. Texto em que postula o fundamento de uma “psicologia descritiva” associada a uma “compreensão histórica” para estabelecer suas ciências do espírito. Este escrito pode ser considerado como uma ponte lógica que une seu pensamento epistemológico sobre tais ciências, pois une àquele de 1883, *A construção do mundo histórico*, de 1910¹⁰⁴.

Seus estudos sobre história da literatura e da cultura parecem indissociáveis de suas pretensões de estruturar uma fundamentação epistemológica para as “ciências do espírito”, visando contrapor àqueles que cultuavam Kant e não aceitavam a distinção entre dois domínios da realidade, como os da natureza e do espírito. Toda formação conceitual específica das ciências do espírito, teria como horizonte os estudos sobre história da literatura e da cultura, além da psicologia descritiva e comparada. Em seu ensaio “Contribuições ao estudo da individualidade”, publicado na Academia de Berlim, em 1896, Dilthey apresentava ampliado o texto “A concepção poética da individuação da natureza humana geral”¹⁰⁵, primeiramente escrito para o estudo sobre “Shakespeare e seus contemporâneos”¹⁰⁶. Nele, a articulação entre “subjetividade” e “vitalidade exterior” demarcava os limites da “individuação poética”, apontando o sentido de sua perspectiva historiográfica.

Para Dilthey, a “individuação” que haveria em toda obra, poética ou não, estaria realizada a partir do “ponto médio interior a ela”, determinado pela “subjetividade” do

¹⁰¹ Consultar: *Obras de Wilhelm Dilthey – Literatura y fantasia*. v. IX. México: Fondo de Cultura Económica, 1997. *Idem – Vida y poesia*. v. IV. México: Fondo de Cultura Económica, 1978. *Idem – Hegel y el idealismo*. v. V. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

¹⁰² W. Dilthey. *Crítica de la razón histórica*. Barcelona: Ediciones Península, 1986.

¹⁰³ W. Dilthey. *Descriptive psychology and historical understanding*. Bélgica: Martinus Nijhoff, The Hague, 1977.

¹⁰⁴ W. Dilthey. *El mundo histórico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

¹⁰⁵ W. Dilthey. “La concepción poética de la individuación de la naturaleza humana general”. In: *Literatura y fantasia. Obras completas*, v. IX. México, Fondo de Cultura Económica, 1963. pp 85-102.

¹⁰⁶ W. Dilthey. “Shakespeare y sus contemporâneos”. In: *ob. cit.* pp. 54-84.

artista, que não poderia ser superada nem pelo maior dos poetas – o que invalidaria aquele “desejo” de Leopold von Ranke de apagar a si mesmo para ver as coisas como realmente foram. Isso significaria, em sua perspectiva, dizer que: “compreendo” a partir deste “ponto vital de traços convergentes”, fazendo surgir um “tipo”. Disto resultava, que a exposição de uma “indivduação” seria sempre algo “subjetivo”, condicionada por uma “sucessão pessoal”, “nacional” e “histórica”¹⁰⁷.

Dilthey afirmava-se vivendo numa “idade poética”, em que vigorava a “condicionalidade omnilateral do ser humano”, a dependência deste em relação à sociedade que o cerca, marcando sua “historicidade” – uma época de “ciência natural”, “economia política” e “história”. Nessa medida, por mais que se buscasse um “novo simbolismo”, ou, o “nunca envelhecido idealismo”, teria que se assumir como elemento importante na busca da “profundidade da realidade” a crescente “compreensão da individualidade”¹⁰⁸.

..... Quando, em 1910, Dilthey trazia a público o seu *A construção do mundo histórico nas ciências do espírito*, ele pretendia com seu parâmetro de compreensão da individualidade não apenas propor uma tarefa fundamental àquele ser imerso na época da ciência natural, economia política e história. Ele concebia, em sua perspectiva, a pretensão de alterar a própria forma de “captação (*Auffassen*) objetiva da realidade”, como articulada por Immanuel Kant, em sua formulação da teoria do conhecimento – apontando o sentido de sua “crítica da razão histórica”. Dessa forma, fundando e estruturando o campo espistêmico de suas “ciências do espírito”, que em suas condições intrínsecas definiam uma “estrutura peculiar” desta conexão da “captação objetiva”. A conexão dos métodos das “ciências do espírito” se manifestaria já desde a origem como diferente daquela das “ciências da natureza”, posto que nessas se pretendia abarcar a “totalidade da experiência da vida humana”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ W. Dilthey. *ob. cit.* pp. 85-86.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*. p. 102.

¹⁰⁹ W. Dilthey. *El mundo histórico*. Tradução de Eugenio Imaz. México: Fondo de Cultura Económica, 1944. p. 152-153. “A captação de objetos constitui um sistema de relações em que estão compreendidas percepções e experiências vividas, representações recordadas, juízos, conceitos, conclusões e suas combinações. É comum a todas essas atividades, no sistema de captação objetiva, que nelas não se dêem mais que relações entre fatos. Assim, no silogismo se dão unicamente os conteúdos e suas relações e nenhuma consciência de operações mentais o acompanha” (p. 143, seção 1: a captação de objetos). Captação objetiva envolve várias etapas de relação com o dado para se aproximar do “conceito de mundo” (pp. 151-152). “São etapas porque em cada um destes momentos a captação objetiva anterior constitui a base para o momento seguinte da captação objetiva” (Nota do tradutor: [...]) “Portanto, as leis do pensamento não assinalam nenhuma condição *a priori* do nosso pensamento. E as relações contidas no igualar, separar, abstrair, relacionar, se encontram de

Essa diferenciação originária se fundamentava, segundo Dilthey, em uma relação direta entre “experiência vivida”, sua “expressão” e “compreensão”. A equação desse relacionamento pode ser definido assim: tanto o aprofundamento da “experiência vivida” como a “orientação crescente” ao esgotamento de seu conteúdo, condicionam a possibilidade de extensão do “compreender” a “toda a objetivação do espírito”. Como também condicionam a “apreensão cada vez mais completa e metódica do espiritual” dentro das diferentes “manifestações da vida”. Na concepção de Dilthey, a “vida” sendo um “fato do mundo humano”, nela os indivíduos esbarrariam com “referências vitais” (*Lebensbezüge*), com “tomadas de posição”, com “atitudes”, com “criação” em coisas e homens, e com “sofrimentos” por essas e aqueles. Enfim, nada haveria que não contivesse uma “referência vital do eu”. Nesse sentido, não existiriam homens nem coisas que fossem apenas objeto para esta subjetividade. Homens e coisas implicariam “pressão ou estímulo”, “meta de um esforço ou vinculação de vontade”, “valoração”, “exigência de precaução” e “resistência ou aproximação íntima”, “distância e estranheza”¹¹⁰.

Enfim, da maneira como o concebia Dilthey, tudo se passaria como se a “referência vital” da própria “subjetividade” provesse de vida aquilo que se observa, baseando-se para tanto na pretensão de segurança vislumbrada na “sensação de tornar interior a si a realidade (*Innerwerden*)”¹¹¹. Talvez, esteja aí um aspecto relevante para

novo nas operações do pensamento discursivo, o mesmo que as categorias formais (...). É desnecessário admitir que o juízo pressupõe a introdução da relação categorial de coisa e propriedades, já que pode compreender-se a base da relação entre o objeto e o que se predica dele”.

¹¹⁰ Idem *ibidem*. pp. 154-155.

¹¹¹ “A vida, a experiência da vida e as ciências do espírito se acham, por conseguinte, em uma constante conexão interna e ação recíproca. Não é o método conceitual o que constitui o fundamento das ciências do espírito, mas sim o assegurar-se (*Innerwerden, percatarse*, literalmente, adentrar-se, conhecer por dentro, sentir uma coisa por dentro, daí sua semelhança com o sentir, não sentimento, sim sensação (ver pp. 52-53; Nota do Tradutor; p. 159) de um estado psíquico em sua totalidade e reencontrá-lo na revivência (*Nachleben*, “re-viver, no qual toda a conexão psíquica de uma existência estranha é captada partindo do singularmente dado”, p. 53). *Nachfühlen*, re-sentir, voltar a sentir um sentimento alheio (como *Nachbilden* é reproduzir, é imitar; Nota do Tradutor), “com respeito àquelas vivências nas quais se ‘compreende’ algo estranho seja real ou inventado: se trata melhor dizendo de um re-viver” diferente de *Innerwerden*). Na introdução Eugenio Imaz comenta esta categoria diltheyana, que chamará em sua tradução de *percatación*: “O próprio da experiência vivida é que nela há um *Innerwerden*, um estar dentro da realidade que nela se dá. O conhecer e o conhecido são uma mesma coisa. Quando eu tenho um sentimento qualquer, digamos, uma antipatia súbita, de sua *realidade*, do que este sentimento é nada me escapa, posto que o vivo. Se me podem escapar suas causas e também suas implicações, mas isto é outra questão. Se da chuva, fizemos exemplo de fenômeno natural, eu experimento seus efeitos, não a vivo, sem embargo, no que ela é, e para dizer o que é, o faço indiretamente mediante uma explicação que as ciências da natureza me proporcionam recorrendo a uma ‘construção’ mental. Neste sentido, a experiência vivida é uma experiência direta e não construída. Neste sentido, também, a experiência vivida ocupa uma posição privilegiada no âmbito do conhecimento, pois o sujeito e o objeto coincidem perfeitamente e este está presente em nós. [...] Porém desde o primeiro momento a experiência

considerar em que medida a instrumentalização de noções várias – que implicariam diferentes processos de se captar um “estado psíquico” em sua “totalidade histórica”, como as de “revivência (*Nachleben*)”, “ressentir (*Nachfühlen*)”, “imitar (*Nachbilden*)”, ou, “transferência (*hineinversetzen*)” – significaria a tentativa de abolição da distância interpretativa, pressuposta no conceito de “empatia”, considerado por muitos sinônimo de “compreensão (*Verstehen*)”. Isso, para que se assevere que, ao contrário de levar a sério a distância e a estranheza como problemas inerentes ao conhecimento historiográfico, Dilthey pretendia sentir-se em “casa” para conhecer¹¹².

Tudo indica que Sergio Buarque ao buscar uma interpretação para a “tradição” nacional, pretendendo “alimentar no nosso ambiente um tipo próprio de cultura”, buscava ultrapassar a condição de “desterrados em nossa terra”, reforçando o sentido de pertença a uma tradição própria, a fim de sentir-se nela como em “casa”. O sentido do pronome “nós” ecoa. No entanto, não há nenhuma referência direta ao nome ou à obra de Dilthey em todo

vivida parece implicar também a *estrutura*. Quer dizer, que assim como as idéias claras e distintas cartesianas implicam realidade, o *Innerwerden* diltheyano implica estrutura” (Prólogo do tradutor, pp. ix, x, xi). Mais importante são as palavras de Wilhelm Dilthey: “Pelo contrário, encerra um equívoco falar de ‘sentimento’ da semelhança, de ‘sentimento’ da realidade. O caráter de *‘percatación’* que é comum, explica este uso duplo da expressão ‘sentimento’. Afirmção e negação, dúvida e certeza não são, por si mesmas, nem prazerosas nem penosas. Existe uma alegria pura e sem mescla na solução de hipóteses de toda classe. E igualmente na esfera volitiva o *‘percatarse’*, o adquirir consciência da vinculação em que se acha minha vontade, ao realizar uma ação, com um ato meu em que me obrigue, não vai unido de si mesmo a um sentimento de prazer ou de pena, ainda que na trama da vida se apresente um tal sentimento de dor, de limitação, com grande facilidade. Existe, pois, uma consciência de uma atitude volitiva que, certamente, é muito semelhante à sentimental e que também pretende unir-se ao sentimento, porém não é em si sentimento. De uma maneira geral: se dá um *percatarse* de estados de ânimo muito parecido ao sentimento e que se pode unir a este, mas que não pode considerar-se como tal sentimento. E como neste caso o *‘percatarse’* não se diferencia suficientemente do sentir, haverá de rechaçar, com respeito àquelas vivências em que se ‘compreende’ algo estranho, seja real ou inventado, a expressão re-sentir (*Nachfühlen*)”. Idem, *ibidem*. pp. 52-53.

¹¹² Idem, *ibidem*. pp. 170-171. “Se abarcamos o conjunto de todas as contribuições do compreender veremos como surge nele a objetivação da vida frente à subjetividade da experiência vivida. Junto à experiência vivida, a visão da objetividade da vida, de sua exteriorização em múltiplas conexões estruturais, se converte em fundamento das ciências do espírito. O indivíduo, as comunidades e as obras nas que se têm encapsulado, por assim dizer, a vida e o espírito, constituem o reino exterior do espírito. Estas manifestações da vida, tal como se apresentam à compreensão no mundo exterior, se acham como embutidas na conexão da natureza. Sempre nos rodeia esta grande realidade exterior do espírito. Representa uma realização do espírito no mundo sensível, desde a compreensão passageira até o domínio multissecular de uma constituição ou de um código. Toda manifestação de vida singular representa, no reino deste espírito objetivo, algo comum. Cada palavra, cada frase, cada gesto ou fórmula de cortesia, cada obra de arte e cada fato histórico, são inteligíveis porque há uma ‘comunidade’ (*Gemeinsamkeit*) que une ao que neles se manifesta ou exterioriza com o que o compreende; o indivíduo vive, pensa e age sempre em uma esfera de ‘comunidade’ e compreende somente em tal esfera. Tudo o que é compreendido leva consigo a marca de familiaridade, de ser conhecido em razão dessa ‘comunidade’. Vivemos nesta atmosfera, nos rodeia não importa onde estejamos. Nos achamos imersos nela. Nos encontramos neste mundo histórico e compreendido como em nossa própria casa, compreendemos o sentido e o significado de tudo isso, nos achamos, nós mesmos, entrelaçados nestas ‘comunidades’”.

o seu livro, de 1936. Na verdade, as primeiras referências diretas de Holanda ao historiador da cultura e epistemólogo alemão vêm na década de cinquenta, quando ele discute as “tendências filosóficas” brasileiras, e o primeiro congresso brasileiro de filosofia¹¹³. A constituição fragmentária da obra de Dilthey e a publicação, da maior parte desta, feita por seus alunos depois de sua morte. A ascensão nazista na Alemanha, quando Dilthey passou a ser definido como “representante odiado do pensamento liberal burguês”. A publicação de *Ser e tempo*, de Heidegger, em 1927, deslocando o centro de debates sobre a fundamentação das “ciências do espírito”, e a “filosofia da vida”, de Karl Jaspers, expressa no seu *Filosofia da vida e fenomenologia*, de 1932 – são todos fatores que dificultavam sua divulgação nas décadas de 1920 a 1940¹¹⁴.

Contudo, enquanto esteve na Alemanha, Buarque de Holanda fez leituras que permitem inferir seu contato, ao menos, com informações básicas sobre Dilthey, afinal leu Weber e esteve em meio ao “círculo de Stefan Georg”, do qual fez parte Hans-Georg Gadamer. Além disso, Holanda teve oportunidade de frequentar as aulas de Friedrich Meinecke, na Universidade de Berlim, reconhecido estudioso e divulgador do pensamento diltheyano¹¹⁵. Mas, principalmente, Sergio Buarque leu José Ortega y Gasset, que esteve na Alemanha no ano de 1926, conheceu e estudou com alguns dos alunos de Dilthey, e tornou-se o maior vulgarizador de sua obra nos países de língua espanhola, sendo responsável pela “grande e, em geral, entusiástica literatura” que existe nessa língua sobre o alemão¹¹⁶. Sergio Buarque não apenas leu, ele também grifou com atenção alguns dos trechos que viu por bem destacar em seu estudo da obra do espanhol¹¹⁷.

Para Ortega y Gasset, como não poderia deixar de ser, o conceito de “vida” foi dos mais importantes aprendidos do pensamento de Dilthey; para ele, o “filósofo mais

¹¹³ Sergio Buarque de Holanda. “Tendências filosóficas”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 18 de março de 1951. Idem. “Em torno de um congresso”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1951.

¹¹⁴ Sobre as condições de publicação e divulgação de sua obra é possível consultar: Maria Nazaré de Camargo Pacheco Amaral. *Dilthey: um conceito de vida e uma pedagogia*. São Paulo: Edusp, Perspectiva, 1987.

¹¹⁵ Na Biblioteca Especial Sergio Buarque de Holanda encontra-se a edição das *Obras completas* de Wilhelm Dilthey, 12 volumes em alemão, da década de 1960, que coincide com o período de “redescoberta” de seu pensamento. Encontra-se também *Historismus: die Entstehung des Historismus*. 2v. Berlim: Didenbourg, 1936. Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda – Biblioteca Central/Unicamp.

¹¹⁶ Rudolf A. Makkreel. *Dilthey: philosopher of the human studies*. Princeton: Princeton University press, 1992. p. 5.

¹¹⁷ Consultar: José Ortega y Gasset. *Obras*. Madri: Espasa e Calpe, 1932. Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda – Biblioteca Central/Unicamp. Todas as marcas e toda a marginalia inscrita por Holanda neste seu volume foi transcrita em minha pesquisa, com todo detalhamento de suas marcas laterais, sublinhados, asteriscos laterais e quejandos.

importante da segunda metade do século XIX”, por ter trazido esse conceito como uma “nova Idéia”¹¹⁸. O exagerado comentarista espanhol definia em suas *Obras* esse conceito, segundo seu ponto de vista, central. Sergio Buarque leu e grifou ainda naqueles primeiros anos da década de trinta. São essas as palavras de Ortega y Gasset ressaltadas por Buarque de Holanda.

“A vida é, essencialmente, um diálogo com o contorno; o é em suas funções fisiológicas mais sensíveis, como em suas funções psíquicas mais sublimes. Viver é conviver, e o outro com que nós convivemos é o mundo ao redor. Não entendemos, pois, um ato vital, qualquer que ele seja, se não o pomos em conexão com o contorno ao qual se dirige, em função do qual nasceu”¹¹⁹.

De uma forma, ou de outra, não pretendo enquadrar a urdidura historiográfica do livro de Buarque Holanda em nenhum modelo de confecção. Ao contrário, a pretensão é apenas sugerir elementos que permitam vislumbrar em que medida ele fiava uma continuidade, daqueles critérios críticos instrumentalizados na década de vinte, para constituir sua própria perspectiva histórica. Nesse sentido, de ter em sua formação uma relação direta com o ambiente de reflexão romântico, é que o pensamento de Dilthey se torna significativo para cotejar a torção no repertório conceitual de Holanda, que acompanhou seu giro temático, da literatura para as preocupações historiográficas e sociológicas.

Meu interesse é argumentar que há uma trama elaborada por Sergio Buarque, em seu primeiro livro, entre três núcleos conceituais – “tradição”, “cultura” e “vida” – de modo, a estruturar seu “estudo compreensivo” em um complexo de temporalidade histórico; caracterizando-o como um estudo historiográfico. A articulação desses termos ressaltava em *Raízes do Brasil*, logo em seu primeiro capítulo, quando Buarque de Holanda criticou, como o fizera mais de uma década antes, o esforço de importar “sistemas de outros países modernos”, com a pretensão de “superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado”. Afinal, em sua perspectiva, “a experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora verdadeiramente os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida”¹²⁰. Só quando estão

¹¹⁸ José Ortega y Gasset. *Goethe, Dilthey*. Madri: Revista de Occidente, Alianza Editorial, 1983. p. 141.

¹¹⁹ Idem. “Las Atlántidas – el horizonte histórico”. In *Obras*. Madri: Espasa e Calpe. p. 830. Todo o trecho em itálico, na verdade, foi marcado com um traço lateral no suporte original.

¹²⁰ Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Coleção Documentos Brasileiros, n1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936. p. 15.

em casa. Note-se como os “quadros de vida” aparecem como suporte para “a experiência e a tradição”, fundamentando a possibilidade de seu compartilhamento social.

A importância dessa sustentação nos “quadros da vida” foi a chave para que Sergio Buarque criticasse aqueles que “imaginam na volta à tradição, à certa tradição”, como solução para a “falta de coesão social da nação” – ressoando a censura ao tipo de perspectiva daqueles “acadêmicos modernizantes”. “Os mandamentos e ordenações que elaboraram esses eruditos são, na verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contrária a ele”. Nessa concepção, assim expressa, Sergio Buarque apresentava a “tradição” como fio temporal a ser “atualizado”, mediante os “quadros da vida” – afinal, “as épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação. A escolástica na idade média era viva porque era atual”¹²¹.

O potencial de atualização de uma “tradição” era apresentado como estando em relação direta com a possibilidade de que seus “traços culturais” fossem compreendidos por diferentes gerações ou culturas. Assim, toda a relação entre a “tradição”, a sua possibilidade de desdobramento, mediante os “quadros de vida”, estava vinculada à possibilidade de compreensão do passado herdado pelos parâmetros do “atual”. Dessa maneira, instaurando uma tensão intrínseca a esse movimento de atualização pelos “quadros de vida”, determinada pelo jogo cultural de persistências e descartes. Essa idéia do jogo, tenta traduzir o fato de que essa atualização da tradição não é realizada de modo controlado, ao contrário, pode significar, por vezes, a apreensão e atualização de aspectos negativos da herança. Esse aspecto dúbio da atualização pode ser exemplificado pelo “culto da personalidade”, traço da “originalidade” ibérica frente a seu vizinhos europeus, traduzido no termo “sobranceria”¹²².

Sergio Buarque via a extensão desse “caráter ibérico”, que impunha o valor do “mérito pessoal”, na “instituição nitidamente ibérica” da Companhia de Jesus, defensora do “livre arbítrio” e das “liberdades individuais”. Segundo ele, foi essa “mentalidade” que propiciara o “óbice”, entre aqueles “povos” ibéricos, do “espírito de organização espontânea” que caracterizaria os “povos protestantes e sobretudo calvinistas”. Por isso, na falta de “racionalização da vida”, marca das “terras protestantes”, as “nações ibéricas” tinham seu “princípio unificador”, invariavelmente, representado pelos governos,

¹²¹ Idem, *ibidem*. pp. 6-7.

favorecendo a um “tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior” – “ditaduras militares”¹²³. Com essa “falta de organização espontânea” há uma recusa à “ética do trabalho”, ou melhor, uma “antipatia ibérica pelo culto do trabalho” – ecoando aquela censura ao apego do “*far niente* nacional” –, que Buarque de Holanda atestou ao realizar um “exame da psicologia desses povos” ibéricos.

A partir de uma tal análise foi que Buarque de Holanda relacionou a essa antipatia ibérica pelo culto ao trabalho” e ao “culto à atividade utilitária”, uma “pequena capacidade de organização social”. De tal forma, que uma tal ausência de “solidariedade pelo trabalho”, seria compensada por uma outra, instaurada por uma “vinculação de sentimentos mais que de interesses”, cultivada no âmbito do “recinto doméstico ou entre amigos”. Nunca extensa ao nível de “gremial”, ou mesmo, “nacional”. Contudo, esse mesmo “personalismo” que impõe a “tibieza da ordem social”, gera uma única “alternativa: a negação e a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior”. Disto, resultando que, entre os “povos ibéricos”, a “obediência” fosse erguida à condição de “a virtude suprema de todas”, mais ainda, “único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares”. Esse princípio da “disciplina pela obediência” teria sido representado, exemplarmente, pelos jesuítas, que na “nossa América do Sul” teriam deixado obras à altura de seus regimes totalitários coevos¹²⁴.

Esse, portanto, um dos aspectos atualizados da “tradição”, que falharam em “superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado”, bem como, aquelas tentativas de “importar dos sistemas de outros povos modernos” qualquer substitutivo adequado. Com isso, Sergio Buarque definia qual a “tradição” que teria suas “traços culturais” absorvidos, assimilados e elaborados, ajustando-se aos “quadros de vida” de então, à revelia de “o contato e a mistura com as raças aborígenes”. “No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, e a Portugal especificamente, uma tradição longa e viva”¹²⁵.

¹²² Idem, *ibidem*. pp. 4-5.

¹²³ Idem, *ibidem*. pp. 10-12.

¹²⁴ Idem, *ibidem*. pp. 13-15.

¹²⁵ Idem, *ibidem*. p. 15.

Buarque de Holanda passava, então, a perscrutar as “formas de vida coletiva”, a fim de encarar as “determinantes psicológicas do movimento de colonização portuguesa”. Os princípios determinantes dessas formas de vida, “encarnavam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador”. O primeiro, visava o “objetivo final”, como indicava, segundo Holanda, a etimologia latina da palavra *advenire*, “seu ideal era colher o fruto sem plantar a árvore”. Esse “tipo humano ignora as fronteiras”, vivendo dos “horizontes distantes”. O segundo, ao contrário, enxergava “primeiro a dificuldade a vencer”, seguia pelo “esforço lento”, tirava o máximo proveito do “insignificante”, fazendo da parte mais que o todo. Um cultuando a “ética do trabalho”, o outro a “ética da aventura”. Entre esse “tipos”, no entanto, não haveria, para Sergio Buarque, uma “oposição absoluta”, mas antes uma ruptura de sentido hermenêutico, posto que havia sim uma “radical incompreensão”, por não pertencerem ao que chamou a “mesma família moral”. Note-se que esses “tipos”, como deixou claro Holanda, supõe aquele movimento de universalização do âmbito individual, sendo “precisamente nesta extensão super-individual que eles assumem uma importância inestimável para os estudo da formação e da evolução das sociedades”¹²⁶.

O empreendimento colonizador teria se realizado pelo “tipo aventureiro”, decisivo para a “vida nacional”. Fora exatamente o “espírito aventureiro” que capacitara os portugueses a adaptarem-se às novas terras, comeram o pão da terra, dormiram em redes como os índios, caçaram e pescaram com seus instrumentos, aprenderam a fazer suas embarcações, suas técnicas de cultivo, e sua defesa para as habitações. Nessa medida, teriam sido os primeiros colonos teriam sido “instrumentos passivos” que se aclimavam facilmente, “aceitando o que lhes sugeria o ambiente”. Característica que separava, na perspectiva de Buarque de Holanda, portugueses e espanhóis, que não se identificaram em suas possessões americanas “a tal ponto com a terra e a gente da terra”¹²⁷.

Dentro dessa “plasticidade social” do português, Sergio Buarque alinhavou a “ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho racial”, o que se explicava, em seu ponto de vista, por ser o português “um povo de mestiços”. Sergio Buarque incorporava, portanto, na definição de suas “formas culturais” a noção de “raça”, instrumentalizada através de uma referência a Hans Günther, que em seu *Rassekunde Europas*, distinguia os portugueses dos seus “próprios vizinhos e irmãos, os espanhóis, por

¹²⁶ Idem, *ibidem*. pp. 19-21.

ostentarem um contingente maior de sangue negro”. Mais um traço de continuidade da tradição lusitana no Brasil que, nesse sentido, “não foi cenário de nenhuma novidade”. Foi por tal característico que, Buarque de Holanda apontou para um “domínio brando e mole” dos senhores escravistas sobre os trabalhadores negros escravizados, afinal os “donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido e até a de solidário e afim”, permitindo que “sua influência” penetrasse “subrepticamente no recesso doméstico”. Dessa forma, não se pode deixar de ressaltar, se impõe a percepção do “escravo” como elemento historicamente passivo, que aliado à “hipertrofia das lavouras coloniais”, frustrava as tentativas de perceber em “nossos grêmios” e “corporações” qualquer coisa mais que uma efêmera “experiência corporatista”¹²⁸.

A “influência dos negros” dera-se, nesse ponto de vista, “sobretudo, como escravos”, sendo responsável pela “suavidade dengosa e açucarada” que marcaria, desde muito cedo, “todas as esferas de nossa vida colonial”. Ela estabeleceria mais uma continuidade, não fosse subsumida pela tradição portuguesa preponderante que a assimilara, incorporando aquela “moral das senzalas, sinuosa até na violência e no crime, negadora de todas virtudes sociais, contemporizadora e narcotizante de qualquer energia produtiva”¹²⁹. Mais uma vez, como em “Ariel”, as misturas das raças traziam antes inconvenientes. Além disso, a situação do negro como sujeito histórico era minorada drasticamente, servindo apenas para ressaltar a “plasticidade” dos portugueses, que na medida mesma de sua aplicação, elaboravam formas de dominação e preponderância social e política, sendo na perspectiva de Holanda, se apresentando como a mais importante “tradição” cultural brasileira.

Para Sergio Buarque, portanto, a “plasticidade social” portuguesa implicava em uma somatória do “personalismo”, do “espírito aventureiro” e da “mestiçagem”, estabelecendo um embasamento psicofísico para formular sua noção de “formas de vida”. Nesse sentido, parece lícito supor que Buarque de Holanda instaurava, então, uma naturalização de sua noção de cultura, como ficava ainda mais claro em sua utilização do pensamento do Eugen

¹²⁷ Idem, *ibidem*. pp. 24-26.

¹²⁸ Idem, *ibidem*. pp. 27-30.

¹²⁹ Idem, *ibidem*. p. 33.

Fischer para explicar a incapacidade dos “povos europeus do norte”, mais especificamente os holandeses, em se adaptarem às regiões tropicais¹³⁰.

Destacada essa importante nuance na perspectiva do que sejam as “formas de vida” para Sergio Buarque, passo a apresentar seu ponto de vista sobre o “ruralismo”, mais um nível de “persistência cultural” daquela “forma de vida portuguesa” no Brasil. Na verdade, a relação estabelecida entre “espírito aventureiro” e os “domínios rurais” de gestão autônoma e, regido pelo ambiente doméstico patriarcal, demarcariam a própria peculiaridade da “forma de vida” portuguesa. A abrangência dessa “persistência cultural” se estendia até o âmbito das “instituições”, prevalecendo como “centro e base de toda essa vasta estrutura”. A relação de submissão e apadrinhamento característica desse “ambiente doméstico” patriarcal teriam se refletido no “mecanismo social”, caracterizando a “formação de um aparelhamento burocrático” que tornava difícil a “adaptação ao princípio de Estado democrático”. “A entidade privada precede sempre neles [os indivíduos] à entidade pública. A nostalgia desse quadro compacto, único e intransferível, onde prevalecem sempre e necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, deixou vestígios patentes em nossa sociedade, em nossa vida política, em todas as nossas atividades”¹³¹.

Devido à carência de “trabalho manual livre” e com uma “classe média” incipiente, os “antigos senhores rurais”, teriam assumido o domínio das “funções públicas”, estendendo seu domínio rural, de cunho doméstico e patriarcal, para a organização da “instituição” estatal. De tal maneira, para Sergio Buarque seria evidente a continuidade representada no “sistema administrativo”, da “visão de mundo personalista” – instituinte daquela “solidariedade por sentimentos” – e, da “forma de vida ruralista” – cultivada em “ambiente doméstico” e “patriarcal”. Na verdade, na perspectiva de Holanda, a “vida doméstica” sempre regeu “qualquer composição social entre nós”. Exatamente, a partir da amálgama desses elementos é que Sergio Buarque definiu a “contribuição brasileira para a

¹³⁰ Idem, *ibidem*. p. 37-39. Vale destacar que na segunda edição de seu livro, Buarque de Holanda não referia mais nem a Hans Günther, nem a Eugen Fischer e seu *Rasse und rassenentstehung beim Menschen*, de 1927. Nessa primeira edição, ele, comentando o fracasso holandês nos trópicos, referia a Fischer como um dos “antropólogos eminentes”, ou ainda, Fischer “observa, provavelmente, com razão, [sendo ele] uma das maiores autoridades no assunto”. Na segunda, em 1948, diferentemente, ele falava disso com essas palavras neutras: “mais uma justificativa para a opinião, hoje crescente entre alguns antropologistas”. Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948. p. 74.

¹³¹ Idem, *ibidem*. pp. 87-89.

civilização”, marcando de maneira definitiva o “caráter nacional”¹³². Destaco que, tanto essa noção de “caráter nacional”, quanto as abordagens psicologizantes de Holanda, só fazem sentido no âmbito do núcleo conceitual da “cultura”, sendo indissociáveis de seus outros elementos.

Com isso, a noção de “homem cordial”, emprestada de uma carta Ribeiro Couto ao mexicano Alfonso Reyes, sintetizaria aqueles elementos da “visão de mundo personalista” e da “forma de vida ruralista”, fazendo dele, antes de tudo, um passional, afastado das formas “ritualistas” de convívio social, como, por exemplo, a “atitude polida”. A menos que, a polidez atuasse como uma “estandardização das formas exteriores da cordialidade”, como uma “máscara” utilizada pelo “indivíduo”, que desse modo, “consegue manter sua supremacia ante o social”. “A polidez implica uma presença contínua e soberana do indivíduo”¹³³.

Dessa forma, não tendo uma personalidade plena em sua consciência de inserção social, o brasileiro em sua “vida íntima”, poderia se entregar a “formalismos mecânicos”, sendo suscetível, por exemplo, ao “rastaquerismo, o vício específico dos sul-americanos”¹³⁴. Assim, o brasileiro teria dificuldade, segundo Buarque de Holanda, em suportar atividades morosas e monótonas, e mesmo, qualquer sistema disciplinador, o que seria evidente naqueles que “se presumem intelectuais”. Esses se alimentavam das “convicções mais díspares”, bastando que tivessem uma “roupagem vistosa”. Do mesmo modo, no trabalho. No Brasil, as atividades profissionais não passariam de “meros acidentes na vida dos indivíduos”, sendo que as “profissões liberais”, estariam vinculadas à “nossa formação colonial e agrária” e à transição do “domínio rural para a vida urbana”¹³⁵.

Sergio Buarque afirmava que a “praga do bacharelismo”, no Brasil, ganhava coloração própria, apesar de compartilhada pelos “países americanos”. Aqui, além dos “fatores de ordem econômica e social”, havia a persistência da tradição portuguesa em que “uma carta de bacharel valeu tanto como uma carta de recomendação na pretensão a altos cargos públicos”. Na esteira dessa crítica ao “vício do bacharelismo”, que Sergio Buarque retomou aquela censura antiga ao “amor pelas formas fixas” e pelas “leis gerais”, já

¹³² Idem, *ibidem*. pp. 100-101.

¹³³ Idem, *ibidem*. pp. 102-103.

¹³⁴ Idem, *ibidem*. p. 110.

¹³⁵ Idem, *ibidem*. pp. 113-115.

apontadas contra os “passadistas” em matéria de literatura e poesia. Agora, ela seguia no sentido de reduzir a “realidade”, por princípio “complexa”, possibilitando a manutenção daquela debilidade geral de “nossa inteligência”, na medida mesma da negação do que há de “hesitante” e “fluído”, que por si exigiria, exatamente o que a “visão de mundo personalista” contrariava, “colaboração” e “esforço”. Por isso, seria “possível compreender-se o sucesso do positivismo entre nós e entre outros povos parentes do nosso”, afinal, segundo Sergio Buarque, “para seus adeptos, a grandeza e a importância desse sistema prendem-se exatamente em sua capacidade de resistir à fluidez e à mobilidade da vida”¹³⁶.

A noção de “vida”, para Buarque de Holanda, portanto, guardava a “mobilidade” e a “fluidez” da “realidade complexa”, que se opunha ao “repouso das definições imperativas” do positivismo. Seria a noção de “vida” que tornaria descabida a pretensão teleológica positivista, possibilitando vislumbrar a não inexorabilidade do triunfo dos preceitos “racionais”. Ela, também, que permitiria a crítica à universalidade pretendida pelo “mobiliário científico e intelectual” positivista. Nesse sentido, era a noção que marcava a crítica historiográfica de Buarque de Holanda aos positivistas, reiterando sua recusa ao recurso a “certa tradição”, recriada de acordo com “princípios inflexíveis”, os quais nada alcançariam além dos próprios “desejos”.

Dessa forma, portanto, parece plausível afirmar que através da noção de “vida”, como a significava Holanda, seria possível vislumbrar de que maneira sua noção de “atual” demarcava o potencial de continuidade das “formas culturais” e a “legitimidade” de sua inserção em determinada “tradição”. Em outras palavras, delimitando o nível de apropriação dessa “tradição” pelo “presente” e, portanto, a possibilidade de ruptura em sua continuidade. Nesse mesmo sentido, parece cabível supor que com essa noção, Buarque de Holanda pretendia definir uma historicidade “fluida” e “móvel”, inerente à “realidade complexa”, cuja objetificação – sempre potencializada pela capacidade compreensiva do presente – não se daria por “princípios inflexíveis”.

Dessa feita, é possível definir o núcleo conceitual representado pela noção de “vida” como sendo aquele em que se instaurava o limite do “presente”, a partir daquela noção de “atual”, impondo parâmetros para a continuidade compreensiva das “formas culturais”, que, por sua vez, instituíam a “legitimidade” de uma determinada “tradição”, a partir do

¹³⁶ Idem, *ibidem*. pp. 118-119.

princípio da “fluidez” e da “mobilidade” dos “quadros de vida” em sua contemporaneidade. Nesse núcleo conceitual, portanto, definiam-se os critérios de historicidade que, por um lado, fundamentavam a instrumentalização objetiva, por Sergio Buarque, dos outros núcleos, da “tradição” e da “cultura”, demarcando sua perspectiva do potencial de ruptura com a “tradição”. Por outro, fundamentavam a própria percepção autoral do que seja a “realidade”.

Nesse nível, portanto, é que se explicitava, mais uma vez, o fundamento de seu projeto de conhecimento nas relações entre estética e ética. Afinal, seria a partir da percepção desse significado da noção de “vida” que se tornaria possível perspectivar a crítica de Holanda ao “horror à nossa realidade”, cultivado pelos positivistas e pelos partidários do “liberalismo democrático”, os quais com suas “fórmulas abstratas” trazidas de outros países, fizeram da “democracia” no Brasil um “lamentável mal entendido”. O mesmo “horror à nossa realidade” que, segundo Buarque de Holanda, fora expresso na literatura romântica brasileira, a qual ele classificava como uma “superfetação na vida brasileira”. Uma “planta de estufa” que tem sua “flor em Machado de Assis”. “Todo o nosso pensamento dessa época revela a fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao corpo social; todo pretexto estético pode servir-lhe de conteúdo”. Sergio Buarque punha em evidência o ponto de sua crítica: “tudo assim se engenhava na fabricação de uma realidade artificiosa e livresca, onde a nossa vida verdadeira morria de asfixia”¹³⁷.

Nessa mesma chave, Sergio Buarque encaminhou sua crítica aos pensadores do “quadro social” brasileiro, cujos pensamentos e conselhos “visariam criar, ao termo de nossa evolução, um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguesas e mestiças”. Nesse sentido, Holanda pretendia projetar seu horizonte político, convicto de estar livre dos “vaticínios enganosos”, daqueles que viam nas “superstições liberais e protestantes” algo de “eterno, indiscutível e universal”, posto que estava atento ao desdobrar-se da “tradição” que considerava ser “legítima”. Dessa forma, para ele, a abolição da instituição escravocrata, em 1888, representou o “fim do predomínio agrário”, ao passo que, a instauração de um novo regime político republicano, tentava responder à “nova composição social” proveniente de tal fato. Segundo Holanda, entre esses e outros

¹³⁷ Idem, *ibidem*. pp. 125-126.

acontecimentos há um “elo secreto”, o qual determina uma “revolução lenta, mas segura e concertada, a única que rigorosamente, temos experimentado em toda nossa vida nacional”. Esse elo que unifica o “processo demorado” ele comparava aos “acidentes diversos” ocorridos na formação de um sistema de montanhas – mais uma vez, naturalizando aspectos culturais – que pouco a pouco vão dando relevo às características do conjunto, nuançando uns aspectos enquanto outros se perdem¹³⁸.

Neste âmbito Buarque de Holanda retomava as considerações sobre o “americanismo”. Aqueles “acidentes diversos”, em seu ponto de vista, deixariam “ressonâncias últimas do lento cataclisma, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura para a inauguração de um estilo americano”. Na verdade, segundo Sergio Buarque, tais “traços culturais” ibéricos não teriam sido definitivamente abolidos, ainda, por insuficiências do “americanismo”, que se resumia, até então, “numa sorte de exacerbação de manifestações estranhas, de decisões impostas de fora, exteriores à terra”. Por conseguinte, definia: “o americano ainda é interiormente inexistente”¹³⁹.

Um dos pontos essenciais na possibilidade de ruptura tanto com a “tradição europeísta”, como com a “tradição ibérica”, era a capacidade de elaboração de soluções “espontâneas” – “americanistas” – em contraposição à opinião falsa de que através das “fórmulas fixas e mecânicas”, e dos “bons regulamentos”, ocorreria a “aquisição de hábitos civilizados”. Trata-se, nesse sentido, na concepção de Holanda de uma disputa entre o “absolutismo da razão” e a “vida” em sua historicidade. Nesse sentido, seguia a crítica de Buarque de Holanda ao “mito do progresso”. “Essa opinião enganosa tomou vulto depois de incentivada a crença no mito do progresso, com o êxito do comtismo, do spencerismo, do marxismo, e de tantas ideologias semelhantes”¹⁴⁰. Destarte, mais uma vez, Sergio Buarque recusava uma linearidade teleológica da história, sugerindo o valor da atualização das heranças na esfera da “vida”. Note-se que na crítica de Sergio Buarque ao “mito do progresso”, e a seu “absolutismo da razão”, ecoa sua trajetória intelectual formada no ambiente de reflexão romântico, na medida mesma que a ele contrapunha o potencial estético, heterogêneo e histórico do núcleo conceitual de sua noção de “vida”.

¹³⁸ Idem, *ibidem*. p. 135-136.

¹³⁹ Idem, *ibidem*. p. 136-138.

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*. p. 146.

Enfim, o núcleo conceitual da noção de “tradição” demarcava-se na percepção de continuidades e persistências, consideradas “legítimas”, que Buarque de Holanda objetificou, instaurando um elo compreensivo entre culturas e, ou, gerações. Por sua vez, o núcleo conceitual da noção de cultura vislumbrava os elementos constituintes daquelas “formas culturais” persistentes, as quais envolviam as noções conjugadas de “visão de mundo”, de “formas de vida” e de “instituições”. Essas, por sua vez, cumpriam, no “estudo compreensivo” de Holanda, a função de objetivar as continuidades “culturais” constituintes da “tradição” ibérica nos “quadros de vida” nacional. Além disso, era nesse núcleo que se expressava a “vida”. Em outras palavras, nele é que a noção de “vida” se realizava, tornando-se “espírito”: “visão de mundo”, “formas de vida” e “instituições”. O núcleo conceitual da “vida”, por seu turno, dispunha os princípios e convicções de Buarque de Holanda, tanto em seu projeto de conhecimento, quanto político, informando os outros núcleos conceituais constituintes do campo de tensão compreensivo e temporal que a conjunminância deles delineava.

Nesse núcleo conceitual se instaurava o limite do “presente” para a “tradição” – definido através da noção de “atual”. Com isso, impondo parâmetros para a continuidade compreensiva das “formas culturais”, que instituíam a “legitimidade” dessa “tradição” a partir do princípio da “fluidez” e da “mobilidade” dos “quadros de vida”, em sua contemporaneidade. Nessa medida, era essa noção da “vida” que tornava a “realidade complexa” inteligível através de sua racionalidade histórica intrínseca. Nesse sentido, seria a partir desse núcleo que se possibilitaria definir os critérios de historicidade vinculados por Sergio Buarque, os quais, por sua vez, fundamentavam sua instrumentalização objetiva daqueles outros núcleos conceituais da “tradição” e da “cultura”. Além disso, eram tais critérios que demarcavam sua perspectiva sobre a “legitimidade” da “tradição” e, ao mesmo tempo, o potencial de ruptura com ela, com isso estabelecendo seu horizonte de “realidade”, a partir de um solo de visada estético e ético.

III

.Sergio Buarque nas instituições de cultura letrada.

“Falta a tudo a ordenação impessoal
que caracteriza a vida no Estado burocrático”

(Sergio Buarque de Holanda)

Neste capítulo será discutida a atuação de Sergio Buarque de Holanda nas instituições de cultura, e sua imbricação com a continuidade de suas principais relações pessoais, visando os desdobramentos de sua atuação profissional em sua inserção na rede social de produção intelectual.

a) Universidade do Distrito Federal.

No ano de 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal, pelo decreto municipal número 5513, de 4 de abril. Pedro Ernesto, interventor federal, o fez, “considerando que a cidade do Rio de Janeiro constitui um centro de cultura nacional de ampla irradiação sobre todo o país”. As finalidades da instituição eram definidas em cinco itens: “promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira”; “encorajar a pesquisa científica, literária e artística”; “propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular”; “formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que as suas escolas e institutos comportarem”; por fim, “prover à formação do magistério, em todos os seus graus”. A estrutura da universidade contava com um “Instituto de educação”, uma “Escola de ciências”, uma “Escola de economia e direito”, uma “Escola de filosofia e letras”, e um “Instituto de artes”, além de instituições complementares para “experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão cultural”¹.

Naquele mesmo ano de sua criação, a universidade sofreu as consequências da reação à “intentona comunista”, com o afastamento seu reitor interino, e idealizador, Anísio Teixeira, que fora retirado também da secretaria da educação. Com Teixeira, deixaram a

¹ “Decreto n. 5513, de 4 de abril de 1935”. *Universidade do Distrito Federal*. Prefeitura do Distrito Federal. Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*. 1935. pp. 3-4. Coleção UDF – Proedes/UFRJ. A universidade não tinha sede própria, servindo-se, portanto, de diversas edificações públicas para abrigar suas atividades e sua administração.

universidade vários dos professores de nomeada que haviam assumido compromissos com ela, partilhando da expectativa “de que a UDF viesse a formar o quadro intelectual do país”. Outros professores, porém, foram demitidos e presos, a partir de 1936, como Hermes Lima, diretor da Escola de direito e economia, e, Castro Rabelo, diretor da Escola de filosofia e letras². A reação ao comunismo e a possibilidade de influência das relações pessoais nas decisões públicas são evidentes numa carta que Alceu Amoroso Lima escreveu para o Ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, em junho de 1935. Nela, Amoroso Lima alertava para os perigos da universidade do Rio de Janeiro e afirmava aquilo que os “católicos” esperavam do governo, marcando sua posição. A missiva era longa e retomava, segundo o remetente, uma conversa que haviam tido, no dia anterior, Capanema e ele.

Alceu Amoroso escrevia ao ministro fiado em sua “velha amizade” e no fato de ser ele “a mais alta autoridade de nossa organização educativa”. Ele era direto, reclamava da criação de uma universidade municipal, com a nomeação de diretores de faculdades que não escondiam idéias e “pregações comunistas”; esta “foi a gota d’água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos”. Lima se perguntava, “para onde iremos por esse caminho”, e pressionava, questionando se o governo consentiria que, “à sua revelia, mas sob a sua proteção”, fosse preparada uma “nova geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira alma do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sadia”. Eis o porque de sua carta, falar da “grande inquietação” do momento e expor o que esperavam os católicos do “patriotismo dos nossos dirigentes para a defesa do patrimônio moral do Brasil e do seu futuro como uma nacionalidade cristã”³.

Amoroso Lima fazia questão de avisar a Capanema que os católicos “não querem do governo nem privilégio, nem subvenções, nem pastas de responsabilidade política”. Segundo Alceu Amoroso, eles não tinham “ambição de Poder”, nessa medida estariam “perfeitamente à vontade para colaborar com o Estado, em tudo o que interesse ao bem

² Simon Schwartzman. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Nacional; Finep, 1979. pp. 177-179. Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, dentre eles: “Universidade do Distrito Federal (1935-1939): uma utopia vetada?”. In: *Ciência Hoje*. v. 21, n. 125, novembro-dezembro de 1996, pp. 69-73. Sobre a UDF, vale ainda consultar da mesma autora: “A universidade do Distrito Federal (1935-1939): centro de estudos e de produção do saber”. In: *Anais do IV congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais*. Rio de Janeiro: IFCS, 1998. pp. 121-131.

³ Correspondência de Alceu Amoroso Lima com Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1935. s/p. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

comum da nacionalidade”. Ele visava “esse interesse coletivo que tanto preocupa ao Estado como à Igreja” desejava do governo: “ordem pública”, para a livre expansão de sua atividade religiosa na sociedade; “paz social”, para estimular a “aproximação das classes”; “liberdade de ação”, para o “bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal”; e, por fim, “unidade de direção”, para que a “autoridade se manifeste uniforme”⁴.

Ele tinha como um seu dever advertir Capanema dos “progressos recentes da Aliança Nacional Libertadora”, e principalmente da “feição socialista” que ia assumindo o governo municipal do Rio de Janeiro, bem como, da “infiltração comunista” dos sindicatos e de elementos do Ministério do trabalho. Tudo, para Amoroso Lima, trazia à “opinião pública do país” motivos para uma bem fundada inquietação. Em vista disso, exigia do governo uma “atitude mais enérgica de repressão ao comunismo”, que visava a figura da ANL por “agir hipocritamente à sombra de nossas leis”. No governo, ele apoiava as iniciativas da pasta da guerra e da polícia, como também, do Ministro do trabalho que estaria expurgando dos sindicatos e da inspetoria do trabalho aqueles que faziam o “jogo dos sindicatos revolucionários”. O fundamental para Alceu Amoroso era dar continuidade a tais esforços, expurgando o exército e a marinha de “elementos políticos revolucionários”, reforçar a polícia, excluir os agitadores, além de “organizar a educação e entregar os postos de responsabilidade nesse setor importantíssimo”, para homens de toda “confiança moral e capacidade técnica” e não aos “sectários como o diretor do Departamento Municipal de Educação” – Anísio Teixeira. Todas elas, segundo o proponente, tarefas que o governo deveria levar a cabo infatigavelmente, pois que delas dependiam a “catolicidade das instituições e a paz social”⁵.

Ao mesmo tempo em que ele exigia do governo que soubesse reagir à “infiltração crescente do comunismo em nosso meio”, agindo em “defesa da coletividade”, Lima pedia que se olhasse com “simpatia”, e se facilitasse a expansão das atividades sociais que visassem “elevar o nível moral e religioso da sociedade brasileira”. Era esse o caso da Ação Católica, a respeito da qual Alceu Amoroso afirmava ter ela acabado de se organizar em “moldes nacionais”, e precisar “para sua expansão de um ambiente de segurança que só o Estado lhe pode dar”. Com essa segurança e a “simpatia das autoridades na aplicação das

⁴ Idem, *ibidem*.

leis”, ele certificava a colaboração eficiente na “obra de paz e de progresso nacional visada pelo Estado”. A natureza da Ação Católica seria estranha à “política partidária”, mas não à “política superior”, que visaria o “bem comum”. Os católicos seriam “aliados naturais” dos que defendessem princípios de “justiça”, “moralidade”, “educação”, e, da “liberdade justa”, bastaria que vissem que o governo estava combatendo o comunismo com seriedade. Era o que esperavam do governo, frisava Amoroso Lima, era o que esperavam do “patriotismo do presidente da república”, sobre quem repousavam, os católicos, suas “esperanças”⁶.

Decisiva ou não a opinião de Alceu Amoroso Lima, Anísio Teixeira foi afastado de seus cargos. Depois de sua saída, assumiu a reitoria da instituição Afrânio Peixoto, que ainda em 1935 foi à Europa em busca de professores estrangeiros para compor os quadros da universidade, a exemplo do que fizera Teodoro Ramos na Universidade de São Paulo, criada em 1934. Assim, em 1936, o ano letivo foi aberto com conferências desses professores⁷.

A universidade tornava públicas suas decisões através de editais noticiados pelas páginas do *Jornal do Brasil*. No dia nove de abril de 1936, a instituição fez publicar o anúncio que os cursos inaugurais das “Escola de economia e direito e de filosofia e direito”, estavam a cargo de professores franceses contratados. Esses cursos seriam ministrados no salão de conferências da Escola de belas artes, e seriam iniciados no dia dezesseis daquele mês⁸.

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ Simon Schwartzman. *ob. cit.*, pp. 177-179.

⁸ “Edital nº 5/R – Curso dos professores franceses”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1936. s/p. A admissão de ouvintes seria concedida mediante o pagamento de uma taxa mensal de 30\$000 rs. para um só curso, ou, 60\$000 para até quatro cursos, o máximo permitido. As inscrições estavam abertas até um dia antes do início das aulas, devendo ser realizadas na secretaria e contadoria da universidade, entre as onze e dezesseis horas, à rua do Catete, 147. Os ingressos para as lições inaugurais dos professores estrangeiros eram adquiridos no mesmo lugar, o preço para o público em geral era de 5\$000 rs., sendo que os membros do magistério municipal teriam direito a um desconto de quarenta por cento. Os alunos da universidade teriam acesso garantido ao apresentarem seu cartão de matrícula. Esse edital foi reproduzido em 14 de abril, delimitando o número máximo de cursos para assistência e apresentando a escala das aulas inaugurais. Coleção UDF – Proedes/UFRJ. Odete Toledo foi secretária e assessora da reitoria da UDF em seus poucos anos de existência, graças a ela preservou-se a maior parte do acervo documental desta instituição. Foi ela quem recolheu recortes com os atos e despachos publicados no *Jornal do Brasil*, colando-os em seis cadernos grandes e espessos. Os recortes englobam os anos de 1936, 1937 e 1938, sendo que, a partir de janeiro de 1938, não há mais referência ao *Jornal do Brasil*. Esses cadernos ainda não foram catalogados, inventariados, ou, ordenados, sendo seu estado de conservação temerário, com suas folhas já amareladas e quebradiças. Essas condições são decorrentes das dificuldades de financiamento e de gestão do acervo, que vêm encontrando os membros do Proedes, apesar de seus esforços e dedicação.

Dentre as aulas inaugurais programadas estavam as de Henri Hauser, contratado para ministrar a disciplina de História moderna e econômica, e, de Henri Tronchon, responsável pelo curso de Literatura comparada. Hauser era renomado professor de história econômica, atuando então na Sorbone, da Universidade de Paris, tinha entre seus estudos mais importantes “A preponderância espanhola”, publicado como tomo nove da coleção *Peuples et Civilisations*, além de outros sobre a França e a Alemanha, entre os séculos quinze e dezenove. A sua conferência foi marcada para o dia vinte de abril, uma segunda-feira, e versou sobre “*Les transformations des sociétés européennes de la Renaissance à la Revolution*”. Tronchon era professor de Literatura moderna comparada, na Universidade de Estrasburgo, e membro do Comitê executivo da Sociedade internacional de História literária moderna. Entre seus escritos destacam-se sua tese “A fortuna intelectual de Herder na França”, de 1920, e, o livro *Romantisme et préromantisme*, publicado em 1930. O título de sua conferência foi “*France – Anglaterrre: Chateaubriand, épisode de jeunesse*”, marcada para a terça-feira, dia vinte e um⁹.

Um dia antes, no dia dezenove, a universidade fez publicar seu expediente do dia dezesete. Nele anunciava-se a posse de dois diretores de área, Edmundo da Luz Pinto, para a Escola de direito e economia, e, Prudente de Moraes, neto, para a Escola de filosofia e letras¹⁰. Foram eles que fizeram constar o nome de Sergio Buarque na lista de professores e assistentes designados para as atividades da universidade naquele ano. O nome de Holanda figurava como assistente no elenco da Escola de direito e economia ao seu lado estava, entre outros nomes, o de Nelson Romero, filho de Silvio Romero. Da relação dos professores daquela unidade, constavam nomes como os de Arthur Ramos, Carneiro Leão, Affonso Arinos de Mello Franco, Gilberto Freyre, além dos de professores estrangeiros como Eugène Albertini, Gaston Leduc, Pierre Defontaines e Henri Hauser, de quem Buarque de Holanda seria assistente no curso de História moderna e econômica. Na relação de assistentes da Escola de filosofia e letras, também constava o nome de Sergio Buarque, na enumeração dos professores estavam Agripino Grieco, José Maria Bello, que era

⁹ “Edital nº 5/R*”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1936. s/p. Henri Hauser. “*Les transformations des sociétés européennes de la Renaissance à la Revolution*”; Henri Tronchon. “*France – Anglaterrre: Chateaubriand, épisode de jeunesse*”. In: *Universidade do Distrito Federal – lições inaugurais da missão universitária francesa durante o ano de 1936*. Rio de Janeiro, 1937. pp. 33-49; 51-75.

¹⁰ “Universidade do Distrito Federal – Expediente do dia 17 de abril de 1936 – Boletim nº 84”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1936. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

professor da Escola de direito e economia também, e José Oiticica, dentre outros. Entre os estrangeiros que lecionariam na área estavam Robert Garric e Henri Tronchon, com quem Buarque de Holanda trabalhou na disciplina de Literatura comparada¹¹.

Uma carta de Gilberto Freyre ao diretor da Escola de direito e economia pode exemplificar como se davam possíveis influências sobre as contratações e, ou, a distribuição de disciplinas. Procedimento que possivelmente auxiliou na escolha de Buarque de Holanda para a assistência dos professores Hauser e Tronchon. Dentro da escola dirigida por Luz Pinto havia a seção de ciências sociais, tendo como uma de suas matérias a antropologia. No decreto de criação da universidade o nome de Gilberto Freyre vinha à frente das disciplinas antropologia e sociologia geral, da mesma seção. Para exercer essas funções ele ganhava 3:000\$000 rs., enquanto um diretor de unidade ganhava 2:300\$000 rs, alguns outros professores ganhavam 1:600\$00 rs¹².

Em 1936, Arthur Ramos estava designado, interinamente, para o curso de antropologia, mas não iria permanecer. Na ocasião Freyre sugeriu que “agora é o momento de prestigiar o mais possível a cadeira de antropologia – a física e a racial – confiando-a a alguns dos nossos especialistas de primeira ordem, já de autoridade firmada e com experiência de ensino”. O professor que lecionava antropologia física tinha especialidade no ensino de língua grega. Gilberto Freyre perguntava por que não Roquete Pinto, mas já descartava seu nome pois que com muito trabalho não poderia aceitar. Outras possibilidades eram Heloísa Alberto Torres, da mesma escola, Fróes da Fonseca e Bastos de Ávila¹³.

Fonseca, “já se sabe que é um dos nossos sábios”, afirmava Freyre. Sobre Bastos de Ávila, ele destacava sua especialização em antropologia física e ser “cientista de fato”. Do

¹¹ “Relação de professores da Universidade do Distrito Federal”. Coleção UDF – Proedes/UFRJ. Na relação de professores do Instituto de artes, constavam os nomes de Candido Portinari e Heitor Villa-Lobos. Prudente de Moraes, neto, antigo aluno de José Oiticica, com quem se iniciara nos ensinamentos anarquistas, contou em entrevista o primeiro encontro que tiveram na UDF. Na primeira reunião dos professores, como diretor, ele chegou emocionado pela possibilidade do reencontro com Oiticica, mas ao estender-lhe a mão para o cumprimento, “ele me recusou a mão”. Apenas mais tarde que Moraes compreendia a atitude de seu “velho professor”, de quem ficara muito tempo separado, “ele temia que eu tivesse me transformado, como ele dizia, num desses literatos que ganhavam cargos através da política. Tinha me perdido de vista. Achou que eu era um protegido do governo”. Entrevista de Prudente de Moraes, neto. “Setenta anos de histórias”. In: *Veja*, 22 de maio de 1974. Coleção Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas), CPMN-I. AMLB/F.C.R.B.

¹² “Relação geral dos professores da UDF e seus respectivos vencimentos”. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

¹³ Correspondência de Gilberto Freyre com Edmundo da Luz Pinto. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1936. s/p. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

mesmo modo, Freyre garantia que Heloísa seria uma “professora de primeira ordem” – importante, porque a instituição, segundo ele, “nos seus começos precisa de firmar-se em gente já feita”. Ela tinha a preferência de Freyre, que a apontou como “mestre nas duas antropologias – combinação rara. É uma expositora admirável”. Entretanto, Freyre deixou a decisão para o diretor Edmundo da Luz: “veja o que faz. Converse com o nosso reitor, que se vai revelando um verdadeiro reitor”¹⁴.

Em maio, eram anunciados os horários das aulas dos professores franceses. Hauser ministrava seu curso de História moderna e econômica, às segundas, terças e quartas, das quatro às cinco da tarde. Tronchon apresentava seu curso de Literatura comparada, às segundas, terças, quartas e sextas, das cinco às seis da tarde, menos na sexta quando as aulas eram de quatro às cinco¹⁵. Esses eram os dias de trabalho regular de Sergio Buarque na universidade, mas ele cumpriu outras funções na instituição além de ser assistente desses dois professores. Ele e Agripino Grieco foram escalados para a comissão de exames vestibulares de meados daquele ano, para a área de literatura¹⁶.

O programa do curso de Henri Hauser, sobre as “transformações das sociedades européias do Renascimento à Revolução”, foi publicado em agosto. Ele era dividido em quatro partes, com a descrição de suas respectivas ementas: a “revolução geográfica” e a “europeização do planeta”; as “condições econômicas novas”, a “revolução dos preços” e a “produção sobre bases capitalistas”; a substituição das “potências econômicas”; a “revolução industrial”, o “individualismo” e a “revolução francesa”. A terceira conferência de cada semana seria dedicada aos “exercícios práticos”, isto é, leitura e crítica de textos, investigação nos arquivos e trabalhos escritos e orais – tudo sob a direção do professor. Além do resumo do curso, que devia ser acessível ao “público ilustrado”, vinha na publicação o anúncio de que Hauser realizaria para os alunos uma espécie de “revisão geral da história dos tempos modernos e contemporâneos”¹⁷. Talvez fosse interessante averiguar indícios mais substanciais do valor desse convívio com os professores estrangeiros,

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ “Horário dos cursos dos professores franceses”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936. s/p. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

¹⁶ “Universidade do Distrito Federal – Expediente do dia 1 de junho de 1936 – Boletim nº 118 – Atos do reitor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1936. s/p. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

¹⁷ “Universidade do Distrito Federal – Expediente do dia 7 de agosto de 1936 – Boletim nº 174 – Escola de economia e direito – Programa do curso de História moderna e econômica”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1936. s/p. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

especialmente de Hauser, que participou do grupo da revista *Annales*, para o estabelecimento de algumas idéias de *Raízes do Brasil*. Afinal, é recorrente, por exemplo, o uso do termo “mentalidade” por Buarque de Holanda. Todavia, ele encerrava no livro o sentido da “visão de mundo”, no nível semântico de uma *Weltanschauung*¹⁸.

A temporada dos professores estrangeiros foi curta, já em início de 1937 tinham deixado a universidade. Deles, só ficaria o professor Émile Bréhier, lecionando História da filosofia. No primeiro dia de janeiro de 1937, Hauser escrevia para Odete de Toledo, que ficara responsável por assessorar aqueles professores em suas demandas. A carta era curta e respondia aos votos de felicidades da secretária da reitoria, manifestando a satisfação do professor francês em saber que a universidade ainda funcionaria naquele ano que se iniciava. Ele esperava receber o boletim anual que estamparia as “dez conferências inaugurais”, que o novo reitor, Affonso Pena Júnior, tivera a iniciativa de reunir. Ao se despedir Hauser, convidava Odete Toledo para uma visita à França, e manifestava sua preocupação com “a paz do mundo”, disposto a viver “todos os sacrifícios compatíveis com nossa segurança e nossa dignidade”¹⁹.

Naquele momento do acirramento de disputas políticas como as insinuadas na carta de Amoroso Lima, Buarque de Holanda assumiu seu cargo na universidade. Desta forma, no início de janeiro de 1937, Sergio Buarque foi apresentado como professor de História moderna e econômica, na publicação que anunciava ao público as segundas provas parciais, dos cursos de Formação de professores secundários, de história, geografia e sociologia e ciências sociais²⁰. A maior parte dos assistentes assumiu a titularidade com a partida do professores estrangeiros. Na verdade, apesar de atuar como assistente de Hauser e Tronchon, Sergio Buarque fora contratado como professor da UDF desde maio de 1936. A validade do contrato de Buarque Holanda, como professor de Literatura comparada, se iniciou dois meses depois de Prudente de Moraes, neto ter substituído Castro Rabelo na

¹⁸ Cf. Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Coleção Documentos Brasileiros, n1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

¹⁹ Correspondência de Henri Hauser com Odete Toledo. Paris, 1 de janeiro de 1937. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

²⁰ “Boletim nº 1 – Escola de economia e direito – Edital nº 49 – 2ª prova parcial”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1937. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

direção da Escola de filosofia e letras. O salário estipulado era o mais alto possível para a docência, 1:600\$000 rs., excetuando o caso de Gilberto Freyre²¹.

Não parece ocioso fazer ver que, meses depois, Sergio Buarque se casaria com Maria Amélia Alvim, tendo como padrinhos na cerimônia civil Rodrigo Mello Franco de Andrade e sua esposa Graciema, e, na religiosa Prudente de Moraes, neto e Inah²². É lícito supor que a amizade de Moraes e a notória militância na crítica literária tenham favorecido a contratação de Holanda para Literatura comparada. Faço ver ainda, que, em outubro, Buarque de Holanda lançava seu primeiro livro pela mais prestigiosa casa editora coetânea, na estréia de uma coleção dirigida pelo igualmente prestigiado Gilberto Freyre, que fizera o prefácio de seu livro. A condição de amigo respeitado e, principalmente, a de escritor de estudos sociológicos e históricos com livro publicado, parecem ter sido determinantes para dar credibilidade à substituição de Hauser por Buarque de Holanda, na disciplina de História moderna e econômica; mesmo porque, ele não tinha até então nenhuma experiência docente.

É possível vislumbrar a importância da publicação de um livro pela editora José Olympio para uma situação como esta, além do valor de uma amizade para ascender profissionalmente naqueles meios de cultura letrada, por duas cartas depositadas no acervo do editor. A primeira delas foi escrita por Nelson Werneck Sodré, que se mostrava satisfeito pelo recebimento de um cartão do “amigo” José Olympio avisando que seu *Oeste* já estava no prelo. A “boa nova” seria útil a ele, depois de concretizada, em vista dos seus “planos para o ano vindouro”, quando ele tentaria ingressar na Escola de Estado Maior, por via de um exame, em dezembro, da Escola de artilharia – com o que adiantaria sua “carreira de oito a dez anos, o que não é pouco”. O comentário de Sodré, feito à Olympio, era exemplar – “o lançamento do livro é uma credencial para o acesso ao exame de dezembro, visto como, em nosso país, existe, com raízes, o culto do autor, a superstição do livro publicado”²³.

²¹ “Portaria de contrato nº 146/R26”. Distrito Federal, 13 de maio de 1936. A declaração de aceite foi manuscrita e assinada em 26 de junho de 1936. Siarq/Unicamp.

²² Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 10.

²³ Correspondência passiva. Nelson Werneck Sodré. São Paulo, 21 de julho de 1941. s/p. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

A outra carta foi escrita por Afrânio Coutinho a José Condé, solicitando sua intervenção para a publicação de um livro seu. Coutinho comunicava a Condé ter recebido correspondência de Octávio Tarquínio de Sousa, avisando que Olympio escreveria sobre não poder comprometer-se com a edição do seu livro naquele momento. Afrânio Coutinho compartilhou com o amigo a intenção de “propor a edição sob minha garantia ou de firma da Bahia, a fim de prevenir qualquer prejuízo que seria verificado com os acertos de conta após o lançamento da obra”. Ele mesmo pagaria, “no caso da vendagem não ser suficiente para as despesas”. Com isso, ele pretendia vencer a “resistência” de José Olympio, crente no “êxito” da publicação: a “questão é ser lançado por uma editora importante, e com boa publicidade”. Para apoiá-lo, Coutinho comentava ter recebido um parecer favorável sobre a obra de Tarquínio de Sousa e sua esposa Lúcia Miguel Pereira. Dessa maneira, ele solicitava a Condé que intercedesse junto a Olympio para a aprovação da edição, “se porventura ele não aceitar, peço-lhe que veja se há outro meio dele aceitar, isto é, outra fórmula qualquer, contanto que seja o meu livro publicado. É este o meu interesse”. Ao se despedir, Coutinho salientava sua gratidão “por isto e tudo o que puder fazer em meu benefício, no particular”²⁴.

O próprio Henri Tronchon beneficiou-se do contato com José Olympio, conforme se percebe em uma carta de Afrânio Peixoto para o editor. Na carta, com timbre da Academia Brasileira de Letras, Peixoto comunicava a Olympio que o professor Tronchon, de Estrasburgo, comentara com ele, sobre sua “generosidade de encomendar 100 exemplares de seu livro sobre o Brasil”. Além de ter prometido ao francês publicidade com uma “vitrine especial em sua livraria, no dia da exposição”, da qual Tronchon pedia uma fotografia – talvez por desconfiança do agrado, mas talvez porque os “estrangeiros dão justo valor a isso”, como sugeriu Peixoto, que se dispunha a pagar a despesa com uma cópia para o professor²⁵.

Em 1937, Sergio Buarque foi convidado pelo ministro Gustavo Capanema para a Comissão de teatro, ligada ao seu ministério²⁶. Mas, ele seguia na execução de suas novas

²⁴ Correspondência de Afrânio Coutinho com José Condé. Bahia, 29 de fevereiro de 1940. s/p. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

²⁵ Correspondência passiva. Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro, 13 de maio de 1938. s/p. Coleção José Olímpio. AMLB/F.C.R.B.

²⁶ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 11.

atribuições na instituição. Em fevereiro, ele foi designado, ao lado de Carlos Delgado de Carvalho, para fazer parte das comissões de julgamento dos exames da Escola de economia e direito²⁷. No mesmo mês, Buarque de Holanda foi indicado para as comissões de julgamento dos exames da Escola de filosofia e literatura, com Agripino Grieco²⁸. Do mesmo modo, em março, ambos foram indicados para as comissões dos exames vestibulares dos candidatos aos cursos de Professores secundários da Escola dirigida por Prudente de Moraes, neto²⁹.

Importa observar algumas imprecisões nos “Apontamentos” de dona Maria Amélia sobre a atuação de Sergio Buarque na universidade naquele ano. Note-se que as fontes de informação são documentos de secretaria da universidade e as publicações dos expedientes da instituição no *Jornal do Brasil*. Primeiro, nos apontamentos biográficos consta que Buarque de Holanda teria ministrado a disciplina História da América, que no horário de cursos da universidade para aquele ano constava como cadeira oferecida por João Batista de Mello e Souza. Segundo, não consta referência ao curso de Cultura luso-brasileira, que foi referido por ela como tendo sido ministrado por Sergio Buarque, embora só constasse registro de um curso de Literatura luso-brasileira, mas ministrado por Agripino Grieco, nos anos de 1936 e 1937. No mesmo horário era apresentada não a disciplina História moderna e econômica, mas sim a disciplina de História moderna, sob responsabilidade de Carlos Delgado de Carvalho, contudo eram previstos dois cursos nesta disciplina, um deles ficando a cargo de Sergio Buarque³⁰.

²⁷ “UDF – Boletim nº 32 – Atos do Sr. Reitor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1937. s/p. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

²⁸ “UDF – Expediente do dia 19 de fevereiro de 1937 – Boletim nº 38 – Atos do Reitor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1937. s/p. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

²⁹ “UDF – Expediente do dia 23 de março de 1937 – Atos do Sr. Reitor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de março de 1937. s/p. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

³⁰ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 10. “Horário dos cursos da UDF para 1937”. Doc. 98 e 102. Coleção UDF – Proedes/UFRJ. Note-se que na abertura do capítulo “Um outro americanismo”, do importante livro de Robert Wegner sobre “a fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda”, essa informação é reproduzida, afirmando que depois do retorno à França, de Hauser e Tronchon (no livro grafou-se Tronchon), Buarque de Holanda tornara-se “professor adjunto de História da América e Cultura luso-brasileira”. É plausível supor que tal informação fora buscada em texto de Arlinda Rocha Nogueira pelos termos utilizados e pelo mesmo erro na grafia do nome de Henri Tronchon, posto que não há referência a qualquer fonte documental, ou informacional. Cf. Arlinda Rocha Nogueira. “Sergio Buarque de Holanda, o homem”. In: *Sergio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo; Arquivo do Estado; USP, 1988. pp.17-26. Robert Wegner. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sergio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 71.

Ainda em junho de 1937, a Escola de filosofia e letras contratou para o Curso de técnica e crítica literárias, Cecília Meireles que se iniciaria naquele mês³¹. Cinco meses depois, ecoavam as palavras de Alceu Amoroso Lima, de dois anos antes, com a publicação de uma ordenação de cumprimento das “Instruções sobre a campanha contra o comunismo”, por parte do diretor da Escola de direito e economia, Edmundo da Luz Pinto. Em obediência às determinações do Secretário geral de educação e cultura transmitidas ao reitor, Luz Pinto sugeria aos professores que, no desenvolvimento dos programas dos seus cursos, encontrassem “oportunidade para abordar conceitos que afastem do espírito dos alunos as ilusões perigosas do materialismo comunista”. Segundo ele, importava enfocar “os princípios básicos de civilização brasileira, as tradições de nossa nacionalidade”, não visando apenas a “Pátria dos vivos”, como também, “o lar inviolável do mortos – todas essas raízes sagradas da nossa existência”. Em sua perspectiva, “à luz do espírito científico”, no ensino e nos comentários “de ocasião”, essas “raízes sagradas” poderiam gerar à civilização, e à tradição, “novas forças, que as tornem inabaláveis no coração e no ânimo da mocidade universitária”³².

Não posso deixar de destacar, que o discurso de Luz Pinto utilizava os mesmos termos que Sergio Buarque adotara em seu livro de um ano antes. A busca da “tradição de nossa nacionalidade”, a metáfora orgânica das “raízes”, “sagradas” para Pinto, motivo de orgulho para Holanda. Esses são elementos em comum que não implicavam, objetivamente, um mesmo ponto de vista sobre o problema, principalmente no que tange o combate ao comunismo, mas são curiosos indicadores de perspectivas que se podiam confundir.

Edmundo da Luz afirmava que, daquele modo os professores de sua unidade estariam prestando “relevante serviço ao Brasil para que a geração estudiosa de hoje, dirigente de amanhã, não se contamine dessas doutrinas sinistras, que têm custado á Humanidade tantos sobressaltos e sofrimentos”³³. No mesmo sentido, de incentivo ao nacionalismo contra as ameaças “sinistras”, dez dias depois, o reitor Afonso Pena Júnior determinava que fossem tomadas providências, de acordo com recomendações do Ministro

³¹ “UDF – Expediente do dia 19 de junho de 1937 – Boletim nº 135 – Escola de filosofia e letras”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1937. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

³² “UDF – Escola de economia e direito – Expediente do dia 6 de novembro de 1937 – Circular nº 103-ED”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1937. s/p. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

³³ Idem, *ibidem*.

Capanema, para que fossem lidas em uma comemoração a “Oração à bandeira”, de Fernando de Magalhães, que era então reproduzida³⁴.

O ano de 1938 se iniciou com a convocação dos professores Abgar Renault, Candido Portinari e Sergio Buarque de Holanda para apresentarem as portarias de seus contratos para as respectivas validações³⁵. Em março, o novo reitor Baeta Viana determinou que Prudente de Moraes, neto acumulasse a diretoria da Escola de economia e direito, de ciências e do Instituto de arte, devido à dispensa de Edmundo da Luz Pinto que acumulava as três diretorias, e fora designado para outro cargo³⁶. Em maio daquele ano a Universidade do Distrito Federal seria inteiramente reformulada pelo decreto municipal 6.215, assinado pelo prefeito Henrique de Toledo Dodsworth³⁷. O processo de dissolução estava em andamento, como se vê pela carta do Ministro da educação e saúde para Getúlio Vargas, escrita em junho de 1938. Nela, Gustavo Capanema sugeria a Vargas as vantagens de “troca de serviços” entre a prefeitura municipal do distrito federal e o governo federal, representado em seu ministério.

Capanema iniciava a missiva sintetizando a orientação do “Estado novo”, que, segundo ele, se assentava num “princípio essencial: a disciplina”. Princípio que ele fazia questão de esclarecer os sentidos. “Disciplina significa ordem e clareza; economia e eficiência; simplicidade e rapidez”. Ele não deixou também de apontar o “resultado” pretendido, “a saber, o máximo aproveitamento do esforço humano”. Em um “regime de disciplina”, para se chegar a tal objetivo, ele não deixou de observar que a primeira providência a ser tomada era “colocar as coisas em seu lugar próprio e adequado”. Capanema fiou-se na “constituição de 10 de novembro”, em seu artigo 67, para justificar as proposições que fizera naquela carta. O artigo rezava a recomendação de “pormenorizado estudo dos serviços públicos para que se lhes determine a mais conveniente forma de

³⁴ “UDF – Circular N.242-RU”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1937. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

³⁵ “UDF – Expediente do dia 23 de fevereiro de 1938 – Boletim nº 40 – Secretaria da UDF”. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1938. s/p. Coleção UDF – Proedes/UFRJ. Não há mais referência à fonte da publicação.

³⁶ “UDF – Expediente do dia 18 de março de 1938 – Boletim nº 54 – Atos do Sr Reitor”. Rio de Janeiro, 19 de março de 1938. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

³⁷ “Decreto n. 6.215 – de 21 de maio de 1938 – Reorganiza a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências o prefeito do Distrito Federal”. Esta fonte faz parte da peça documental intitulada “A nova organização da UDF”, da qual consta também uma carta de “exposição de motivos” do secretário municipal Paulo de Assis Ribeiro. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

‘distribuição e agrupamento’”³⁸. O alvo do ministro era a UDF, a pedra o Serviço de saúde no município financiado pelo governo federal, o bodoque sua influência junto ao governo Vargas.

O ministro expunha ao chefe de governo que o seu ministério, mais os da guerra, justiça e agricultura, precisavam de “retificações de organização a fazer”, cujas necessárias propostas ele enviaria “de acordo com os demais ministros”. Capanema argumentava que seu ministério mantinha, na capital da república, uma série de “serviços tipicamente locais”, eram hospitais, centros de saúde, todos aqueles incluídos nos Serviços de saúde pública, e de assistência hospitalar, do distrito federal. Esses, como eram serviços limitados pelas “necessidades exclusivamente do poder local”, segundo ele, seriam serviços que deveriam “estar a cargo da Prefeitura do Distrito Federal”. Por outro lado, a prefeitura mantinha um serviço que, “por definição, transcende os limites do município”, a UDF. “Uma universidade, mesmo a mais modesta, uma vez que seja de fato uma universidade, é uma instituição nacional, de alcance, de influência, de sentido nacionais”³⁹.

Gustavo Capanema fazia ver a Getúlio Vargas que a instituição municipal ministrava cursos que eram “essenciais a qualquer universidade”, os quais a Universidade do Brasil, “mantida pela União”, não poderia deixar de instituir, “sob a pena de permanecer indefinidamente uma entidade anômala”. Com isso, pretendendo colocá-la entre as “mais acatadas universidades do mundo”, Capanema aconselhou ser “fora de dúvida que o caminho mais simples, mais certo e mais econômico é que os cursos da Universidade do Distrito Federal se incorporem à Universidade do Brasil”. O interesse político da proposta era escamoteado quando Capanema afirmava que a troca concorreria para que o “aparelho médico-social” do Distrito Federal começasse “a ter uma organização racional e completa com a unidade de direção”. A prefeitura contribuiria para fazer da Universidade do Brasil “uma instituição de verdadeiro sentido universitário”, sendo essa uma providência que longe de prejudicar a prefeitura ou o ministério, ao contrário, traria “benefício inestimável ao país”. A carta foi terminada com a comunicação de que o ministro já havia elaborado

³⁸ Correspondência de Gustavo Capanema com Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1938. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

³⁹ Idem, *ibidem*.

dois decretos-leis que ele submetia à “elevada consideração” de Vargas, para que esse, no caso de estar de acordo, os submetesse à apreciação do prefeito⁴⁰.

Depois disso, a Universidade do Distrito Federal não duraria nem mais um ano. Contudo, em outubro daquele ano, Prudente de Moraes, neto, diretor da nova Faculdade de política e economia, participava de uma comissão constituída para “estudar, redigir e apresentar um plano-básico” do Curso complementar da universidade, e o Estatuto da universidade. Enquanto Mário de Andrade, então diretor do Instituto de Artes, propunha e aprovava a supressão do programa de Acústica e fisiologia da música⁴¹. Desses esforços nenhum teria resultados, pois, em 1939, a Universidade do Distrito Federal era extinta, não sem os protestos de alguns, como Luiz Camilo de Oliveira Neto e Mário de Andrade⁴². Com isso, foi criada a Faculdade nacional de filosofia, pelo decreto 1.190, de 4 de abril daquele ano, sob a direção de Alceu Amoroso Lima⁴³.

A experiência da UDF deve ter sido especialmente importante para credibilizar Buarque de Holanda nos meios oficiais de governo. Afinal, ele parece ter passado ileso pelos ataques aos “comunistas” da universidade, ao mesmo tempo, em que se retirou com a chegada de Alceu Amoroso Lima e a criação da faculdade de filosofia. De certo, o prestígio então angariado valeu-lhe o convite para seguir para o Instituto Nacional do Livro.

b) *Instituto Nacional do Livro.*

Depois de extinta a universidade, Buarque de Holanda foi convidado para chefiar a Seção de publicações do Instituto, pelo seu diretor geral e amigo recém chegado ao Rio de Janeiro, especialmente para o exercício do cargo, o gaúcho Augusto Meyer. No Instituto Nacional do Livro, sempre acompanhado por velhos amigos como Rubens Borba de Moraes e Mario de Andrade, Sergio Buarque teve a oportunidade de fazer a vez de editor, decidindo sobre traduções, sugerindo, aprovando ou dispensando publicações, buscando

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹ “UDF – Expediente do dia 17 de outubro de 1938 – Boletim nº188 – Ata da sexta sessão ordinária do Conselho Universitário da UDF, realizada a 11 de outubro de 1938”. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1938. Coleção UDF – Proedes/UFRJ.

⁴² Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero. “A universidade do Distrito Federal (1935-1939): centro de estudos e de produção do saber”. In: *Anais do IV congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais*. Rio de Janeiro: IFCS, 1998. p. 130.

⁴³ Coleção Faculdade nacional de filosofia – Proedes/UFRJ.

parcerias com casas editoras. A atuação de Buarque de Holanda nesta chefia e suas amizades darão sentido a esta passagem.

O instituto foi criado pelo decreto nº 93, de dezembro de 1937, que determinava que o Instituto Cairu fosse transformado em Instituto Nacional do Livro. As finalidades da instituição eram quatro conforme definidas neste ato de criação: “organizar e publicar a Enciclopédia brasileira e o Dicionário da língua nacional, revendo-lhes as sucessivas edições”; “editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional”; “promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição do livro no país, bem como facilitar a importação de livros estrangeiros”; “incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional”. O decreto definia a subdivisão da instituição em três seções, a seção da enciclopédia e do dicionário, a de publicações e a de bibliotecas ⁴⁴. O decreto era assinado por Getúlio Vargas e Gustavo Capanema, a quem o instituto era diretamente subordinado pela relação institucional com o Ministério da Educação e Saúde.

Um dicionário de língua nacional estava nos planos do ministro da educação e saúde há alguns anos, pelo menos desde 1936, como se depreende de uma carta do padre Augusto Magne para Gustavo Capanema. Nela, escrita em papel com timbre da Livraria papelaria litografia e tipografia Pimenta de Mello & Cia., o padre apresentava ao ministro um plano de publicação para o dicionário, com orçamento e preço proposto para a venda. Magne aproveitava o interesse de Capanema por seus “trabalhos lexicológicos”, para apresentar-lhe o esboço, que comportava uma “seriedade e um dispêndio de esforços pouco de molde a despertar interesse em editores que tudo encaram através do lucro imediato”. A proposição do padre Magne era a de que aqueles recursos materiais escassos em tipografias particulares, como a de Pimenta de Mello que o contratara, representariam “para o ministério apenas leves despesas iniciais, logo compensadas com a venda dos fascículos”. Em relação aos custos de seu próprio trabalho, ele garantia que, avaliando a natureza do empreendimento, seu “espírito está de todo alheio a intuits comerciais”, só não poderia

⁴⁴ “Decreto-lei nº 93 – de 21 de dezembro de 1937 – Cria o Instituto Nacional do Livro”. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

prescindir, “para atirar-se ao trabalho com todo o brio e entusiasmo”, de “conforto moral” e de “adminículos materiais inacessíveis a quem só dispõe de boa vontade”⁴⁵.

As negociações foram longas, de modo que, um ano depois, elas ainda se desenrolavam. Boa parte do processo de negociação de Magne com o ministério pode ser acompanhada por cartas suas a Carlos Drummond de Andrade, secretário do Gabinete do ministro, ou, para o próprio Capanema. Em janeiro de 1937, Magne escreveu para Drummond de Andrade, mandando-lhe um fascículo com o plano geral, e reafirmando seu desejo de “só prestar um serviço à nação”. Os termos da carta eram próximos àqueles de um ano antes, porém, nesta seguiam os pontos que deveriam ser especificados em um “documento oficial que garanta, por parte do ministério, o compromisso de editar o Dicionário”. Dentre as cláusulas, havia a que estipulava os direitos autorais, 1\$500 rs. por exemplar, do dicionário maior, ou do abreviado, e, \$600 rs. por exemplar do boletim; outra, que garantia livre acesso do autor aos “auxílios de ordem bibliográfica”, que houvesse ele por bem consultar, mesmo depois de depositados na Casa de Rui Barbosa, que ele indicava como destino das obras adquiridas⁴⁶.

Em fevereiro, Magne escrevia ao ministro sua proposta, mudando os direitos autorais. O padre, sem “finalidades mercenárias ou subalternas”, propunha receber cem exemplares de cada publicação – dicionário grande, pequeno e fascículos –, mais a gratificação de cem réis, por página, em cada exemplar dos dicionários, além de cinquenta réis, por página, de cada exemplar do boletim. Na própria folha da carta vinha o despacho do ministro, determinando que deveria ser feita “impressão apenas do dicionário grande”, em volumes e não em fascículos; sobre o valor dos direitos autorais era esse o comentário de Capanema: “parece ter havido equívocos na enunciação da cláusula da gratificação”. Em relação aos “subsídios bibliográficos”, o ministro determinava que seguissem para a Biblioteca Nacional. Na última cláusula, Augusto Magne fizera constar que, no caso de o ministério suspender a publicação, o autor entraria na “posse de todos os exemplares então existentes”. Segundo Gustavo Capanema, essa cláusula deveria ser redigida de modo que

⁴⁵ Correspondência ativa. Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 3 de março de 1936. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁴⁶ Correspondência ativa. Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

“obrigue o autor a dar os originais em curto prazo e o ministério a publicá-los imediatamente”⁴⁷.

No dia cinco, Drummond manuscrevia uma nota para Capanema, em papel do Gabinete do ministro da educação e da saúde pública, comunicando que o padre Magne concordava com “todas as alterações propostas por V. Exc.”. Sobre os direitos autorais, a nova proposta era de dez por cento do preço do exemplar vendido: 5\$000 rs. em 50\$000 rs. Quanto à rescisão contratual com Pimenta de Mello, ele pediu que ficasse a cargo do ministério, “pois se ele mesmo o fizer, a firma talvez queira indenização exagerada”⁴⁸. Magne tentava outra proposta, que ele mesmo qualificava como “bastante clara e, ao mesmo tempo, latifundiária”, ele precisava firmar o acordo para “poder prosseguir no trabalho que requer calma e estabilidade”. Ele rogava ao ministro que se dignasse a “solucionar quanto antes o caso”, agradecendo antecipadamente⁴⁹.

No dia vinte e seis, o padre voltou a datilografar uma carta para o ministro, agora, participando que depois de “longas reflexões”, ele chegara a conclusão que não poderia, “por muitos motivos”, abrir mão de certas condições: liberdade de redação e ortografia, publicação em fascículos, aproveitamento do material já composto, e conclusão do primeiro volume com o impressor comprometido. O padre Magne contava com “o generoso mecanismo de V. Exc.”⁵⁰. Ainda em setembro nada tinha sido resolvido, e o padre relembrava a “promessa que V. Exc. me fez de publicar o meu dicionário”, confiante que o ministro estivesse “disposto a manter sua palavra”⁵¹.

Com a criação do Instituto Nacional do Livro, Mario de Andrade foi designado para a chefia da Seção da enciclopédia e do dicionário. Em junho de 1938, pouco antes de assumir a direção do Instituto de artes da UDF, Andrade escrevia para Carlos Drummond, em papel timbrado do Departamento da cultura, da Prefeitura municipal de São Paulo. Ele comentava com o amigo que recebera cartas de Augusto Meyer e Rodrigo Mello Franco de

⁴⁷ Correspondência ativa. Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁴⁸ Correspondência de Carlos Drummond de Andrade com Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁴⁹ Correspondência ativa. Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁵⁰ Correspondência ativa. Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁵¹ Correspondência ativa. Gustavo Capanema. Rio de Janeiro. 22 de setembro de 1937. Coleção Augusto Magne – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

Andrade, então diretor do Serviço do patrimônio histórico e artístico, também ligado ao ministério de Capanema, avisando que o ministro estava se “caceteando aí por minha causa”. O ministro Capanema, segundo teriam relatado os dois, “foi ou vai ao presidente pretendendo me dar a diretoria ou coisa que o valha do Departamento dos teatros”⁵².

Mario de Andrade adiantava-se à convocação, confessando “lealmente” a Carlos Drummond que ele preferia “coisa mais modesta e obscura”. Ele fazia valer seu conhecimento e o interesse do ministro, confessando que “o tal lugar de chefe da seção do Dicionário e enciclopédia, do Instituto do livro, me agrada bem mais”. Desta forma, ele não estaria em “muito grande evidência e poderei um bocado mais refazer o meu jardim”, de qualquer forma, ele declarava sua gratidão a todos que estavam preocupados com ele. Mas, reiterava, que era a “mais leal das verdades” que ele preferia o “lugar modesto no Instituto do livro”. “Sou solteiro, não preciso ordenado farto, e fico, aí, mais próximo de mim mesmo”⁵³. Dessa forma, velhos amigos e companheiros de refregas literárias, cada vez mais, avançavam na tecitura dos aspectos institucionais da rede de relações sociais de produção intelectual, ocupando postos importantes para a construção de um espaço de legitimação institucional para suas práticas e atividades culturais.

Mario de Andrade, uma vez a frente da Seção da enciclopédia e do dicionário, elaborou um “anteprojeto”, não para o dicionário, mas para a enciclopédia brasileira. O “anteprojeto”, de Mario de Andrade, era contraposto ao projeto de uma Enciclopédia que se produzia, então, no Instituto Cairu, criado pelo artigo 44 da lei 378, de janeiro de 1937, para abrigar a comissão encarregada do trabalho. Desse comitê faziam parte, Rodolfo Garcia, presidente da Biblioteca Nacional, Luís Camilo de Oliveira Neto, diretor da Casa de Rui Barbosa e Alceu Amoroso Lima, presidente da Ação católica⁵⁴. O plano de Mario de Andrade teve duas versões, uma que seguiu para o ministro Capanema, em 1939, outra publicada em *O Observador Econômico e Financeiro*, nº 48, em janeiro de 1940. No plano que foi enviado a Capanema, Andrade explicou a fórmula do “verbete-monografia”, por exemplo, em “‘Policultura’, menos importará o aspecto econômico e histórico do assunto;

⁵² Correspondência de Mário de Andrade com Carlos Drummond de Andrade. São Paulo, 15 de junho de 1938. Avulso – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ Ricardo Oiticica. “Tortuosas linhas: um histórico do Instituto Nacional do Livro”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. vol. 116, 1996. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999. pp.147-153; texto que introduz o inventário dos

antes a monografia orientará, para as diversas regiões brasileiras, o pequeno agricultor, proprietário de sítios e chácaras”. Na verdade, a enciclopédia projetada por Mario de Andrade nunca foi executada. Em 1958, Alarico da Silveira lançou uma *Enciclopédia brasileira*, em seu tomo I, mas que em nada se assemelhava ao que pretendia Andrade. Apesar de seu secretário particular e ele terem visitado Silveira, ainda naquele período, por recomendação de Augusto Meyer, diretor do instituto⁵⁵.

Talvez esse projeto da enciclopédia fosse a possibilidade de concretizar um dos planos mais caros de Mario de Andrade e alguns modernistas, o de revolucionar a linguagem e a língua nacionais, com seus usos brasileiros.

Sobre o funcionamento de então do Instituto Nacional do Livro, vale observar os livros de ponto dos seus funcionários para os anos entre 1939 e 1941. Foi possível ter acesso a dois livros, ambos em bom estado e manuscritos, um concernente ao ano 1939-40, outro ao ano 1940-41. O primeiro deles, trazia na capa a inscrição Ministério da Educação e Saúde; Instituto Nacional do Livro. Ele foi aberto em dez de abril de 1939, por um termo assinado por Augusto Meyer, que nele fazia constar que estavam todas as suas páginas rubricadas pelo diretor, que era destinado ao pessoal técnico e administrativo em exercício no instituto, e que o ponto seguiria o regulamento da Secretaria de estado. O horário de funcionamento do instituto, que sem sede própria funcionava no prédio da Biblioteca Nacional, era de onze e quinze até as dezessete horas. Naquele ano assinaram o livro José Honório Rodrigues, Luis Cosme, Antonio Joaquim Castilho, Américo Facó, iniciando em 27 de maio, como primeiro da lista; seu nome some em 15 de setembro. Sergio Buarque estréia como segundo da lista em 5 de junho de 1939, autografando SBHollanda, depois, a partir de 1 de julho assinava simplesmente SBH. O nome de Holanda não consta dos dias 16, 18, 20, 21 de setembro até 8 de abril de 1940, dia do encerramento do livro⁵⁶.

documentos do INL, na Divisão de manuscritos da Biblioteca Nacional, identificados e descritos por Vera Lúcia Miranda Faillace. pp. 154-185.

⁵⁵ Mario de Andrade. *Enciclopédia brasileira*. São Paulo: Editora Giordano; Edições Loyola; Edusp, 1993. pp. xix-xxviii. Vale consultar a respeito da Enciclopédia de Mario de Andrade e do Instituto Nacional do Livro: Ricardo Oiticica. *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasílica dos rejeitados*. Tese de doutorado. Departamento de letras. Pontifícia Universidade Católica/RJ, março de 1997.

⁵⁶ “Livro de ponto, 1939-40”. Instituto Nacional do Livro. Ministério da educação e saúde. Anexo da Biblioteca Nacional. Com a extinção do INL pelo governo brasileiro, em 1990, e sua transformação em Departamento nacional do livro, da Fundação Biblioteca Nacional, o acervo do instituto localizado, até então, em Brasília, voltou para o Rio de Janeiro em 1992. Desta vez, ele foi depositado num grande galpão, de três ou quatro andares, do antigo expurgo da Alfândega no cais do porto, que serve hoje como depósito arquivístico anexo à Biblioteca Nacional. Fato é, que muito do seu material de fontes documentais se perdeu,

Esses livros são interessantes, entre outras coisas, por servirem como indicadores da frequência dos funcionários do instituto nesses anos, permitindo acompanhar mais de perto alguns movimentos de seus funcionários.

Em 9 de setembro de 1940, Meyer abria um novo livro de ponto, anunciando o número de páginas, 300, que estavam rubricadas, e que se destinava ao pessoal do instituto, na observância do regulamento do ministério. O horário havia mudado, o início da jornada passava a ser às onze e trinta até às dezessete e trinta. No dia onze se iniciou o preenchimento do livro, Américo Facó encabeçando a lista de assinaturas, depois SBH, que ao lado, fez questão de assinalar o horário de saída cinco minutos depois do exigido. No dia 4 de novembro, Sergio Buarque entrava de férias até o dia 25. Cosme mantinha-se na lista e José Honório Rodrigues reaparece em 23 de setembro. No dia 13 de setembro, Mario de Andrade enfileirava seu nome, seguindo o de Holanda, em 10 de janeiro de 1941, ele tirou férias até dia 30. Em 18 de fevereiro, no terceiro lugar da lista, que era de Mario de Andrade, foi escrito “vago”. Nos dias 22 e 25 de abril Sergio Buarque não assinou a saída, como também em 12 de maio, e em, treze dias entre agosto e setembro, a partir do dia 21 de agosto, fazendo uma sequência do dia 25 ao dia 4 de setembro de 1941, dia do encerramento do livro. Em 19 de maio, ele não assinou nem na entrada, nem na saída, ao final da página da lista de ponto, seguia uma nota: “o contratado Sergio Buarque de Holanda afastou-se do serviço com remuneração integral de conformidade com o despacho do sr Presidente da República”⁵⁷.

A seção mais valorizada do instituto era a de publicações, chefiada por Sergio Buarque. Em relação à sua atuação nesse setor, vale acompanhar os pareceres emitidos sobre alguns escritores e livros, candidatos à publicação. A observação dessas fontes é importante para que se atente para a prática editorial de Buarque de Holanda frente a uma instituição pública. O primeiro parecer de Sergio Buarque foi feito em 23 de novembro de 1939. Ele era dirigido ao diretor do instituto, observando que a petição encaminhada por Jorge A. Maia ao Ministro da educação, com proposta para que fosse lançado regularmente

principalmente, aquele que diz respeito ao final dos anos trinta e anos quarenta, talvez muito tenha ficado no próprio transporte por caminhão do Exército que despejou as caixas de papelão em estado crítico no anexo do cais do porto. Isto, conforme nos indica Ricardo Oiticica, que foi o primeiro a manipular e organizar esse material, que resultou em sua tese de doutoramento na PUC/RJ em 1997.

⁵⁷ “Livro de ponto, 1940-41”. Instituto Nacional do Livro. Ministério da educação e saúde. Anexo da Biblioteca Nacional.

um “catálogo bibliográfico ‘de toda nossa atividade cultural’”, já constava do seu programa de publicações. Segundo Holanda, sua seção estava trabalhando nesse sentido “há alguns meses”, estando em vias de publicação o “Anuário bibliográfico e o Boletim do Instituto Nacional do Livro”. Ambas as publicações atenderiam precisamente essa aspiração, “que é a de quantos se interessam efetivamente pelo progresso de nossa cultura nacional”. Ele acrescentava que seria desejável que pudessem contar com a “valiosas sugestões” do médico paulista em trabalhos futuros, afinal sua “proficiência em assuntos atinentes a esta seção foi cabalmente demonstrada com a publicação do Índice bibliográfico médico paulista e do Índice bibliográfico médico brasileiro de 1937”⁵⁸.

Na primeira quinzena de dezembro, Buarque de Holanda voltava a se dirigir ao diretor, sobre Maia e sua produção. Ele lembrou a Meyer sua comunicação de novembro, quando referiu aos índices bibliográficos elaborados pelo médico, comentando que tinha tido a oportunidade de verificar, em São Paulo, sua “excelência e utilidade”. Buarque de Holanda avisava que Jorge Maia tinha “quase concluído o Índice bibliográfico médico brasileiro para 1939”, e que ele tomara a iniciativa, por parecer-lhe “de bom alvitre”, de sugerir que houvesse um “entendimento entre o Instituto Nacional do Livro e o autor, no sentido de ser efetuada pelo Instituto a publicação dessa obra”. Sergio Buarque, dizendo-se ciente da concordância de Maia, defendia a edição, acreditando que sua realização constituiria “não apenas um empreendimento de grande alcance cultural e uma contribuição de indiscutível utilidade”. Ele visava, sobretudo, a possibilidade de que a publicação dessa obra fosse “também ponto de partida para o lançamento regular de repertórios bibliográficos especializados por parte do Instituto Nacional do Livro”⁵⁹.

No mesmo dia, Sergio Buarque escrevia outro parecer para Meyer, em papel timbrado do M.E.S. - Comissão nacional do livro didático; com texto escrito de ponta cabeça, em relação ao timbre. O assunto deste era a necessidade de tornar regulares as publicações de repertórios bibliográficos especializados. Holanda comunicava a seu diretor que, diante dessa necessidade, e “considerando a importância crescente e a amplitude que vêm tendo entre nós os estudos sobre problemas pedagógicos”, ele se informara sobre os

⁵⁸ Parecer de Sergio Buarque de Holanda. INL, 23 de novembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁵⁹ Parecer de Sergio Buarque de Holanda. Informação nº 43. INL, 11 de dezembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

trabalhos realizados no Instituto nacional dos estudos pedagógicos. A idéia de Buarque de Holanda era a “organização do material bibliográfico a respeito”, para tanto, depois da autorização de Meyer, ele já tinha se entendido com o professor Lourenço Filho, diretor daquele instituto e antigo diretor da Escola de educação da UDF⁶⁰.

Lourenço, por seu turno, teria acolhido com satisfação o intento de lançar regularmente catálogos bibliográficos de estudos pedagógicos, “mediante uma cooperação entre o INPE e o Instituto Nacional do Livro”. Sergio Buarque argumentava que a publicação regular desses estudos e do índice bibliográfico médico, constituiria uma “contribuição estimável para a organização das bibliografias especializadas de que tanto carecemos, e que figuram no programa de publicações” do instituto do livro. Dessa forma, o instituto, além da “Bibliografia geral”, poderia oferecer mais dois repertórios anuais regulares. Daí, com o “tempo e a experiência adquirida nessas publicações”, eles teriam “elementos para ampliar progressivamente” a série de especializadas, “segundo um critério uniforme”⁶¹.

No dia seguinte, o diretor do instituto remetia ao Chefe de gabinete do ministro Capanema, dois anexos com as pareceres de nº 43 e 44, com referência ao plano das séries especializadas. Meyer comunicava a Carlos Drummond de Andrade que os contatos com Jorge Maia e Lourenço Filho, tinham se dado pelo intermédio do amigo comum e Chefe da seção de publicações. E, que uma vez, aprovado esse plano pelo ministro, o Instituto Nacional do Livro estenderia a outros “setores culturais” a sua iniciativa, promovendo a elaboração, “por especialistas”, de “repertórios bibliográficos regulares de direito, de literatura, etc”⁶². Esse plano de publicação de Sergio Buarque, já mais bem definido, repercutiu junto ao ministro da educação e saúde em fevereiro de 1940, quando o diretor Augusto Meyer escreveu para ele apresentando o “programa de publicações”, da seção, para o exercício do ano corrente. O objetivo era publicar “uma coleção de bibliografias” de acordo com o “projeto da seção”, que previa quatro séries distintas: “Bibliografias dos

⁶⁰ Parecer de Sergio Buarque de Holanda. Informação nº 44. INL, 11 de dezembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶² Parecer de Augusto Meyer. Informação nº 43 e 44, SP. INL, 12 de dezembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

grandes autores brasileiros”; “Bibliografias críticas”; “Bibliografias documentais”; “Bibliografias especiais ou especializadas”⁶³.

O primeiro item da série, “Bibliografias dos grandes autores”, era proposta não apenas por sua “utilidade como repertório bibliográfico de consultas sobre determinados autores”, mas também, pelo aspecto “dos serviços técnicos” do Instituto Nacional do Livro, servindo como “trabalho preparatório” do para o lançamento da “Coleção de obras completas dos grandes autores brasileiros”. Meyer justificava o primeiro aspecto pela “carência de bons repertórios bibliográficos”, que obrigava “o pesquisador”, “o crítico”, e, “o leitor curioso da história da literatura”, a lutar com as “maiores dificuldades, muita vez na resolução de questiúnculas irritantes, porém indispensáveis ao conhecimento geral da matéria em exame”. A idéia apresentada por Meyer era criar uma série com o “registro minucioso e cronológico” da produção dos grandes autores, acrescido da bibliografia sobre essa mesma produção, além de resumo biográfico, reproduções fac-similares e “alguns retratos escolhidos”. No tocante ao outro aspecto, Meyer evidenciava a importância de tal preparação para a Coleção de obras completas, mostrando, como exemplo, que o material preparatório para as “Obras completas de José Bonifácio” constituiria “excelente bibliografia, sem dúvida muito mais desenvolvida que a ‘Bibliografia andradina’ de Remígio de Belide”⁶⁴.

Antes de comentar o próximo item, Augusto Meyer comunicava ao ministro que, naquele momento, e dentro da mesma série, atendendo as deliberações da Comissão do centenário, presidida por Capanema, o Instituto do livro acabava de executar a “Bibliografia de Casimiro de Abreu”, em um volume, e, a de Machado de Assis, em dois. Ambas, com uma primeira parte constituída pela bibliografia do autor, uma segunda, com a bibliografia sobre ele, com resumo biográfico, fac-símiles e fotografias. Além de fazer ver ao ministro que estavam em preparo, esperando apenas a revisão definitiva as bibliografias de Tavares Bastos, de Tobias Barreto, e de Anchieta⁶⁵.

Com a série “Bibliografias críticas”, o interesse do instituto, segundo seu diretor, era de “apresentar alguns trabalhos mais desenvolvidos”, nos quais deveriam constar, além

⁶³ Parecer de Augusto Meyer. Informação nº 49. INL, 7 de fevereiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ Idem, *ibidem*.

daquelas relações bibliográficas indicadas para o item anterior, comentários e notas críticas, “resumos de contexto ou cotejos de textos e variantes” – a “contribuição pessoal de um especialista ou estudioso na matéria versada”. Nesse caso, apontava Meyer, estavam a “Bibliografia gonçalviana”, trazendo “catálogo comentado das obras” de Gonçalves Dias, contribuição da “nossa maior autoridade em assuntos gonçalvinos”. A pretensão era ainda naquele ano aquela “obra, única no gênero entre nós, pela importância dos comentários e da documentação crítica, representando o esforço de uma vida inteira”. Meyer anunciava, com orgulho, que estava programada, ainda para aquele ano, a publicação de uma obra de Wolfgang Hoffmann-Harnisch, feita especialmente para o Instituto Nacional do Livro. O nome da obra era “Goethe e o Brasil”, “bibliografia do maior interesse que está sendo traduzida pelo Chefe da seção de publicações”, Sergio Buarque. Augusto Meyer comunicava ainda a elaboração de uma “Bibliografia amazônica”, de Gastão Cruls, e, uma “Bibliografia do período holandês no Brasil”, de José Honório Rodrigues e José Antonio Gonçalves de Melo Neto⁶⁶.

Na série “Bibliografias documentais”, a proposta era que o Instituto Nacional do Livro iniciasse a publicação de um “gênero bibliográfico desconhecido no país”, sugestão nascida de “certas publicações” lançadas pela Facultad de Filosofia y Letras, de Buenos Aires, que traziam o título de “Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas”. Esta série, previa o diretor do instituto, teria tratamento especial. Segundo ele, “as bibliografias desta casta”, sendo “mais complexa”, que a simples bibliografia crítica, se caracterizaria pelo “aproveitamento de documentação inédita”, além da anotação erudita. Além disso, ficava a série reservada para os “casos especiais de arquivos importantes, de acesso difícil para a média dos consulentes, por falta de uma classificação metódica da documentação”. O critério seria o mesmo adotado na “Bibliografia documental para a história do Rio Grande do Sul”, de Aurélio Porto, de que Meyer fazia questão de destacar o “enorme aproveitamento de material inédito”, “profusamente anotado e transcrito”, e mais a “classificação e anotação da bibliografia já conhecida sobre o mesmo assunto”. Talvez,

⁶⁶ Idem, *ibidem*. Note-se que o livro de Hoffmann-Harnisch não consta das publicações do INL, exposta em uma sua publicação oficial, *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987 – 50 anos de publicações*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.

ele o quisesse na série, pois avisava ao ministro que o “primeiro volume, tratando das missões jesuíticas, está quase concluído”⁶⁷.

Em relação às “Bibliografias especiais ou especializadas”, Augusto Meyer explicava que a idéia de aproveitar os trabalhos de Jorge Maia e Lourenço Filho não foi ditada apenas pela oportunidade. Segundo ele, desde o exercício anterior, a diretoria sentia a “necessidade de subdividir os diversos setores da produção cultural brasileira”, a fim de poder “desenvolver e aperfeiçoar” a sua atividade nesse campo. Meyer afirmava ter aproveitado a “boa vontade dos estudiosos” para utilizar trabalhos, já em andamento, “dignos de serem programados nas publicações do instituto”. Nesse caso, afirma o diretor, cabiam bem os trabalhos de Maia e Lourenço, “tomados como verdadeiros modelos, no gênero”. Augusto Meyer buscava a aprovação do ministro Capanema para sua publicação, pois a partir disso o instituto estenderia essa atividade a outros setores culturais, como direito e literatura. Ele expunha que a publicação da série não interferiria na do “Anuário” do Instituto Nacional do Livro., a não ser, na medida em que ficaria reservado para as “Bibliografias especiais ou especializadas” o registro da produção aparecida em jornais e revistas. Meyer aproveitava para requerer autorização para o instituto publicar, no Serviço gráfico do Ministério da Educação e Saúde, os trabalhos que estavam prontos para o prelo: das “Bibliografias dos grandes autores brasileiros”, as de Machado de Assis e Casimiro de Abreu; nas “Bibliografias críticas”, a gonçalviana; nas “especiais”, os trabalhos de Jorge Maia e Lourenço Filho⁶⁸.

Esse projeto para a Seção de publicações, parece lícito supor, que fosse elaborado com uma contribuição não apenas direta, mas decisiva de Sergio Buarque de Holanda. Nesse sentido, não soa excessivo observar as linhas gerais de cada uma das três séries propostas como temáticas caras aos estudos que ele desenvolveu naqueles anos antecedentes. Afinal, uma das séries era de bibliografias sobre grandes autores da literatura brasileira, iniciada com dois volumes sobre a “flor” da “planta de estufa” romântica, Machado de Assis; uma outra de “bibliografias críticas”, que estrearia com a “gonçalviana”; e ainda, uma terceira, de “bibliografias documentais”, inspirada nas publicações de um instituto de investigações históricas. Sobre a proposta da quarta série de

⁶⁷ Parecer de Augusto Meyer. Informação nº 49. INL, 7 de fevereiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁶⁸ Idem, *ibidem*.

bibliografias, vale lembrar, que figurava do programa anterior do Instituto Nacional do Livro, como o próprio Sergio Buarque fazia ver na “Informação nº 44”, sobre as tratativas com Lourenço Filho. Assim, estavam englobados seus estudos sobre história e crítica da literatura brasileira e o interesse pelas fontes documentais e historiográficas.

Em meio às decisões e projetos de Buarque de Holanda como editor, vale atentar para o compartilhamento de idéias numa relação que se intensificou, naqueles anos finais de 1930, com seu amigo Rubens Borba de Moraes, então diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo. Em dezembro de 1939, em papel timbrado da biblioteca, Borba de Moraes escreveu a Sergio Buarque, deixando clara sua influência sobre a proposta de publicar a obra de Jorge Maia, sua insatisfação com o governo de São Paulo, as suas restrições à direção coeva da Biblioteca Nacional, e comentários sarcásticos de laivos preconceituosos.

Moraes escrevia ao “Sergio amigo”, antes de tudo, comentando ter ficado “muito assustado com tanta atividade” de Holanda, sem deixar de comentar que “bem se vê que você é paulista!”. Rubens Borba dando satisfação sobre comunicação anterior, afirmava que estivera “pensando bem no negócio da ‘bibliografia brasileira’”, e que a ele parecia que, “bem pesado tudo”, não se deveria imprimir os “dados que vocês têm para 1938”. Isso, pela “simples razão” de que já estava, então, publicado o “‘Boletim bibliográfico’ da Nacional” referente àquele ano. “Seria uma duplicação lamentável e um desperdício inútil”. Apesar de Moraes ter considerado que a publicação fosse “muitíssimo mal feita nos moldes das bibliografias francesas de 1880”⁶⁹.

Borba de Moraes sugeriu que seria muito mais “útil, interessante e eficiente”, que se começasse no ano seguinte, “assim daríamos logo no começo do ano dados referentes a 1939”. Nesse sentido, Rubens Borba alertava, apontando possíveis empecilhos, que o que era preciso era “organizar o serviço logo”, mandando “circulares a todos os editores do país”, anunciando a elaboração da bibliografia, “explicando o que é”, e solicitando o envio de “todos os livros publicados durante o ano para a Nacional”. Mais que tudo, era “indispensável organizar esse serviço de acordo com o Garcia. Eu creio que aí está a grande dificuldade”. É no mínimo curioso observar a assertiva com que Moraes justificava, para o autor de *Raízes do Brasil*, seu comentário sobre Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional, acordando com uma das teses centrais do livro – ele escreveu: “a falta de espírito

⁶⁹ Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 8 de dezembro de 1939. Siarq/Unicamp.

de colaboração entre brasileiros é uma das características de nossa gente”. “E sem colaboração não é possível”⁷⁰.

Rubens Borba lembrava a Sergio Buarque que, como já havia escrito a ele e ao Meyer, estava “disposto a colaborar intensamente”, e acrescentava, em comentário de evidente preconceito racial, que “gostaria de ir ao Rio mas não agora pois com esse calorão não é possível um homem branco trabalhar”. Ao que parece, respondendo a uma apreciação de Buarque de Holanda, o branco Moraes não se admirava do fato de que Rodolfo Garcia “nunca tenha feito uma permuta desde que é diretor”, cargo que ele assumiu em 1932. “É bem da mentalidade desses velhinhos sábios, egoístas e nocivos”. As críticas de Moraes em relação à administração do diretor da Biblioteca Nacional, resvalavam em mais preconceitos. Segundo Rubens Borba, Rodolfo Garcia era um “grande erudito”, mas de bibliotecas “nada entende e não quer entender”, enquanto ele ficava “estudando no seu gabinete poeirento os bichos acabam com a Nacional”. E emendava: “Qual esse Rio de Janeiro não tem remédio...”⁷¹.

Rubens Borba avisava a Buarque de Holanda que dera os “recados ao Couto”, e que ele o escreveria. Ele também avisou que iria falar com Yan de Almeida, no dia seguinte, para ver se ele emprestaria o Davatz, para que fosse enviado para Sergio Buarque, para que lesse e mandasse dizer “se vale a pena você traduzir e prefaciar”. Moraes recomendava que se ele “pudesse me aprontar o Davatz para fevereiro seria o ideal. É curtinho e fácil”. Ainda nessa carta, Borba de Moraes comentava que tinha ficado “muito contente com a perspectiva de vocês imprimirem a Bibliografia médica”, de Jorge Maia. “O nosso governo de analfabetos, como você sabe, cortou a verba!”. Moraes lamentava que o serviço que ele reputava como a “melhor coisa que nós fizemos aqui não seja compreendida por esta gente”. “Mas se vocês resolverem imprimir estará salva a pátria...”. Ele finalizou sua missiva fazendo referências críticas ao governo de São Paulo, onde não havia “nada de novo”, continuando a “pachochada de sempre”. “Estou desanimado com a falta de cultura e má vontade dessa gente que nos governa. Estamos perdendo dinheiro e tempo e não vejo esperança de melhoria”⁷².

⁷⁰ Idem, *ibidem*.

⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁷² Idem, *ibidem*. O livro *Memórias de um colono no Brasil: 1850*, de Thomas Davatz, com tradução, prefácio e notas de Sergio Buarque foi publicado, em 1941, pela Livraria Martins. Buarque de Holanda acrescentou alguns documentos inéditos que foram anexados à edição, conforme relata Rubens Borba em seu texto de

Vale destacar esse sentimento de incompreensão por parte de Rubens Borba, dos escritores pelo governo de analfabetos de São Paulo. Ele, talvez, possa explicar um pouco da motivação de escritores como Mario Andrade, Borba de Moraes, e próprio Buarque de Holanda, que gravitaram em torno de Ministério de Gustavo Capanema, que tinha como seu braço direito Carlos Drummond de Andrade. Afinal, talvez aí, eles se sentissem acolhidos, vislumbrando a possibilidade de realizar alguns de seus projetos intelectuais em níveis efetivos de intervenção social.

A influência das relações de amizade eram evidentes nos arranjos para as publicações. Da mesma forma, a colaboração de Borba de Moraes nas atividades da Seção de publicações e do Instituto Nacional do Livro, como se percebe em outra carta de pouco mais de um mês depois. Em papel pequeno com selo da Vasp, Moraes escreveu ao “amigo Sergio”, acusando recebimento de correspondência dele, e logo organizando as demandas, avisava: vamos por partes. Ele começou relatando que as “fichas chegaram”, mas que o serviço iria “demorar mais do que eu pensava”. As “informações colecionadas por vocês” estavam, em muitos casos, “incompletas e fora de qualquer ordem”, de modo que Moraes achou melhor “redigir novas fichas para aí completarem as informações”. Depois, Borba de Moraes comunicou que escreveria para Affonso Arinos sobre “o negócio das Cartas chilenas”, e, que José Honório Rodrigues o procurasse para dizer “quando o livro” ficaria pronto, “qual o título” que ele pretendia dar, e “quanto” ele queria ganhar. Rubens Borba ainda avisava a Sergio Buarque que dissesse para Augusto Meyer que “nós publicaremos o Burmeister”, para que ele mandasse dizer quanto ele queria ganhar “pela tradução e um estudo biográfico (que julgo indispensável) do autor”⁷³.

Só então Borba de Moraes referiu ao ponto central da carta, “o manuscrito existente na Sainte Geneviève, em Paris”, sobre o qual ele assegurava que “não há dúvida que convém mandar copiar”. Ele sugeria que fosse tirada cópia fotográfica para depois traduzi-lo no Brasil, e, que Sergio Buarque escrevesse ao cunhado, Cesário Alvim, nesse sentido, mas que antes, procurasse saber o “tamanho do manuscrito, o preço da cópia, etc. para depois a gente providenciar o resto”. No fim de sua carta, Rubens Borba perguntou a Sergio Buarque se ele já tinha visto o Rugendas, comentando que os exemplares de luxo só

apresentação da obra. Thomas Davatz. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Edusp, 1980. pp. 11-13.

⁷³ Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 24 de janeiro de 1940. Siarq/Unicamp.

ficariam prontos no final do mês, e que um seria reservado para ele. “Não sei o preço ainda”, Moraes avisava, e talvez pretendendo trocá-lo, sugeria que Holanda fizesse um “artigo em algum jornal sobre a coleção”. “Veja se me arranja aí um pouco de publicidade em torno da coleção. Bom por hoje é só”⁷⁴. Mais uma vez, aquele recurso à propaganda viabilizada por amigos para promover suas publicações, assim ocorrera nos textos de Sergio Buarque propagandeando *Klaxon* e os klaxistas. Essa, afinal, era uma prática usual entre as próprias editoras como a José Olympio, e a Martins, representada por Borba de Moraes.

Sobre o documento da Sainte Geneviève vale atentar à carta do irmão de Maria Amélia Buarque de Holanda, José Augusto Cesário Alvim, escrita, de Paris, para Sergio Buarque. Ela, versando sobre viajantes, é expressiva na demonstração do interesse pelos estudos históricos em que se especializava Holanda. Cesário Alvim escrevia diretamente da seção de manuscritos da biblioteca de Sainte Geneviève, tendo o in-fólio de J.B. Douville “diante de mim”. Ao que parece a tarefa de encontrar o documento não tinha sido fácil e dependera, para o sucesso, de sorte, pois o remetente comentava ser o amigo de São Paulo de Sergio Buarque, provavelmente Rubens Borba, “tão peludo quanto o Getúlio”. “Imagine que apenas 20 ou 30 manuscritos, dos milhares que eles são, restam na *Bibliothèque* de Sainte Geneviève. Os outros foram se esconder ‘*quelque parte en province*’”. Entre esses, ele encontrara “o seu Douville”⁷⁵.

Seguia uma descrição do documento, que constava de 137 folhas, das quais 114 escritas também no verso. “A letra é um tanto merda e às vezes floreada, mas a escritura está nítida e não terei maiores dificuldades em decifrá-la”. Cada página tinha, segundo ele, 37 linhas, cada uma delas com uma média de doze palavras, junto havia uma fotografia de Camões, “nada a ver com o peixe”, devia pertencer à “coleção Ferdinand Denis e foi acabar dentro do volume”. Ele considerava que o trabalho de Douville parecia ser mesmo interessante, apesar de confessar que não tinha competência para “julgar o estudo de naturalista, de geologista [sic], de botânico, de lingüista, de médico, de sociólogo, etc., que parece se condensar nas folhas”⁷⁶.

⁷⁴ Idem, *ibidem*.

⁷⁵ Correspondência passiva. José Augusto Cesário Alvim. Paris, 6 de abril 1940. Siarq/Unicamp.

⁷⁶ Idem, *ibidem*.

O texto era escrito em “tom de diário de viagem, num francês ótimo e com muita ironia também”, como quando contava a história de sua briga com o cônsul do Brasil em Portugal, por este ter se negado a assinar “seu passaporte para a Bahia”, enquanto ele não apresentasse caução provando não ser mendigo. Cesário Alvim destacou, também, as longas explicações de medicina e das drogas indígenas que tinha o livro, além das muitas cartas que o autor escrevera e recebera quando no Brasil. Segundo ele, o livro já começava no terceiro capítulo, sendo, todavia, o que mais interessava por relatar os “preparativos da viagem, da Europa para a América do Sul”, que no Brasil, passou pela Bahia, “adjacências de Ilhéus, até nascentes do rio Itaípe”. Como havia proposto Borba de Moraes, Alvim já tinha descrito o tamanho do documento e algumas minúcias passava então a tratar da reprodução. Ele sugeriu que o material fosse fotografado, “em rotogravura, pois é o que basta e sai mais barato”. Cesário Alvim temia que o documento fosse mandado para “o interior da França encaixotado, como a maioria dos manuscritos de Sainte Geneviève e quase todos da Coleção Ferdinand Denis”. Ele arranjava um fotógrafo que não cobraria pelo serviço, mas os documentos teriam de ser levados à sua casa ou laboratório. Contudo, o manuscrito não poderia sair da seção e, aquele montante de serviço de graça, “seria um pouco de impertinência de minha parte”⁷⁷.

Os interesses historiográficos tornavam-se efetivos através dos planos de publicação do próprio Instituto Nacional do Livro e de uma preocupação crescente com o acúmulo de fontes e documentos históricos que, mais tarde, dariam suporte ao aprofundamento das buscas sobre a “formação nacional” brasileira.

Em papel com timbre em alto relevo da Biblioteca municipal de São Paulo, Gabinete do diretor, Rubens Borba manuscrevia para Buarque de Holanda, acusando ter acabado de receber o Davatz. Ele ainda não o tinha lido, apenas espiado, mas afirmava que estava “ótimo”. Moraes avisava que o editor Martins ao lhe entregar esta missiva combinaria com Sergio Buarque “uma porção de coisas, inclusive os cobre que ele espichará em notas correntes deste país”. Sobre a edição do livro, ele comunicava ter mandado fazer os clichês, dois “tirados do Kidder e Fletcher e um retrato do senador Vergueiro”; ao lado dos nomes de Kidder e Fletcher, entre parênteses, vinha uma informação acrescida posteriormente, “vista de Ibicaba”. “É. pouco exclamava Martins!”, e

⁷⁷ Idem, *ibidem*.

Borba de Moraes pedia sugestões para Buarque de Holanda, que “conhecia a obra a fundo”, porque ele “gostaria de fazer do volume do Davatz uma coisa de ‘quebrar a cara’ como a apresentação”. Ele pedia a Buarque de Holanda para combinar com o Martins “mais umas ilustrações”⁷⁸.

Moraes avisava também que o prefácio que ele pretendia fazer seria “apenas uma linha”, ele diria “somente isto: a história da colonização em São Paulo está toda ela por fazer”. “Não houve aqui colonização mas ‘substituição do braço escravo’”. Em seguida, Rubens Borba fazia algumas considerações sobre a bibliografia até então existente sobre a colonização paulista, segundo ele, “enorme, mas toda ela (pelo menos a mais conhecida) emana de fontes oficiais, de propaganda da colonização e de relatórios consulares”. Daí a importância do Davatz, “ser a única que se conhece do outro lado”, por isso iniciaria a Biblioteca histórica brasileira, que, “empenhada em fornecer documentos valiosos e selecionados aos estudiosos”, publicaria diversas obras sobre o assunto⁷⁹.

Borba de Moraes pedia que, se Sergio Buarque achasse “útil fazer-se um ‘prefácio estudo’ sobre a questão”, que ele o fizesse. “O que você acha?”. Ele achava melhor que Buarque de Holanda o fizesse, posto que se dizia “tão apaixonado por esta questão do estudo da colonização”, que estava estudando “tanto esse problema, que gostaria de escrever até um livro sobre o assunto”. Contudo, tinha uma “vasta preguiça” de escrever livros, segundo ele, “prefiro fazer livros”. “É mais divertido”. Borba de Moraes sugeria a Sergio Buarque, que ele escrevesse o tal livro, “vamos avante! Faça um prefácio para o Davatz com as diretrizes do novo livro. Que tal?”⁸⁰. A resposta de Buarque de Holanda foi positiva, assim o livro de Thomas Davatz veio a público com um “prefácio do tradutor”. O texto preliminar vinha dividido em quatro partes, das quais interessa apresentar aqui apenas a primeira, pois nela é possível atinar para desdobramentos de pontos de vista expostos em seu livro de 1936, apontando para refinamentos de seus estudos históricos que desenvolvia em seu contato diário com o acervo da Biblioteca Nacional e com o trabalho no Instituto Nacional do Livro.

Sergio Buarque tratava da “importação de braços livres para a lavoura paulista”, que se processara em escala apreciável a partir de meados do século dezenove, incentivada pela

⁷⁸ Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 18 de maio de 1940. Siarq/Unicamp.

⁷⁹ *Idem ibidem*.

⁸⁰ *Idem, ibidem*.

“política de colonização dirigida” pelo estado de São Paulo. Segundo ele, era justo assinalar que “nem sempre essas autoridades agiriam com precipitação e pouco zelo no aproveitamento dos colonos”, a despeito do que não deixava de apontar que as iniciativas governamentais “não tiveram êxito”. Em muitos casos, isso ocorria por deficiência das próprias administrações que, por um lado, “desenganadas pelos primeiro obstáculos” não satisfazia os compromissos assumidos com os colonos. Por outro, Buarque de Holanda apontava a mesma limitação discutida em *Raízes do Brasil*, de que a “origem” dos colonizadores “estava longe de se ajustar às condições do país”, contrariando “a idéia” de oferecer aos colonos “formas de existência semelhantes” às de onde advinham – decorrente de “uma falsa compreensão das necessidades da terra”. Havia, segundo ele, uma pretensão de “fazer aproveitar nossa economia rural das vantagens técnicas” da agricultura das “nações mais adiantadas”. Mas, para os camponeses europeus, “acostumados a arar suas terras”, a agricultura brasileira aparecia como uma “agricultura de enxada”⁸¹.

A agricultura foi tema crucial de *Raízes do Brasil*, basta lembrar que naquela sua primeira edição o livro teve os capítulos terceiro e quarto intitulados de “Passado agrário”. No caso da apresentação do texto de Davatz, Sergio Buarque retomava os pressupostos de seu ponto de vista sobre a questão, afirmando que a “agricultura de tipo europeu era sobretudo impraticável nos lugares incultos e remotos”, e que a “riqueza da terra foi freqüentemente um obstáculo” à sua prática. De tal modo, que em sua perspectiva, não haveria exagero em declarar que os “métodos bárbaros da agricultura indígena eram em alguns casos os que convinham”. Dessa forma, passava-se, muitas vezes, a ““esterilizar” o solo por via de plantas e fogos contínuos”, também incentivando-se uma lavoura “não somente extensiva como dissipadora – antes *mineração* do que agricultura”. Quanto à explicação, segundo ele, freqüente, que se dava ao “malogro dos esforços sucessivos” para a colonização, de que os colonos eram recrutados, sobretudo, em meio ao “proletariado urbano da Europa central”, Sergio Buarque concordava, apresentava números. Ele citava Tschudi, que relatara suas observações sobre os colonos de São Paulo no ano de 1858, apresentando uma lista em que dos “87 pretensos lavradores, como tais contratados no

⁸¹ Sergio Buarque de Holanda. “Prefácio do tradutor”. In: Thomas Davatz. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Edusp, 1980. pp. 15-45.

Velho Mundo para os estabelecimentos de pareceria, apenas treze se tinham dedicado a atividades agrícolas em suas terras de origem”⁸².

De resto, para Buarque de Holanda, a procedência “urbana dos colonos” era um “fato mais ou menos geral”, não apenas em São Paulo, como nas demais províncias em que houve imigração germânica. Para atestá-lo, Sergio Buarque referia aos “termos portugueses relacionados com a técnica agrícola no vocabulário dos descendentes de imigrantes” que conservavam a língua alemã no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Espírito Santo, afirmando que essa persistência “poderia ser explicada pela ausência de uma verdadeira tradição rural entre os mesmos”. Essa “falta de tradição rural” estaria também exposta no fato de os “brasileiros do sul ainda se designarem com a palavra ‘colono’ (*Kolonist*) e só muito raramente com a palavra “camponês (*Bauer*)””. Contudo, Holanda, como fizera em seu livro de anos antes, destacava o valor da “plasticidade” para a adaptação às terras brasileiras, e paulistas. Assim, para ele, cabia perguntar se mediante as dificuldades naturais, advindas da “distância enorme que separava os métodos agrícolas europeus dos nossos”, seria indispensável recrutar esses colonos entre agricultores. Ele pensava lícito “supor que, prisioneiros de tradições e princípios inadequados às nossas condições rurais, fossem eles exatamente dos menos indicados para colonização agrária no Brasil”⁸³.

Como em *Raízes do Brasil*, Sergio Buarque recorreu ao contraponto entre uma origem ibérica e uma “origem germânica e muitas vezes protestante”, porém, nesse prefácio, ele apresentava uma torção em sua perspectiva sobre essa relação. Buarque de Holanda destacava que recorrer a imigrantes dessa origem era a única possibilidade – “excluídos os portugueses” – sendo esse “ainda um empecilho considerável à sua rápida assimilação”⁸⁴. Neste texto, Sergio Buarque já substituíra o uso do termo “raça”, subsumindo-o pela noção de “etnia”. Nele, Holanda advertia que não conviria “exagerar a importância das tradições étnicas e culturais em prejuízo de certos fatores sociais e mesmo psicológicos”, tratando-se dos problemas da imigração. Nesse sentido, passava a relativizar aquilo que nomeie como uma “naturalização” da noção de “cultura”, por parte de Holanda, em sua instrumentalização do termo “raça”, quando ainda era considerada com um tom forte do aspecto psicofísico.

⁸² Idem, *ibidem*. pp. 16-17.

⁸³ Idem, *ibidem*. pp. 17-18.

⁸⁴ Idem, *ibidem*. p. 18.

Vale destacar como, em 1940, Sergio Buarque desqualificava o potencial cognitivo da noção de “raça”, referindo a Gilberto Freyre. Em um artigo intitulado “O problema das culturas”, publicado em outubro daquele ano, Buarque de Holanda propunha comentar alguns textos ainda não “largamente tratados e debatidos” de Freyre – quem, segundo ele, encontrara finalmente o público, “estimulante e compreensivo”, que lhe serviria de “sexo oposto ao espírito”. Textos em que, segundo Holanda, Freyre “procura fixar, em alguns traços marcantes, o problema de nossas heranças culturais e das influências que tenderam e tendem a enriquecê-las e a corrompê-las”. Holanda adverte que, “nesse caso” o termo “culturais” deveria ser interpretado como tendo “o timbre especial que a palavra cultura adquiriu para os modernos antropologistas europeus e americanos”. Nesse sentido, o termo “cultura” era compreendido como um “conjunto global de crenças, idéias, hábitos, normas de vida, valores, processos técnicos, produtos e artefatos que o indivíduo adquire da sociedade como um legado tradicional e em consequência de sua própria atividade criadora”⁸⁵.

De tal modo, Sergio Buarque fazia questão de afirmar que, assim concebido, não seria possível que o “conceito de cultura” fosse confundido com o “conceito de raça”: “nesse sentido pelo qual se distingue particularmente do conceito de raça, definindo-se quase que por esta distinção, compreende-a [a cultura] o autor [Gilberto Freyre] em toda sua obra”⁸⁶. Holanda concluía esclarecendo seu ponto de vista, ao mesmo tempo, apontando o cerne de sua ultrapassagem daquela noção: “já sabíamos até onde é falsa, do ponto de vista rigorosamente científico, a identificação de raça e cultura. Hoje sabemos que não somente é falsa mas também perigosa”⁸⁷.

Torno ao prefácio do tradutor depois dessa breve digressão. Sergio Buarque diluía e deslocava, portanto, o lugar da noção de “raça”, esvanecendo seu sentido anterior, posicionando-a de forma a se equiparar aos “fatores sociais e psicológicos”, com uma terminologia que pretendia maior precisão. Segundo Buarque de Holanda, “erro idêntico”, a esse do exagero, “tão comum”, fazia distinguir na “influência do escravo africano em nossa vida social muito mais a ação do africano do que a do escravo”. Da mesma forma que, esse

⁸⁵ Sérgio Buarque de Holanda. “O problema das culturas”. In: *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1940. s/p.

⁸⁶ idem, *ibidem*. s/p.

⁸⁷ idem, *ibidem*. s/p.

exagero, levava a salientar em “nossos primeiros colonizadores portugueses menos os colonizadores do que os portugueses”. “A verdade é que a tradição étnica não explica muita coisa se dissociada das circunstâncias em que pode agir nos movimentos migratórios”⁸⁸. Não pode deixar de ser destacado, que mais do que um parâmetro para conhecer a imigração colonizadora de São Paulo, esse argumento de Sergio Buarque, vale ser interpretado como uma autocrítica a um ponto de vista expresso em seu livro de 1936, permitindo vislumbrar a pretensão de um aprofundamento histórico em relação à equação psicofísica apresentada então.

Na análise dessa “psicologia” dos imigrantes, Buarque de Holanda fazia ver que a “aptidão para emigrar”, envolveria uma “capacidade de idealizar em excesso a terra procurada, ‘terra prometida’”. “Certa dose de fantasia e credulidade, por pequena que seja, certo definhamento do senso de crítica, existiu sempre à origem de todas as migrações em grande escala”. A “confiança ilimitada” no país novo, era seguida de uma “desilusão crescente em face das contrariedades que traz, ao cabo, a emigração transoceânica”, em outras palavras, a “transplantação da cultura européia para uma zona de clima tropical ou subtropical”. Na perspectiva de Sergio Buarque, esse “desajustamento normal” com as condições ofertadas pelo “ambiente”, seria complicado pela “atitude religiosa”, pois, segundo ele afirmava categoricamente, era “fato verificado ainda hoje nos núcleos coloniais do sul do Brasil, que o imigrante católico adapta-se muito mais facilmente ao meio luso-brasileiro do que o protestante”⁸⁹.

No mesmo sentido, de apresentação dos “motivos que dificultaram sem dúvida a adaptação desses homens” às condições da terra, Sergio Buarque salientou um aspecto que aparecera tangencialmente em seu livro, quando referiu ao “pão da terra” que os portugueses teriam aprendido a comer, à rede em que aprenderam a dormir, etc.: aquele da alimentação e dos costumes. Assim, ele somava àqueles motivos, já comentados, a “repugnância explicável ao sistema de alimentação do país e sobretudo a certas formas de vida, a certos hábitos e costumes, que constituem, afinal, o fruto de um lento mas seguro processo de aclimação”. Note-se como a noção de “formas de vida”, persiste, porém, com uma coloração de um matiz que abrange “hábitos e costumes”, de modo preponderante em

⁸⁸ Idem, *ibidem*. pp. 18-19.

⁸⁹ Idem, *ibidem*. pp. 19-20.

relação aos aspectos étnicos. Dentre esses, ele destacava a “ausência de asseio corporal entre esses adventícios”⁹⁰.

Depois dessa digressão necessária para amostrar alguns aspectos do desdobramento do pensamento historiográfico de Sergio Buarque, retomo a carta de Rubens Borba, que anunciava, na sua missiva, uma “grande notícia: está pronta a bibliografia!”. Só faltava “bater a máquina em folhas de papel e mandar para o prelo”, e ele escrevia a Holanda para avisar o “Meyer para ele ir providenciando a impressão”. Segundo Moraes, ele ia ficar um “alentado volume, como dizem os jornais”, e, “tecnicamente” era o que havia de “moderno”. Ele avisava que quando fosse ao Rio de Janeiro, em junho, eles poderiam combinar o resto do serviço para os outros anos, e mais uma vez, destilava seu preconceito, quando pedia a Holanda que cutucasse Meyer e Affonso Arinos para “tocarem as traduções”, porque andava aflito com medo que eles não acabassem tão cedo: “no Rio não se trabalha... e o paulista se aflige. Qual só separando!”. Borba de Moraes se despedia avisando que o editor Martins contaria a ele as “novidades editoriais, os planos e as realizações”, pedia que Sergio Buarque entregasse a ele o livro de Davatz, para que pudesse devolver para Yan de Almeida, e avisava que o portador viajara sem a carta que ele acabara de enviar⁹¹.

A tradução do Davatz acabaria ficando para o outro ano porque Martins esperava retorno financeiro do investimento na edição do Debret, conforme Borba de Moraes comunicava a Buarque de Holanda em agosto de 1940⁹². Há, ainda, outra mudança de perspectiva no pensamento de Sergio Buarque que não pode deixar de ser destacada. O teor desta pode começar a ser observado a partir de um seu parecer emitido, em janeiro de 1940, e dirigido ao seu diretor Augusto Meyer. Nele, o Chefe da seção de publicações do Instituto Nacional do Livro comentava com entusiasmo a organização de um *Handbook of Brazilian studies*, “nos moldes do excelente *Handbook of Latin-american studies*”, segundo ele, tal notícia “só pode ser recebida com viva satisfação e com a esperança de que se torne uma idéia vitoriosa”. A exposição do plano a que tivera acesso, informava a Buarque de Holanda que sua realização só poderia “contribuir eficazmente para a difusão do interesse da cultura brasileira nos Estados Unidos e em outros países”. Sergio Buarque elogiava

⁹⁰ Idem, *ibidem*. p. 20.

⁹¹ Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 18 de maio de 1940. Siarq/Unicamp.

⁹² Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 14 de agosto de 1940. Siarq/Unicamp.

ainda o critério, não explicitado, que presidira à “escolha ou sugestão dos colaboradores para tão vultoso empreendimento”⁹³.

No dia 10 daquele mesmo mês, Augusto Meyer passava às mãos do ministro Capanema o parecer de Buarque de Holanda, referente à proposta de Lewis Hanke, “quanto à organização de um *Handbook of Brazilian studies*”. À informação do Chefe da seção de publicações ele afirmava dever ajuntar que as “dotações orçamentárias” do instituto, “atendendo ao programa de serviços indispensáveis no decorrer deste exercício, não comportam uma despesa de tal vulto (120:000\$ no mínimo)”⁹⁴. Dessa forma, a proposta e a possibilidade de uma co-edição do *Handbook* foi descartada, o que não impediu o envolvimento de Sergio Buarque no projeto. Assim, em junho, Rubens Borba escrevia a Buarque de Holanda, avisando que Lewis Hanke, editor do “*Handbook of Latin America*” e diretor da *Hispanic Foundation*, estava em São Paulo, e seguiria para o Rio de Janeiro no dia seguinte. Borba de Moraes avisava que Hanke ficaria hospedado no Hotel Glória, e que desejava ver, além do próprio Buarque de Holanda, Augusto Meyer e Mario de Andrade, de modo que Moraes solicitava a Sergio que telefonasse a ele, para levá-lo a uma visita ao instituto do livro. Talvez, para motivar Buarque de Holanda, Rubens Borba não deixou de comentar que “você sabe que o Hanke é hoje um dos homens mais cotados nos Estados Unidos nesses negócios de relação com o Brasil”⁹⁵.

Os contatos com intelectuais americanos se firmavam com a relação com Rubens Borba de Moraes, que escreveu em novembro daquele ano, avisando a Sergio Buarque que só poderia ir ao Rio de Janeiro em dezembro. Ocasão em que teria oportunidade de esperar a chegada de William Berrien, que viria do Estado Unidos naquela época, para que juntos organizassem o “famoso *Handbook of Brazilian studies*”⁹⁶.

Borba de Moraes escreveu outra carta, menos de um mês depois, para Sergio Buarque, acusando recebimento de sua missiva, e festejando a “boa notícia de sua ida aos

⁹³ Parecer de Sergio Buarque de Holanda. Informação nº 147. INL, janeiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional. O número 147 foi riscado no original, pelo parecer que segue de Augusto Meyer, infere-se que o número correto fosse 47.

⁹⁴ Parecer de Augusto Meyer. Informação nº 47. INL, 10 de janeiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

⁹⁵ Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 24 de junho de 1940. Siarq/Unicamp. Lewis Hanke era um alto funcionário da Biblioteca do Congresso, em Washington, diretor da *Hispanic Foundation*. Haveria de se pesquisar possíveis relações com o *Bureau of Inter-American Affairs*, ligado a Nelson Rockefeller.

Estados Unidos”. “Não perca a ocasião”, recomendava ele, comentando, aparentemente a partir de uma reclamação de Holanda, que “o que os americanos dão, de fato não dá, mas sabendo viver faltará pouco”. Segundo ele, “com # 3,50”, Sergio Buarque teria um “ótimo quarto como só se tem nos Estados Unidos”, além disso, ele avisava, ser provável, que o governo providenciasse hotel para ele. Mas, antecipando-se, Moraes aconselhava o San Carlos Hotel, em Nova Iorque, já anotando o endereço. Lá, anunciava ele, havia “quartos de 3,50 com banho é claro, geladeira elétrica e fogareiro para *breakfast*”. Em baixo, havia um restaurante “ótimo e razoável”, almoçando em “‘*drug store*’, ou restaurantinhos, você come muito bem por 80 cents”. Borba de Moraes sugeria que chegando a Washington, Buarque de Holanda ligasse para Lewis Hanke, pedindo para que ele arranjasse “lugar na Brooklin Foundation”. “É ótimo e baratíssimo. Você verá como os americanos são hospitaleiros e como a terra é boa. Vá. Não existe”. Com “# 10 diários”, Buarque de Holanda viveria “como um príncipe”, além disso poderia trazer “presentes para a mulher e os garotos’, que se multiplicavam. Borba de Moraes comentou também que quando chegasse o convite para Sergio Milliet, ele o convenceria “de não perder a ocasião”⁹⁷.

Com esse incentivo e o convite do Departamento de cultura do Departamento de estado, Sergio Buarque partiu para os Estados Unidos, em 1941, na companhia de Luís Jardim, como representantes do Ministério da Educação e Saúde, para uma série de palestras⁹⁸. Talvez, essa viagem explique o afastamento do serviço “com remuneração integral” do contratado Sergio Buarque, que se anunciava no livro de ponto do Instituto Nacional do Livro, no dia 19 de maio daquele ano, em “conformidade com o despacho do sr Presidente da República” – ajudando com isto a datar a viagem. Entretanto, interessa, sobretudo, atentar para mais uma mudança de ponto de vista na trajetória intelectual e política de Buarque de Holanda, expressa no artigo “Considerações sobre o americanismo”, na coluna “Vida literária”, de domingo, do *Diário de Notícias*. Nele, Sergio Buarque comentava o “nosso crescente contato, já agora não só econômico e político, mas também,

⁹⁶ Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 7 de novembro de 1940. 1 de dezembro de 1940. Siarq/Unicamp.

⁹⁷ Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 1 de dezembro de 1940. Siarq/Unicamp.

⁹⁸ Sobre a viagem é possível consultar: Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. Entrevista de Sergio Buarque de Holanda. “An interview with Sergio Buarque de Holanda”. In: *Hispanic American*

cultural, com os Estados Unidos”, como uma espécie de representante da cultura brasileira. Segundo ele, uma aproximação que se tornava um tema, a um só tempo, “inquietante e sugestivo para a imaginação”⁹⁹.

Sergio Buarque fazia considerações sobre essa aproximação que, mais uma vez, estabeleciam, uma autocrítica em relação a pontos de vista passados, no caso, em relação ao “utilitarismo *yankee*”, que, segundo atestava em seu “Ariel”, serviria para fazer crescer “nossas desventuras” e para “parasitar esta civilização já doentia e desidiosa”. Nesse sentido, penso que seguia a sua observação sobre o fato, que Holanda apontava, de que “não falta quem se sobressalte com o espetáculo cada vez mais íntimo” de tal aproximação, encarando-o como que “ante a um perigo mortal para as nossas tradições mais legítimas, nosso caráter nacional, nosso ritmo de vida, nossa razão de existir”. Na verdade, para Buarque de Holanda, tal intercâmbio, “onde as idéias já têm lugar considerável, quase direi proeminente”, equivaleria “para nós a um autêntico aprendizado”. Sua perspectiva da originalidade literária e cultural brasileira se invertia, no que diz respeito às relações com a “tradição anglo-saxã”, segundo Holanda, do contrário, sem tais trocas, “nosso papel passaria a ser unicamente receptivo e subalterno”; de tal forma que apenas “acolheríamos com docilidade uma nova forma de colonização, um pouco mais tolerável que a antiga”. Uma “colonização de idéias, de maneiras, e mesmo de entusiasmos e de ódios – abandonando o edifício de convenções veneráveis que o passado nos legou”¹⁰⁰.

O tom confessional aparecera em seguida, quando Buarque de Holanda afirmou que na viagem que realizou, “por algumas semanas”, à América do Norte, “acostumei-me a julgar melhor semelhante opinião”. “Exigindo de nós, num comércio espiritual que promete conseqüências amplas e duradouras, exatamente o contrário de uma pura aquiescência”. Segundo Sergio Buarque, não poderia resultar nenhum grande proveito “dessa espécie de patriotismo hemisférico, feito de abdições e compromissos”. Ele fazia questão de destacar que o Brasil, de “todos os países do Novo mundo”, seria, talvez, o “menos compenetrado de sua posição continental”. O fato de ser uma “nação americana” seria tratado como sendo “acidental”, tendo suas conseqüências a possibilidade de serem

Historical Review. Durham, fevereiro de 1982. 3-17. E, principalmente: Robert Wegner. *A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

⁹⁹ Sergio Buarque de Holanda. “Considerações sobre o americanismo”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1941. Divisão de periódicos/Biblioteca Nacional. s/p.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*.

transformadas “à vontade”. Mais uma vez, o contraponto eram “os nossos vizinhos hispânicos”. “Nossa formação nacional independente” e o afastamento das “instituições políticas” do resto do continente, convidara os brasileiros a “descansar em nossa própria singularidade”. “Lusismo e americanismo parecem-nos freqüentemente duas forças incompatíveis e entre as quais é indispensável optar”. Com esse argumento, dessa “timidez, essa tibieza de nosso americanismo”, Sergio Buarque apontava uma primeira explicação “para as alternativas constantes com que reagimos à idéia de um maior contato com os Estados Unidos”¹⁰¹.

Esse frágil “americanismo” era o que sustentava aquilo que Buarque de Holanda pretendia criticar em seu artigo, o fato de que “costumamos edificar nossas simpatias e repugnâncias”, em relação aos norte-americanos, através de “caricaturas algumas vezes engenhosas, mas apenas engenhosas”. Sergio Buarque esclarecia que nos “quadros da vida norte-americana”, conforme se anunciava nos noticiários dos jornais, pelos cinemas, por “certos livros”, por “certos propagandistas, bem ou mal dispostos, são decididamente as coisas mais gritantes”. Com isso, o que se expunha era um “mundo absurdo e inumano”, em que o “excepcional se fez regra”, tornando difícil conceber qualquer “composição baseada em termos de reciprocidade e igualdade”. “Ou devemos aceitar em bloco toda essa civilização”, ou, “devemos rejeitá-la para viver” – renunciando a “nós mesmos”, à “nossa individualidade”. Dessa forma, Buarque de Holanda não se admirava dos “partidários de uma aproximação com os Estado Unidos” serem recrutados entre “almas elementares, sensíveis apenas ao apelo do superlativo e do grandiloquente”. Ele concluía sua análise com um comentário que merece atenção sobre essas “almas elementares”, esboçando uma crítica aos regimes políticos de força intolerante e truculenta, num contraponto sutil com o regime norte-americano: “o prestígio moderno das ditaduras ainda não bastou para chamar a si todas essas almas”¹⁰².

Ao encaminhar a conclusão de seu artigo, o próprio Buarque de Holanda retomava a contraposição de seu texto de 1920, entre Ariel e Caliban. Para ele, havia aqueles que buscavam o ideal norte-americano, mas às avessas, para “afirmar um vago ideal de latinidade americana”. Para esses, que não seriam poucos nem desprezíveis, existiria um “abismo insondável” entre os Estados Unidos e a América, mais que isso, “é preciso que

¹⁰¹ Idem, *ibidem*.

este abismo exista”. Assim, o “materialismo”, o “utilitarismo” e “o dinamismo norte-americanos”, teriam uma função essencial, “a de explicar a nós, americanos de estilo latino, o culto acendrado das virtudes contrárias”. Como um Ariel que precisasse de um Caliban, assim seria “nossa confiança em nós mesmos”, necessitando “dessas muletas para não se abalar”. Sergio Buarque, que antes contrapusera as duas entidades, deste turno, denunciava que “a própria ênfase com que afirmamos esse antagonismo constitui, muitas vezes, uma confissão mal velada de penúria e fraqueza”¹⁰³.

Buarque de Holanda concluía com Lewis Hanke, afirmando que a despeito de seus comentários, não se podia “atenuar o fato real da existência de um abismo entre os Estados Unidos e a América Latina”. Segundo o colega americano, esse abismo fora feito de “incompreensões mútuas”, e para vencê-lo seria preciso “antes de tudo explorar cautelosamente o terreno”. “A vitória necessária há de ser uma vitória da inteligência, não do preconceito nem dos ressentimentos”. Assim, Buarque de Holanda terminava seu texto dando um depoimento de suas esperanças no sucesso desse intercâmbio, que não posso deixar de sugerir, seria tão valioso naqueles tempos de guerra, alianças e dependências do governo que Holanda fora representar nos Estados Unidos da América. “Não penso que ela deva significar obrigatoriamente um sacrifício da nossa personalidade, mas procuro imaginá-la ao contrario, como um enriquecimento”¹⁰⁴.

Uma semana depois, vinha estampado “Americanismo e letras”, no mesmo diário. Artigo em que Sergio Buarque reafirmava suas convicções sobre “a idéia de maior aproximação espiritual entre o Brasil e os Estados Unidos”. Mais uma vez, rejeitando a atitude contrária dos que fingiriam desconhecer “essa espécie de valor simplesmente convencional e fiduciário que encerram certas manifestações oratórias da política, sentimentalismo de negação”, mais enganador por conta de sua “mímica do ceticismo”. “Nunca será excessivo denunciá-lo aos homens de boa vontade”. Ele voltava a defender a necessidade da “vitória sobre certas incompreensões”, porque ela daria “maiores energias e melhores instrumentos para enfrentar nossos próprios problemas”, fazendo com que se admitisse “com menos hesitações o que há de inelutável na condição de povo americano”. Nesse sentido, Buarque de Holanda recorria a Frederick Jackson Turner e seu *Oeste*, para

¹⁰² Idem, *ibidem*.

¹⁰³ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁴ Idem, *ibidem*.

afirmar que a “América é antes uma forma de sociedade que uma área geográfica”, ostentando “traços diferentes e em certos casos antagônicos entre si”. Isso se traduziria em “problemas particulares, determinados por uma experiência comum”, que não seria partilhada “no mesmo grau por nenhuma nação de outro hemisfério”¹⁰⁵.

Sergio Buarque afirmava que esses problemas, “eminentemente americanos”, encontrariam expressão mais definida no “campo intelectual e artístico”, justificando e fazendo parecer “desculpável que eles ocupem um cronista literário de torna viagem”. Segundo ele, sobretudo, por ter percorrido boa parte do território americano encontrando “homens de letras, artistas ou mesmo simples curiosos”, que se interessavam por “nossa vida literária”, sendo nomes familiares para “essa gente”, entre outros Jorge Amado, Mario de Andrade, Tristão de Athayde, Manuel Bandeira, e Gilberto Freyre. Ele comentava das traduções que se preparavam de autores brasileiros, como Euclides da Cunha, José Lins do Rêgo e Freyre. Holanda referiu também a um telefonema de uma editora nova-iorquina para a casa editora de José Olympio, solicitando os “direitos de tradução” para o romance que merecesse o Prêmio José de Alencar, lançado pela editora do Rio de Janeiro, de cuja comissão julgadora Sergio Buarque fizera parte¹⁰⁶.

Enfim, Buarque de Holanda enumerou uma série de iniciativas que demonstravam o interesse dos norte-americanos, entre eles, os cursos de português da Universidade de Wyoming – um dos eventos dos quais participara nos Estados Unidos da América – promovidos pelo Instituto de estudo intensivo de português e espanhol, dirigido por William Berrien, e patrocinado pelo Conselho das sociedades doutas, com o apoio da Fundação Rockefeller. Não faltariam, afirmava ele, outros exemplos do “decidido interesse” que o Brasil começava a ter, “não apenas para homens de negócios e políticos”, mas também, para a “inteligência norte-americana”. “Há nisso uma promessa de compreensão moral e espiritual”¹⁰⁷. Apresento as principais manchetes que se estampavam na primeira página daquele dia no *Diário de Notícias*, para que se vislumbre o ambiente internacional: “Se os Estados Unidos nada fizerem será o fim do auxílio à Grã-Bretanha”;

¹⁰⁵ Sergio Buarque de Holanda. “Americanismo e letras”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1941. Divisão de periódicos/Biblioteca Nacional. s/p.

¹⁰⁶ Idem, *ibidem*. Cf. Entrevista de José Olympio. “Grande prêmio de romance José de Alencar”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1941. Essa entrevista foi reproduzida ainda em uma variedade de jornais e revistas pelo Brasil, sendo que o prêmio acabou saindo apenas em 1943, conforme a “Ata da reunião de julgamento do ‘Prêmio de romance José de Alencar’”, de 1943. Coleção José Olympio. AMLB/FCRB.

“Novas Divisões Alemãs foram Lançadas na Batalha da Criméia”; “Hitler procura estabelecer, pelo terror, a sua nova ordem na Europa”; “Viaja para o Brasil o novo embaixador britânico; suas declarações em Nova York sobre o intercâmbio dos dois países”¹⁰⁸.

Nesse momento, em meio à guerra e ao governo repressivo de Vargas, Sergio Buarque apresentava um parecer que vale a pena destacar. Nele, eram examinados os originais de “A vida de Floriano”, de Roberto Macedo. O parecer de Buarque de Holanda era positivo, posto que, para ele, a obra correspondia aos fins a que se destinava, qual seja, a “necessidade de se fornecer leitura sadia e educativa às crianças brasileiras, familiarizando-as com uma das personalidades mais impressionantes do civismo e sua admiração por nossos grandes homens”. A única ressalva era que escapava à competência do Instituto Nacional do Livro, por tratar-se de obra literária infantil, de qualquer forma, afirmava ser justo “aprovar e apoiar” a iniciativa, “recomendando-lhe a melhor divulgação”¹⁰⁹. Vale o destaque pela consideração da necessidade de “fornecer leitura sadia e educativa às crianças brasileiras”, aproximando-as de personalidades “impressionantes do civismo”, cultivando sua admiração “por nossos grandes homens”, como Floriano Peixoto, que se inscrevera na história da república como golpista e ditador, que lhe valeram o epíteto de “marechal de ferro”. Noto, ainda, que o mesmo escritor publicou, em 1939, o livro *A administração de Floriano: parte geral e pastas militares*, pelo Instituto Nacional do Livro¹¹⁰.

Essa experiência mais próxima com a atividade editorial, permiti não apenas observar o desenvolvimento em nível institucional da influência de amizades e prestígios, mas também a torção definitiva da trajetória intelectual e política de Buarque de Holanda em relação aos projetos historiográficos e à profissionalização das práticas sociais de atividade escrita.

c) *Biblioteca Nacional.*

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁰⁸ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1941. Divisão de periódicos/Biblioteca Nacional.

¹⁰⁹ Parecer de Sergio Buarque de Holanda. Informação nº 48. INL, 10 de janeiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950). Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹¹⁰ Cf. *Instituto Nacional do Livro: 1937-1987 – 50 anos de publicações*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987. p. 107.

Em 1944, Sergio Buarque deixou o Instituto Nacional do Livro para ir ocupar, no mesmo prédio, a Divisão de consultas da Biblioteca Nacional. Essa passagem para a Biblioteca Nacional poder ser acompanhada através de uma entrevista de Rubens Borba de Moraes, que, na mesma ocasião, assumira a Divisão de preparação. Rubens Borba contou que estava, em São Paulo, dirigindo a Biblioteca municipal, quando houve o golpe varguista de 1937, que levou à nomeação do interventor Prestes Maia, para a prefeitura da cidade. Ele, segundo Moraes, considerava o Departamento de cultura como uma “brincadeira dos meninos da Semana de arte moderna”, de modo que tentou “liquidar com o departamento”, conseguindo, em parte, com o afastamento de Mario de Andrade. Contudo, o interventor afastara apenas o diretor Andrade, deixando os chefes de divisão, que continuaram a trabalhar, mas “sem meios” – “ele não dava um tostão”¹¹¹.

Rubens Borba acabou se indispondo com Prestes Maia, “porque eu queria tocar o meu plano de bibliotecas para São Paulo, ele não dava dinheiro, não dava pessoal”. Os projetos de Moraes eram prejudicados, “não havia meio de terminar a construção do prédio, da rua Consolação, e um belo dia eu estrilei, ele estrilou, e nós brigamos”, e Rubens Borba resolveu sair da Biblioteca municipal. Foi quando o Ministro do trabalho, Marcondes Filho, mandou chamá-lo ao ministério. Segundo Borba de Moraes, eles tinham relações superficiais, porque “ele era do PRP ou do Partido democrático, de maneira que não nos dávamos muito bem”. No entanto, ele dizia admirar o ministro, “muito como homem de inteligência, de cultura”. No ministério não havia biblioteca, apenas uma coleção do *Diário Oficial*, e Marcondes Filho convidara Moraes para “fazer um plano, organizar aquilo, eu fui”¹¹².

Desse modo, Rubens Borba mudou-se para o Rio de Janeiro, para aquele “calorão” em que “não é possível homem branco trabalhar”, e logo se juntou ao grupo que se encontrava no apartamento do Lido, onde Buarque de Holanda morava, com a família crescente, desde 1940. O apartamento era, vejam vocês, na rua Ronald de Carvalho na esquina da avenida Atlântica por lá passavam amigos, antigos e novos, além de colegas profissionais, dentre tantos: Astrojildo Pereira, Hermes Lima, Ribeiro Couto, Octávio Tarquínio de Sousa e sua esposa Lúcia Miguel Pereira, Gastão Cruls, Augusto Frederico

¹¹¹ Entrevista de Rubens Borba de Moraes, concedida a Teresinha Marinho. Bragança Paulista, 22 de outubro de 1982. pp. 1-55. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹¹² Idem, *ibidem*.

Schmidt, Ruth Leoni, Eneida, que também trabalhou no Instituto Nacional do Livro, Rubem Braga, Pedro Nava, Raquel de Queirós, Moacyr Werneck de Castro, Carlos Lacerda, e o recém chegado Otto Maria Carpeaux¹¹³.

Assim, Borba de Moraes começou a fazer o plano de uma biblioteca, de um Centro de informações para o Ministério do trabalho. “Não se podia fazer nada no ministério sem informações trabalhistas”. Contudo, naquele período, segundo Moraes, o ministro Capanema, “estava preocupado com o problema da Biblioteca Nacional”. Um problema “extremamente grave e que estava começando a ficar trágico, porque o público estava ficando consciente do que acontecia na Biblioteca Nacional e do estado em que aquilo estava”. Foi assim que Capanema convidou Rubens Borba para ir para a biblioteca, que disse não poder por estar no ministério de Marcondes Filho, entretanto, o Ministro da educação e saúde avisou que isso não tinha importância¹¹⁴.

Dias depois, o ministro Marcondes mandava chamá-lo, e foram “tomar um drinque no bar do Hotel Glória”, quando o ministro lhe disse: “Olha, eu trouxe você para o Rio com duas finalidades”: a primeira, para que fizesse um plano para a biblioteca do Ministério do trabalho. A outra “era justamente colocar você na Biblioteca Nacional porque a Biblioteca Nacional é uma vergonha”. Além disso, o ministro considerou que “o Capanema veio me falar ontem e pediu para ceder você, e é claro que eu cedo. Mas você faz o seguinte: você deixa um dos seus auxiliares”. Borba de Moraes trouxera dois auxiliares de São Paulo. Enfim, o ministro perguntou se isso interessava a Rubens Borba, que respondeu que “a Nacional me interessa mais que uma biblioteca em plano, no papel, que eu teria de executar, comprar e tal”. Com isso, decidiu-se o ministro: “então está fechado”, e Rubens Borba foi para a Biblioteca Nacional, mesmo perdendo com a diferença de vencimentos¹¹⁵.

Borba de Moraes criticava a reforma que tinham feito, “no papel”, para a Biblioteca Nacional, “muito arbitrária, muito sem noção do que é uma Biblioteca Nacional”, dividindo-a em duas divisões: uma a Divisão de preparação, a outra de consultas. O ministro Gustavo Capanema nomeou-o para a primeira, enquanto Sergio Buarque ficava com a Divisão de consultas. Mais uma vez, as relações de amizade eram determinantes para

¹¹³ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 11.

¹¹⁴ Entrevista de Rubens Borba de Moraes, concedida a Teresinha Marinho. Bragança Paulista, 22 de outubro de 1982. p. 2. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*. p. 3.

as decisões tomadas na esfera pública, e uma vez mais, Buarque de Holanda se favorecera da proximidade com o ministro Capanema e com Rubens Borba. Assim, pelo menos relatou Moraes, afirmando que “Sergio foi combinação minha com Capanema. Lembro-me que o Capanema sugeriu o Sergio e eu adotei, porque o Sergio era não somente um velho amigo meu desde a Semana de arte moderna, como era o Sergio Buarque de Holanda que sempre foi, e que se revelou até o fim da vida”¹¹⁶.

O período de atuação dos amigos Rubens Borba e Sergio Buarque na Biblioteca Nacional, pode ser acompanhado também pelos relatórios gerais da diretoria da biblioteca para o Ministério da Educação e Saúde, nos quais constavam relatórios específicos das divisões¹¹⁷. A feitura do relatório daquele ano de 1944, esteve sob a responsabilidade de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, então diretor da biblioteca, e foi datado de fevereiro de 1945. Rubens Borba era crítico antigo da gestão de Rodolfo Garcia, um daqueles “velhinhos sábios, egoístas e nocivos”, como afirmava, alimentando aquela verve *klaxista* contra o representante do “passadismo”. Em sua entrevista ele lembrava do diretor da Biblioteca Nacional, “a intocável pessoa do velho Rodolfo Garcia”, que segundo ele, fora “diretor a vida inteira”. O fato para Rubens Borba é que ele era um “santo homem”, mas “um santo homem não faz uma biblioteca”. Moraes contou que Garcia ficava sempre em seu gabinete, e quando era por volta das duas ou três horas chegavam os amigos dele da Academia brasileira de letras. Eles ficavam em roda de prosa até mais, ou menos, cinco horas, quando “eles iam embora e o Rodolfo Garcia então pegava os livros de que precisava para fazer suas pesquisas, levava para casa, e era essa a vidinha”¹¹⁸. A roda era famosa e ficou batizada “Academia garciana”.

A crítica de Rubens Borba reafirmava alguns dos termos da querela dos “modernistas” com os “passadistas”, ao censurar Garcia por não tomar conhecimento do que passava na biblioteca, “não porque não sentisse, mas ele era um homem que não sabia agir, era um erudito de gabinete”¹¹⁹. No relatório de Rodolfo Garcia, que abrangia o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 1944, registrava-se a designação, conforme

¹¹⁶ Idem, *ibidem*. p. 3.

¹¹⁷ “Relatórios gerais da Biblioteca Nacional ao Ministério da Educação e Saúde”. Material interno da Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹¹⁸ Entrevista de Rubens Borba de Moraes, concedida a Teresinha Marinho. Bragança Paulista, 22 de outubro de 1982. pp. 3-4. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*. p. 4.

portaria do Ministério da Educação e Saúde, de Josué Montelo, como técnico de educação, exercendo a função de Coordenador de cursos da Biblioteca Nacional. Sergio Buarque fora nomeado Diretor da D.C., divisão de consultas, e, Rubens Borba, Diretor da D.P., divisão de preparações, ambos por decreto de 15 de agosto, contando a partir de 2 de setembro. Na época, para efeito de garantir a “propriedade literária e científica” haviam sido levados 178 termos de registro: 29 livros didáticos, 2 de direito, 7 de medicina, 4 de poesia e 4 de teatro, mais 132 diversos. Requereram registro para direitos autorais, 170 autores, editores e procuradores¹²⁰

Rodolfo Garcia relatou sobre “consulta pública”, que tinham sido distribuídos, até setembro de 1944, 2.577 “cartões de frequência”, “quando foi extinto esse serviço por ordem do Sr. Diretor da Divisão de consultas”. Sobre sua divisão, criada pelo decreto 16.167, de 24 de julho de 1944, que incluía vários termos no sentido de uma “reforma na Biblioteca Nacional”, Buarque de Holanda afirmou que desde setembro, quando assumiu, agiu “no sentido de ser posto em prática o novo regimento”. Desse modo, ele esclarecia que, com a reforma, as seções de consulta da biblioteca ficaram aliviadas de suas atribuições com os trabalhos de “classificação e catalogação”, mas, por outro lado, houvera a ampliação de três novas seções subordinadas à sua divisão. Antes de relacionar as atividades de cada uma de suas seções subordinadas, ele advertiu que “o programa de reforma só poderá ser executado inteiramente com novos recursos, inclusive de pessoal, material e instalações, que a D.C. espera poder utilizar no correr do ano de 1945”. As seções que estavam sob a direção de Buarque de Holanda eram sete: a Seção de leitura geral e referência, a de periódicos, a de manuscritos, a de belas artes, a de cartas geográficas, a Seção de obras para cegos, e por fim a de conservação¹²¹.

Sobre a Seção de leitura geral e referência, Buarque de Holanda relatava que a leitura de obras raras, “por falta até agora de instalações adequadas”, continuaria sendo feita, como antes, no salão contíguo ao gabinete do Diretor geral. A esperança era que as “adaptações já projetadas no prédio” permitiriam que fossem abertos lugares destinados expressamente a esse fim e também ao de estudos especiais. A abertura de um salão para a leitura de microfilmes, conforme prevista no decreto, não poderia ser levada a efeito, antes

¹²⁰ Rodolfo Garcia. “Relatório da Biblioteca Nacional ao Ministério da Educação e Saúde em 1944”. BN, 15 de fevereiro de 1945. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹²¹ Idem, *ibidem*.

de serem definitivamente montados os serviços de fotoduplicação, na respectiva seção, parte da Divisão de preparação. Na Seção de periódicos, os problemas seriam semelhantes, pessoal, verbas, equipamento, porém menos complexos. A atualização das coleções do acervo oferecia dificuldades, “mormente no que se refere a publicações estrangeiras”, muitas das quais tinham deixado de ser assinadas em 1942. A instalação do serviço de fotoduplicação possibilitaria a reprodução em microfilme os jornais que faltavam nas coleções da seção. Além disso, o aumento de pessoal “previsto para 1945” permitiria incentivar a organização do índice topográfico dos periódicos correntes ainda não encadernados, bem como a ampliação do índice geográfico¹²².

Na Seção de manuscritos, a única modificação era a da transferência das seções de aquisição, classificação e catalogação para a Divisão de preparação. Ao bibliotecário fora dada a incumbência de efetuar o levantamento de manuscritos ainda não catalogados, para que servisse mais tarde como referência para a Seção de catalogação. Na Seção de belas artes, a falta de instalações adequadas e de pessoal era uma das deficiências maiores a serem sanadas. A Seção de cartas geográficas esperava, como todas as outras, as novas instalações de 1945, para poder se separar das de belas artes, e, para cumprir com eficácia seu programa de arrolamento das coleções de cartas geográficas, que até então não fora feito. Cogitava-se a possibilidade de troca dos arcazes, considerados antiquados e insuficientes, por mobiliário mais propício. O acervo de cerca de 3.000 volumes em escrita Braille, fez com que se cogitasse do funcionamento da Seção de obras para cegos, imediatamente após a reforma, mas a impossibilidade de realizar esse plano deveu-se à carência de pessoal, equipamento e mobiliário indispensáveis, bem como, do espaço físico necessário¹²³.

No final de 1945, Borba de Moraes assumia a diretoria geral da Biblioteca Nacional, em virtude da aposentadoria de Rodolfo Garcia. Rubens Borba já esperava a oportunidade quando foi trabalhar na Divisão de preparação, como ele deixou claro em sua entrevista. Ele explicava o significado da figura de Garcia, como um “velho tabu”, pois que era “um grande erudito de história do Brasil”, como se concebida então, tinha um grande prestígio na Academia brasileira de letras, e, principalmente, “era um homem em quem Getúlio não

¹²² Idem, *ibidem*.

¹²³ Idem, *ibidem*.

queria que se tocasse”. Garcia havia publicado um livro sobre o Rio Grande do Sul que tocara Vargas, apesar de que “Getúlio era analfabeto”, “não tinha a menor cultura”¹²⁴.

O Ministro da educação e saúde também não podia afastá-lo, “então, ficou resolvido entre nós – o Capanema me disse que o Garcia estava prestes a se aposentar – que daí a um ano, quando o Garcia se aposentasse, eu seria nomeado diretor da Biblioteca e faria então a reforma administrativa que era necessária fazer”. Borba de Moraes hesitara em aceitar esse projeto, mas com os conselhos de Rodrigo Mello Franco de Andrade resolveu fazê-lo. Franco de Andrade dissera a ele que teria o apoio “cem por cento do ministro”, e de todo pessoal do Rio de Janeiro, os “intelectuais do Rio de Janeiro sabem o que você fez em São Paulo”, mas avisava que ele dependeria também da diplomacia com Garcia. “Se você o deixar quietinho no gabinete, conversando com os acadêmicos e fazendo as notinhas à *História geral do Brasil* do Varnhagen, ele está feliz”. Assim, depois de nomeado Borba de Moraes foi procurar o diretor para uma conversa, avisando que pretendia fazer umas reformas, e tal. A resposta foi direta, “vocês façam o que quiserem. Você e o Sergio têm carta branca”, e quando precisassem que assinasse alguma coisa era só levar a ele para que o fizesse¹²⁵.

O primeiro relatório de Borba de Moraes foi feito em junho de 1946, dirigido ao novo Ministro da educação e cultura, Ernesto de Souza Campos, tratando do período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 1945. Relatou-se, antes de mais, a nomeação de Moraes como diretor da Biblioteca Nacional, por decreto de 17 de dezembro de 1945. Nele, também se apontava a substituição de Sergio Buarque na Divisão de consultas pelo chefe da Seção de leitura geral e referência, enquanto de seu período de férias regulamentares. Em março do ano comentado, Cecília Meirelles era designada para a função de professora de literatura do Curso superior de biblioteconomia, do mesmo modo que Sergio Buarque, que também exerceria a mesma função. Nesse relatório, a parte sobre as divisões dirigidas

¹²⁴ Entrevista de Rubens Borba de Moraes, concedida a Teresinha Marinho. Bragança Paulista, 22 de outubro de 1982. pp. 4-5. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹²⁵ Idem, *ibidem*. p. 5. Rodrigo Mello Franco de Andrade, como diretor do Sphan, manteve uma relação cordata com Rodolfo Garcia, como atesta sua correspondência de, pelo menos, cinco peças entre 1938 e 1943. Coleção Rodolfo Garcia – Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

por Moraes e Holanda não vinham assinadas, eram curtas e sem maiores informações de relevo¹²⁶.

Foi num relatório em que fazia um balanço de toda sua atividade desde a sua chegada à Biblioteca Nacional, com data inferida de 1945, que Rubens Borba expôs as condições em que encontrara a biblioteca de forma clara. Ao que tudo indica, esse relatório foi feito diretamente ao gabinete do Ministro Capanema, como exposto na entrevista de Moraes. Segundo ele, depois dos primeiros contatos mais aprofundados com os funcionários “incompetentes” da Biblioteca, ele se decidira a escrever um relatório e foi se aconselhar com Carlos Drummond. “E era ele quem dirigia o ministério – porque o Capanema vivia naquelas altas esferas culturais, e quem fazia funcionar o ministério era o Drummond”. O poeta mineiro incentivou o registro da tragédia, “muito maior do que se imaginava”: “faça um relatório ao ministro, diga tudo, tire fotografias”. Tudo para que servisse de base para a reforma. O ministro ao ler o que fora registrado mandou chamar Borba de Moraes, dizendo que não imaginava que era aquilo, “tragédia nacional”. Ele temia o noticiário dos jornais, “que desprestígio para o governo”, e Rubens Borba perguntou se alguém soubera do escrito. Capanema respondeu que apenas Drummond e Tarquínio de Sousa o tinham visto, além de Rodrigo Mello Franco de Andrade, “meu amigo”. Moraes não via problemas, pois esses eram discretos, assim, ele aconselhava que sumissem com o relatório¹²⁷.

O texto, como comentou o próprio Rubens Borba, era escrito “contando a verdade, em estilo correntio, estilo de Semana de arte moderna. Nele, Borba de Moraes contava todo seu trajeto desde a saída da Biblioteca municipal e o convite de Marcondes Filho. Ele justificava seu relato por sua lealdade e franqueza, a fim de buscar uma ação segura e acertada. “A cultura de V. Exa. e o seu espírito moderno não estranharão, estou certo, o tom pouco burocrático deste relatório”. Sobre o estado de conservação das coleções, Borba de Moraes relatou que não poderia ser pior: “não há exagero em afirmar-se que um livro em bom estado ou sem necessidade de limpeza é exceção na biblioteca”. Assim, o era com a Biblioteca real, que “trazida por D. João VI para o Brasil para salvá-la da invasão

¹²⁶ Rubens Borba de Moraes. “Relatório da Biblioteca Nacional ao Ministério da Educação e Saúde em 1945”. BN, 27 de junho de 1945. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹²⁷ Entrevista de Rubens Borba de Moraes, concedida a Teresinha Marinho. Bragança Paulista, 22 de outubro de 1982. pp. 6-7.

napoleônica está praticamente perdida”; como também, com a Biblioteca de José Carlos Rodrigues, com a Coleção Thereza Cristina, com a Biblioteca de Salvador de Mendonça, com a Biblioteca Fluminense, com a Coleção Ramos Paz. “A famosa coleção de folhetos formada por Barbosa Machado está toda bichada e a Camoniana encontra-se em tal estado, que muitos volumes não têm conserto”. O estado do armazém de periódicos não era melhor. A Coleção de gravuras e mapas era preciosíssima, “só se compara às bibliotecas européias formadas no século XVIII. No continente americano não sei de nenhum conjunto pertencente a uma única instituição que se lhe compare”. Tudo grosseiramente arrumado em móveis de aço, sem qualquer proteção individual¹²⁸.

As mazelas denunciadas eram realmente de alarmar: “muitos desenhos originais de grandes mestres da Renascença estão praticamente perdidos, pois o papel em que foram feitos, devido à umidade, está todo manchado”. A excelente coleção de incunábulos da Biblioteca Nacional era quase desconhecida, e estava amontoada nos armários, sendo raríssimos os exemplares em bom estado. A seção de manuscritos não ficava atrás, quanto ao abandono. Os roubos eram freqüentes e sabidos, “muito exemplar raro, aparecido à venda, tem origem suspeita”. Isso tudo referia ao estado de conservação, quanto ao “estado bibliográfico”, Moraes afirmava que “nunca se comprou com o fito de formar e desenvolver uma biblioteca dentro de determinado critério”. Raras eram as coleções completas, sendo que a assinatura das revistas estrangeiras se encerrara em 1924. Enfim, o atraso bibliográfico era “de pasmar”. Em resumo, Rubens Borba afirmava, apelando para o “testemunho dos intelectuais brasileiros que trabalharam nas bibliotecas americanas”, que o conjunto das instituições norte americanas tinham um acervo “mais rico em assuntos brasileiros do que nós”. Sobre o pessoal, sem alongar os detalhes apresentados por Borba de Moraes, basta apresentar seu comentário final: “resumindo: noventa por cento do pessoal da Nacional é imprestável. A prova está no estado em que se encontra”. Quanto aos serviços, ele justificava a suspensão dos “cartões de consulta” por Sergio Buarque, por serem inúteis para o controle na sala de leitura, apontando desgostos de mesmo calibre daqueles outros¹²⁹.

¹²⁸ Rubens Borba de Moraes. “Relatório D. P., 1945”. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional. Este relatório foi publicado: *Revista de Biblioteconomia*. Brasília, 2, (1), jan./jul, 1974, pp. 91-106.

¹²⁹ Idem, *ibidem*.

Rubens Borba comentou ainda que ao comparecer a uma palestra de Gilberto Freyre nos Estados Unidos da América, em 1939, ouvira um dos mais conhecidos historiadores norte-americanos dizer que aproveitava a presença de dois brasileiros para perguntar “por que nosso governo deixava apodrecer uma das mais ricas bibliotecas da América”. Em vista desse relatório “nu e cru”, Borba de Moraes propunha um plano em três bases: “mudança radical do pessoal existente”, “construção de um novo prédio”, e “restauração em grande escala do acervo”. Sua idéia era fechar o prédio ao público, estudar as plantas do novo edifício, para que ele ficasse pronto em quatro anos no máximo, aposentar, transferir, contratar pessoal, disponibilizar as verbas do orçamento para o diretor e autorizá-lo a manipulá-las sem entraves burocráticos, responsabilizando-o pelas aplicações e fiscalizando suas ações rigorosamente todos os meses, nomear comissão para inspecionar anualmente o projeto, e contratar arquitetos, para que, com o diretor, executassem o projeto do prédio novo. A Biblioteca Nacional não podia funcionar como uma repartição pública, segundo ele, deveria ser uma autarquia ou uma fundação. “Dar à Biblioteca Nacional um estatuto semelhante é a verdadeira solução sobretudo neste momento onde o seu estado parece com o de um doente com um membro gangrenado. Um tratamento homeopático de nada adiantará. O que é preciso é cirurgia”¹³⁰.

Anexo a esse relatório que acabo de apresentar havia outro que, como o anterior, não tinha os preâmbulos usuais, data, ou assinatura, trazia somente o nome de Rubens Borba, com a palavra diretor abaixo. Provavelmente de 1947, por tratar do período de 1946, o texto era dividido em “antecedentes” e “planos para 1946”. Nos antecedentes, Moraes apresentou os prolegômenos de seu projeto para o novo ministro Ernesto de Souza Campos, destacando que enquanto vossa excelência lia o relatório da comissão estrangeira convidada para avaliar a Biblioteca Nacional, se foi organizando o serviço interno, não apenas da divisão sobre sua chefia, “como igualmente na de Leitura sob a direção do Dr. Sergio Buarque de Holanda cuja compreensão das necessidades da Biblioteca Nacional e alto espírito público nunca serão demasiado enaltecidos”. Depois, em “planos de 1946”, ele relatou a “reorganização dos serviços”, “recatologação do acervo”, “criação do serviço

¹³⁰ Idem, *ibidem*.

especial para livros raros”, discutindo ao final, a “maior autonomia na administração da Biblioteca”¹³¹.

Não parece lícito supor, por essas fontes, que Sergio Buarque tenha se aproveitado, em algum momento, de seus cargos públicos, a não ser, no sentido do trânsito por espaços de prestígio social e político, e, da possibilidade de manipular, ao longo de seis anos consecutivos, com total liberdade, o acervo da Biblioteca Nacional, além de ter acesso a material único, através do Instituto do livro e dos amigos americanos, como Lewis Hanke. Este fato, sem dúvida, lhe valeu acesso a fontes inestimáveis para sustentar seus estudos historiográficos coevos. Como se lia no prefácio, de outubro de 1944, de seu *Monções*, onde Buarque de Holanda agradecia a “amigos e instituições que me facilitaram pesquisas em documentos inéditos ou livros raros utilizados para a presente obra”. Entre essas instituições, ele dava menção especial ao Arquivo da diretoria de engenharia do Ministério da guerra, ao Arquivo público do Estado de São Paulo, e também, à Biblioteca Nacional e ao Instituto Nacional do Livro¹³².

Vale atentar para a forma como Sergio Buarque dimensionou seu esforço nesse livro, esclarecendo suas pretensões. Não tivera o propósito de tentar uma “história sistemática e rigorosamente cronológica das monções setecentistas”, nem a intenção de separar de um estudo em que, num quadro mais amplo, “se analisassem aspectos significativos da implantação e expansão, em terra brasileira, de uma civilização adventícia”. Dentro dos mesmos parâmetros que em sua primeira publicação de oito anos atrás, Sergio Buarque pretendia analisar aqueles aspectos em que, “tal civilização, colocada perante contingências do meio, pôde aceitar, assimilar e produzir novas formas de vida, revelando-se até certo ponto criadora e não somente conservadora de um legado tradicional nascido em clima estranho”. Estudo, que ele dizia, “realizado apenas em parte”, e que vislumbrava retomar depois de “uma interrupção forçada, que talvez ainda se prolongue por alguns anos”¹³³.

Aqueles parâmetros ainda valiam para observar os sítios povoados, que não passavam de “manchas dispersas ao longo do litoral, mal plantadas em terra e quase

¹³¹ Rubens Borba de Moraes. “Relatório B. N., 1946”. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹³² Sergio Buarque de Holanda. *Monções*. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945. p. 8.

¹³³ Idem, *ibidem*. p. 7.

independentes dela”. Eles serviam para esses sítios, que se voltavam “inteiramente para o outro lado do oceano”, onde os portugueses podiam plantar sua “rotina”, em lavoura e engenho, que “chamam o negro”, e arruinam os “antigos naturais”, sacrificados por “armas” e “moléstias”. Tudo muito diferente depois de vencida a “escabrosidade da Serra do Mar”, atingindo a região de Piratininga, onde a “paisagem colonial já toma colorido diferente”. Essa sociedade constituída numa situação de “instabilidade ou de imaturidade”, permitiu um “maior intercuro entre adventícios com a população nativa”. De forma que, a “mobilidade paulista”, condicionada pela “insuficiência do meio em que viviam”, distantes dos “ideais de vida estável que nas terras marinhas” cultivavam, e impossibilitados de importar em escala considerável “os negros africanos”, esses adventícios deviam “contentar-se com o braço indígena – os ‘negros da terra’”¹³⁴. Assim, talvez, Buarque de Holanda pretendesse um estudo que procurasse os indícios de uma formação mais americanista do elemento nacional, em que o português, isolado pela Serra do mar, fosse obrigado a fundir-se com o elemento genuinamente nativo, o índio.

Note-se que Sergio Buarque passava a considerar o elemento indígena com mais vagar. No entanto, como já se comentou em relação ao “negro”, ele ainda considerava esses sujeitos históricos a partir do prisma dominante do colonizador português, desconsiderando qualquer contribuição efetiva desses elementos – pelo menos, sem que fossem, filtrados pela “plasticidade social” do português.

No período da passagem do ano de 1945 para 1946, Sergio Buarque se desligou da Biblioteca Nacional, não sem antes ocupar a posição de diretor geral da instituição. Sergio Buarque de Holanda exerceu a diretoria da Biblioteca Nacional, interinamente, entre os dias 12 e 21 de dezembro de 1945, cobrindo o período entre a aposentadoria de Rodolfo Garcia, em 17 de dezembro, e, a publicação, no *Diário Oficial*, da nomeação de Rubens Borba de Moraes no dia 19¹³⁵.

d) Associação Brasileira dos Escritores.

Depois de acompanhar o desdobramento da trajetória intelectual e política de Sergio Buarque nas instituições oficiais de cultura letrada, vale indicar o potencial de sua atuação frente à entidade de representação profissional dos escritores brasileiros, em suas seções

¹³⁴ Idem, *ibidem*. pp. 11-13.

carioca e paulista. Isto será possível a partir de uma carta remetida a ele por Osório Borba, e por duas outras enviadas por Otto Maria Carpeaux para Manuel Bandeira. A primeira delas, ilustra a política interna da instituição, envolvendo as disputas pela presidência da entidade. As outras duas tratam de uma pendenga sobre direitos autorais, pondo em disputa escritor e editor.

Em 1946, Sergio Buarque estava de volta a São Paulo para assumir a direção do Museu paulista, nomeado por José Carlos Macedo de Soares¹³⁶. Em março, Osório Borba escrevia a ele sobre problemas da Associação brasileira dos escritores, em sua seção carioca. Buarque de Holanda havia sido eleito seu presidente no ano de 1945, quando de sua participação no Congresso dos escritores, organizado pela associação em São Paulo, onde foi um dos signatários da Declaração de princípios dos escritores¹³⁷. Com o retorno de Holanda para São Paulo ficara em disputa seu cargo que vagara, e Osório Borba articulava possibilidades de viabilizar a candidatura de Carlos Drummond de Andrade, seu objetivo era, basicamente, impedir a ascensão e tomada majoritária da diretoria pelos “comunistas”.

Osório Borba ao iniciar sua carta dava demonstração do prestígio que Sergio Buarque cultivara ao longo desses anos, logo no início dela, ele afirmava estar “sentindo agudamente sua falta”. Ele temia que as eleições não se dessem de modo satisfatório sem a participação de seu “caro Presidente”, “decerto mais prestigiosa e preponderante que qualquer outra nas demarches”. Antes, porém, de dar sequência às suas análises e propostas sobre os arranjos, as diligências e as alterações em torno das eleições da associação, adiadas para o dia 30, Borba apresentou sua preocupação com relação ao “caso da série de conferências” de Paulo Duarte, sobre as quais Holanda “esqueceu de me falar”. Ele ficara sabendo de chofre através de Guilherme Miller, jornalista de *O Estado de São Paulo*, que disse a ele que Sergio Buarque teria oferecido o nome da “ABDE para um dos patrocinadores” das conferências, e queria saber se Osório Borba “mantinha a combinação”. “Logo na conversa telefônica (antes de ouvir ninguém, pois ignorava de todo o assunto) ocorreu-me que seria perigoso, quando não descabido”. Talvez, ele considerava, Buarque de Holanda não tivesse atentado bem para o caso¹³⁸.

¹³⁵ *Anais da Biblioteca Nacional*. vol. 104, 1984. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

¹³⁶ Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 13.

¹³⁷ Idem, *ibidem*. p. 12.

¹³⁸ Correspondência passiva. Osório Borba. Rio de Janeiro, 13 de março de 1946. Siarq/Unicamp.

O temor de Osório Borba era por serem as conferências “marcadamente políticas, no sentido partidário, como aliás não poderia deixar de ser”. Isso seria um precedente que poderia ser “usado e abusado” por diretorias futuras da associação, “acaso mais facciosas e sectárias”. Demais, dos outros patrocinadores, cinco eram “entidades políticas”, dentre elas ele lembrava destas: UDN, Esquerda democrática, Legião 5 de julho. A ABI e a ABE, onde seriam as conferências, não patrocinariam. Assim, a única “associação profissional, apolítica, ou pelo menos apartidária”, ficava sendo a ABDE, isolada entre “entidades partidárias patrocinando uma série de atos políticos”. Borba dizia ter consultado vários companheiros, dentre eles, um chefe da UDN e Mário Pedrosa, todos concordaram com o “inconveniente”. Segundo ele, não chegara a falar com Paulo Duarte, que estava no Rio de Janeiro, porque Rubens Borba o havia informado de que as conferências não se realizariam porque o palestrante precisaria seguir para Paris. De qualquer maneira, Osório Borba perguntava pela posição de Buarque de Holanda, temendo uma possível mudança nos planos, “consulto-lhe sobre se você concordaria em dar o patrocínio mas com o seu nome”. Borba justificava a sugestão por ser seu próprio nome “mais militantemente político” que o de Holanda, o que “agravaria aos olhos de todos ou quase todos o ato da ABDE que se considerasse faccioso. Com você seria bastante diferente”¹³⁹

Depois de comentar alguns problemas da tesouraria da entidade, que Humberto Bastos ainda entregara, como pagamento de Nelson Werneck Sodré e dinheiro para o aluguel, Osório Borba tratava das eleições, que teriam se iniciado “umas demarches”. De uma lado, alguns dos “amigos da linha justa”, entre eles, Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos, Eneida e Lia, do outro, entre vários, Francisco de Assis Barbosa, Dante Costa e Osório Borba. “Não estou gostando muito, porque a tendência é para os amigos da ‘linha’ quererem açambarcar quase tudo”. Em relação à candidatura para presidente, seria feito um “apelo por telegrama ao Carlos Drummond a presidência, que ele está recusando”. “No momento é o único nome que congrega toda gente, e receio que, mantida a recusa, sujam aborrecimentos”. No caso de uma recusa, Borba temia que viessem os “nossos amigos comunas”, com o Graciliano Ramos, “este negativo integral, e negativista impenitente”, e, então, ele teria de ser “violentamente contra”. Para vice-presidente, o nome em vista era de Hamilton Nogueira, “inclusive porque poderá prestar grandes serviços no Congresso,

¹³⁹ Idem, *ibidem*.

encaminhando e defendendo as nossas pretensões em matéria de legislação”. Porém, seu nome teria sido “discretamente combatido por alguns comunistas”, tendo prevalecido a partir da indicação de Astrojildo Pereira também. “Astrojildo em si é ótimo. Mais seria mais um comunista”¹⁴⁰.

O número de comunistas incomodava o remetente, que contava Astrojildo, Lia, por quem Eneida renunciara à secretaria, Floriano Gonçalves, que aceitara o “abacaxi da tesouraria”, “ora já aí estão três militantes num total de cinco diretores”, e eles ainda teriam lembrado de Orígenes Lessa, “um simpatizante... incondicional”. para o conselho da associação – além de outros, um ou dois, nomes. Tudo em arranjo de entendimentos, nada definitivo ainda, de forma que Borba se apressava em pedir que Sergio Buarque “mandasse uma palavra sobre essas demarches, nomes e etc”. Ele apoiava o nome dos mineiros Carlos Drummond e Emil Farhat, que ele mesmo indicara, e concordava com o de Hamilton Nogueira, “até porque precisamos de por um nome que não seja PC nem Esquerda Democrática...”. O nome que fazia questão de rejeitar era o de Lia, “deu para fanática, é teimosa, às vezes agressiva e impolítica, segundo Osório Borba era hora de aproveitar a “capacidade de trabalho e a eficiência” de Eneida. Ainda que fosse, para premiá-la pelos “grandes serviços voluntários” que ela vinha prestando em pelo menos duas diretorias¹⁴¹.

Com essa carta se pode atentar para algumas das disputas em jogo, e vislumbrar, mesmo que indiretamente, o prestígio e as possibilidades de intervenção de Sergio Buarque na associação que pretendia congregar e representar os escritores brasileiros. No mesmo sentido, sigo apresentando duas cartas escritas por Otto Maria Carpeaux e enviadas para Manuel Bandeira, em 1947, ano em que Buarque de Holanda seria eleito, ainda meses depois das cartas, presidente da seção paulista da Associação brasileira de escritores¹⁴². De qualquer modo, essa carta é especialmente importante para mostrar como poderiam se desdobrar as relações contratuais entre os escritores e as casas editoras, as quais a ABDE pretendia fiscalizar e regular.

Depois de algumas considerações sobre uma história da literatura, de Manuel Bandeira, e a poesia moderna na Colômbia, Otto Maria Carpeaux confidenciava ao amigo

¹⁴⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*.

¹⁴² Maria Amélia Alvim Buarque de Holanda. “Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda”. Coleção Especial SBH – Biblioteca Central/Unicamp. p. 13.

os problemas que estava tendo com a Casa do Estudante do Brasil. Ele havia assinado um contrato com a editora quanto à sua história da literatura, que obrigava, entre outras coisas, a casa a “mandar datilografar meus originais manuscritos”, e a pagar uma ajuda de “custos de documentação de Cr\$ 14.000,00”. Nele, estava previsto que, no caso da desistência do autor, ele restituiria à editora o dobro da quantia da ajuda de custo. Além disso, o acordo firmado incluía as edições em língua estrangeira, “e, antes de tudo, não prevê prazo para a publicação”. Carpeaux afirmava ao amigo que assinara a obrigação por ter uma relação pessoal de “plena confiança no Arquimedes, confiança sempre justificada até os últimos tempos”. Contudo, segundo ele, a situação financeira da Casa do Estudante do Brasil estava difícil, e Arquimedes “está devendo dinheiro a muita gente tem de prometer sem cumprir etc., afinal, tornou-se cínico. Mudou completamente”. Em 1945, depois, em 1946, Carpeaux havia tentado retirar o livro para entregá-lo para a editora Globo, ou, para a Agir, mas Arquimedes, insistindo no contrato, o impediu. A situação estava piorando, e nem os originais dos últimos capítulos, entregues em novembro de 1945, estavam ainda datilografados, “por falta de dinheiro”¹⁴³.

Otto Maria Carpeaux se lamentava pelas letras protestadas, e, sem perspectiva da publicação de sua obra, preocupava-se com seu “prejuízo moral e material” que seria grande, principalmente, “correndo eu até o perigo de os originais entrarem um dia numa massa de falência”. Ele tentara outro contato com a Globo e com a Agir, mas deste turno, “tempo de crise”, ninguém assumia responsabilidade por escrito tão volumoso. “Por intermédio do Sergio Buarque, amigo esplêndido como sempre, consegui relações com uma nova e grande editora ‘Ipê’ em S. Paulo”. O pessoal da editora, segundo ele, parecia estar gostando da idéia, e ele já esperava há catorze dias, “com tremor”, a resposta definitiva sobre a possibilidade deles pagarem aquela “indenização”, de Cr\$ 28.000,00. Para agravar a situação, Carpeaux ficara sabendo que Arquimedes tinha mudado de opinião, mas queria aproveitar a oportunidade para arranjar dinheiro, inclusive, pedindo o dobro pelo gasto com a datilografia, além de outras exigências. “Ele pensa que uma editora rica (ele não sabe de quem se trata) está atrás de mim, e pode pagar”. Carpeaux conseguiu uma publicação em

¹⁴³ Correspondência passiva. Otto Maria Carpeaux. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1947. Coleção Manuel Bandeira – AMLB/FCRB.

castelhano, em Buenos Aires, mas como o contrato abarcava “edições em língua estrangeira”, a situação era a mesma¹⁴⁴.

O escritor austríaco não via outro caminho, o contrato era “sem dúvida ‘iníquo’. É um caso para a ABDE intervir”. Ele comentou com Bandeira que no dia seguinte falaria com os secretários da associação. Contudo, por uma questão de desavenças pessoais, Carpeaux fazia ver ao amigo que esta não iria intervir, “nem posso eu pedir a intervenção”, enquanto o presidente se chamar Guilherme de Figueiredo. Por fim, ele se desculpava por sua extensa narrativa de problemas e perguntava se Manuel Bandeira conhecia outra “pessoa de prestígio e independente”, a quem pudesse recorrer para ser aconselhado, posto que com Bandeira, em Petrópolis, ele não se sentia à vontade para procurar Rodrigo Mello Franco de Andrade¹⁴⁵.

Em fevereiro, Carpeaux deu notícias a Bandeira, depois da resposta deste à sua carta, avisando que, enfim, teria procurado Rodrigo Mello Franco de Andrade, que o aconselhara a procurar Gastão Cruls, que advogara a contratação de *Casa grande e senzala*, para a José Olympio, em sua segunda edição. Andrade propusera que Otto Maria acordasse uma data para a publicação com a CEB, uma vez que essa não fosse cumprida ele ficaria com a obra sem pagar o exigido pelo editor. Uma outra alternativa, seria depositar em juízo o montante exigido, reclamando a rescisão sumária do termo contratual. No entanto, ele continuava no impasse, no primeiro caso, dependeria de uma resposta da Ipê, que só viria no final daquele ano, se não mudassem de idéia; no segundo, também, dependia ele da nova editora, posto que apenas ela, em aceitando a obra, poderia depositar a quantia exigida. Carpeaux, por seu lado, não sabia nem se a obra seria aprovada, com ou sem pagamento, e todos os juristas consultados sugeriam ação imediata. “Ao passo que a Ipê tem tempo”. Os manuscritos, ele tinha enviado para a editora em janeiro. “O Sergio (Buarque), ótimo amigo, está ligado à Ipê; já me telefonou uma vez, prometendo ação eficiente. Mas nem tudo depende dele”. O diretor comercial estaria “sendo trabalhado por uma amiga nossa e dele em São Paulo”, o outro diretor era Menotti del Picchia, que escrevera dizendo estar entusiasmado com o projeto, “mas não sei se não é antes hipocrisia, mentira dele; e com este, não tenho amigos comuns”¹⁴⁶. De certo, apenas que seu livro não saiu pela Ipê.

¹⁴⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*.

Para terminar, Carpeaux destacava a amizade de Manuel Bandeira, reconhecendo que o que conseguira, até então, fora por sua ajuda e responsabilidade. “Eu soube sempre que o encontro com você foi para mim uma grande sorte, uma data na minha vida; e só lamento que foi tão tarde”¹⁴⁷. É interessante notar as dificuldades que Carpeaux teve neste caso, pois parecem indicar exatamente a importância da rede de relações de amizade e do prestígio firmado do escritor. Afinal, Carpeaux não parecia gozar do mesmo respeito junto as editoras, pelo menos não como o daqueles que formavam o grupo que se credenciava desde os anos vinte a assumir lideranças nas disputas pelo papel do escritor e a credibilidade social de sua atividade.

Há, ainda, três cartas escritas por Sergio Buarque que indicam seu prestígio, angariado naqueles anos de escritor publicado, professor universitário, editor, e administrador da Biblioteca Nacional, que o legitimaram para exercer funções diretivas na associação criada para defender os direitos dos escritores. Em duas delas é possível acompanhar Buarque de Holanda utilizando sua condição prestigiosa para auxiliar Augusto Meyer, através da ABDE, na publicação de contribuições regulares em alguns jornais. Na outra, se percebe o intercâmbio que a associação construía, no caso, com editores da Argentina, atenta aos interesses dos escritores brasileiros.

Seis dias depois da carta de Osório Borba, em 19 de março, Sergio Buarque escrevia para Augusto Meyer, avisando que ele já poderia enviar seus artigos para *O Estado de São Paulo*. “Propus seu nome que foi aceito com satisfação”, ele comentava ao antigo companheiro e chefe do INL. Por artigo, Meyer ganharia uma base de Cr\$ 300,00, que poderiam ser retirados na sucursal carioca, ou, “serão enviados pela ABDE”. Holanda esclarecia ao amigo que os artigos poderiam ser publicados no mesmo dia, ou em dias próximos, em jornal do Rio de Janeiro, “de modo que você poderá abiscoitar por cada, uns Cr\$ 300 + Cr\$ 200 ou mais”. Eles só não poderiam ser publicados em outro jornal paulista, de modo que, Sergio Buarque aconselhava que não fossem enviados para *O Jornal*, por conta da cadeia dos Diários Associados. Holanda comunicava estar fazendo negócios com *O Estado* e com o *Correio da Manhã*, pois publicavam em dias diferentes, recomendando Meyer a fazer o mesmo, além de publicar no Rio Grande do Sul. Isso daria uma base de quatro artigos por mês, “que é o limite máximo exigido para o Estado, serão mais de Cr\$

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*.

2.000,00”. A maior exigência era a da exclusividade em todo o território do estado, de tal modo que ele já poderia enviar os texto para Sergio Milliet, secretário do jornal, ou para o próprio Sergio Buarque no Museu Paulista¹⁴⁸.

Cinco meses depois, Sergio Buarque manuscovia de novo para Meyer, em papel com timbre do Museu Paulista. Na carta ele dava notícias do jornal e de seus artigos. Esta missiva é interessante por mostrar um pouco de como funcionava ABDE, que intermediava o pagamento do escritor. Holanda avisava ter recebido um artigo de Meyer e já tê-lo encaminhado para *O Estado de São Paulo*, dizendo que sairia na quinta-feira seguinte, por que o jornal costumava publicar duas contribuições semanais, mas, com a “carência de papel”, elas estavam ficando só para as quintas. De tal modo, ele comunicava a Augusto Meyer que o jornal não se importaria se o texto saísse antes no Rio de Janeiro, pois exigiam apenas a exclusividade no estado. De resto, Buarque de Holanda dizia ter aceito Cr\$ 300,00 de pagamento, e alertava que ele seria efetuado, no Rio de Janeiro, “por intermédio da Associação Brasileira de Escritores que cobra uma comissão de 3%. Assim você receberá 300, 00 – Cr 9,00 = 291 cruzeiros”. As remessas deviam seguir para Milliet, mas sabendo da possibilidade de atraso por causa da “crise do papel”¹⁴⁹.

Quando ainda era presidente da seção carioca da ABDE, Sergio Buarque tratou da publicação de uma antologia de poetas brasileiros, conforme comunicava a Carlos Drummond de Andrade. Segundo ele, teria sido enviada uma correspondência do “nosso consócio e escritor Marques Rebelo, informando que a Shapire Editora da capital argentina projeta publicar uma antologia de poetas brasileiros”, na qual iriam figurar produções de Andrade. Buarque de Holanda comunicava que Rabelo havia esclarecido que a “lei de antologias didáticas” permitia a retirada de até mil palavras de cada autor. Mas, como nenhum dos poetas teriam publicadas mais do que essas mil palavras, “estaria coberto de qualquer aborrecimento”. Todavia, ele dizia estar “pedindo autorização para ficar tudo direito”. Estava sendo solicitado o apoio da ABDE à iniciativa do editor argentino, por isso

¹⁴⁸ Correspondência passiva. Sergio Buarque de Holanda. São Paulo, 19 de março de 1946. Coleção Augusto Meyer – AMLB/FCRB.

¹⁴⁹ Correspondência passiva. Sergio Buarque de Holanda. São Paulo, 14 de agosto de 1946. Coleção Augusto Meyer – AMLB/FCRB.

Sergio Buarque, na qualidade de presidente da associação, solicitava que Drummond de Andrade se posicionasse¹⁵⁰.

Com isso, é possível vislumbrar algumas das funções em que a associação dos escritores atuava, mas, sobretudo, é possível atinar para a concretização da formação profissional de Sergio Buarque, e para seu crescente prestígio e influência nos meios de intervenção letrados, que contribuíram para legitimação social de uma rede social de produção intelectual.

¹⁵⁰ Correspondência passiva. Sergio Buarque de Holanda. s/l, s/d. Coleção Carlos Drummond de Andrade – AMLB/FCRB.

.Conclusão.

*“O escritor então é responsável até pela grafia das palavras
quanto mais pelo que transmite por elas”*

(Mario de Andrade)

Esse trabalho foi dimensionado para contribuir com uma interpretação da trajetória intelectual e política de Sergio Buarque, abrangendo um período pouco explorado de sua produção e de sua atuação, entre o ano de 1920 e o de 1946. O meu interesse foi sugerir nexos entre sua produção na crítica literária, no jornalismo, nos textos historiográficos, e suas atuações como professor universitário, editor e administrador, delineando a trajetória de seu processo de profissionalização como escritor. Nesse sentido, meu objetivo foi levar a sério o período de sua atividade “modernista” para interpretar os fundamentos do pensamento historiográfico de Buarque de Holanda. Pretendi, igualmente, considerar a importância para a formação de seu pensamento, literário e histórico, da reflexão sobre as práticas e as relações intelectuais na sociedade brasileira. Desse modo, minha pesquisa pretendeu a ultrapassagem das limitações que supus estarem presentes em algumas sugestões de uma determinada matriz interpretativa sobre a obra de Buarque de Holanda, formada pelos comentários de Antonio Candido, Maria Odila Dias e Nicolau Sevcenko.

A reflexão de Antonio Candido foi valorizada, sobretudo, por alertar para a necessidade de coadunar suas trajetórias intelectual e política, na interpretação da obra de Sergio Buarque. No entanto, seus comentários não levaram em conta sua formação nos anos vinte, nem seu desenvolvimento profissional nos anos trinta e quarenta. A análise de Maria Odila Dias foi considerada por sua aposta na fundamentação alemã para avaliar a produção historiográfica de Sergio Buarque, favorecendo o adensamento das possíveis referências a outros escritores daquele país, que não ficassem restritas ao âmbito do pensamento weberiano. Todavia, nesta tese, a dissociação entre os fundamentos teóricos e epistemológicos dessa obra, e, a trajetória política e intelectual de Holanda, proposta por Maria Odila Dias foi relativizada. Por fim, meu estudo tentou apontar os limites da proposição de Nicolau Sevcenko sobre Sergio Buarque – que destacava sua “atitude” estética apolítica – fazendo ver em sua produção um interesse de intervenção política diferenciada no debate coevo.

Meu interesse foi de apontar o valor da militância na crítica literária e de cultura de Sergio Buarque, destacando sua formação num ambiente de reflexão romântico. Com isso, dentre outras coisas, pretendi sugerir que sua tematização da literatura envolvia uma perspectiva que levava em conta a história para interpretar a possibilidade da “formação nacional” brasileira. Nessa medida, dei relevância à instrumentalização de um determinado repertório conceitual que definia seu projeto de estabelecer uma “originalidade” literária nacional, em vista do estabelecimento das bases do “americanismo”. Ainda nesse âmbito, fiz ver como iniciou sua aproximação com os movimentos de “literatura revolucionária”, que ao adensar a “atitude” de intervenção do escritor, reforçou a incorporação em sua prática de duas noções centrais daquele ambiente de reflexão romântico: a “ironia” e o “paradoxo”.

A ironia destituía de densidade a idéia de totalidade como algo acabado, fixo e preexistente. Nessa medida, ela fomentava um distanciamento crítico em relação a um todo que fosse objetivamente definido. Contudo, a ironia não prescindia da busca da formação de uma unidade sistêmica, ainda que a noção de sistema fosse instrumentalizada a partir de uma associação de fragmentos, tanto no nível do conhecimento como naquele das práticas sociais e políticas. Dessa forma, a ironia proviria, exatamente, da justaposição desses contrários, da negação de uma totalidade fixa, e, do interesse de uma formação sistêmica, incorporando o paradoxo da coexistência de um ímpeto criativo com uma apreciação crítica. O paradoxo estabelecia a assunção da complexidade da relação entre a “parte”, o “indivíduo”, a “subjetividade”, e, o “todo”, a “comunidade”, a “objetividade”. É nesse sentido, que se pode firmar a ironia como sendo a forma do paradoxo.

Foi em vista dessa “atitude” de intervenção de Sergio Buarque nas disputas literárias coetâneas, que eu sugeri que sua noção de política pressupunha, de modo intrínseco, uma perspectiva ética. Assim, ela contemplava como elementos definidores de um certo código moral, de conduta social e cultural, os hábitos, costumes, e usos estabelecidos a partir de uma reciprocidade intersubjetiva de juízos e de sentimentos, instaurada no desenrolar das relações entre indivíduos em grupamentos e comunidades. Com isso, delimitando sua situação de pertença a uma comunidade de sujeitos ligados por um sentimento imediato de suas capacidades compartilhadas, Buarque de Holanda enfatizou uma perspectiva estética, tanto no horizonte de seus projetos como no de suas

práticas cognitivas, sociais e políticas. Fez isso de tal sorte que a relação entre estética e ética tornou-se determinante e constituinte de seu pensamento e de sua atividade, fundamentando o solo de seu ponto de vista historiográfico e político.

Assim, o projeto historiográfico de Buarque de Holanda se definiu, no período contemplado em meu estudo, a partir de fundamentos estéticos e éticos, formados num ambiente de reflexão romântico, e de ênfase da atitude de intervenção na prática social do escritor. Essa seria uma base crucial para interpretar como Sergio Buarque estruturou sua perspectiva historiográfica sobre a interpretação da “tradição nacional”, e a projeção que elaborou para a “formação nacional”, que se constituiria a partir do descompasso entre a terra e seus habitantes. Essa tensão, definida numa problemática hermenêutica, determinava a possibilidade de estabelecer uma unicidade identitária, a partir da averiguação de até onde, nesse meio específico, “representamos” aquelas “formas de vida”, aquelas “instituições” e aquela “visão de mundo” de que “somos herdeiros e de que nos orgulhamos”. Nesse sentido, interessava a ele demarcar os limites que definiam aproximações e distanciamentos da tradição herdada “através de uma nação ibérica”.

Ao propor sua historiografia como um “estudo compreensivo”, Buarque de Holanda não intencionava prescindir da “objetividade”. Sua pretensão era antes, formar uma interpretação que, ao adensar “indicações mais ou menos vagas”, opusesse a uma “estrita objetividade”, uma perspectiva compreensiva. Desse modo, Sergio Buarque recorria a uma série de procedimentos que ressaltavam a influência dos fatores subjetivos no processo de “compreensão”, traduzidos na valorização de seus “aspectos psicológicos”. Buarque de Holanda urdiu uma trama, em seu primeiro livro, que pode ser considerada como paradigmática para suas outras pesquisas históricas coevas¹.

¹ No que concerne ao conceito de paradigma é importante destacar os comentários de Margaret Masterman. Segundo ela, o conceito de paradigma de Thomas S. Kuhn aparece em seu *The structure of scientific revolutions* (1962) em 21 acepções diferentes, as quais podem ser agrupadas em três grupos principais: “metaparadigmas”, “paradigmas sociológicos” e “paradigmas de artefato” ou de “construção”. Para Masterman, “[t]ambém merece ser observado que, sejam quais forem os padrões sinonímicos que Kuhn tenha sido levado a estabelecer no auge de sua argumentação ele, na realidade, jamais equipara ‘paradigma’ - em nenhum dos seus principais sentidos - a ‘teoria científica’”. Pois o seu metaparadigma é algo muito mais amplo do que a teoria e ideologicamente anterior a ela: isto é, toda uma *Weltanschauung* [“visão de mundo”]. Seu paradigma sociológico, como vimos, também é anterior a teoria, e diferente dela, por ser algo concreto e observável: a saber, um conjunto de hábitos. E o seu paradigma de construção é menos que uma teoria, visto que pode ser algo tão pouco teórico quanto uma simples parte de um aparato: isto é, qualquer coisa capaz de provocar a ocorrência real de uma solução de enigma”. Masterman, Margaret. “A natureza de um paradigma”. In: Imre Lakatos e Alan Musgrave (org.). *A Crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1979. pp. 72-108.

Tal afirmativa me parece válida mesmo que se considere o refinamento de sua noção de “cultura”, que progressivamente se aprimorou no sentido de se afinar com as fontes históricas de seus estudos, vislumbrando os limites da cultura material e da experiência de sujeitos históricos melhor definidos, como os bandeirantes – menos abstratos que “o português”, “o espanhol” e “o ibérico”. Não se pode deixar de notar sobre os sujeitos históricos contemplados por Holanda que, a preponderância do papel do colonizador sempre foi marcante, enquanto outros agentes potencialmente determinantes, sempre foram subsumidos em sua substância histórica e historiográfica. De forma que eles acabaram sendo considerados apenas por suas funções no universo social, político e cultural determinado pelos portugueses, como se deu com os trabalhadores negros escravizados, ou, com os indígenas, “negros da terra”. Além disso, vale destacar como a instrumentalização da noção de “raça” se estendeu até, pelo menos, a virada da década quarenta do século vinte.

A trama historiográfica compreensiva de Sergio Buarque constituiu um complexo de temporalidade histórico entre três núcleos conceituais, o da “tradição”, o da “cultura” e o da “vida”. Deste modo, os “quadros de vida” apareciam como suporte para “a experiência e a tradição”, fundamentando a possibilidade de seu compartilhamento social. Com o núcleo conceitual da “vida”, Buarque de Holanda impunha à “tradição” o crivo do “atual”, delimitando parâmetros para a continuidade compreensiva das “formas culturais”. Nessa medida, ele mensurava a “legitimidade” dessa “tradição” a partir do princípio da “fluidez” e da “mobilidade” dos “quadros de vida”, em sua atualização. A “vida” tornava assim a “realidade complexa” inteligível, através de sua racionalidade histórica intrínseca, apontando os critérios de historicidade de Holanda. Além disso, essa noção fundamentava a instrumentalização objetiva, por Sergio Buarque, daqueles outros núcleos conceituais da “tradição” e da “cultura”.

Há um procedimento que parece exemplar da fundamentação estética e ética de sua historiografia, inclusive, por reunir como instrumento metodológico os elementos da ironia, do paradoxo e do fragmento. Sergio Buarque se referiu a ele pela primeira vez em 1922, em seu artigo sobre Enéas Ferraz, ao comentar o “dever do crítico” de emitir um “juízo imparcial”, sem se preocupar se a obra esteja, ou não, de acordo com o “seu modo de ver”.

Buarque de Holanda aceitava “os exageros e os excessos”, desde que o crítico fosse “conscientemente enfático”, ele sempre condenava “o meio termo”².

Depois, um ano antes de lançar seu primeiro livro, em 1935, quando homenageava o amigo Antonio de Alcântara Machado, Sergio Buarque explicitava sua perspectiva compreensiva, ao afirmar que antes de existir a palavra, existia a frase. E essa, por sua vez, “em seu compasso e em seu movimento, manifesta o ritmo interior de cada homem, tanto como a expressão fisionômica, o gesto, o riso, e o talhe da letra”. Buarque de Holanda reputava a Machado a responsabilidade pelo tipo de prosa feita de sentenças curtas, e salientava em sua ficção, e reportagens de viagem, o interesse “pelos aspectos fragmentários e sobretudo desarmoniosos do mundo”. Era dessa forma, que segundo Sergio Buarque, Alcântara Machado apreendia a realidade por seus “aspectos mais impressionantes”, e a “restituía em descrições onde o traço forte predominava até a caricatura”. Buarque de Holanda comentava a esse propósito que seria injusto censurar o amigo “como se algumas vezes um par de anedotas não servisse melhor para definir um caráter do que vinte páginas de atenta análise”³

Da mesma forma, seis anos depois, em 1941, quando afirmava, em artigo de torna viagem, que a “tibieza de nosso americanismo” seria a primeira explicação para a reação contrária “à idéia de um maior contato espiritual com os Estados Unidos”, Sergio Buarque reafirmou aquele seu ponto de vista. Essas reações seriam fundadas em simplificações extremas, “caricaturas engenhosas”, sobre as quais Buarque de Holanda afirmava ser “certo que o traço grosso serve freqüentemente para desvendar a realidade, melhor do que muitas páginas de atenta e minuciosa descrição”. A isso ele juntava – talvez, não seja exagero afirmar – uma observação que, complementando aquela, formava a explicitação de um seu procedimento metodológico historiográfico. Ele dizia: “cumpre ter em vista, que a realidade também, é feita de cambiantes e meias tintas, e quase sempre são estas o que mais importa”⁴. Desse modo, entre o “traço grosso”, exagerado e excessivo, trazendo o “talhe da letra” do escritor, e, as “cambiantes e meias tintas”, Sergio Buarque de Holanda delineou

² Sergio Buarque de Holanda. “Enéas Ferraz – ‘História de João Crispim’”. In: Antonio Arnoni Prado (org.). *ob.cit.* pp. 145-147.

³ Sergio Buarque de Holanda. “Realidade e poesia (sobre Antonio Alcântara Machado)”. In: *Em memória de Antonio Alcântara Machado: 25 de maio de 1902, 14 de abril de 1935*. São Paulo: Elvino Poci, 1936. pp. 176-179. Coleção Especial Sergio Buarque de Holanda – Biblioteca Central/Unicamp.

um procedimento caro à sua perspectiva historiográfica. Talvez, seja possível ler o seu “homem cordial” nesta chave.

Sergio Buarque, de certo, não previa qualquer intervenção popular radical nem na sociedade, nem na política brasileiras. Contudo, ao considerar a relação entre estética e ética como determinante e constituinte do ponto de vista político de Buarque de Holanda, pretendo sugerir que, num primeiro momento, pode ser mais eficaz tentar construir as clivagens entre os grupos de seus pares, levando em conta a pretensão de seus projetos e suas práticas de intervenção cultural, que visavam a nação brasileira. Dessa forma, é preciso conceber esses escritores num complexo de referências mútuas, que determina o teor de suas relações pessoais, conflitos e polêmicas, aproximações intelectuais e amizades, além de relativizar, por vezes, as relações partidárias e ideológicas. Daí o valor aos veículos de divulgação e, ou, comercialização de idéias, e às instituições de cultura letrada, públicas e privadas, que suportavam essas relações pessoais, de amizades e conflitos, sendo por elas determinados.

A pressuposição é de que simultaneamente à sua criação e expansão, jornais, revistas, editoras, universidades, bibliotecas e institutos nacionais, fundamentavam a institucionalização social das práticas de produção intelectual, favorecendo a profissionalização do escritor. Tudo se passava como se essas amizades e conflitos forçassem os limites da própria comunidade de escritores, até que se ampliassem suas fronteiras sociais, demarcando um espaço social definido para a profissionalização de suas atividades culturais letradas. Desta feita eles, favoreciam a associação corporativa dos escritores e davam credibilidade a uma rede social de produção e intervenção intelectual no Brasil.

A crítica e a autocrítica das práticas sociais de atuação intelectual, que ajudaram a forçar seus próprios limites, foram compartilhadas por alguns daqueles que participaram diretamente da formação dessa rede social de produção e intervenção. Dentre eles, pode-se identificar afinidades entre os projetos de conhecimento e ação de Mario de Andrade e Sergio Buarque de Holanda. Segundo o poeta, falecido em 1945, foi por não possuir uma “legítima técnica de pensar” que a “intelectualidade” brasileira se entregava “muito facilmente a sofismas e confusionismos de mil e uma espécies” – o maior deles, a “arte

⁴ Sergio Buarque de Holanda. “Considerações sobre o americanismo”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 28

pura”. Foi assim que uma “grande parte da inteligência brasileira vendeu-se aos donos da vida”. Essa assertiva de Mario de Andrade foi feita em sua última entrevista, concedida a Francisco de Assis Barbosa, em 1944⁵.

Nela, Mario de Andrade explicava aos que estavam seduzidos pela idéia de uma “arte pura”, que até o século XVIII, o “intelectual era empregado dos príncipes”, portanto, “pago para louvar”, posto que preso aos seus mecenas. Mas, com o século XIX, “veio a arte livre”, e o “intelectual se libertou”; com a liberdade se desmandou: “tornou-se um irresponsável”. “É o público, ou melhor, a sociedade, quem protege o escritor, quem lhe dá tudo, inclusive dinheiro, até o aplauso, duas coisas indispensáveis”. Note-se que a noção de intelectual englobava para ele “não só escritores, prosadores e poetas, ficcionistas, ou não”, mas também, os “pintores, escultores, arquitetos, músicos” – todos que fossem responsáveis, “perante o público, perante a sociedade”. Uma questão de “consciência profissional”, afinal, ninguém poderia cruzar os braços e “ficar acima das competições sociais”.

Com essas palavras, proferidas contra “os intelectuais brasileiros”, que num momento de definições, como o da guerra, continuavam “colaborando em jornais fascistas”, Mario de Andrade apontava alguns elementos que indicam, ou que talvez sejam, as principais contribuições do “movimento modernista” para a instauração da rede social de produção e intervenção intelectual brasileira. A primeira delas, a ampliação gradativa da noção de intelectual, que depois de acolher escritores dos mais variados gêneros, passava a abranger os artistas, no sentido mais amplo. A segunda, a da liberdade criativa individual, implicando em uma responsabilidade social do escritor, desenvolvida em afinidade com a ampliação da noção de intelectual. A terceira, a da profissionalização do escritor, forçando, mais uma vez, os limites da noção e da prática intelectual, e reforçando sua inserção nas competições sociais, além de favorecer a legitimação dos veículos de comercialização de idéias, e das instituições de cultura letrada.

Por tudo isso, parece-me lícito afirmar que a preocupação constante com aprofundamentos críticos contínuos sobre a prática social do escritor deve ser levada em

de setembro de 1941. Divisão de periódicos/Biblioteca Nacional. s/p.

⁵ Entrevista. “Mário de Andrade: ‘os intelectuais puros venderam-se aos donos da vida’”. In: Francisco de Assis Barbosa. *Testamento de Mário de Andrade e outras reportagens*. Coleção Os Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. pp. 5-20.

conta como elemento crucial para interpretar a historiografia e a trajetória intelectual e política de Sergio Buarque de Holanda. Talvez, sua capacidade de crítica e de autocrítica seja um dos segredos da atualização dos seus pontos de vista, e da reputação intelectual que ajudou a mitificar esse personagem, que construiu sua obra, sua profissão e seu prestígio ao longo de sessenta e dois anos do século vinte no Brasil. Em uma trajetória iniciada naquele processo que marcaria o passo de viragem do papel social do intelectual na sociedade brasileira, como ele próprio apontou quando reconheceu o “papel considerável, verdadeiramente decisivo” de Graça Aranha no “modernismo”. Segundo Buarque de Holanda,

“até então os nossos escritores tinham sido, em sua generalidade, simples literatos, como tais indiferentes ao que não fosse beleza formal e ornamental. Ou serviam-se das letras como trampolim para ascenderem a posições prestigiosas em outro domínio. Sempre marcando, porém, uma fronteira rígida entre a arte e a vida prosaica e cotidiana. Agora, todos eles, num acordo tácito, eram levados a transcender a simples preocupação que conduz a literatura a estiolar-se na literatice e a arte a dissipar-se no artifício”⁶.

Eram, então, em sua perspectiva, intelectuais.

⁶ Sergio Buarque de Holanda. “Depois da ‘Semana’”. In: *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979. pp. 273-279..

.Fontes e Bibliografia.

I – Fontes

A) Fontes Manuscritas

A. 1. Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

a. *Avulsos*

Correspondência ativa. Luis Câmara Cascudo. Natal, 8 de março de 1925. “Seção de manuscritos”; “Avulsos”/Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Correspondência ativa. Prudente de Moraes, neto. Rio de Janeiro, 5 de junho de 1925. “Seção de manuscritos”; “Avulsos”/Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Correspondência ativa. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 28 de novembro de 1922.

Correspondência ativa. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 9 de dezembro de 1922; Fazenda Atalaia, 27 de junho de 1923; São Paulo, 7 de outubro de 1922.

Correspondência ativa. Mário de Andrade. s/l, s/d. [provável 1925]

Correspondência de Mário de Andrade com Carlos Drummond de Andrade. São Paulo, 15 de junho de 1938.

Graça Aranha, “INS”. Fragmentos autografados de *O Espírito Moderno*, outubro de 1924.

Graça Aranha, “O projeto de renovação dos trabalhos acadêmicos”. Rio de Janeiro, 3 de julho de 1924.

Moraes, Rubens Borba de. Entrevista de Rubens Borba de Moraes, concedida a Teresinha Marinho. Bragança Paulista, 22 de outubro de 1982. pp. 1-55.

b. *Coleções*

1. *Coleção Augusto Meyer*

Correspondência – 1943.

2. *Coleção Augusto Magno*

Correspondência – 1936/1937.

3. *Coleção Murilo Miranda*

Correspondência – 1943

4. *Coleção Rodolfo Garcia*

Correspondência– 1937 a 1944.

A. 2. Arquivo e Museu de Literatura Brasileira – Fundação Casa Rui Barbosa

a. Documentos avulsos

Correspondência ativa. Prudente de Moraes, neto. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1924. Documentos avulsos.

b. Coleções

1. Coleção Ribeiro Couto

Correspondência ativa – 1929.

2. Coleção Manuel Bandeira

Correspondência passiva – 1925 e 1947.

3. Coleção José Olímpio.

Correspondência – 1934 a 1944.

Demonstração da Conta Corrente do Dr. Gilberto Freyre – 14 de junho de 1937.

“Ata da reunião de julgamento do ‘Prêmio de romance José de Alencar’”, 1943.

Entrevista de José Olympio. “Grande prêmio de romance José de Alencar”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1941.

José Olympio Pereira Filho. “Bilhete a meus netos e, ainda a meus sobrinhos-netos em que lhes quero narrar pequenos trechos de minha penosa e longa trajetória neste mundo de Deus”. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1983.

A. 3. Fundo Privado Sergio Buarque de Holanda – SIARq/UNICAMP

Correspondência passiva. Gustavo Barroso. São Paulo, 1 de dezembro de 1920.

Correspondência passiva. Murillo Araújo. S/L, 29 de março de 1922.

Correspondência passiva. Mário de Andrade. São Paulo, 8 de maio de 1922.

Correspondência passiva. Tácito de Almeida. São Paulo, 27 de junho de 1922.

Correspondência passiva. Mário de Andrade. São Paulo, 20 de julho de 1922.

Correspondência passiva. Mário de Andrade. São Paulo, 20 de setembro de 1922.

Correspondência passiva. Ribeiro Couto. Campos de Jordão, 14 de outubro de 1922.

Correspondência passiva. Guilherme de Almeida. São Paulo, 24 de outubro de 1922.

Correspondência passiva. Raul de Leoni. Itaipava (Petrópolis), 25 de outubro de 1922.

Correspondência passiva. Luis da Câmara Cascudo. Natal, 26 de dezembro de 1924.

Correspondência passiva. Manuel Bandeira. Pomo Alto, 20 de janeiro de 1926.

Correspondência passiva. Mário de Andrade. São Paulo, 13 de s/m de 1926.

Correspondência passiva. *Greenbaum-Film, G.m.b.H.* Berlim, 30 de julho de 1930.

Correspondência passiva. L.A.V. Berlim, 30 de setembro de 1930.

Correspondência passiva. Raul Bopp. Hamburgo, dezembro de 1930.

Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 8 de dezembro de 1939.

Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 24 de janeiro de 1940.

Correspondência passiva. José Augusto Cesário Alvim. Paris, 6 de abril 1940.

Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 18 de maio de 1940.

Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 24 de junho de 1940.

Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 14 de agosto de 1940.

Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 7 de novembro de 1940.

Correspondência passiva. Rubens Borba de Moraes. São Paulo, 1 de dezembro de 1940.

Correspondência passiva. Osório Borba. Rio de Janeiro, 13 de março de 1946.

A. 4. Documentos Institucionais

A.4.1. Universidade do Distrito Federal – 1935 a 1939.

1. Fundo Privado Sergio Buarque de Holanda – SIARq/UNICAMP

“Portaria de contrato nº 146/R26”. Distrito Federal, 13 de maio de 1936. A declaração de aceite foi manuscrita e assinada em 26 de junho de 1936.

2. Coleção UDF – Proedes/UFRJ

a. Administrativos

“Relação de professores da Universidade do Distrito Federal” – 1935 a 1937.

“Relação geral dos professores da UDF e seus respectivos vencimentos”. 1935.

“Decreto n. 5513, de 4 de abril de 1935”. *Universidade do Distrito Federal*. Prefeitura do Distrito Federal. Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*. 1935.

“Edital nº 5/R – Curso dos professores franceses”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1936.

“Edital nº 5/R*”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1936.

“Universidade do Distrito Federal – Expediente do dia 17 de abril de 1936 – Boletim nº 84”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1936.

“Horário dos cursos dos professores franceses”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936. s/p.

“Universidade do Distrito Federal – Expediente do dia 1 de junho de 1936 – Boletim nº 118 – Atos do reitor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1936. s/p.

- “Universidade do Distrito Federal – Expediente do dia 7 de agosto de 1936 – Boletim nº 174 – Escola de economia e direito – Programa do curso de Historia moderna e econômica”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1936.
- “Horário dos cursos da UDF para 1937”. Doc. 98 e 102.
- “Boletim nº 1 – Escola de economia e direito – Edital nº 49 – 2ª prova parcial”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1937.
- “UDF – Circular N.242-RU”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1937.
- “UDF – Escola de economia e direito – Expediente do dia 6 de novembro de 1937 – Circular nº 103-ED”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1937.
- “Decreto-lei nº 93 – de 21 de dezembro de 1937 – Cria o Instituto nacional do livro”. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.
- “UDF – Boletim nº 32 – Atos do Sr. Reitor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1937.
- “UDF – Expediente do dia 19 de fevereiro de 1937 – Boletim nº 38 – Atos do Reitor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1937.
- “UDF – Expediente do dia 23 de março de 1937 – Atos do Sr. Reitor”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de março de 1937.
- “UDF – Expediente do dia 19 de junho de 1937 – Boletim nº 135 – Escola de filosofia e letras”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1937.
- “UDF – Expediente do dia 23 de fevereiro de 1938 – Boletim nº 40 – Secretaria da UDF”. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1938.
- “UDF – Expediente do dia 18 de março de 1938 – Boletim nº 54 – Atos do Sr Reitor”. Rio de Janeiro, 19 de março de 1938.
- Ribeiro, Paulo de Assis. “Exposição de motivos: A nova organização da UDF”. Distrito federal, 30 de abril de 1938.
- “Decreto n. 6.215 – de 21 de maio de 1938 – Reorganiza a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências o prefeito do Distrito Federal”.
- “UDF – Expediente do dia 17 de outubro de 1938 – Boletim nº188 – Ata da sexta sessão ordinária do Conselho Universitário da UDF, realizada a 11 de outubro de 1938”. Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1938.

b. Correspondências

- Correspondência de Alceu Amoroso Lima com Gustavo Capanema. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1935.
- Correspondência de Gilberto Freyre com Edmundo da Luz Pinto. Rio de Janeiro, 2 de maio de 1936.
- Correspondência de Henri Hauser com Odete Toledo. Paris, 1 de janeiro de 1937.

Correspondência de Gustavo Capanema com Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1938.

c. Coleção Faculdade Nacional de filosofia – 1939

A.4.2. Instituto Nacional do Livro – Divisão de Manuscritos/ Biblioteca Nacional.

“Livro de ponto, 1939-40”. Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Saúde. Anexo da Biblioteca nacional.

“Livro de ponto, 1940-41”. Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Saúde. Anexo da Biblioteca nacional.

Parecer de Augusto Meyer. Informação nº 43 e 44, SP. INL, 12 de dezembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950).

Parecer de Augusto Meyer. Informação nº 47. INL, 10 de janeiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950).

Parecer de Augusto Meyer. Informação nº 49, INL, 7 de fevereiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950).

Parecer de Sergio Buarque de Holanda. INL, 23 de novembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950).

Parecer de Sergio Buarque de Holanda. Informação nº 43. INL, 11 de dezembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950).

Parecer de Sergio Buarque de Holanda. Informação nº 44. INL, 11 de dezembro de 1939. Setor de publicações: pareceres (1939-1950).

Parecer de Sergio Buarque de Holanda. Informação nº 147. INL, janeiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950).

Parecer de Sergio Buarque de Holanda. Informação nº 48. INL, 10 de janeiro de 1940. Setor de publicações: pareceres (1939-1950).

A.4.3. Biblioteca Nacional – Divisão de Manuscritos/ Biblioteca Nacional.

Garcia, Rodolfo. “Relatório da Biblioteca nacional ao Ministério da educação e saúde em 1944”. BN, 15 de fevereiro de 1945.

Moraes, Rubens Borba de. “Relatório da Biblioteca nacional ao Ministério da educação e saúde em 1945”. BN, 27 de junho de 1945.

Moraes, Rubens Borba de. “Relatório D. P., 1945”.

Moraes, Rubens Borba de. “Relatório B. N., 1946”.

B) Fontes Impressas

B. 1. Obra de Sérgio Buarque de Holanda

a. Artigos

“Originalidade literária”. *Correio Paulistano*. São Paulo, 22 de abril de 1920.

“Ariel”. In: *Revista do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, n.53, maio de 1920. p. 85.

“Vargas Vila”. *Correio Paulistano*, 4 de junho de 1920.

“Santos Chocano”. *A Cigarra*, junho de 1920.

“Um centenário”. *A Cigarra*, julho de 1920.

“Um livro útil”. *A Cigarra*, 15 de setembro de 1920.

“A cidade verde”. *A Cigarra*, 15 de outubro de 1920.

“O pantum”. *A Cigarra*, 1 de novembro de 1920.

“O Fausto (a propósito de uma tradução)”. *Correio Paulistano*, 15 e 16 de novembro, 6 e 9 de dezembro de 1920.

“Os poetas e a felicidade”. *A Cigarra*, 15 de dezembro de 1920.

“Os poetas e a felicidade – II”. *A Cigarra*, 1 de janeiro de 1921.

“Os poetas e a felicidade – III”. *A Cigarra*, 1 de fevereiro de 1921.

“O Homem-máquina”. *A Cigarra*, 1 março de 1921.

“A decadência do romance”. *A Cigarra*, 15 de março de 1921.

“O gênio do século”. *A Cigarra*, 1 de setembro de 1921.

“Guilherme de Almeida”. *Fon-Fon!*, 3 de setembro de 1921.

“Plágios e plagiários”. *Revista do Brasil*, 14 e 22 de setembro de 1921.

“Homeopatas”. *Fon-Fon!*, 8 de outubro de 1921.

“O futurismo paulista”. *Fon-Fon!*, 10 de dezembro de 1921.

“Uma poetisa de dezesseis anos”. *Rio-Jornal*, 19 de janeiro de 1922.

“Manuel Bandeira”. *Fon-Fon!*, 18 de fevereiro de 1922.

“Enéas Ferraz – ‘História de João Crispim’”. *Rio-Jornal*, Rio de Janeiro, 29 de março de 1922.

“Secção de resenhas – São Paulo”. *O Mundo Literário*, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1922.

“Secção de resenhas – São Paulo”. *O Mundo Literário*, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1922.

“Secção de resenhas – São Paulo”. *O Mundo Literário*, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1922.

- “Antinous (fragmento)”. *Klaxon*: mensário de arte moderna, n. 4, São Paulo, 15 de agosto de 1922.
- “O expressionismo”. *Arte Nova*, Rio de Janeiro, setembro de 1922, 1(2), p. 109-110.
- “Secção de resenhas – São Paulo”. *O Mundo Literário*, Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1922.
- Sergio Buarque dos Países Baixos. “Desilusão”. A *Banana*: semanário amorístico de notícias falsas e idéias incoerentes, n. 1, ano I. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1923.
- Sergio Buarque dos Países Baixos. “Alerta, banqueiros! Especulação formidável!..”. A *Banana*: semanário amorístico de notícias falsas e idéias incoerentes, n. 2, ano I. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1923.
- “Um homem essencial”. *Estética*: revista trimestral. n. 1. Rio de Janeiro, setembro de 1924.
- “Romantismo e tradição”. *Estética*: revista trimestral. n. 1. Rio de Janeiro, setembro de 1924.
- Prudente de Moraes, neto & Sergio Buarque de Holanda. “Estudos brasileiros, de Ronald de Carvalho”. *Estética*: revista trimestral. n. 2. Rio de Janeiro, janeiro-março de 1925.
- Prudente de Moraes, neto & Sergio Buarque de Holanda. “Modernismo não é escola: é um estado de espírito”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1925.
- “Perspectivas”. *Estética*: revista trimestral. n. 3. Rio de Janeiro, abril-junho de 1925.
- “Pathé-Baby”. *Terra roxa e Outras Terras*. n. 1. São Paulo, 6 de julho de 1926.
- “O lado oposto e outros lados”. *Revista do Brasil*. São Paulo, 15 de outubro de 1926.
- “Notas do Espírito Santo”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1927.
- “Tristão de Athayde”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1928.
- “Em demanda da Rússia dos Sovietes: seguiu ontem no ‘Cap Arcona’ o sr. Sergio Buarque de Holanda, que como enviado do ‘O Jornal’ e ‘Diário de São Paulo’ vai estudar a organização social e ouvir os principais ‘leaders’ comunistas”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 18 de junho de 1929.
- “Através da Alemanha (I) – Berlim, 27 de julho”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1929.
- “Através da Alemanha (II) – Berlim, agosto”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1929.
- “Entrevista de Henri Guilbeaux”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1929.
- “Através da Alemanha (III) – Berlim, 13 de setembro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1929.
- “Um país que ressurge (I) – Varsóvia, 29 de setembro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1929.
- “Entrevista de N. Chattopadhyaya”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1929.

- “II – Poznan, outubro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1929.
- “III – Poznan, novembro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 01 de janeiro 1930.
- “IV – A exposição geral de Poznan”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1930.
- “V – Varsóvia, 26 de setembro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1930.
- “VI – Varsóvia, outubro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1930.
- “*Die moderne brasiliannische literatur*”. *Duco: boletim brasileiro-alemão/brasilianische Runschau*. Berlim, janeiro-fevereiro de 1930.
- “Thomas Mann e o Brasil”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1930.
- “O café brasileiro na Alemanha”, I,II,III. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26, 29 de janeiro, 12 de março de 1930.
- “Diálogos da grandeza do Brasil”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1930.
- “As relações entre o Brasil e a Polônia”. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1930.
- “Nacionalismo e monarquismo na Alemanha (I) – Berlim, 20 de janeiro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1930.
- “II – O fiasco do *Volksentscheid* de Hugenberg e dos nacionalistas contra a aceitação do Plano Young. Os motivos do ‘decreto da liberdade’ ”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26 de março de 1930.
- “III – Berlim, fevereiro”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 2 de abril de 1930.
- “IV – Berlim, março”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1930.
- “Os instintos da sabedoria: algumas considerações à margem da recente viagem do dr. Pontes de Miranda a Berlim”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1930.
- “Como repercutiram na imprensa alemã os últimos acontecimentos do Brasil”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1930.
- “O regresso da Europa de um jornalista brasileiro: o sr. Sergio Buarque de Holanda, enviado especial d’*O Jornal* à Alemanha, Polônia e Áustria, fala sobre o que viu na Alemanha e em outros países europeus”. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1931.
- “Corpo e Alma do Brasil. Ensaio de Psicologia Social”. *Espelho*, Rio de Janeiro, nº 1, março de 1935.
- “Considerações sobre o americanismo”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1941.
- “Americanismo e letras”. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1941.
- “Tendências filosóficas”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 18 de março de 1951.
- “Em torno de um congresso”. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 8 de abril de 1951.

b. Livros

Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.(Coleção Documentos Brasileiros, n1.)

Raízes do Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.

Raízes do Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956

Cobra de Vidro. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.

Monções. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945.

Visão do Paraíso. 2ª Edição (revista e ampliada). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

Tentativas de mitologia, São Paulo, Perspectiva, 1979.

Raízes de Sérgio Buarque de Holanda. (organização, introdução de Francisco de Assis Barbosa) Rio de Janeiro, Rocco, 1988.

O espírito e a letra. (organização, introdução e notas Antonio Arnoni Prado) São Paulo: Cia das Letras, 1996, dois volumes.

c. Tradução

Davatz, Thomas *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. (tradução, prefácio e notas de Sergio Buarque de Holanda). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1941

B. 2. Periódicos

a. Revistas

América Brasileira. Rio de Janeiro – 1922 a 1924. Divisão de periódicos/Biblioteca Nacional.

A Banana: semanário amorístico de notícias falsas e idéias incoerentes. Rio de Janeiro – 1923. Divisão de periódicos/Biblioteca Nacional.

A Cigarra. São Paulo – 1920 a 1921. Divisão de periódicos/ Biblioteca Nacional.

Duco: boletim brasileiro-alemão/brasilianische Runschau. Berlim, n. 1 a 4 – 1930.

Estética: revista trimensal. Rio de Janeiro – 1924 a 1925. Coleção Especial Sérgio Buarque de Holanda/ Biblioteca Central – Unicamp.

Fon-fon. Rio de Janeiro – 1921 a 1922. Divisão de periódicos/Biblioteca Nacional.

Klaxon: mensário de arte moderna. São Paulo – 1922 a 1923. Coleção Especial Sérgio Buarque de Holanda/ Biblioteca Central – Unicamp.

Revista do Brasil. São Paulo – 1920 a 1921. Divisão de periódicos/Biblioteca Nacional.

Revista do Brasil. Rio de Janeiro – 1926 a 1927. Divisão de periódicos/Biblioteca Nacional.

Revista do Brasil. Rio de Janeiro – 1939 a 1941. Divisão de periódicos/Biblioteca Nacional.

b. Jornais

Correio Paulistano. São Paulo – 1920 a 1921.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro – 1940 a 1941.

Rio-Jornal. Rio de Janeiro – 1921.

O Jornal. Rio de Janeiro – 1927 a 1931.

B. 3. Outros

a. Coleção Prudente de Moraes, neto – AMLB/FCRB

Entrevista. “A literatura está sendo substituída por outras formas de expressão”.

Entrevista. “Fim da exceção, último apelo de Prudente”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 de dezembro de 1977.

Entrevista. “Estética: a maturidade do movimento modernista”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1975.

Entrevista. “O homem cordial”.

Entrevista. “Prudente e a avaliação da semana”. Anexa a: “Estética: a maturidade do movimento modernista”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1975.

Entrevista. “Sete anos de histórias”. *Veja*, 22 de maio de 1974.

Entrevista de Sergio Buarque de Holanda. “A juventude de Prudente nas recordações de Sergio Buarque de Holanda”.

b. Memórias, livros e artigos

Anais da Biblioteca Nacional. vol. 104, 1984. Divisão de manuscritos/Biblioteca Nacional.

Andrade, Mário de. *Cartas de Mário de Andrade a Prudente de Moraes, neto*. (org.) Georgina Koifman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Andrade, Mario de. *Enciclopédia brasileira*. São Paulo: Editora Giordano; Edições Loyola; Edusp, 1993.

Castro, Moacir Werneck de. *Europa, 1935: uma aventura de juventude*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Hauser, Henri. “Les transformations des sociétés européennes de la Renaissance à la Revolution”. *Universidade do Distrito Federal – lições inaugurais da missão universitária francesa durante o ano de 1936*. Rio de Janeiro, 1937, p. 33-49.

- Leão, Múcio. "Sergio Buarque de Holanda – Raízes do Brasil". Registro Literário. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1936.
- Menotti del Picchia. A "Semana" revolucionária. Campinas: Pontes, 1992.
- Menotti del Picchia. A longa viagem: 2ª etapa. São Paulo: Martins; Conselho Estadual de Cultura, 1972.
- Tronchon, Henri. "France – Anglaterra: Chateaubriand, épisode de jeunesse". In: *Universidade do Distrito Federal – lições inaugurais da missão universitária francesa durante o ano de 1936*. Rio de Janeiro, 1937, p. 51-75.

II – Bibliografia

a. Estudos sobre Sergio Buarque de Holanda

- Barbosa, Francisco Assis. (org.) *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 (6), julho de 1987. (Número especial dedicado a Sergio Buarque de Holanda)
- Barbosa, Francisco de Assis. "Introdução". In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. org.: Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p.11-35.
- Barbosa, Francisco de Assis. "Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual até Raízes do Brasil". In: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo; Arquivo do Estado; USP, 1988. pp. 27-54.
- Candido, Antonio. "O Significado de Raízes do Brasil". Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977. pp. xi-xxii.
- Candido, Antonio. "Post-Scriptum". In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1989. pp. li-iii.
- Candido, Antonio. "Sérgio em Berlim e depois". In: Sergio Buarque de Holanda. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. org.: Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Rocco, 1988, p. 119-129.
- Candido, Antonio (org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- Carvalho, Marcus Vinicius Corrêa. *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida*. Dissertação de mestrado, Departamento de História. Campinas: IFCH-Unicamp, 1997.
- Castro, Conrado Pires de. *Com tradições & contradições: contribuição ao estudo das raízes modernistas do pensamento de Sergio Buarque de Holanda*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Teoria e História Literária. Campinas: IEL/UNICAMP, 2002.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. "Sérgio Buarque de Holanda, historiador (Introdução)". In: *Sérgio Buarque de Holanda - Coleção Grandes Cientistas Sociais nº 51*, São Paulo, Ática, 1985.

- Eugenio, João Kennedy. *O outro ocidente: Sérgio Buarque de Holanda e a interpretação do Brasil*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em História, Niterói: UFF, 1999.
- Graham, Richard. "An interview with Sergio Buarque de Holanda". In: *Hispanic American Historical Review*. Durham, fevereiro de 1982, 62(1). p. 3-17.
- Holanda, Maria Amélia Alvim Buarque de. "Apontamentos para a cronologia de Sergio Buarque de Holanda". Biblioteca Especial SBH/Biblioteca Central – Unicamp.
- Monteiro, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- Prado, Antonio Arnoni. "Introdução", In: *Espírito e a letra: estudos e crítica literária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.21-32.
- Vários Autores. In: *Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra*. São Paulo: Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo; Arquivo do Estado; USP, 1988. pp. 27-54.
- Vários Autores. *Sérgio Buarque de Holanda – 3º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.
- Wegner, Robert. *A conquista do oeste: a noção de fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

b. Obras gerais

- Amaral, Aracy A. *Artes plásticas na semana de 22*. 5ª edição (revista e ampliada). São Paulo: Editora 34, 1998.
- Amaral, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970.
- Amaral, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. *Dilthey: um conceito de vida e uma pedagogia*. São Paulo: Edusp, Perspectiva, 1987.
- Amaral, Maria Nazaré de Camargo Pacheco. *Período clássico da hermenêutica filosófica na Alemanha*. São Paulo: Edusp, 1994.
- Apel, Karl-Otto. *Understanding and explanation: a transcendental-pragmatic perspective*. Cambridge: The MIT press, 1984.
- Boaventura, Maria Eugênia (org.). *22 por 22: a semana de arte moderna vista por seus contemporâneos*. São Paulo: Edusp, 2000.
- Bordieu, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1999.
- Camus, Albert. *O homem revoltado*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- Candido, Antonio. *O método crítico de Sílvia Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.
- Capelato, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- Carpeaux, Otto Maria. *As revoltas modernistas na literatura*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- Chalmers, Vera M. *3 linhas e 4 verdades: o jornalismo de Oswald de Andrade*. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- Chartier, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª edição. Brasília: Editora UnB, 1998.
- Cohn, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- Cury, Maria Zilda Ferreira. *Horizontes modernistas: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- Deleuze, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- Dilthey, Wilhelm. *Crítica de la razón histórica*. Barcelona: Ediciones Península, 1986.
- Dilthey, Wilhelm. *El mundo histórico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.
- Dilthey, Wilhelm. *Hegel y el idealismo*. Obras de Wilhelm Dilthey, v. V. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.
- Dilthey, Wilhelm. *Vida y poesía*. Obras de Wilhelm Dilthey, v. IV. México: Fondo de Cultura Económica, 1978.
- Dilthey, Wilhelm. *Descriptive psychology and historical understanding*. Bélgica: Martinus Nijhoff, The Hague, 1977.
- Dilthey, Wilhelm. *Literatura y fantasía*. Obras de Wilhelm Dilthey v. IX. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- Eagleton, Terry. "O imaginário kantiano". In: *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- Fabris, Anna Teresa. *O futurismo paulista: hipóteses para o estudo da chegada da vanguarda ao Brasil*. São Paulo: Perspectiva; São Paulo: Edusp, 1994.
- Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. "A universidade do Distrito Federal (1935-1939): centro de estudos e de produção do saber". *Anais do IV congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais*. Rio de Janeiro: IFCS, 1998. pp. 121-131.
- Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. "Universidade do Distrito Federal (1935-1939): uma utopia vetada?". *Ciência Hoje*. v. 21, n. 125, novembro-dezembro de 1996, pp. 69-73.
- Freyre, Gilberto. *Retalhos de jornais velhos: 2ª edição, revista e muito aumentada de artigos de jornal*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964.
- Gadamer, Hans-Georg. *La actualidad de lo bello: el arte como juego, símbolo y fiesta*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, ICE-Universidad Autónoma de Barcelona, 1991.
- Gadamer, Hans-Georg. *Verdad y método: fundamentos de una hermenéutica filosófica*. Salamanca: Editora Sígueme, 1977.

- Gadamer, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- Gomes, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.
- Gomes, Danilo. *Antigos cafés do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1989.
- Gonzaga-Duque. *A arte brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- Habermas, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- Hallewell, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T.A. Queiroz/Edusp, 1985.
- Hughes, H. Stuart. *Consciousness and society*. New York: Vintage Bookes, 1958.
- Lafetá, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.
- Lenharo, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1986.
- Luca, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- Luís Jardim. "Prefácio". In: *Retalhos de jornais velhos*: 2ª edição, revista e muito aumentada de artigos de jornal. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1964.
- Machado de Assis. "A nova geração". In: *Obras completas de Machado de Assis*. Volume 29 (Crítica literária). São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife: W.M. Jackson Inc. Editores, 1962. pp. 208-211.
- Machado, Luís Toledo. *Antonio Alcântara Machado e o modernismo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.
- Makkreel, Rudolf A. *Dilthey: philosopher of the human studies*. Princeton: Princeton University press, 1992.
- Marinetti, Frederico Tomaso. "Manifesto do futurismo". In: Gilberto Mendonça Teles. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1983. pp. 91-94.
- Miceli, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Mommsen, W. & Osterhammel, J. *Max Weber and his contemporaries*. Londres: Unwin Hyman, 1987.
- Oiticica, Ricardo. "Tortuosas linhas: um histórico do Instituto nacional do livro". *Anais da Biblioteca Nacional*. vol. 116, 1996. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1999. pp.147-153.

- Oiticica, Ricardo. *O instituto nacional do livro e as ditaduras: academia brasileira dos rejeitados*. Tese de doutorado. Departamento de letras. Pontifícia Universidade Católica/RJ, março de 1997.
- Ortega y Gasset, José. "Las Atlántidas – el horizonte histórico". In *Obras*. Madri: Espasa e Calpe, 1932.
- Ortega y Gasset, José. *Obras*. Madri: Espasa e Calpe, 1932. Ortega y Gasset, José. *Goethe, Diltthey*. Madri: Revista de Occidente, Alianza Editorial, 1983. p. 141.
- Ortega y Gasset, José. *Goethe, Diltthey*. Madri: Revista de Occidente, Alianza Editorial, 1983.
- Owensby, Jacob. *Diltthey and the narrative of history*. Ithaca: Cornell University press, 1994.
- Prado, Antonio Arnoni. *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o Integralismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Prado, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- Ricoeur, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- Rodó, José Enrique. *Ariel: breviário de la juventud*. Valencia: Editorial Cervantes, 1920.
- Romero, Sílvia. "Introdução". *A literatura e a crítica moderna. Ensaio de generalização*. Rio de Janeiro, Imprensa Industrial de João Ferreira Dias, 1880, pp. 5-16. In: Antonio Candido. *Sílvia Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed da USP, 1978. pp. 3-7.
- Romero, Sílvia. *História da literatura brasileira*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.
- Schwartz, Jorge. (org.) *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Edusp; Iluminuras, 1995.
- Schwartzman, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora Nacional; Finep, 1979.
- Schwartzman, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; FGV, 2000.
- Seligmann-Silva, Márcio. *Ler o livro do mundo. Walter Benjamin: romantismo e crítica literária*. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- Sevcenko, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- Simmel, Georg. "A metrópole e a vida mental". In: Otávio Guilherme Velho (org.). *O fenômeno urbano*. Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar editora. p. 11-25.
- Sodré, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- Teles, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1983.

- Tisdall, Caroline. & Bozzolla, Angelo. *Futurism*. London: Thames and Hudson, 1993.
- Vasconcellos, Gilberto. *Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- Velloso, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas
- Veríssimo, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- Villaça, Antônio Carlos. *José Olympio: o descobridor de escritores*. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2001.
- Volobuef, Karin. *Frestas e arestas, a prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo: F.E. Unesp, 1999. pp. 29-30.

c. Obras de referência

- Bailly, A. *Dictionnaire grec-français*. Paris: Hachette, 1950.
- Bobbio, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. 8ª edição. Brasília: Editora UNB, 1995.
- Harvey, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- Instituto nacional do livro: 1937-1987 – 50 anos de publicações*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.